

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NEDA MOHTADI DOUSTDAR

**O PARANISMO ATUALIZADO: A DEMOCRACIA CRISTÃ E O
PLANEJAMENTO NO PRIMEIRO GOVERNO NEY BRAGA**

CURITIBA

2010

NEDA MOHTADI DOUSTDAR

**O PARANISMO ATUALIZADO: A DEMOCRACIA CRISTÃ E O
PLANEJAMENTO NO PRIMEIRO GOVERNO NEY BRAGA**

**Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Doutor, pelo Programa
de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor
de Ciências Humanas, Letras e Artes da
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Maria Tarcisa Silva Bega**

CURITIBA

2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER

A banca examinadora, nomeada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) candidato(a) **NEDA MOHTADI DOUSTDAR**, em relação a sua Tese de Doutorado "O PARANISMO ATUALIZADO: A DEMOCRACIA CRISTÃ E O PLANEJAMENTO NO PRIMEIRO GOVERNO NEY BRAGA", é de parecer favorável à APROVAÇÃO do(a) candidato(a), habilitando-o(a) ao título de Doutor em Sociologia, área de concentração em Cultura e Poder, linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades. Curitiba, 03 de dezembro de 2010.

Prof Dr Domênico Costella

Prof Dr José Miguel Rasia

Profª Drª Maria Helena Oliva Augusto

Profª.Drª Valeria Floriano Machado

Profª.Drª Maria Tarcisa Silva Bega
Orientadora e presidente da banca examinadora

A Silvio e Laura, meus filhos.

AGRADECIMENTOS

O agradecimento maior vai ao companheiro de todas as horas, Darcy Marzulo Ribeiro, que muito abdicou de seu tempo para apoiar-me com seu estímulo, sua experiência e seus conhecimentos sobre a política e os políticos brasileiros, permitindo uma constante avaliação deste trabalho. Sem sua companhia, apoio e colaboração, além de suas sugestões teóricas proveitosas, este trabalho não teria passado da esfera dos sonhos não realizados.

Agradeço a minha orientadora, professora e amiga Maria Tarcisa Silva Bega, de quem recebi apoio incondicional, total liberdade, além de estímulo e confiança para a elaboração deste trabalho. Sua leitura atenta desde o primeiro roteiro, associada à crítica e à inestimável ajuda que me prestou, tornou sua orientação indispensável em todo o processo de elaboração deste trabalho e foi decisiva para encontrar meus próprios caminhos como estudante e pesquisador. Este percurso reforçou ainda mais nossos laços de afeto, amizade e respeito.

Agradeço aos professores Domênico Costella, José Miguel Rasia e Ricardo Costa de Oliveira, pelas críticas, pelos comentários e pelas sugestões em meu exame de qualificação, contribuições que permitiram superar dúvidas e seguir na elaboração do trabalho.

Agradeço ao Ipardes que me permitiu realizar o doutoramento graças ao apoio institucional concedido, em especial, à Maria Lúcia de Paula Urban (diretora-presidente) e à Maria Luiza M.S. Marques Dias (coordenadora de núcleo), ambas, pela particular atenção, confiança e apoio que depositaram em mim.

A minha filha Laura Mohtadi Ribeiro, que me acompanhou à Biblioteca Pública e ao Arquivo Público do Paraná, deu suporte técnico nas fotografias das Mensagens e, à sua maneira, compreendeu a dimensão do meu projeto pessoal.

À Antônia Schwinden, amiga de muitos anos, de quem muito dependi para o ajuste final às normas e exigências da escrita.

À Valéria Floriano Machado, pelo apoio e pela troca de experiência, além do auxílio que prestou no empréstimo de material de pesquisa.

Aos professores da linha de "Cultura e Sociabilidade", Ana Luiza Sallas e José Miguel Rasia, pelas sugestões valiosas que deram nos Seminários de pesquisa.

À Sueli Helena Sales, pela gentileza com que me orientou e sempre me socorreu nos afazeres burocráticos institucionais.

Agradeço aos amigos e colegas ipardianos que sempre apostaram em mim, acompanhando e torcendo para ver a finalização deste trabalho. Em especial a Ana Rita B. Nogueira, pela digitação do primeiro projeto, Léia Rachel Castellar, pela editoração final, Stella Maris Grazziero, pela digitalização das imagens, Lucrecia Zaninelli Rocha e Julio Cesar Ramos, pela elaboração do mapa do Paraná.

Agradeço também à paciência da família e de amigos que me acompanharam durante este período, aguentando minhas infundáveis lamúrias e justificativas e aceitando minha ausência.

...a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens.

Hannah Arendt

Na política, como em tudo mais, precisamos contar com uma parcela de energia e com outra de jeito

Gustavo Capanema

RESUMO

Esta tese trata do primeiro governo Ney Braga (1961 a 1965), reconhecido como uma experiência inovadora, que, ancorado no programa do Partido Democrata Cristão e no ideário da Democracia Cristã, editou o Plano Paranaense de Desenvolvimento, elaborado pela Sagsmacs, sob a direção do Pe. Lebet. A tese procura mostrar que as ações desse governo estavam mais próximas da ideologia desenvolvimentista, adotando postulados típicos da abordagem centro-periferia de corte cepalino, do que das diretrizes que pudessem emanar da Democracia Cristã. Constata, assim, uma continuidade dos modelos desenvolvimentistas dos governos estaduais e da União que o antecederam, tratando-se, portanto, de um tipo recorrente nos governos. Nesse processo, aponta que os intelectuais que fizeram referência a essa experiência estavam reeditando uma visão muito particular do Paraná conhecida como "Paranismo", ou seja, um sistema de valores assentados na ideia do Paraná como um Brasil diferente. A partir daí o estudo pode afirmar que esse paranismo é uma modalidade de ideologia, voltada para a integração de um território dividido pelo processo de ocupação. A demonstração passa pela análise dos postulados da Democracia Cristã e sua presença no programa do Partido Democrata Cristão e no plano elaborado pela Sagsmacs, procurando ver nele os elementos básicos do movimento Economia e Humanismo, fundado pelo Pe. Lebet, para verificar se foram ou não incorporados pelas ações do governo Ney Braga. As contribuições teóricas de Mannheim foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo, em especial no que se refere à ideologia e ao papel de uma camada de intelectuais, a *intelligentzia*, no planejamento. Igual relevância teve o estudo de Miriam Limoeiro sobre o desenvolvimentismo e a ideologia desenvolvimentista, presentes nos discursos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Muito importante foram as investigações de Maria Helena Oliva Augusto, sobre a Codepar, e de Francisco Borja de Magalhães, sobre o modelo paranaense de planejamento, obras precursoras na análise e interpretação do planejamento no Estado do Paraná.

Palavras-chave: Governo Ney Braga. Democracia Cristã. Partido Democrata Cristão. Sagsmacs. Ideologia desenvolvimentista.

ABSTRACT

This dissertation addresses the first Ney Braga administration (1961-1965), perceived as an innovative experience that, propped up by the Christian Democratic Party and based on Christian Democracy ideology, originated the Paraná Development Plan, developed by Sagmacs under the guidance of Father Lebet. The study attempts to show that the actions taken by this administration were much closer to a developmentalist ideology, thanks to the adoption of postulates typical of a center-periphery ECLACian approach, than to guidelines derived from Christian Democracy. It ascertains, then, the continuity of developmentalist models used by previous state and central administrations as a recurrent government practice. In this process, it points out that the intellectuals that made reference to this experience were actually rehashing a very particular vision of Paraná, known as "Paranismo", that is, a system of values grounded on the idea of a Paraná different from the rest of Brazil. Therefore, this study can assert that "Paranismo" is an ideology mode oriented toward the integration of a territory divided by its occupation process. This is demonstrated by an analysis of Christian Democracy postulates and their inclusion in the Christian Democratic Party's program and in the plan developed by Sagmacs, which looks for basic elements of the Economy and Humanism movement founded by Pr. Lebet, to check whether or not they were incorporated into Ney Braga administration's actions. Mannheim's theoretical contributions were seminal to this study, especially in regard to ideology and the role played by a group of intellectuals – *intelligentsia* – in planning. Equally important was Miriam Limoeiro's study on developmentalism and the developmentalist ideology inbuilt in speeches by Juscelino Kubitschek and Jânio Quadros. Also very important were investigations by Maria Helena Oliva Augusto, on Codepar, and by Francisco Borja de Magalhães, on the planning model used in Paraná, which paved the way for analysis and interpretation of planning in the State of Paraná.

Key words: Ney Braga administration. Christian Democracy. Christian Democratic Party. Sagmacs. Developmentalist ideology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - ELEMENTOS DE OCUPAÇÃO DA MORADIA FAMILIAR	172
FIGURA 2 - VIDA FAMILIAR: GÊNEROS DE VIDA.....	173
FIGURA 3 - ESTRUTURA E SUFICIÊNCIA.....	174
MAPA 1 - TRÊS PARANÁS, CORRESPONDENTES ÀS FRENTES HISTÓRICO- CULTURAIS DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO PARANÁ.....	222

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ, 1963.....	186
QUADRO 2 - AS AÇÕES E PROGRAMAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 1963.....	189

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DISPONIBILIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA TOTAL E DO SETOR PÚBLICO, 1960-1963	111
TABELA 2 - EXTENSÃO DA REDE RODOVIÁRIA, SEGUNDO O TIPO DE PAVIMENTAÇÃO E A RESPONSABILIDADE PELA CONSERVAÇÃO, 1961	112
TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DA RENDA INTERNA, 1961-1964	114
TABELA 4 - INVESTIMENTOS TOTAIS NO PARANÁ E DO ESTADO POR SETORES - 1961-1964.....	115
TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SETORES - 1961-1964....	115
TABELA 6 - RECEITA DO ESTADO SEM FDE, RECEITA DO FDE, RECEITA TOTAL - 1961-1964	124
TABELA 7 - PERCENTUAL DOS INVESTIMENTOS DO ESTADO SEM E COM FDE	125
TABELA 8 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 1960 PARA GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, SEGUNDO AS REGIÕES.....	273

LISTA DE SIGLAS

3.º RAM	- 3.º Regimento de Artilharia Montada
ABI	- Associação Brasileira de Imprensa
ABL	- Academia Brasileira de Letras
AC-4	- Ato Complementar n.º 4
ACB	- Ação Católica Brasileira
ACO	- Associação Católica Operária
ADP	- Ação Democrática Parlamentar
AI-1	- Ato Institucional n.º 1
AI-2	- Ato Institucional n.º 2
Alef	- Aliança Eleitoral pela Família
Alide	- Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento
ANL	- Aliança Nacional Libertadora
Arena	- Aliança Renovadora Nacional
AUC	- Ação Universitária Católica
Badep	- Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná
BIRD	- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BRDE	- Banco de Desenvolvimento Regional do Extremo Sul
CAFÉ do Paraná	- Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná
Camde	- Campanha da Mulher pela Democracia
CCB	- Coligação Católica Brasileira
CDU	- <i>Christliche-Demokratische Union</i>
CDV	- Centro Dom Vital
Celam	- Conferências Episcopais da América Latina
Cemig	- Centrais Elétricas de Minas Gerais
Cepal	- Comissão Econômica para a América Latina
CGI	- Comissão Geral de Investigações
CIBPU	- Comissão Interestadual da Bacia Paraná – Uruguai
Cinco	- Cidade Industrial de Contagem
Citla	- Cia. Imobiliária Clevelândia Industrial e Territorial

CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Codepar	- Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná
Codesul	- Conselho de Desenvolvimento da Região Sul
Consplan	- Conselho Consultivo de Planejamento
Copel	- Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CPI	- Comissão Parlamentar de Inquérito
DAEE	- Departamento de Águas e Energia Elétrica
Dasp	- Departamento Administrativo do Serviço Público
DC	- Democracia Cristã
DER	- Departamento de Estradas de Rodagem
DER-PR	- Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná
DIP	- Departamento de Imprensa e Propaganda
DNI	- Departamento Nacional de Informações
DSI	- Doutrina Social da Igreja
ELSP	- Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Exiambank	- Banco de Exportação e Importação
FDE	- Fundo de Desenvolvimento Econômico
FIEP	- Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FUG	- Frente Única Gaúcha
IBAD	- Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBC	- Instituto Brasileiro do Café
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IE	- Instituto de Educação
IEUSP	- Instituto de Educação da Universidade de São Paulo
IME	- Instituto Militar de Engenharia
IPD	- Instituto Paraná de Desenvolvimento
IPES	- Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	- Inquéritos policiais militares
IRFED	- <i>International de Formation et de Recherche en vue du Développement</i>
Isea	- Instituto de Ciências Econômicas e Aplicadas
IVC	- Imposto de Vendas e Consignações
JAC	- Juventude Agrária Católica
JEC	- Juventude Estudantil Católica

JIC	- Juventude Independente Católica
JMC	- <i>Jeunesse Maritime Chrétienne</i>
JOC	- Juventude Operária Católica
JUC	- Juventude Universitária Católica
KVP	- <i>Katholieke Volspartij</i>
LASP	- Liga de Ação Social e Política
LEC	- Liga Eleitoral Católica
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
MPJQ	- Movimento Popular Jânio Quadros
MRP	- <i>Mouvement Républicain Populaire</i>
NEI	- <i>Nouvelles Équipes Internationales</i>
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	- Organização dos Estados Americanos
ONU	- Organização das Nações Unidas
OTAN	- Tratado do Atlântico Norte
OVP	- <i>Österreichische Volkspartei</i>
PAEG	- Plano de Ação Econômica do Governo
PDC	- Partido Democrata Cristão
PED	- Plano Estratégico de Desenvolvimento
PL	- Partido Libertador
Pladep	- Comissão de Planejamento do Desenvolvimento Econômico do Paraná
PR	Partido Republicano
PRL	- Partido Republicano Liberal
PRP	- Partido Republicano Paranaense
PRP	- Partido Republicano Paulista
PRP	- Partido Republicano Popular
PRR	- Partido Republicano Rio-Grandense
PRT	- Partido Rural Trabalhista
PSB	- Partido Socialista Brasileiro
PSC	- <i>Parti Social Chrétien</i>
PSD	- Partido Social Democrático
PSD	- Partido Social Democrático
PSP	- Partido Social Progressista

PST	- Partido Social Trabalhista
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	- Partido Trabalhista Nacional
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
PUC-Rio	- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sagmacs	- Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
SAPP	- Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco
Sesi	- Serviço Social da Indústria
STF	- Supremo Tribunal Federal
Sudam	- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Sudene	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Sumoc	- Superintendência da Moeda e do Crédito
TFP	- Tradição Família e Propriedade
TIAR	- Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TSE	- Tribunal Superior Eleitoral
UDF	- Universidade do Distrito Federal
UDN	- União Democrática Nacional
Ultab	- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNITRA	- Universidade para o Trabalhador
USP	- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 A DEMOCRACIA CRISTÃ E O PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO BRASILEIRO	30
1.1 A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA	30
1.2 A DEMOCRACIA CRISTÃ	43
1.3 OS PARTIDOS DEMOCRATAS CRISTÃOS	47
1.4 A DEMOCRACIA CRISTÃ NO BRASIL	50
1.5 O PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO BRASILEIRO	61
1.6 PROGRAMAS DO PDC	74
1.6.1 Programa de 1945	74
1.6.2 Programa de 1961	77
2 O GOVERNO NEY BRAGA, A DEMOCRACIA CRISTÃ E O DESENVOLVIMENTISMO: DA INVENÇÃO À REALIDADE	80
2.1 DESENVOLVIMENTISMO E IDEOLOGIA	83
2.2 NEY BRAGA E O PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO	87
2.3 A CAMPANHA PARA O GOVERNO DO PARANÁ	97
2.4 O GOVERNO NEY BRAGA: PROJETOS E REALIZAÇÕES	103
2.5 O SISTEMA DE PLANEJAMENTO IMPLANTADO	117
2.6 AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO E OS POSTULADOS DA DEMOCRACIA CRISTÃ	128
2.7 O GOVERNO NEY BRAGA NO CONTEXTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO: UMA COMPARAÇÃO	133
2.8 O GOVERNO NEY BRAGA E SEUS ANTECESSORES: OUTRA COMPARAÇÃO	140
3 A PRESENÇA DO PE. LEBRET NO PARANÁ: A SAGMACS	155
3.1 A VIDA E O PENSAMENTO DE PE. LEBRET	156
3.2 SAGMACS	167
3.3 O PROGRAMA DA COMISSÃO INTERESTADUAL DA BACIA DO PARANÁ – URUGUAI: UMA EXPERIÊNCIA DA SAGMACS	177
3.4 PROPOSTAS E REALIZAÇÕES DA SAGMACS NO PARANÁ: O PLANO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO	183

3.5	PE. LEBRET E A IGREJA NO BRASIL: UMA ARENA DE CONFLITO	190
3.6	PE. LEBRET E O "GOLPISMO": OUTRA ARENA DE CONFLITOS	208
4	OS "TRÊS PARANÁS" E A IDEOLOGIA DA INTEGRAÇÃO	216
4.1	A POLÍTICA ESTATAL DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO	218
4.2	OS "TRÊS PARANÁS"	221
4.3	OS "TRÊS PARANÁS" NO IMAGINÁRIO POLÍTICO	230
4.4	A IDEOLOGIA DA INTEGRAÇÃO: UMA FORMA DE ATUALIZAÇÃO DO PARANISMO	244
4.5	O "MODELO" PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO REVISITADO	254
4.6	O LADO PRÁTICO E OPERACIONAL DO MODELO PARANAENSE	267
4.7	ATUALIZAÇÃO DO "PARANISMO"	271
	CONCLUSÃO	277
	REFERÊNCIAS	302
	ANEXO - PROGRAMAS DO PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) – 1945 e 1961	314

INTRODUÇÃO

O tema central desta tese é a Democracia Cristã como doutrina política que orientava as ações políticas de Ney Braga, que exerceu o governo do Estado do Paraná por duas vezes. O objeto da tese é o primeiro governo Ney Braga, que vai de 1961 a 1965, quando ele deixa o governo para disputar uma vaga de senador.

Ney Braga, oficial da reserva do Exército, governou o Paraná num período extremamente conturbado da vida nacional, marcado pela renúncia do presidente Jânio Quadros (agosto 1961), pelo golpe desfechado pelos seus ministros militares para impedir a posse do vice-presidente constitucional, João Goulart, cujos desdobramentos levaram à adoção do regime parlamentarista de governo, pelo plebiscito que restaurou o regime presidencial e, finalmente, o golpe de Estado de 1964.

O primeiro governo Ney Braga tem sido analisado como uma experiência política extremamente positiva para o Paraná, quando ele teria se destacado da média dos governantes brasileiros pela sua visão moderna da função do dirigente político. Segundo os estudiosos do seu período governamental, teria montado no Paraná um sistema estadual de planejamento público responsável pela modernização da economia e sociedade paranaenses. Não só isso. Sua ação modernizadora e inovadora teria sido o resultado da influência dos princípios da Democracia Cristã que informavam as ações do seu governo.

Magalhães, por exemplo, destaca a importância do seu governo para a montagem de um sistema público de planejamento econômico voltado para o desenvolvimento. Acompanhando o que dizia a imprensa na época da implantação do plano de desenvolvimento e a própria opinião dos técnicos nele envolvidos, Magalhães denomina *projeto paranaense de desenvolvimento econômico* o "conjunto de política e ações do Estado", destinado a promover o desenvolvimento econômico do Paraná", aplicado a partir de 1961. Na sua tese, procura destacar que o projeto foi "concebido, montado e executado principalmente por atores locais", que se orientavam pelas suas próprias conjunturas e preocupações com o futuro da sua sociedade, ainda que influenciados em suas ideias por considerações externas, como as concepções cepalinas sobre o desenvolvimento, as ideias desenvolvimentistas de Kubitschek "e, em alguns momentos, a ênfase em políticas sociais presentes nas propostas da democracia cristã" (MAGALHÃES FILHO, 2006, p.19-21).

Magalhães assinala, ainda, que foi Maria Helena Oliva Augusto, no seu estudo sobre a Codepar (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná), quem pela primeira vez usou a expressão "projeto de desenvolvimento paranaense" e fazia menção a Rischbieter, que teria se referido a essa experiência como o *modelo paranaense de desenvolvimento*.

Magalhães deixa claro que o projeto voltou-se prioritariamente para a ampliação da infraestrutura de transportes e energia, mesmo que trazendo embutido nele um sistema de concessão de empréstimos a investimentos privados. Refere-se, ainda, ao estudo de número 40, da Pladep, que fazia parte de vários estudos denominados *Análise da Economia Paranaense*, e encerrava a fase de discussão e formulação de propostas, afirmando que era um retrato do projeto paranaense de desenvolvimento, permitindo, então, concluir que o núcleo de um suposto projeto restringe-se à criação da Codepar.

Esse será um dos aspectos de análise da tese aqui desenvolvida, pois se trata de mera continuidade que se limitou a assumir um caráter fortemente ideológico, quando quis expressar os interesses coletivos de uma comunidade que supostamente estava comprometido com um ideal paranista.

A Codepar assumiu, por sua vez, a premissa, presente nos trabalhos dos técnicos do Paraná de sua situação periférica em relação a São Paulo (Augusto), o que está presente, também, no trabalho acadêmico de Padis, que toma o Paraná como objeto de investigação.

Essa "visão do mundo" está na base do que Augusto definiu como a total inoperância da Codepar em termos de um projeto estadual de desenvolvimento. Mas a Codepar é mais do que isso, é um índice do objeto que investigo, ou seja, o aparato ideológico voltado para reorganizar a dominação política da elite dominante num estado em processo de modernização.

A existência de um diagnóstico dessa natureza, ainda que não fosse adequado para as condições do desenvolvimento que se dava no país, marcadamente concentracionista e que não podia ser replicado numa unidade político-administrativa por decisão de governo, servia, entretanto, para identificar um problema cuja solução exigia a mobilização consciente de todos os paranaenses.

Uma agência de financiamento que captasse recursos mediante empréstimos compulsórios de baixo custo completava um quadro das medidas necessárias para implantar a infraestrutura de transporte e de energia que vinha preocupando os

governos anteriores. Talvez tenha sido por isso mesmo que Augusto considerou a ideia de um Paraná periférico como sendo "a ideologia explícita do projeto".

Há que se acrescentar ainda a associação do "paranismo", como manifestação ideológica do "modelo paranaense de desenvolvimento", e a própria democracia cristã, o que é feito por Leão (1999). Depois de definir "paranismo" como uma ideologia que tinha como meta mobilizar a opinião pública e os esforços da sociedade para construir um Paraná economicamente forte e socialmente justo, associa essa ideologia à Democracia Cristã, introduzida no Paraná já nos anos 50 pelas exortações, prédicas e lições sobre o planejamento do Padre Leuret (LEÃO, 1999, p.10).

O "paranismo" é visto, então, como a expressão ideológica do modelo paranaense de desenvolvimento, o qual, por sua vez, era algo ímpar no país, mesmo que outros estados tenham adotado políticas industrializantes semelhantes. O caráter muito particular do caso paranaense deve-se ao papel da Democracia Cristã, também ímpar no Brasil (LEÃO, 1999, p.19).

Nesta tese pretendo demonstrar, contudo, que não há uma experiência que tenha uma unidade estrutural, tanto nos seus objetivos como nos meios organizativos para atingir esses objetivos, que permita falar de um projeto ou de um modelo. Quero demonstrar ainda que a ideia de um projeto ou um modelo é o resultado do esforço de um grupo de estudiosos de elevado padrão intelectual acompanhado de um saber técnico consistente para justificar ou legitimar uma experiência, de resto digna de encômios.

Em alguns momentos a ênfase em políticas sociais presentes na proposta da Democracia Cristã deixa transparecer que isso não era tão relevante. É claro que no plano a ênfase não tinha e nem podia ter o mesmo espaço dos investimentos na produção de uma infraestrutura para o estado, mas ela serviu como legitimadora da hegemonia política de um grupo específico.

Aliás, a importância da Democracia Cristã como princípio programático de governo foi reforçada pela presença do Pe. Louis Joseph Leuret no Paraná, que, em 1963, por meio da empresa Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs) participou ativamente da elaboração do Plano de Desenvolvimento para o Estado do Paraná, realizado por uma equipe que incluía técnicos vinculados ao Pladep. Era, portanto, um plano contratado pelo governo e financiado pela Codepar em plena vigência do dito *projeto paranaense de desenvolvimento*. Esse plano propôs várias diretrizes voltadas para a superação dos

problemas prementes da economia paranaense que afetavam as condições de vida da população. Suas diretrizes estavam assentadas nos princípios do movimento Economia e Humanismo, fundado pelo Pe. Lebret, na França, na década de 1940, princípios que orientavam também a feitura do diagnóstico que sustentava as diretrizes.

Ney Braga mesmo definiu que a grande marca do planejamento foi dada pelo Pe. Lebret, que defendia a indissolubilidade entre economia e humanismo. Em seguida, afirmou ser isso uma ideia nova, particularmente para aquele período de Guerra Fria em que o pensamento político das elites dividia-se irremediavelmente entre marxismo e liberalismo (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.132).

Rischbieter, de sua parte, depondo sobre a experiência da Codepar, especialmente sobre seu setor de estudos, fundamental para a eleição de projetos estratégicos que poderiam ser financiados, incluiu entre os estudos financiados na época o que ele chama de "o famoso diagnóstico" realizado da Sagramacs, a "Sociedade de Artes (sic) Gráficas e Mecnográficas Aplicadas às Ciências (sic) Sociais". Segundo ele, esse foi "o primeiro trabalho sério sobre o Paraná", o trabalho feito pela "turma do padre Lebret" (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.157). Desacreditava assim o Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado, que orientava o governo de Ney Braga feito "pela turma do Pladep".

A hipótese que orienta a tese contraria frontalmente essas ideias. Em primeiro lugar, a invocação da Democracia Cristã como matriz das concepções e orientações filosóficas do seu governo não passou de mera transposição de alguns princípios desenvolvidos para as condições políticas da Europa para as condições bem diversas então predominantes no meio político brasileiro. Assim sendo, esses princípios, quando aplicados num ambiente diverso, se prestam a justificar a hegemonia política de grupos ameaçados pela presença de novos atores políticos, cuja base material de existência eram projetos econômicos diferentes daquele que sustentava até então os grupos políticos aos quais pertencia o governador Ney Braga. Trata-se da expansão da economia cafeeira, no Norte do Paraná, e da agricultura de subsistência, que se desenvolvia no Extremo-Oeste e Sudoeste.

Para isso, procura-se demonstrar que não existe correspondência entre os princípios da Democracia Cristã e do Partido Democrata Cristão (PDC), expressos no plano discursivo, particularmente por Ney Braga, e as práticas governamentais, traduzidas pelas políticas públicas. Consequentemente, serão expostas as rupturas

e contradições entre, de um lado, as políticas efetivas e o planejamento público estadual e, de outro, o corpo de doutrina da Democracia Cristã e do PDC.

Método semelhante foi adotado na comparação entre as diretrizes e os programas propostos pelo Plano de Desenvolvimento do Paraná, elaborado sob a influência e a direção do Pe. Lebret, e as ações adotadas pelo governo que contratou o plano. A preocupação em procurar um paralelismo entre as recomendações do plano e as ações do governo decorre do fato de que o plano inspira-se em "Economia e Humanismo", movimento fundado e dirigido por Lebret, cujos princípios são traduzidos operacionalmente pelo método de investigação e de planejamento da Sagsmacs e correspondem à mesma matriz da Democracia Cristã, isto é, a Doutrina Social da Igreja (DSI).

Há, ainda, outro fator extremamente relevante para a compreensão da natureza do governo Ney Braga, que é a ideia de que teria montado um sistema inovador de planejamento econômico.

Desse ponto de vista, procura-se mostrar que a experiência paranaense de planejamento que caracterizaria o governo Ney Braga, não só lhe é anterior, como as linhas básicas do que seria feito já estavam delineadas nos governos anteriores, particularmente de Bento Munhoz da Rocha e de Moysés Lupion. Mais do que isso, procura-se apontar que essas linhas eram inteiramente compatíveis com as medidas que o governo federal vinha tomando desde a década de 1950, quando Getúlio Vargas assinou o Acordo Brasil e Estados Unidos.

Em novembro de 1954, a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico encerrou oficialmente seus trabalhos iniciados em 1951, entregando ao Ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, seu relatório final.

O financiamento dos projetos setoriais seria de responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, fundado em 1952, ainda na vigência das atividades da Comissão para financiar o Plano Nacional de Reparcelamento Econômico.

A Comissão Mista Brasil – Estados Unidos colocou no centro de sua análise da economia brasileira a ideia de um desequilíbrio do desenvolvimento provocado pelo aparecimento da demanda insatisfeita de infraestrutura que devia ser atendida com prioridade se se quisesse prosseguir no esforço de crescimento econômico. Esse é o conceito de *ponto de estrangulamento* elaborado pela Comissão e que passou a ser a chave do planejamento econômico (LAFER, 1997, p.35). Ao mesmo

tempo, a oferta de infraestrutura provocaria atividades produtivas, ideia que era traduzida pelo conceito de *ponto de germinação*, também da Comissão.

Além disso, há que se acrescentar a criação, em 1961, do Conselho de Desenvolvimento da Região Sul (Codesul) e do Banco de Desenvolvimento Regional do Extremo Sul (BRDE) pela associação dos três estados do Sul, replicando o modelo já existente no Nordeste e na Amazônia (Sudene e Sudam).

Assim, não há qualquer inovação que permita dar o destaque que tem sido dado ao seu governo como representativo de uma gestão moderna e de um planejamento público inovador e singular no Brasil. Ao contrário, procuro demonstrar que ele é parte de um período de expansão da economia, denominado desenvolvimentismo, que é uma ideologia de inspiração cepalina.

A Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) foi criada em 1948, no seio da Organização das Nações Unidas (ONU), que contrapôs ao princípio ricardiano das vantagens comparativas no comércio internacional as assimetrias na divisão internacional do trabalho tendentes a perpetuar o subdesenvolvimento da periferia em relação ao centro. Essa ideia essencial da Cepal está na análise da economia paranaense que levou à adoção do Projeto Paranaense de Desenvolvimento.

O projeto de desenvolvimento montado no Estado do Paraná estava centrado tanto na integração territorial do estado quanto na integração vertical da sua indústria. Com a integração vertical da indústria seria alcançado o que Leão denominou a autonomização da reprodução no espaço, definido pelas fronteiras político-administrativas do Paraná.

Esse projeto de desenvolvimento resultou de uma visão crítica dos desequilíbrios regionais que seriam resultantes da relação centro e periferia. Essa era uma visão comum a vários estados que, no início dos anos 60, procuravam uma industrialização autônoma e que era fortalecida pelo tratamento diferenciado que o governo central supostamente dava "aos pólos dinâmicos da economia nacional". Nesse contexto, a resposta das administrações estaduais só poderia ser uma atuação voltada para a correção dos desequilíbrios.

Essa visão podia ser encontrada nos textos que serviram de base para o "modelo paranaense de desenvolvimento" e na tese de Pedro Calil Padis (2006), que deu expressão acadêmica ao problema em foco. Entretanto, tanto um como outro utilizaram de forma muito ligeira a tese cepalina das relações centro e periferia (PADIS, 2006, p.6), vendo a economia paranaense como sendo periférica e dependente,

isto é, uma economia "cuja expansão respondia a estímulos do pólo paulista na proporção em que este demanda matérias primas e produtos alimentares necessários à sua própria industrialização [...]" (PADIS, 2006, p.7).

Essas relações, entretanto, não se estendem ao exame das questões regionais, pois se aplicam exclusivamente aos assuntos relativos à divisão internacional do trabalho.

Assim, se houve um "modelo paranaense de desenvolvimento" ele estaria assentado numa visão equivocada da relação entre os estados brasileiros e São Paulo, o espaço privilegiado da industrialização do país.

Preto demonstrar que essa relação de dependência entre a economia paranaense e a economia paulista, ainda que não pudesse ser explicada nos termos que orientavam o "modelo paranaense de desenvolvimento" e nem a tese de Padis, que procurou explicar a economia paranaense por meio de ciclos que não rompiam a situação de periferia, quer em relação a uma metrópole externa, quer ao polo dinâmico da economia no contexto da integração do mercado nacional, fazia parte das estruturas mentais da população que buscava manter uma identidade cultural.

Em vista disso, meu propósito é demonstrar que o seu governo e o de Bento Munhoz foram informados por uma ideologia integracionista que procurava reconstruir a unidade do Estado sob o comando da oligarquia política que dominou a política paranaense desde 1916, com o intervalo da ditadura Vargas. Nesse contexto, procuro apontar também que Moysés Lupion foge desse figurino, na medida em que ele tinha sua base no projeto econômico da madeira e não da economia ervateira.

É central na tese as contribuições de Karl Mannheim para a sustentação teórica da prática de planejamento numa sociedade democrática. Ele desenvolveu uma sociologia do conhecimento que permite agrupar no mesmo plano teórico uma sociologia do planejamento com o conceito de *intelligentzia*.

Mannheim estabeleceu uma estreita relação entre a sociologia do conhecimento e o planejamento democrático, com base no que denominou intervenção racional na esfera do social, abordada da perspectiva dos processos de racionalização e secularização da cultura que são igualmente importantes para a análise objetiva dos papéis sociais dos grupos em geral, bem como dos intelectuais.

Ação e conhecimento devem ser considerados como fases coexistentes e integrantes de um mesmo processo, expressando formas plausíveis de intervenção. O conhecimento do real vem a ser a condição principal da ação modificadora, mas,

para que o conhecimento tenha essa possibilidade, não se pode abstrair o fato de que todo pensamento é parcial, pois está ligado a uma determinada posição social. Portanto, a configuração estrutural do próprio conhecimento também se apresenta em partes, isto é, está incompleta.

Dessa forma, os interesses mais imediatos de uma camada social, instigados e mantidos por uma participação definida no processo histórico-social, formam uma concepção do mundo que parte de uma perspectiva que expõe as limitações do sujeito que conhece. A solução objetiva proposta para essa questão é o que se chama "síntese de perspectivas", com duas variantes; uma que estabelece a síntese como método de conhecimento, isto é, como uma atitude intelectual que se manifesta nas intenções cognitivas do sujeito. A outra variante é a que expressa a posição social do estrato intelectual como fator histórico-social "condicionador" da efetivação da síntese.

Isso significa que o elemento intencional do conhecimento deve ser explicitado para poder ser controlado, lembrando que "a síntese somente poderá surgir de observações realizadas com propósitos integradores". Além disso, ainda acrescenta que a integração se inicia em cada ato elementar de observação (MANNHEIM, 1982).

Os intelectuais não constituem uma classe, não formam um partido e não são capazes de agir no grupo de forma coesa porque têm poucos interesses em comum. Contudo, essa *intelligentzia*, não deve ser tratada como um estado desvinculado do real, mas é preciso conhecê-lo como agregado, cuja personalidade é estar numa posição entre as classes sociais e não acima delas, o que, por sua vez, não impede que seus membros se juntem a certos interesses de classe. O que importa para nós é compreendê-los a partir dessa sua singularidade de encarar o mesmo problema sob diferentes aspectos. Portanto, os intelectuais constituem o único estrato apto a cumprir a "síntese das perspectivas parciais", atuando de forma racional nas esferas da vida social (MANNHEIM, 1982).

Nesse sentido, foi na sociologia do conhecimento que Mannheim buscou seu "método compreensivo de interpretação", permitindo um diagnóstico objetivo da situação ao destacar o planejamento democrático como processo social e como técnica social, expressando, assim, tantos os aspectos estruturais quanto funcionais que complementam o sistema social.

Assim, Mannheim afirma que a autoridade planejadora deve fundar seus julgamentos para decidir que influência usar em determinadas circunstâncias no estudo científico da sociedade, conjugado com a experiência sociológica sempre que possível. Procurando técnicas adequadas, a ciência social opera com vários conceitos de eficiência, que vão além do conceito puramente técnico, que define o máximo a obter com o máximo de esforço (MANNHEIM, 1977, p.326-331) para incorporar considerações mais humanas. Sua justificativa é que no planejamento democrático ou na liberdade planejada deve-se ir além da economia propriamente dita, para ingressar no campo da *economia humana*, que se expressaria no maior domínio da escala social, sabendo que um conhecimento mais preciso da técnica social não resulta numa interferência excessiva.

Deve-se lembrar que para Mannheim o conhecimento científico é expressão intelectual do processo de secularização e racionalização da cultura, constituindo um domínio das técnicas da vida racional. O domínio racional do irracional na liberdade planejada é o "reconhecimento deliberado da irracionalidade que só pode ocorrer quando há a compreensão das técnicas padronizadas e das formas espontâneas que se desenvolvem na vida deixada a si mesma" (MANNHEIM, 1977, p.327).

Para dar conta da análise proposta, esta tese está demonstrada em quatro capítulos. No primeiro capítulo discuto a questão da Democracia Cristã e do Partido Democrata Cristão brasileiro a partir da matriz doutrinária e filosófica da Democracia Cristã, evidenciando que há uma profunda distinção entre eles: a primeira sendo um movimento e o partido, sua organização num sistema político partidário que, muitas vezes, não corresponde em seus princípios ao que o movimento prega, mas sempre há um grau mínimo de correspondência entre um e outro.

O desenvolvimento do capítulo é feito recorrendo-se à distribuição do tema em seis itens, que vão da discussão da Doutrina Social da Igreja e sua relação com a Democracia Cristã, em que se exploram principalmente as encíclicas relacionadas ao tema social e à presença do ser humano no mundo e as contribuições de alguns pensadores católicos, como Tomás de Aquino, Maritain e um sistematizador contemporâneo da DSI, Ildefonso Camacho, até o detalhamento dos programas de 1946 e de 1961 do Partido Democrata Cristão, que compõe o último item, e foi desenvolvido com base em Vamireh Chacon.

No entremeio, discute-se nos itens dois e três o surgimento na Europa do movimento democrata cristão e sua transformação gradativa de movimento em um partido organizado. Nesse caso, destaca-se o fato de ser um fenômeno extremamente

vinculado às condições europeias. O mesmo procedimento é adotado para o caso do Brasil, começando pela análise da Democracia Cristã, discussão em larga medida apoiada nos escritos de Franco Montoro e na tese de Busetto. A partir dessa análise enfoca-se a experiência do Partido Democrata Cristão até o seu desaparecimento, em virtude da decretação do Ato Institucional n.º 2, em 1965.

No capítulo seguinte, destaco a inserção do governo Ney Braga no ideário da Democracia Cristã e no programa do PDC. Começo o capítulo expondo o que vem a ser desenvolvimentismo e a ideologia do desenvolvimento para delimitar o campo doutrinário brasileiro. Dou ênfase à exposição das ações do governo que traduziam o projeto de desenvolvimento, confrontando essas ações com a Doutrina Social da Igreja (DSI), Democracia Cristã e o programa do PDC que são invocados para justificar o governo. Nesse mesmo capítulo é feita uma análise do sistema de planejamento implantado no Paraná, comparando-o com outras experiências brasileiras, particularmente com Minas Gerais, e com governos anteriores do Paraná, para assinalar o tipo recorrente em todos eles.

O capítulo 2 é desenvolvido em oito itens. O primeiro deles é eminentemente teórico e trata da questão da ideologia, particularmente do desenvolvimentismo como um caso peculiar da ideologia associada ao desenvolvimento do capitalismo em condições históricas específicas. Esse item baseou-se nas investigações de Miriam Limoeiro e Bielchovski e outros teóricos que estudaram esse assunto. Os dois itens seguintes centram-se na figura pública de Ney Braga, em especial na sua aproximação da Democracia Cristã e do Partido Democrata Cristão. Neste tópico utilizaram-se entrevista autorizada do próprio Ney Braga e os depoimentos de contemporâneos registrados em vários documentos. Os demais itens são dedicados a confrontos, primeiramente, do governo de Ney e do sistema de planejamento que implantou com os postulados da Democracia Cristã e do Partido Democrata Cristão; em seguida, o confronto do governo e das práticas de planejamento com o que havia no contexto nacional e com seus antecessores.

Desse confronto emergiu a dificuldade de estabelecer uma relação entre as diretrizes e os princípios de seu governo e os postulados da Democracia Cristã. Neste ponto foram essenciais as mensagens de governo, o Dicionário Histórico e Bibliográfico Brasileiro e a literatura mais relevante, como o estudo de Oliva Augusto, sobre a Codepar, e de Francisco Magalhães, sobre a montagem e o desmanche do sistema de planejamento paranaense.

No capítulo 3 avalio a presença de Lebret no Brasil e no Paraná, focando as causas e os prováveis motivos para a rejeição de suas ideias na prática e não no discurso. No capítulo, exponho a filiação dessas ideias à DSI, que vem a ser a matriz comum da Democracia Cristã e do movimento Economia e Humanismo e analiso o plano que ele fez para o Paraná. Procuo mostrar que o mesmo fenômeno que levou à sua rejeição no Brasil estava também presente no Paraná, pois ele decorre da atuação dos setores católicos conservadores e do ambiente conturbado da política nacional que perpassa todos os estados brasileiros no período que antecede o golpe de Estado de 1964.

Seis itens compõem este capítulo, que começa com a apresentação da vida e o pensamento de Pe. Lebret dando especial destaque a sua atuação no sentido de organizar um movimento inspirado nos ensinamentos sociais da Igreja e a organização de uma instituição que expressava os princípios desse movimento, pelo que veio a ser chamado movimento *Economie et Humanisme*. Associado a esse assunto, no item seguinte são discutidas a natureza e as formas de atuação de uma empresa de pesquisa e planejamento fundada no Brasil por Lebret, a Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, a Sagmacs. O tema central é a demonstração de que essa sociedade procurava traduzir nos seus trabalhos de pesquisa e nas suas diretrizes os princípios de Economia e Humanismo. Destaque especial foi dado ao seu manual de pesquisa social.

Nos dois itens seguintes, são apresentados e comentados dois trabalhos realizados pela Sagmacs, um relacionado à Região Sul e outro destinado especificamente ao Paraná, o Plano de Desenvolvimento do Paraná. Os dois itens finais são dedicados a duas modalidades de conflito que Lebret enfrentou no Brasil. O primeiro com a hierarquia e os intelectuais católicos, profundamente conservadores e imbuídos de um forte "anticomunismo"; o segundo com o ambiente político vigente no país no período pré-1964, marcado por conturbações traduzidas pelo termo "golpismo".

Para o desenvolvimento do capítulo recorreu-se às mensagens de Ney Braga à Assembleia Legislativa, ao Dicionário Histórico e Bibliográfico Brasileiro e entrevistas e depoimentos publicados na literatura sobre o tema. O pensamento de Lebret é visitado em algumas de suas próprias obras.

No capítulo 4 discuto a divisão econômica, política e cultural do Paraná em virtude de um fenômeno regional que é a imensa faixa de expansão da fronteira agrícola baseada em sua maior extensão em empreendimentos imobiliários. Esse fato que vou denominar "os três Paranás", expressão que traduz a preocupação da oligarquia familiar à qual pertencia Ney Braga, formulada pela intelectualidade paranaense, vem a ser a base para a construção de uma variante da ideologia integracionista, fortemente mobilizadora, que é o "Paranismo". Essa ideologia dava o tom à política paranaense até a ascensão de Paulo Pimentel, quando o problema da hegemonia de um grupo político tradicional é posto em xeque pelas forças econômica, social e política formadas pela grande migração que ocupou o Norte do Paraná.

Trata-se, portanto, de uma ideologia muito particular destinada a legitimar a hegemonia política de uma oligarquia familiar diante de um Estado fracionado em unidades culturais, políticas e econômicas distintas. Diante disso, é possível afirmar que a Democracia Cristã é um deslocamento impróprio de uma filosofia e de uma doutrina políticas do contexto da Europa para as condições do Paraná.

Sete itens compõem o capítulo 4, sendo que os dois primeiros constituem o pano de fundo histórico, ou seja, tratam respectivamente da política de povoamento dirigida pelo Estado, desde a emancipação da 5.^a Comarca de Curitiba e, depois, da formação no território paranaense de três unidades geográficas diferentes, tanto do ponto de vista político, econômico quanto cultural. Essa divisão será a base de contestação da hegemonia política da oligarquia Munhoz da Rocha e Camargo. Para a análise desse assunto, constituem referência as obras de Wilson Martins.

No terceiro item o assunto é a exploração dessa realidade no imaginário político. Os aspectos analíticos são retirados das mensagens enviadas pelos governadores Bento Munhoz da Rocha, Moysés Lupion e Ney Braga anualmente ao Poder Legislativo, além de discursos e plataformas de governo.

Os três itens seguintes, com base na literatura e mensagens de governo são dedicados a demonstrar como todo o sistema de planejamento e o governo Ney Braga representam e expressam uma forma particular de ideologia voltada para a necessidade da integração política, cultural e econômica sob a égide da oligarquia hegemônica, cuja base era o Paraná Tradicional em contraposição ao Norte e ao Sudoeste.

Destacou-se nesse caso que o fenômeno ideológico era a atualização do "paranismo". No centro dessa construção estavam os modelos de explicação da situação estadual fundados na relação centro-periferia, originaria da Cepal. Essa relação centro-periferia é analisada no sentido de mostrar que, independente da sua validade teórica e conceitual, orientava a intelectualidade no processo de reconstrução da experiência política de uma forma totalmente nova, mas que se prestava a justificar também sua própria experiência nesses órgãos de planejamento.

1 A DEMOCRACIA CRISTÃ E O PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO BRASILEIRO

Neste capítulo pretendo expor a relação entre DSI, Democracia Cristã (DC), a emergência dos partidos democratas cristãos na Europa e a fundação, no Brasil, do PDC, depois da derrocada do Estado Novo, em 1945. A exposição começa pela apresentação da DSI da qual deriva a discussão da Democracia Cristã como movimento que está estreitamente vinculado às condições da Europa. A partir desse ponto mostro como os partidos democratas cristãos europeus surgiram no âmbito de uma relação pouco amistosa com a própria Democracia Cristã. Esse quadro possibilitou chegar até a constituição muito problemática do PDC no Brasil, pois sua organização pouco tinha a ver com um movimento democrata cristão prévio. Isso permite já definir um problema que será a base para o capítulo seguinte, o governo Ney Braga, ou seja, a ausência, no Brasil, das condições que, na Europa, propiciaram o surgimento da DC e dos partidos democratas cristãos.

1.1 A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

A Doutrina Social da Igreja, fundada no direito natural, enfatiza a ideia de que o interesse social qualifica os interesses individuais, impondo suas regras à autonomia de cada um. Para o pensamento social cristão, portanto, a inserção do ser humano no todo social tem como finalidade a plenitude da vida individual. Com essa proposição, tal doutrina procura caracterizar uma visão geral da sociedade, de uma perspectiva transcendente, equiparada à teoria social secular e à teoria política.

O ponto de partida para a DSI é a encíclica de Leão XIII¹, a *Rerum Novarum*², de 15 de maio de 1891, que afirma como direito natural o direito de associação, o

¹ Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci Prosperi Buzzi (Papa Leão XIII) nasceu em Carpineto Romano, região do Lácio, província de Roma, em 2 de março de 1810, e morreu em Roma no dia 20 de julho de 1903. Foi ordenado sacerdote da Igreja Católica em 31 de dezembro de 1837. Em 18 de janeiro de 1843 foi indicado Núncio Apostólico para a Bélgica. Em 19 de fevereiro de 1843 foi ordenado Bispo titular de Tamiathis. Em 27 de julho de 1846 tomou posse como Arcebispo de Perugia. Em 19 de dezembro de 1853 foi ordenado Cardeal-presbítero de São Crisogno. Foi eleito Papa em 20 de fevereiro de 1878.

que não pode ser limitado pelas leis positivas. Em outros termos, como destaca a encíclica, o ser humano está dotado por natureza do direito de se unir em sociedade, cabendo ao Estado tutelar os direitos naturais. Nesse sentido, Bobbio assinala que essa encíclica reafirma a tradição jusnaturalista católica: "as leis não obrigam senão enquanto conformes com a reta razão e, conseqüentemente, com a lei eterna de Deus" (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1993, p.919-920).

Na encíclica *Rerum Novarum* (1891), a Igreja dá particular atenção à situação do proletariado urbano, ao estabelecer que o poder é um contrato que se encontra limitado pelos direitos do trabalhador, independentemente dos termos dispostos, declarando-se a Igreja, portanto, favorável à reforma social contra as teses liberalistas (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1993, p.923).

Ao mesmo tempo, procura garantir o direito à propriedade como instrumento de libertação exigindo, para tanto, a intervenção do Estado para limitar a grande propriedade, centralizar a riqueza e tutelar o proletariado mediante a difusão da pequena propriedade agrícola, com participação na propriedade e nos lucros (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1993, p.382).

² Considerado o primeiro documento, a carta magna da Doutrina Social da Igreja e o ponto de referência obrigatório de muitos outros que a seguiram ao longo do século XX. É o primeiro texto oficial da Igreja que aborda de forma global os problemas derivados da sociedade industrial. Ela parte de uma descrição da situação de miséria da classe operária como consequência da industrialização. Com isso, exige e justifica a intervenção da Igreja e a urgência de uma solução. Analisa e rejeita como injusta e inviável a solução proposta pelo socialismo que consiste em transformar a propriedade privada em coletiva. Argumenta que o direito à propriedade privada surge da natureza, portanto, sua negação prejudica os próprios operários, perturba a paz social e, além de tudo, é contrária aos deveres do Estado. A segunda parte aborda que uma verdadeira solução deve se basear numa tríplice proposta: da Igreja, que oferece sua doutrina e orientações sobre a vida e os costumes e sua ação direta em favor dos proletários; do Estado, partindo de uma correta concepção, destacam-se seus principais campos de atuação; dos proprietários e dos trabalhadores, sobretudo por meio de associações, expõe-se o fundamento do direito de associação e, especialmente, descrevem-se as associações operárias católicas. Portanto, percebe-se que a crítica referente à situação social vigente na época e, embora não expressamente, considera a ideologia liberal como responsável pela situação. A causa fundamental da miséria operária é o desaparecimento das antigas associações gremiais, já que isso deixou os operários indefesos diante dos capitalistas. A isso se une a ânsia pelos lucros, que permitiu a exploração de grandes massas de trabalhadores por alguns poucos proprietários. Ambos os traços são típicos do capitalismo liberal. O terceiro fator explicativo da miséria operária é o fato de as instituições públicas e as leis se terem afastado da religião de nossos antepassados. Portanto, se os dois primeiros traços são próprios da organização social estabelecida com a industrialização e o capitalismo, com o apoio da ideologia liberal (considerada como a expressão do espírito da Revolução de 1789 e fruto do princípio do livre exame), aponta para o que foi o centro da polêmica religiosa do século XIX: o fato de ter eliminado a religião da vida pública, privando-a de seu antigo papel de inspiradora das leis e das instituições (IGREJA CATÓLICA, 1941; CAMACHO, 1995, p.51-74).

Eis uma conceituação da Doutrina Social da Igreja de um ponto de vista específico. Importa observar como ela é vista a partir de um clérigo católico explicitamente comprometido com essa doutrina e claramente favorável à militância católica orientada pelos ensinamentos sociais da Igreja. Doutrina e ensinamento são dois termos que expressam mudanças relevantes ocorridas na orientação da Igreja e que permeiam a discussão desse prisma.

A primeira coisa a ser destacada dessa visão é que a encíclica *Rerum Novarum*, mesmo considerada como o primeiro documento da Doutrina Social da Igreja, não pode ser vista isoladamente sem referência a outras encíclicas anteriores³ que trataram de assuntos relacionados aos problemas sociais. Assim, tanto os documentos que antecederam a *Rerum Novarum* como os que a sucederam devem ser vistos como um todo coerente que reflete a posição oficial da Igreja. Isto porque, as encíclicas anteriores de Leão XIII já abordavam as questões relativas à vida social. De uma forma geral, Leão XIII pode ser considerado como o precursor da Doutrina Social da Igreja. Os documentos anteriores à *Rerum Novarum*, assim como aqueles que foram publicados depois, constituem um todo coerente, que reflete a postura oficial da Igreja daquela época sobre os problemas de caráter social, político e econômico. Nesse sentido, a Doutrina Social da Igreja encontra-se em um diálogo contínuo com a história (CAMACHO, 1995, p.12).

Tendo em conta, então, a relação que existe entre a *Rerum Novarum* e outros documentos da Igreja voltados para os problemas sociais, a Doutrina Social da Igreja constitui o conjunto de escritos e mensagens que compõem o pensamento do magistério católico a respeito da questão social. É a primeira vez que o magistério católico dedicou-se integralmente à chamada "questão social", propondo-se a abordar a condição dos operários, em todos os seus aspectos, incluindo os econômicos e políticos. Portanto, pode-se dizer que a Igreja, na pessoa do Papa, trouxe para um primeiro plano os problemas que afligiam o mundo secular, identificando nele os principais desafios sociais à fé católica.

³ Cinco encíclicas sobre questões políticas foram publicadas por Leão XIII, antes da *Rerum Novarum*. São as seguintes: *Diaturnum illud* (29 de junho de 1881), sobre a origem do poder; *Humanun genus* (20 de abril de 1884), sobre a franco-maçonaria; *Immortale Dei* (1.º de novembro de 1885), sobre a constituição cristã do Estado; *Libertas praestantissimum* (20 de junho de 1888), sobre a liberdade humana e o liberalismo; *Sapientiae christianae* (10 de janeiro de 1890), sobre os deveres do cidadão cristão.

Esse posicionamento se dá quando na Europa travava-se a batalha entre o liberalismo econômico e a teoria marxista. Leão XIII, vendo-se diante dessas duas forças ideológicas que expressam interesses contraditórios, procura impedir que os pobres e indefesos, especialmente os operários, se vejam devorados pela ganância do capitalismo nascente e, concomitantemente, procura defendê-los do "principal inimigo da doutrina da Igreja".

A *Rerum Novarum* não foi a única encíclica em que esse tema social ocupou lugar destacado. Outras encíclicas posteriores a ela foram igualmente relevantes para fixar as linhas básicas que nortearam a Doutrina Social da Igreja, introduzindo nela as modificações e atualizações relevantes. São elas as encíclicas *Mater et Magistra* e a *Pacem in Terris*, ambas de João XXIII⁴ e publicadas antes do Concílio Vaticano II⁵.

Com a *Mater et Magistra*⁶, delinea-se para a doutrina social cristã um "programa de estudo" da sociedade como um fim em si mesmo, partindo do princípio

⁴ Angelo Giuseppe Roncalli (Papa João XXIII) nasceu em Sotto Il Monte, província de Bergamo e morreu no Vaticano, em 3 de junho de 1963. Pertenceu à 3.^a Ordem Franciscana Secular. Foi ordenado sacerdote católico em Roma em 1904. Em 1944 foi nomeado Núncio Apostólico em Paris. Em 1953 foi Cardeal-presbítero de Santa Prisca e também foi nomeado Patriarca de Veneza. Foi eleito Papa no dia 28 de outubro de 1958.

⁵ O Concílio Vaticano II foi convocado por João XXIII, em 25/12/1961, por meio da Constituição Apostólica *Humanae Salutes*, e inaugurado em 11/12/1962. O encerramento do Concílio aconteceu em 08/12/1965. Sua elaboração se deu, ao longo desse período, em quatro sessões. O Concílio Vaticano II estabeleceu as bases para uma nova orientação da Doutrina Social da Igreja, que aceitava uma situação histórica de uma sociedade secular e pluralista, como um desafio para a sua própria missão (CAMACHO, 1995).

⁶ A encíclica *Mater et Magistra* foi publicada em 15 de julho de 1961, para fazê-la coincidir com a celebração do 70.^o aniversário da *Rerum Novarum*, embora sua datação seja de maio. A estrutura geral da encíclica compõe-se de quatro partes. Na introdução, trata de como a Igreja se preocupa com o bem-estar material dos povos, retomando a *Rerum Novarum*. A primeira parte trata dos ensinamentos do magistério anterior e aponta para as transformações nos campos científico, econômico, social e político. A segunda parte trata do desenvolvimento dos ensinamentos anteriores, a partir da tese inicial de que a atividade econômica deve basear-se na harmonia entre a iniciativa privada e o poder público. Em seguida, mostra como a industrialização condiciona a vida econômica, impondo, para tanto, critérios de avaliação e orientação. Na sequência, afirma a necessidade de uma justa distribuição do produto social a partir da justa remuneração do trabalho, que possibilite um verdadeiro progresso social e atenda ao bem comum nacional e internacional. Aponta, também, para as relações entre capital-trabalho e afirma que a participação do trabalho é uma exigência da dignidade da pessoa, assim como a participação na empresa e na vida econômica nacional e internacional. O último aspecto, apontado nessa segunda parte, reafirma o caráter natural da propriedade junto à sua função social e o seu alcance a todos. A terceira parte trata dos novos aspectos da questão social: aborda as relações entre diferentes setores da economia, com atenção especial à agricultura, considerado o setor mais deprimido; trata das causas do êxodo rural e dos objetivos da política a ser aplicada; trata das relações entre regiões, de desenvolvimento desigual, dentro de um mesmo país, e da política do Estado, além das relações entre países de desenvolvimento desigual e a forma de ajuda dos países ricos; trata do desequilíbrio entre população e meios de

de que o fundamento, a causa e o propósito das instituições sociais são os seres humanos tomados individualmente. Assim, de acordo com *Mater et Magistra*, as pessoas são sociais por natureza e, por isso, pertencem a "uma ordem de coisas que ultrapassa e sujeita a natureza" (IGREJA CATÓLICA, 1978, p.29).

Na *Pacem in Terris*⁷, o Papa João XXIII assume como sendo próprio da Igreja as reivindicações democráticas e descreve a sociedade em que os direitos de cada um

subsistência e os meios de agir frente ao problema; e, sobretudo, da crescente interdependência e necessidade de colaboração a partir de uma ordem moral objetiva. A quarta parte tem um marcado acento pastoral, tratando da Doutrina Social da Igreja como alternativa a outras ideologias que esquecem o sentido religioso e natural dos homens e, portanto, da importância de sua divulgação e aplicação. Para isso, aborda o sentido da atuação social dos crentes, que se encontram sobre diferentes métodos e orientações das organizações a que pertencem. Portanto, fica claro, nessa encíclica, que a atenção ao passado significa uma continuidade com o pensamento social da Igreja, elaborado nesses setenta anos. Segundo Camacho (p.187), se até Pio XII predominava um discurso mais filosófico e uma argumentação baseada nos princípios da razão, João XXIII lança mão de um raciocínio mais indutivo, que se apoia no aspecto empírico e no sociológico. Por isso sua linguagem ficou mais próxima da pessoa concreta. Quatro aspectos se destacam no panorama que se apresenta nos anos transcorridos do final da Segunda Guerra Mundial e depois da aprovação pelas Nações Unidas da "Declaração Universal dos Direitos Humanos", em dezembro de 1948, até a publicação da *Mater et Magistra*. São eles: a opção pela democracia; o desenvolvimento econômico manifestado nas altas taxas de crescimento econômico e no aumento do bem-estar, que mantém seu ritmo sustentado pelo apoio dos poderes públicos, consolidado no Estado do Bem-Estar. Os países socialistas também conseguem consolidar seu desenvolvimento no quadro do planejamento centralizado e em relação às políticas coloniais do Ocidente e da União Soviética, no acordo estabelecido sobre a dignidade dos povos coloniais com o processo de descolonização. Portanto, observa-se que a proximidade com os problemas reais está unida a uma atitude de confiança e otimismo que a Igreja apresenta em relação ao futuro. (IGREJA CATÓLICA, 1978; CAMACHO, 1995, p.183-211).

⁷ Apenas dois anos separam a encíclica *Pacem in Terris*, datada de 11 de abril de 1963, da *Mater et Magistra*. Ela trata da paz entre os povos, fundamentada na verdade, justiça, amor e liberdade. A encíclica é dirigida tanto aos crentes e membros da Igreja como a todos os homens de boa vontade. A encíclica é composta de cinco partes. Em sua introdução é declarada a impossibilidade da paz caso não seja respeitada a ordem estabelecida por Deus. A primeira parte trata dos direitos humanos e a convivência social fundamentada na dignidade da pessoa humana. Os direitos humanos referem-se aos direitos à existência e aos bens necessários para o desenvolvimento humano, que são os direitos econômicos e sociais, os direitos civis, os direitos políticos. A convivência social se dá pela relação existente entre direitos e deveres, portanto, deve estar fundada na verdade, justiça, amor e liberdade. Também aqui fala-se dos avanços que caracterizam a época, como a elevação das classes trabalhadoras, o acesso da mulher à vida pública e da emancipação dos povos. A segunda parte trata da comunidade política. Refere-se à autoridade, cujo fundamento último é Deus, para assegurar o bem comum, defender e promover os direitos da pessoa. Aborda as exigências éticas da estrutura da sociedade política a partir da divisão de poderes e da submissão deles à ordem jurídica, além da participação dos cidadãos na vida política. Complementando, faz referências às exigências da época em questão, na definição dos direitos e deveres do cidadão e de suas relações com a autoridade. A terceira parte trata das relações entre as nações, baseada na mesma ordem moral que rege as relações entre as pessoas. Portanto, sobre a verdade que significa a igualdade entre os povos e a veracidade da informação; sobre a justiça que significa o reconhecimento dos direitos e respeito dos deveres e das minorias étnicas; sobre a solidariedade, a partir da associação, colaboração, intercâmbio, da acolhida dos exilados políticos, da corrida armamentista e respectivo desarmamento; sobre a liberdade em respeito à independência e a ajuda aos países subdesenvolvidos e sobre a aspiração à paz e consciência da inutilidade da guerra para consegui-la. A quarta parte trata da organização da comunidade mundial, lembrando

são respeitados como exemplo de uma sociedade justa. A garantia do respeito pelos direitos individuais estaria na distribuição de poderes. Assim, estabelecia um nexo entre a ordem divina e a ordem social que só se compreende no plano da consciência do indivíduo (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1993, p.922).

Essas duas encíclicas deram um novo tom à DSI, aproximando-a do que, na cultura contemporânea, se entende por laicidade. No entanto, elas não podem ser vistas à margem da própria doutrina católica, para a qual todo o direito positivo está baseado no direito natural que sustenta a comunidade humana.

Dessa forma, a Doutrina Social da Igreja não é algo estático, pois todos esses documentos, ainda que mantenham um fundo doutrinário comum, acrescentam novos dados no modo como a Igreja enxerga os problemas que são postos por um mundo dinâmico, de tal maneira que se pode falar de uma evolução na doutrina, no sentido de algo inteiramente novo que vem a ser identificado pelo termo ensinamento. Constata-se, então, uma evolução nos conteúdos da doutrina de tal forma que os vários documentos se integram num sistema comum que lhes dá unidade e que se traduzem numa remodelação da doutrina para fazer frente a um mundo em mudança a partir da fé.

As constantes mudanças para enfrentar problemas novos, ou problemas antigos que se expressam ou se manifestam de formas novas, fizeram com que o termo doutrina fosse se tornando pouco adequado para traduzir esse dinamismo, sendo necessário substituí-lo pelo termo "ensinamento", muito mais fluído e apropriado para uma reflexão que vai além do enunciado de princípios (CAMACHO, 1995, p.19).

Com efeito, o Concílio Vaticano II evitou a expressão doutrina a favor do termo ensinamento, inclusive Paulo VI⁸ preferiu "ensinamento social" ou "ensinamentos sociais da Igreja", uma vez que esse papa concebia o ensinamento como um processo

que a crescente interdependência exige uma autoridade mundial que garanta o bem comum universal e suas condições e a contribuição da Organização das Nações Unidas a esse projeto. A quinta parte trata das diretrizes para a atividade pública dos crentes. A participação dos crentes na vida pública, unindo competência e sensibilidade aos valores espirituais, discernimento e imaginação. Além disso, fala da cooperação com os não católicos nessa atividade comum (IGREJA CATÓLICA, 1984; CAMACHO, 1995, p.213-241).

⁸ Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini nasceu em Concesio, província de Brescia, no dia 26 de setembro de 1897 e morreu no dia 6 de agosto de 1978, em Castelgandolfo (residência papal de verão, na região do Lácio, província de Roma). Foi ordenado sacerdote católico em 1920. Foi eleito Papa no dia 21 de junho de 1963.

dinâmico em três passos (ver-julgar-agir). Com isso, ele dava especial destaque à importância da comunidade crente e de cada Igreja em particular nesse processo.

Assim, a função magisterial deixa de se limitar a um pronunciamento doutrinal sobre os problemas sociais para se transformar numa voz que anima a comunidade "a comprometer-se na resolução dos problemas". Por isso, o Concílio deve ser considerado um ponto de inflexão na Doutrina Social da Igreja, de tal forma que se pode falar de antes e depois do Vaticano II (CAMACHO, 1995, p.22).

Há uma íntima relação entre as duas encíclicas de João XXIII, que convocou o Concílio, e os documentos conciliares, particularmente a constituição apostólica *Gaudium et spes*⁹ (7 de dezembro de 1965). Na *Mater et Magistra* e na *Pacem in Terris* já está presente uma atitude de busca de respostas para novos problemas e que seriam explicitadas nos documentos conciliares. Nesses termos, tem-se aí uma transição entre as duas etapas mencionadas, o período anterior e o período posterior ao Concílio.

O que define esse "antes" e esse "depois" é que nos pontificados de Leão XIII (1878-1903), Pio X (1903-1914), Bento XV (1914-1922), Pio XI (1922-1939) e Pio XII (1939-1958), apesar das importantes contribuições para a Doutrina Social da Igreja, predominava a preocupação com a defesa do lugar central que a sociedade antiga atribuía à Igreja na condução da vida social (CAMACHO, 1995, p.22-23).

O período anterior ao Vaticano II deve ser analisado como uma época que colocou problemas diferentes para a Igreja, o que acarretou diferenças notáveis entre os vários pontificados que vão de Leão XIII a João XXIII.

Existem diferenças notáveis entre o pontificado de Leão XIII e os de Pio XI e Pio XII. O primeiro defronta-se com o socialismo e com o liberalismo: aquele como um movimento social emergente, que propõe uma transformação

⁹ A Constituição pastoral *Gaudium et spes* compõe duas partes e uma Introdução, em que trata da condição do homem no mundo moderno. A primeira parte, composta por quatro seções, trata da Igreja e a vocação da pessoa, apontando para a dignidade da pessoa; a comunidade humana; a atividade humana no mundo e a função da Igreja no mundo. A segunda parte, subdividida em outras cinco que têm doze seções ao todo, discorre sobre alguns dos problemas mais urgentes. A primeira delas versa sobre a promoção da dignidade do matrimônio e da família. A segunda trata da conveniente promoção do progresso cultural, apontando para as condições da cultura do mundo moderno; de alguns dos princípios para a conveniente promoção da cultura; de alguns deveres mais urgentes dos cristãos com relação à cultura. A terceira parte cuida da vida econômico-social, apontando para o desenvolvimento econômico e alguns dos princípios orientadores de toda a vida econômico-social. A quarta parte trata da comunidade política. A quinta parte focaliza promoção da Paz e a Comunidade Internacional, apontando para a necessidade de se evitar a guerra e para a construção da Comunidade Internacional (CAMACHO, 1995, p.267-311).

revolucionária da sociedade; este como a nova ordem social nascida da revolução e da industrialização, responsável mais direto pelo deslocamento que a Igreja sofreu em relação à posição que ocupava na sociedade antiga. Tanto a ordem vigente, legitimada pela ideologia liberal, como a alternativa radical proposta pelos socialistas acabam sendo problemáticas para a Igreja. A encíclica mais representativa dessa polêmica antiliberal e anti-socialista é a *Rerum novarum* (CAMACHO, 1995, p.23).

Pio XI¹⁰ com a *Quadragesimo Anno*¹¹ (15 de maio de 1931), comemorativa do quadragésimo aniversário de *Rerum Novarum*, critica tanto a ditadura capitalista como os regimes socialistas. Também condena abertamente o comunismo, com a *Divini Redemptoris* (19 de março de 1937) e o nazismo, com *Mit Brennender Sorge* (14 de março de 1937). Pio XII¹² enfatiza a necessidade de estabelecer as bases de

¹⁰ Ambrogio Damiano Achille Ratti (Papa Pio XI) nasceu em Desio, província de Milão, no dia 31 de maio de 1857 e morreu no Vaticano em 10 de fevereiro de 1939. Foi eleito Papa em 6 de fevereiro de 1922. Vale lembrar que o pontificado de Pio XI ocupou, praticamente, a totalidade do período de vinte e dois anos que separam as duas Grandes Guerras mundiais. Eleito em 6 de fevereiro de 1922, pouco antes de terminada a Primeira Guerra, morreu quando a Segunda Guerra estava a ponto de irromper (em 20 de fevereiro de 1939).

¹¹ Nessa encíclica, Pio XI pronuncia-se "sobre a restauração da ordem social e seu aperfeiçoamento, de conformidade com a lei evangélica". Ele contempla a situação global e propõe soluções que transcendem o problema concreto da classe trabalhadora, embora não deixem de considerá-lo implicitamente. Uma apresentação esquemática do conteúdo revela na sua introdução, no 40.º aniversário da *Rerum Novarum*: a sua ocasião, o alcance da intervenção de Leão XIII; as reações posteriores; a necessidade de uma nova encíclica e sua finalidade. A primeira parte trata dos bens que seguiram à *Rerum Novarum*: a obra da Igreja; a obra do Estado; a obra das partes interessadas; a conveniência de uma nova encíclica. A segunda parte traz os ulteriores esclarecimentos e desenvolvimentos da doutrina econômica e social da Igreja e, portanto, do direito da Igreja intervir nestas questões, a partir de: a) principais pontos desenvolvidos sobre as relações entre particulares, a propriedade privada; as relações entre capital e trabalho para se chegar a uma justa distribuição; a superação do proletariado e o salário justo; b) acerca da restauração da ordem social; a reforma das instituições; a organização da sociedade e do Estado para que supere o individualismo; as profissões como alternativas para as classes sociais; a justiça social e caridade social como força motriz da vida econômica; sobre a organização corporativa e a necessidade da reforma dos costumes. A terceira parte trata da raiz da desordem e sua solução, da seguinte forma: a) que nem o capitalismo e nem a do socialismo oferecem base para uma solução; b) afirma que a raiz do problema encontra-se nas paixões da alma e que o verdadeiro remédio só pode vir da transformação dos costumes e de uma racionalização cristã da economia, baseada em duas virtudes: a moderação e a caridade e que os protagonistas dessa mudança são os próprios trabalhadores e patrões cristãos. Como se pode ver, a primeira parte trata dos benefícios que resultaram da encíclica *Rerum Novarum*, a segunda parte, dos esclarecimentos ulteriores e o desenvolvimento da doutrina econômica e social da Igreja e a terceira parte enuncia as transformações ocorridas depois de Leão XIII e mostra a raiz mais profunda da desordem e sua solução (IGREJA CATÓLICA, 1971; CAMACHO, 1995, p.339-362).

¹² Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli nasceu em Roma no dia 2 de março de 1876 e morreu em Roma no dia 9 de outubro de 1963. Foi ordenado sacerdote em 2 de abril de 1899. Foi nomeado Núncio Apostólico na Baviera em 20 de abril de 1917. Em 23 de junho de 1920 foi Núncio Apostólico na Alemanha de Weimar. Em 7 de fevereiro de 1930 foi nomeado secretário de Estado. Em 1935 foi nomeado Cardeal. Foi eleito Papa no dia 2 de junho de 1939.

uma sociedade submetida a certos princípios morais inspirados no respeito à dignidade da pessoa. Essa contribuição é decisiva para a doutrina social que vai se impor depois do Vaticano II.

Havia, assim, uma polêmica contra o modernismo¹³, uma crítica das realidades associadas à sociedade moderna, polêmica impregnada de passadismo. Daí a dificuldade de aceitar o mundo e de estabelecer um diálogo com ele.

Em síntese, nesses anos que se separam do término do Vaticano II (dezembro de 1965), a DSI se dedicou fundamentalmente a dois problemas: a secularização e a pobreza. O esforço desenvolvido pela Igreja para superar esse bloqueio levou à mudança oficial que veio com o Vaticano II.

Assim, a Doutrina Social da Igreja evoluiu com o tempo tanto em seus métodos quanto em seu conteúdo para fazer frente às transformações sociais que assumem uma velocidade espantosa. Nessa evolução é que se situa a polêmica entre *doutrina* e *ensinamento*. Reitera-se, a doutrina denota princípios fechados; ensinamento, por sua vez, denota um caráter mais dinâmico, aberto e flexível, que consegue incorporar ou rever valores conforme o correr do tempo. O termo ensinamento dá à Doutrina Social da Igreja o caráter de um organismo vivo que consegue se adaptar às circunstâncias e remodelar-se aos acontecimentos mais imprevisíveis (GONÇALVES, 2007).

Ainda que de uma forma não muito explícita, o tema político se manifesta na Doutrina Social da Igreja, porque não se pode falar da realidade social e econômica sem uma referência ao aspecto político. Além disso, na evolução da DSI, os conteúdos da doutrina social caminharam no sentido de realçar o tema político, haja vista que, a partir de Paulo VI, os temas socioeconômicos e os políticos aparecem mutuamente implicados, o que não acontecia nos documentos anteriores, nos quais as questões políticas revestiam-se de menor importância. Assim, pode-se pensar que os escritos de Paulo VI e, particularmente, a encíclica *Populorum progressio*¹⁴ (26 de março de

¹³ Entende-se por modernismo o conjunto das concepções associadas à ideia de progresso, a qual concebia a sociedade como o resultado do desenvolvimento de suas próprias forças excluindo, portanto, da história humana qualquer interferência divina, o que confrontava a visão cristã do mundo.

¹⁴ A encíclica *Populorum Progressio* representa uma continuidade em relação à *Gaudium et spes*, uma vez que aprofunda o tema sobre o desenvolvimento integral e solidário, e expõe a exigências da urgência de uma ação solidária para uma mudança decisiva da história da humanidade. A carta é dirigida para toda a humanidade, com a intenção de sensibilizá-la para um problema concreto. Seu principal objetivo é prático, no sentido do convencimento da necessidade de uma ação solidária, expressa na orientação: "hoje dirigimos a todos este solene chamamento para uma ação

1967) representam o coroamento ou o ponto final de uma tendência que evoluía dentro da própria Doutrina Social da Igreja, ao enfrentar a Igreja os problemas do mundo contemporâneo.

Em decorrência da experiência com os totalitarismos e suas consequências desastrosas para a Europa, Pio XII retoma esse tema – que perdeu seu lugar desde os primeiros anos do pontificado de Leão XIII – de forma sistemática, reconhecendo a política "no quadro envolvente de convivência" e dando-lhe o lugar de direito no conjunto da vida social.

Mas a política só pode ser reconhecida em todas as suas dimensões quando se reconhece o pluralismo inerente à sociedade moderna, o que vem a acontecer com o Vaticano II, em perfeita sintonia com a *Pacem in Terris* (1963), e que se explicitaria,

concreta em favor do desenvolvimento solidário da humanidade" (PP 5). Portanto, Ação, urgência e solidariedade são as três coordenadas que expressam a novidade deste documento e que se complementam com uma nova atitude, a de se colocar ao lado dos povos oprimidos. Portanto, o conteúdo da encíclica estrutura-se com base na passagem conciliar em que foram destacadas as duas dimensões do autêntico desenvolvimento integral e solidário, onde "o desenvolvimento integral do homem não pode acontecer sem o desenvolvimento solidário da humanidade". O desenvolvimento solidário, portanto, refere-se ao esforço conjunto de toda a humanidade para garantir o desenvolvimento por meio das relações econômicas e sociais existentes entre os povos, com a responsabilidade dos países ricos (PP 43-44). Portanto, existe aqui uma concepção cristã de desenvolvimento que está inserida numa antropologia dinâmica referente à visão global do homem. Esta visão global do homem é concebida como uma vocação de Deus, que convida cada pessoa a caminhar em direção a seu próprio progresso (PP 15), garantindo o dinamismo humano. Assim, aquilo que é um dever pessoal, também é um dever comunitário, isto é, o desenvolvimento integral do homem complementa-se com o desenvolvimento integral da sociedade concreta, em que cada pessoa se insere e, da humanidade inteira. A realização de um humanismo novo, um verdadeiro humanismo, um humanismo cristão (PP 16-17). "O verdadeiro desenvolvimento é a passagem, para cada um e para todos, de condições de vida menos humanas a condições de vida mais humanas" (PP 20-21). Deve-se observar aqui a proximidade entre esta definição do desenvolvimento e a que dava padre Lebre: "A série das etapas para uma determinada população e as frações que a compõem, de uma fase menos humana a outra mais humana, no ritmo mais rápido possível, ao custo menos elevado possível, levando em conta a solidariedade entre as frações da população nacional e a solidariedade entre as nações". Consta que Paulo VI comentou esse projeto com diversas pessoas e obteve informações que foi recolhendo até setembro de 1964, data em que se elaborou o primeiro esquema da encíclica, cuja redação foi examinada e anotada pelo próprio Papa e estudada por alguns especialistas. A versão definitiva teve início em novembro de 1966 e ficou pronta em fevereiro de 1967 e aprovada pelo Papa no dia 20 daquele mês, embora sua publicação tenha sido atrasada para coincidir com a festa da Páscoa, em 26 de março de 1967. Entre as pessoas que entrevistaram diretamente na redação, todos os testemunhos apontam para o Pe. Louis-Joseph Lebre, que morreria sem conhecer o texto definitivo. Como especialista conciliar para a *Gaudium et spes*, Lebre já havia elaborado a primeira redação do capítulo sobre a comunidade internacional, e colaborado no capítulo sobre a vida econômico-social. Sua obra principal, *Dinâmica concreta del desarrollo*, publicada em 1961 (tradução espanhola em Herder, Barcelona, 1966, 560pp.), influiu de maneira bastante profunda na encíclica *Populorum progressio*. Alguns atribuem expressamente a ele o primeiro rascunho. Além do mais, sabe-se que Paulo VI apreciou bastante esse primeiro rascunho, e que consultava com frequência o Pe. Lebre. Em seu diário, o próprio Pe. Lebre reconhece que o Papa lhe pediu colaboração para a *Populorum progressio*, inclusive oferece o dado que, em um determinado momento, contemplou-se a possibilidade de a encíclica aparecer antes da quarta sessão do Concílio (IGREJA CATÓLICA, 1967; CAMACHO, 1995, p.315-338).

mais tarde, com a constituição pastoral *Octogesima Adveniens*¹⁵ (1971), "em que Paulo VI exortava os crentes, já sem ambigüidade alguma, a se empenharem na construção de uma sociedade democrática, corpo a corpo com aqueles que agem a partir de ideologias alheias à fé" (CAMACHO, 1995, p.26).

No âmbito da política é preciso encontrar um sentido para o exercício da autoridade que é vista, então, como instrumento para tornar possível o bem comum em uma comunidade pluralista. Ao se fazer a distinção entre comunidade política e comunidade civil, a autoridade que estava a serviço do bem comum encontra-se, agora, a serviço da comunidade política, cujo fim é também o bem comum. Ensina, então, a Igreja que cabe à autoridade agir em favor do bem comum por meio da comunidade política animando e coordenando os esforços de todos. A autoridade deve, portanto, dirigir a ação de todos para o bem comum atuando com uma força moral baseada na liberdade e no sentido de responsabilidade de cada um. Esse é o modo como o tema foi introduzido pela *Gaudium et spes* (1965).

Paulo VI demarcou claramente na *Octogesima Adveniens* (1971) a passagem de doutrina para o de ensinamento. A noção de ensinamento está atenta à tradição, aos princípios gerais consolidados e permanece aberta aos valores novos, numa perspectiva doutrinal e pastoral que se preocupa com o rigor dos fundamentos bíblico-teológicos e com as experiências éticas da ação social.

Na evolução da Doutrina Social da Igreja, é nessa perspectiva que a problemática do desenvolvimento acaba por adquirir destaque, e ela surge associada com a ideia do bem comum, cuja busca está na origem das comunidades.

Segundo essa concepção, a origem da comunidade deve ser buscada nos bens aos quais os indivíduos aspiram, cuja vontade dos particulares seja comum, assim como o ar que respiramos, a ordem, a justiça, a cultura, a verdade e o próprio Deus. Portanto, são bens dos particulares e que só podem ser alcançados pela busca comum. Assim, as pessoas unem-se em agrupamentos constituindo um todo como a cidade. Mas esse todo é apenas uma unidade de ordem, visto que é feito de partes distintas e autônomas que se relacionam na busca do bem comum (AQUINO, 1993).

¹⁵ A referência a essa constituição pastoral decorre da necessidade de completar uma demonstração, pois esse período não é objeto da tese.

Portanto, fazendo uma analogia, podemos dizer que, assim como um bem próprio precisa ser gerido pelo seu proprietário, o interesse comum também deve sê-lo, e quem o faz é aquele que tem a seu cargo o bem da comunidade. Isto porque, os seres humanos são livres e, portanto, não podem ser conduzidos pelos outros, mesmo no interesse dos que são conduzidos.

Diante do risco da desordem, o bem comum deve prevalecer sobre os bens próprios, por isso é ofício do governante reger as condutas das pessoas dentro do grupo, por meio das leis, em benefício do bem comum. A lei positiva humana obriga todos os cidadãos, santificados ou não pela graça, no foro íntimo de suas consciências, para assim prover a comunidade política do viver bem e mantê-la no exercício das virtudes (AQUINO, 1993, p.1207-1218).

A lei que não assegura isso é uma lei injusta, portanto não pode ser chamada de lei. Para ser lei, ela deve derivar da lei natural e das leis divinas, formuladas na Santa Escritura. Isso faz com que haja uma pluralidade de fontes e, dessa forma, o poder político fica diminuído, uma vez que está limitado ao legislador e provedor do bem comum (AQUINO, 1993, p.1207-1218).

Há uma comunidade entre todas as demais que é incontestável, trata-se da comunidade dirigida por Deus, que preside ao "bem comum do universo". Ao pertencer a essa Comunidade Suprema "o homem se subtrai à primazia da política". Eis o mais sólido argumento do indivíduo contra a hipertrofia do poder político, a partir de um direito que pertence a uma comunidade superior que se encontra acima do todo da cidade, por mais perfeita que seja sua ordem. Daí que o bem comum universal prevalece sobre o político e o familiar (CHORÃO, 1994, p.99-155).

Assim, o tema do desenvolvimento ganha especial destaque e isso por causa da voz dos bispos do Terceiro Mundo no plenário do Concílio Vaticano II denunciando "a deterioração econômica e social dos seus países" em contraste com o otimismo do Concílio que se beneficia do ambiente de progresso econômico e social da Europa. Desse contraste surge o princípio central de que "o desenvolvimento é irrenunciável, mas deve ser para todos, sem qualquer exceção" (CAMACHO, 1995, p.279).

A definição de uma situação problemática típica do Terceiro Mundo colocava então para a Igreja a necessidade de pensar a existência de países atrasados em comparação ao quadro de progresso econômico e social vigente na Europa. Ao fazer isso, a DSI aproximava-se da visão desenvolvimentista predominante nos políticos e pensadores que advogavam a necessidade da intervenção do Estado para promover

a industrialização. Essa aproximação não podia ser completa, haja vista que o ensinamento social da Igreja não se coaduna com uma visão tão reducionista do desenvolvimento. Em síntese, sob o ensinamento social da Igreja, a produção está a serviço do ser humano.

No contexto doutrinário do Vaticano II, a finalidade da produção é o serviço do ser humano, do ser humano integral, levando em conta suas necessidades e suas exigências intelectuais, morais, espirituais e religiosas. Não mais é o lucro, nem o poder. Assim, para que o desenvolvimento seja eticamente aceitável ele deve ser integral, isto é, atender a todas as dimensões da pessoa e não só à satisfação das necessidades materiais. Ele deve ser, igualmente, solidário, ou seja, o desenvolvimento deve beneficiar a todos e permanecer sob o controle do ser humano. Estar sob o controle significa simplesmente que o desenvolvimento deve se submeter à razão, donde se conclui que não deve ser deixado à mercê de interesses particulares, quer de grupos, quer de nações. Por isso, o desenvolvimento "pede uma colaboração coordenada de todas as pessoas e organizações da sociedade" (CAMACHO, 1995, p.281).

A pessoa, pela sua natureza, é forçada a viver em sociedade com outras pessoas, sendo a primeira forma de vida associativa a família, da qual depende a conservação do gênero humano e a segunda, o Estado, que depende do bem comum dos indivíduos. Compreende-se que, se apenas o indivíduo tem realidade substancial e transcendente, então, ele não é um meio para o Estado, mas, ao contrário, o Estado é um meio para o indivíduo.

No novo ambiente criado pelas encíclicas de João XXIII, a colaboração entre católico e não católico se tornou possível, pois ideologias hostis ao cristianismo, como o socialismo e o comunismo, não eram motivo para a falta de colaboração. O que se impunha acima das ideologias era a prática concreta dos movimentos, mesmo que permaneça a referência ideológica. Por isso João XXIII conclama todas as posições políticas e ideológicas a uma passagem para aquilo que era operativo e prudencial, ou seja, a mesma avaliação funcional aplicada à Doutrina Social Cristã (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1993, p.381-383).

Ao enfatizar o voluntarismo e o caráter intencional da conduta humana, a teoria social cristã veio a ser uma teoria da ação atribuindo às pessoas a capacidade de escolha entre diferentes objetivos e projetos.

Vale lembrar que Itália, Alemanha, França e Inglaterra foram os países onde não só o sistema capitalista mais se desenvolvera e o marxismo era mais difundido, como também aqueles onde o pensamento social cristão foi gestado.

1.2 A DEMOCRACIA CRISTÃ

A Democracia Cristã surgiu no continente europeu, assumindo, principalmente, um significado religioso, no sentido de traduzir a imagem da Igreja primitiva democrática que se esperava para a sociedade, por meio da Revolução. Todavia, o termo adquiriu importância política entre os republicanos católicos e os socialistas religiosos e, com a Revolução de 1848, serviu para qualificar tanto um ideal eclesial a ser renovado quanto para representar uma sociedade mais justa. Esse conceito alcançou sua dimensão europeia, no final do século XIX, em contato com a encíclica *Rerum Novarum* (1891), que impulsionou os países que não tinham nenhum movimento social-cristão a que procurassem criar grupos correspondentes legitimados sob o conceito de "democracia cristã". No entanto, vale lembrar que, para a Igreja, o significado do termo "democracia cristã" estava explicitamente vinculado ao seu conteúdo caritativo-social.

Após a Segunda Guerra Mundial, os conceitos "christliche Demokratie", "démocratie chrétienne" e "democrazia cristiana" ganharam definitivamente foros de cidadania na Europa continental, no sentido de uma compreensão política que abrangia desde o movimento político-religioso do início do século XIX e o movimento social-religioso do final do século XIX até os partidos democrata-cristãos que se emanciparam da Igreja no século XX. Nesse sentido, pode-se dizer que a DC iniciou-se como um movimento em que militantes cristãos, inspirados nos princípios cristãos, procuravam encontrar soluções práticas para problemas políticos, econômicos e sociais.

Esse tipo de militância se desenvolveu à margem da hierarquia católica. ainda que sua matriz doutrinária fosse a nova doutrina social da igreja, decorrente das encíclicas *Aeterni Patris*¹⁶ (1879) e *Rerum Novarum* (1891).

¹⁶ Sobre a restauração da filosofia cristã conforme a doutrina de São Tomás de Aquino.

Desse ponto de vista, a Democracia Cristã era mais uma escola de pensamento do que um movimento político organizado. Contudo, de uma escola de pensamento e com as citadas encíclicas, ela passa a ser um movimento para colocar em prática os ensinamentos dessas encíclicas, provindos da Doutrina Social da Igreja.

Nesse momento ela entra numa hipotética segunda fase, ao passar a ser vista como um movimento assistencial, voltado para melhorar as condições de vida da classe trabalhadora. Essa parece ser a situação em 1901, com a encíclica *Graves de communi* (18 de janeiro de 1901), de Leão XIII. De um movimento assistencial voltado para melhorar as condições de vida da classe trabalhadora passa, em seguida, a ser entendida como movimento socioprofissional com forte conteúdo sindical. Só mais tarde, a Democracia Cristã foi vista como um movimento político.

Vários partidos políticos começaram a surgir invocando como fonte inspiradora de seus programas e objetivos a fonte política e doutrinária da Democracia Cristã. Isso abriu caminho para que a Democracia Cristã, ela mesma, adquirisse autonomia como fenômeno político, tendo início, então, a fase em que a democracia cristã se transforma em fenômeno político-partidário sem vinculação com a ação da Igreja, mesmo porque em seu desenvolvimento passaram a estar presentes princípios e contribuições provindas das Igrejas protestantes, inclusive militantes a elas pertencentes.

Opondo-se tanto ao liberalismo como ao socialismo, a Democracia Cristã inspira seus partidos para uma terceira via de modelo econômico, a economia social de mercado na qual se conjugam a liberdade de iniciativa e a propriedade privada, com ampla preocupação social.

Com a encíclica *Rerum Novarum* o movimento democrata cristão ganhou a adesão de novos militantes e cresceu sua influência no interior dos partidos católicos que estavam se formando no final do século XIX. Esse quadro favorável estimulou a formação de partidos democratas cristãos, mas as primeiras tentativas nesse sentido foram obstaculizadas pela desaprovação de Leão XIII, que advertiu os democratas cristãos para se manterem numa linha de atuação voltada para a ação social em benefício do povo, ou seja, à margem da atividade política (BUSETTO, 2002).

Como o termo cristão engloba os protestantes, e estes estavam fortemente ligados à moral cristã, ainda que considerados como não ortodoxos, uma certa autonomia de ação em relação à hierarquia católica foi evidenciada. Assim, também, era o programa dos partidos democratas cristãos, referindo-se, simultaneamente, a uma visão cristã do mundo e a uma política social cristã. Na maioria das vezes eles

se apresentavam como portadores de uma visão social bem definida que era a de povo organizado em corpos e associações. Dessa forma, o termo democracia refletia um ideal social que era o da Democracia Cristã que, por sua vez, dirigia sua atenção aos interesses populares e expressava uma perspectiva política, em parte sugerindo a aceitação da democracia política liberal e dos seus valores (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1993, p.890-898).

Após a Primeira Guerra Mundial e, destacadamente na década de 1920, quando surgiram os primeiros sinais da ascensão do fascismo na Europa, a Democracia Cristã passou a se preocupar com a cooperação internacional entre os partidos democratas cristãos ou partidos inspirados pela Doutrina Social da Igreja. Assim, um dos pilares da ação política da Democracia Cristã é a cooperação internacional entre os partidos democratas cristãos. Em 1925 realizou-se a primeira tentativa de organizar um movimento supranacional de natureza democrata cristã. Nessa ocasião, os representantes de partidos populares cristãos e de outros agrupamentos políticos democratas cristãos se reuniram em Paris e criaram um Secretariado de Coordenação e Informação Internacional, objetivando manter uma ação conjunta contra a ascensão do fascismo.

Com o final da Segunda Guerra Mundial e já durante a vigência do Plano Marshall¹⁷ para a reconstrução da Europa, foi criada, em 1946, a *Nouvelles Équipes Internationales* (NEI), órgão supranacional, ocupado em coordenar uma ação conjunta entre os partidos democratas cristãos para participarem ativamente na reconstrução da Europa, dentro dos âmbitos institucionais, econômicos e sociais (MAYEUR, 1980, p.226-229).

Terminada a Segunda Guerra, vieram a lume os escritos de Jacques Maritain reunidos no volume *O Homem e o Estado*, no qual o conceito de povo é a própria substância do corpo político, colocando-se acima do Estado. O povo tem o direito natural de se governar a ele mesmo, possuindo a autonomia de um "corpo" plenamente constituído que só se desorganiza, se despedaça quando reconhece a um poder humano um direito soberano sobre ele próprio.

¹⁷ O Plano Marshall foi um programa de recuperação europeia lançado em 1947, pelo secretário de Estado norte-americano George C. Marshall, com o objetivo de reconstruir, com a ajuda financeira dos EUA, a economia da Europa Ocidental arruinada pela guerra. Executado no período 1948-51 o programa abrangeu os 216 países que se reuniram na Conferência de Paris, em 1947, para fundar, no ano seguinte, a organização para a cooperação econômica europeia, encarregada de viabilizar a integração dos planos de seus membros no âmbito global, cabendo aos EUA o controle da política monetária.

Para Maritain, uma filosofia democrática pressupõe a confiança no povo, que se justifica quando se sabe que a democracia resulta de um demorado processo histórico durante o qual se enraíza no povo a apreciação pelos valores morais e espirituais que fundam os direitos do ser humano. Numa democracia há um acordo entre os homens sobre a base da vida comum, o que pressupõe princípios fundamentais que se encontram no âmago de suas experiências pessoais (MARITAIN, 1957).

O povo é constituído por pessoas que participam do bem comum, que liga umas às outras. O bem comum é a meta da sociedade política, que exige para sua realização o reconhecimento dos direitos fundamentais das pessoas e o maior acesso possível ao bem do todo, isto é, dessas pessoas à sua vida de pessoas, à sua liberdade de expansão.

Para Maritain, o bem comum da sociedade transcende a sociedade política, pois a remissão direta da pessoa humana a Deus transcende todo o bem comum criado. Por isso, ele se refere a uma primazia espiritual, pois há uma destinação última do homem para a salvação, que é mais decisiva do que qualquer outro bem. A constatação de um bem sobrenatural não anula, entretanto, a importância do bem comum político, pois "o bem comum do corpo político implica uma ordenação intrínseca, embora indireta ao que o ultrapassa". Eis o lugar da Igreja como mensageira do evangelho que anuncia ao homem seu último destino, sem que ela mesma se erija em potência política (MARITAIN, 1993, p.776).

O problema crucial da democracia é o da autoridade e do seu fundamento. Nesse caso, Maritain recusa todas as construções teóricas que sustentam a obediência ou o seu inverso, como a variante da vontade geral. Considera-as o fundamento das várias formas de autoritarismo que despojam o povo da autoridade, inclusive aquelas que o fazem depois de lhe ter atribuído um poder excessivo. Essas formas de ver a autoridade e o seu fundamento afastam-se da ideia de que o povo possui, ele próprio, a autoridade por participação que ele delega a seus representantes.

A representação ou "vicariância", conceito que Maritain toma emprestado da teologia, é essencial à filosofia democrática autêntica, pois essa é a forma de o direito de governar ser exercido. Trata-se do governo exercido por representantes que a escolha do povo colocou em função. Dessa forma, o povo participa da autoridade que vem de Deus, ou seja, que os governantes não são a fonte última, absolutizada do poder. As pessoas podem participar dessa autoridade sem que elas possam considerar a si mesmas autoridade soberana ou fonte do direito em virtude da função.

Maritain fala, também, da unificação política do mundo, pois, para ele, os Estados modernos são instrumentos e não soberanos absolutos. Desse ponto de vista, é possível pensar e imaginar as bases de uma organização política do mundo.

Com a exposição da problemática da Democracia Cristã, destacamos a sua vinculação com a Doutrina Social da Igreja, que se apoia no conceito do justo, da justiça e do governo justo, enraizado no pensamento medieval e retomado por Maritain, no século XX. Surgiram, então, novos partidos organizados pela militância da Democracia Cristã, e outros novos partidos, resultantes das transformações dos antigos partidos católicos. Nesse sentido, percebe-se o contraste existente entre esse ambiente fundador europeu com a Democracia Cristã que surgia para além daquele continente.

1.3 OS PARTIDOS DEMOCRATAS CRISTÃOS

Os primeiros partidos democratas cristãos surgiram no final da Primeira Guerra Mundial, juntamente com o retorno da vida política europeia à democracia. Em 1919, Dom Luigi Sturzo¹⁸ fundou o *Partito Popolare Italiano* com o aval de Bento XV. Com seu reformismo democrático, esse partido inaugurava um caminho na direção de uma "Terceira Via". Em seguida vieram outros, como o *Partido Social Popular*, organizado na Espanha, em 1922; na França, em 1924, o *Parti Démocratique Populaire* e em vários outros países, como Polônia, Suíça, Checoslováquia e Lituânia. Todos esses partidos foram sufocados pela ascensão do fascismo e nunca deixaram de ser forças políticas minoritárias (MAYEUR, 1980).

Finda a Segunda Guerra Mundial, os partidos democratas cristãos ressurgiram. Já em 1945, conquistaram o poder nas primeiras eleições italianas com o partido

¹⁸ Luigi Sturzo nasceu no dia 26 de novembro de 1871, na região de Caltagirone, na Sicília e morreu em Roma, no dia 8 de agosto de 1959. Ordenou-se padre em 19 de maio de 1894. Graduiu-se em Filosofia em Roma em 1896 e em Teologia na Universidade Gregoriana em 1897-8. Em 1898 iniciou na sua cidade natal o movimento da Democracia Cristã e em 1918 participa da fundação do Partido Popular Italiano. Em virtude de sua oposição ao fascismo exilou-se em Londres e, posteriormente, em 1940, nos Estados Unidos da América. Retornou à Itália em 1946 e nomeado Senador em 1952 pelo presidente da República Luigi Einaudi. Seu processo de beatificação foi aberto em 2002. (Disponível em: <www.biografiasyvidas.com/biografia/s/sturzo.htm>. Acesso em: 30 jul. 2010).

Democracia Cristiana Italiana (DCI), fundada por Alcides De Gasperi¹⁹, que fora o último secretário da organização clandestina que os antigos membros do *Partito Popolare Italiano* haviam fundado. Na Alemanha, em 1945, vários partidos democratas cristãos regionais organizaram-se numa federação denominada *Christliche-Demokratische Union* (CDU). Konrad Adenauer²⁰, dirigente da CDU, foi eleito chanceler alemão, mantendo-se no cargo por mais de uma década. Na França, os católicos que tinham participado da Resistência organizaram o *Mouvement Républicain Populaire* (MRP). Na Áustria, com a extinção do Partido Cristão Social, que contava entre os partidos católicos europeus com o maior número de militantes democratas cristão, foi fundado o *Österreichische Volkspartei* (OVP) (MAYEUR, 1980).

Na Bélgica, as bases jovens do partido católico local, formado no final do século XIX, fundaram o *Parti Social Chrétien* (PSC). Ainda marcado pelas diretrizes dos velhos partidos católicos, porém, incorporando princípios da Democracia Cristã, foi organizado nos Países Baixos o *Katholieke Volkspartij* (KVP). Na Suíça, o *Schweizerische Konservative Volkspartei*, constituído em 1945, agregava membros da direita católica e cristãos sociais (MAYEUR, 1980).

¹⁹ Alcide de Gasperi nasceu em Pieve Tesino (Itália), em 3 de abril de 1881 e morreu em Borgo di Valsugana (Itália), em 19 de agosto de 1954. Foi um político democrata cristão italiano. Ocupou os cargos de presidente e primeiro-ministro da Itália. Foi hostil aos fascistas, preso em 1927 e condenado a quatro anos de prisão. Passados dezesseis meses foi libertado graças à intervenção do Papa. Ativo na resistência durante a Segunda Guerra Mundial, fundou o partido da Democracia Cristã. Ocupando o cargo de primeiro-ministro de 1945 a 1953, implantou uma reforma agrária para o sul e centro da Itália. Na política externa, procurou aproximar-se dos países ocidentais e assinou o Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Contribuiu, desse modo, para a reconstrução material e moral do seu país no pós-guerra.

²⁰ Konrad Adenauer nasceu em Colônia (Alemanha) em 5 de janeiro de 1876. Estudou em várias universidades até se graduar em Direito. Foi um político alemão democrata-cristão, advogado, prefeito de Colônia entre 1917 e 1933, membro do Poder Legislativo e um dos arquitetos da economia social de mercado. Como católico, fez oposição ao nazismo e, com o advento de Adolf Hitler ao poder, foi expulso de seu cargo político e obrigado a se aposentar. Com a iminência do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1944, Adenauer foi mandado para um campo de concentração e foi libertado quando as tropas aliadas invadiram a Alemanha. Em 1945 participou da fundação da União Democrata-Cristã (CDU) e assumiu a presidência da liga na zona de ocupação britânica. Com o estabelecimento da Alemanha Ocidental, em 1949, Adenauer assumiu o cargo de Primeiro-Chanceler da República Federal da Alemanha (1949-1963). Por quatorze anos liderou a coligação entre a CDU, o seu partido-irmão da Baviera, União Social Cristã (CSU) e os Democratas Livres, o partido liberal alemão (FDP). Entre 1951 e 1955 também serviu como ministro para assuntos exteriores da Alemanha Ocidental. Adenauer tinha um grande objetivo: estabelecer a Alemanha Ocidental como uma proteção para conter a expansão dos soviéticos na Europa. Assim, ele promoveu um estreitamento nas relações com os Estados Unidos e se reconciliou com a França. Foi durante o mandato de Adenauer que a Alemanha Ocidental passou a integrar a Organização do Tratado do Atlântico Norte e passou a ser reconhecida como uma nação independente. Adenauer aposentou-se em 1963, após concluir um tratado que havia perseguido durante anos, de cooperação com a França e continuou no parlamento até a morte, em Bad Honnef, no dia 19 de abril de 1967.

Vê-se, pois, que os partidos democratas cristãos, que se organizavam na Europa, possuíam duas matrizes; uma doutrinária, que é a própria Doutrina Social da Igreja; outra que vem a ser a revisão da prática política dos partidos democratas cristãos do início do século XX, ou dos velhos partidos católicos europeus. Portanto, pode-se dizer que os partidos democratas cristãos pertencem à experiência europeia por excelência.

Entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1950, os partidos democratas cristãos desfrutavam de uma posição destacada no contexto político partidário europeu. Mesmo naqueles partidos políticos vinculados à velha ideologia que organizara a vida de antigos partidos católicos, a doutrina política democrata cristã exercia influência incontestável. Vale lembrar que, na filosofia política, o termo "doutrina política" geralmente indica um complexo orgânico de ideias que resulta de uma reflexão metódica. No caso da DC e dos partidos democratas cristão, a partir da segunda metade do século XIX, tal reflexão era estimulada pela necessidade de reagir contra as consequências do regime capitalista, bem como em contraposição às instâncias do pensamento marxista. No caso particular da Doutrina Social Cristã ela orientava-se no sentido de fundar uma nova ordem social em que a economia estaria subordinada à moral cristã (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1993), uma ideia estranha tanto ao liberalismo, em ascensão com o desenvolvimento do capitalismo, quanto ao marxismo, o contraponto clássico do liberalismo.

Independente dessa dupla origem, esses partidos possuíam uma fonte de inspiração comum que era a Doutrina Social da Igreja. Mas também se inspiravam nas pastorais e no personalismo humanista de autores como Jacques Maritain e Emmanuel Mounier, entre outros, sem esquecer, naturalmente, as contribuições das Igrejas protestantes para a elaboração da doutrina e, ainda, as contribuições produzidas por organizações leigas, eclesialmente independentes.

Há que se acrescentar no desenvolvimento da Democracia Cristã como fenômeno político-partidário um fator relevante, representado pelas práticas políticas dos partidos que assumem a Democracia Cristã como patrimônio ideológico e pelas práticas governativas desses partidos.

No desempenho do poder governativo, os partidos democratas cristãos manifestam uma elasticidade ideológica decorrente de sua condição de partidos interclassistas, que refletem a composição social dos cristãos.

Dessa composição social diversa adveio a sua heterogeneidade ideológica, que coloca os partidos democratas cristãos, ora no centro-esquerda do espectro ideológico dos sistemas de partidos, ora no centro-direita, mas, tradicionalmente, no centro-direita.

Independentemente dessa elasticidade ideológica, os partidos democratas cristãos têm como sua base doutrinária o conceito de dignidade humana. Esse conceito, além de ser a realidade básica de todos esses partidos, serve de norte para os partidos democratas cristãos, que se orientam para criar as condições que asseguram a realização dessa dignidade, de forma plena e integral, e nela afirmam sua dimensão espiritual e transcendente.

1.4 A DEMOCRACIA CRISTÃ NO BRASIL

Até o final da Segunda Guerra Mundial, a Democracia Cristã era, na América Latina, mais uma corrente de pensamento restrito a um pequeno grupo de intelectuais católicos, longe, portanto, de algo que fosse um partido, capaz de ingressar no campo do confronto político. Mesmo restrita a esses grupos, foi sufocada pelo catolicismo conservador brasileiro e politicamente pouco influente.

Com o Primeiro Congresso da Democracia Cristã na América Latina, realizado em Montevideu, no mês de abril de 1947, o movimento democrata cristão ganhou impulso no plano político de alguns países e no plano supranacional. Naquela reunião, os militantes elaboraram uma estratégia de ação visando à expansão da "Terceira Via" na América Latina.

O Movimento de Montevideu tinha como objetivo "promover estudos dos problemas político-econômicos da América e criar um programa calcado nos princípios políticos da Democracia Cristã como a única possibilidade de impedir o florescimento no território latino-americano do totalitarismo, tanto de direita quanto de esquerda" (LIMA, 1947, p.186).

Porém, os participantes do Congresso estavam convencidos de que a conquista da democracia, como meio de impedir a ascensão de movimentos totalitários, não seria factível sem a justiça social. Democracia e justiça social, entretanto, só seriam alcançadas com o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos.

Dessa forma, logo nos seus primeiros ensaios de reorganização na América Latina e no Brasil, a democracia cristã constatava a existência de um fator crítico e restritivo, o subdesenvolvimento, e que deveria ser superado. A forma de superar esse subdesenvolvimento foi expressa no seu plano econômico, no qual os signatários da Declaração de Montevideu²¹ se comprometeram a atuar, no sentido de superar o capitalismo individualista ou estatal por meio do "humanismo econômico", fundado no predomínio da moral sobre o lucro, do consumo sobre a produção, do trabalho sobre o capital e, tudo isso, associado à busca da distribuição mais justa da propriedade, que é tida como a base econômica da liberdade e do progresso. Ao fazer isso, mantinham os princípios básicos da democracia cristã, mas introduziam uma variável crucial, a distribuição mais justa da propriedade num país que era quase exclusivamente rural.

No aspecto político, a defesa da democracia seria efetivada na luta contra as tendências que se opõem à democracia e promovem a discórdia e a guerra, como o fascismo, o comunismo, o anticomunismo, o nacionalismo, o imperialismo e o antissemitismo.

Em relação à dimensão social, o programa expresso na Carta de Montevideu se propunha a promover a redenção do proletariado. A reunião de Montevideu encerrou-se com a criação do Comitê de Coordenação Central, incumbido de estruturar um organismo supranacional, para elaborar as "orientações políticas estratégicas, fundadas em estudos produzidos à luz dos princípios ideológico-doutrinários da Democracia Cristã e com vistas à formulação de uma ação conjunta entre os seus membros" (LIMA, 1947, p.186).

No final dos anos quarenta, um grupo de jovens intelectuais católicos de São Paulo procurou organizar o movimento democrata cristão, constituindo-se em um núcleo político, com o objetivo de adaptar e aplicar à realidade brasileira os princípios e projetos alternativos àqueles fundados no liberalismo ou no comunismo. Entre esses

²¹ Em 1947, Montoro, Amoroso Lima e Heráclito Sobral Pinto participaram do congresso católico realizado em Montevideu, ao qual compareceram expoentes de alguns partidos democratas cristãos já organizados na América Latina.

jovens, tinha posição destacada André Franco Montoro²², que viria a se tornar umas das principais personalidades da Democracia Cristã no Brasil e teria posição de destaque na direção do Partido Democrata Cristão. De certa forma, Franco Montoro pode ser visto como porta-voz autorizado da Democracia Cristã brasileira e, nesse sentido, ele não compreendia a Democracia Cristã como uma terceira via entre o

²² André Franco Montoro nasceu na cidade de São Paulo no dia 16 de julho de 1916, filho de André de Blois Montoro e de Tomásia Alijostes Montoro. Em 1938 bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Nesse período colaborou em jornais e revistas como *O Legionário*, *Folha da Manhã*, *A Noite*, *Diário de São Paulo* e *O Debate*, onde ocupou a direção técnica de 1934 a 1938. Entre 1938 e 1940 foi secretário-geral do Serviço Social da Secretaria da Justiça de São Paulo, no governo do interventor Ademar de Barros. Em 1940 tornou-se professor titular da Faculdade de Direito da USP e, também, foi procurador do Estado de São Paulo, mantendo-se no cargo até 1950. Em 1947 integrou a Ação Católica Brasileira (ACB). Nesse mesmo ano, juntamente com Montoro, Clóvis Garcia e Marcos Nogueira Garcez e outros, fundou em São Paulo a Juventude Universitária Católica (JUC), mantendo constantes contatos com a ACB, sob a liderança de Alceu Amoroso Lima. Ainda em 1947, Montoro, Amoroso Lima e Heráclito Sobral Pinto participaram do congresso católico realizado em Montevideú, ao qual compareceram expoentes de alguns partidos democratas cristãos já organizados na América Latina. De volta ao Brasil, fundou a Vanguarda Democrática. Em 1950, Montoro elegeu-se vereador em São Paulo na legenda do PDC, sendo autor do projeto de lei municipal que estabeleceu o horário do comerciário, proibindo o comércio noturno. Renunciou o mandato em 1952. No pleito de outubro de 1954, elegeu-se para a Assembleia Legislativa de São Paulo na legenda do PDC. Como deputado estadual, foi autor do projeto de lei que instituiu o Plano Regional de Desenvolvimento do Vale do Paraíba e estabeleceu um programa de crédito rural em benefício do agricultor. Em outubro de 1958 elegeu-se deputado federal por São Paulo, na legenda do PDC, com 76.646 votos. Como parlamentar, foi autor da lei que isentou do pagamento do Imposto de Renda o empregado, chefe de família, que recebesse até cinco salários mínimos. Em março de 1961, tornou-se líder do PDC na Câmara dos Deputados, tendo sido ainda um dos articuladores do bloco parlamentar integrado, além do PDC, pelo PSB, o PR e o PTN, sendo eleito líder do bloco. Integrou a comitiva parlamentar que acompanhou Goulart em sua visita oficial à República Popular da China. De volta ao Brasil, apoiou a solução política consubstanciada na Emenda Constitucional n.º 4, que, votada pelo Congresso em 2 de setembro de 1961, implantou no país o parlamentarismo. Montoro foi nomeado para o Ministério do Trabalho e Previdência Social, tomando posse no dia 8 de setembro de 1961. Como ministro, designou uma comissão para elaborar o projeto de lei que dispunha sobre o salário-família, que seria calculado para cada filho menor até 14 anos de idade na base de 5% do salário mínimo local. O projeto foi aprovado em 1963. Reelegeu-se deputado federal em outubro de 1962, obtendo 62.463 votos. Na Convenção de Águas da Prata (SP) disputou a presidência do partido com Ney Braga, perdendo para ele. Após a vitória do movimento político-militar de 31 de março de 1964, sob sua liderança na Câmara, o PDC apoiou a candidatura do general Humberto Castelo Branco, juntamente com o PSD, a UDN, o PR, o PTN, o PRP, o PSP, o PL e o MTR. Na Câmara, em maio de 1964, Montoro tornou-se vice-líder do bloco parlamentar formado pelo PDC, o PSP, o PST, o PR e o MTR, sob a liderança do deputado Arnaldo Cerdeira, do PSP. Montoro foi eleito presidente nacional do PDC na convenção realizada pelo partido em princípios de 1965, quando derrotou Ney Braga. Com a promulgação do AI-2, de 27 de outubro de 1965, que extinguiu todos os partidos políticos do país, e a posterior instauração do bipartidarismo, Montoro ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tornando-se primeiro vice-presidente da agremiação, cargo que exerceria até 1968. Faleceu na cidade de São Paulo no dia 16 de julho de 1999. Era casado com Luci Pestana Silva Franco Montoro, com quem teve sete filhos. Além de artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras e na imprensa em geral, escreveu vários livros (DHBB, 2001, p.3866-3873).

comunismo e o liberalismo. Pelo menos, é o que informa Alceu Amoroso Lima, na apresentação que faz do livro de Montoro, ao dizer que, para Montoro, a Democracia Cristã se apresenta como uma doutrina autônoma, com seus postulados próprios e suas exigências específicas (LIMA, 1966).

De fato, o subdesenvolvimento coloca um desafio que pode ser enfrentado de três modos, mas somente uma é democrática e descentralizadora, pois confere às pessoas e às comunidades em que vivem o direito de participação social. Todas as demais, ou dão ao capital a direção do processo social, ou ao Estado todas as decisões sociais. Por isso, o Liberalismo capitalista, o Estatismo comunista e o Comunitarismo democrata cristão são as três respostas possíveis ao desafio do subdesenvolvimento (MONTORO, 1966).

Montoro define três linhas básicas que caracterizam a ideologia Democrata Cristã. Primeiramente, a afirmação de que o valor básico da vida social é a pessoa; em segundo lugar, a inconformidade com a situação de injustiça no mundo; finalmente, a luta por reformas num regime de liberdade e subordinada ao espírito comunitário.

De acordo com a primeira linha, o ser humano não pode ser considerado um indivíduo isolado ou abstrato, nem é um instrumento do Estado ou da empresa, do partido ou do processo histórico. Ele é uma pessoa, um ser dotado de inteligência e vontade e, por isso, capaz de agir com liberdade e responsabilidade. A pessoa não é objeto passivo da vida social, mas seu sujeito e fundamento de todas as instituições (MONTORO, 1966).

As injustiças, que devem ser objeto do inconformismo cristão, são representadas pelo desnível clamoroso entre nações ricas e nações pobres; pelo desnível entre regiões ricas e regiões pobres, dentro de um mesmo país; pelo desnível entre setores econômicos da nação e, sobretudo, pelo desnível entre classes privilegiadas reduzidas e imensas camadas de miseráveis (MONTORO, 1966).

As reformas preconizadas pela Democracia Cristã devem se sujeitar à adoção de métodos comunitários²³, isto é, métodos de participação ativa dos membros da

²³ Comunitarismo apresenta-se como uma teoria social central na defesa do bem comum e de sujeitos arraigados na comunidade dentro da qual eles se socializaram. A ideia de comunitarismo estava voltada para o fortalecimento das estruturas comunitárias baseadas no respeito à dignidade humana de seus membros e, de certa forma, está baseada no humanismo de Maritain, na Doutrina Social da Igreja e no personalismo de Mounier. Mounier, com base numa fé cristã, propõe uma civilização personalista e comunitária, cujas estruturas e espíritos estão orientados para a realização da pessoa. Essa civilização, acima dos interesses materiais, tem por fim último colocar cada pessoa em estado

comunidade na solução dos problemas da coletividade, o que implica o diálogo democrático, pluralista e comunitário que deve substituir os métodos paternalistas e autoritários. Ao adotar os métodos comunitários, o passo seguinte é a luta pela instauração de estruturas comunitárias, que são as melhores trincheiras da dignidade humana. Essa luta se dá por meio da reforma das empresas, pela adoção de formas comunitárias de participação, da reforma agrária e urbana no sentido comunitário (MONTORO, 1966).

Assim, o subdesenvolvimento é apresentado como um escândalo definido pelos gritantes desníveis entre a riqueza e a miséria das nações, regiões, setores e classes a exigir a tomada de algumas decisões. Entre essas decisões destaca-se o abandono das velhas teses do liberalismo econômico em nome de uma política corajosa de planejamento, o qual não deve ser concebido em termos de progresso econômico, mas de conformidade com as exigências da justiça. Além disso, o modelo de planejamento sugerido deve reconhecer que todos os setores da comunidade devem participar conscientemente do esforço de desenvolvimento (MONTORO, 1966).

Um desenvolvimento econômico voltado exclusivamente para o aumento da produção e da renda nacional não atende às exigências de uma ordem social justa. É preciso que o desenvolvimento seja também social, isto é, todos devem ser beneficiados com o crescimento econômico por meio da distribuição equitativa e justa dos bens produzidos. Mas não cabe às pessoas receberem passivamente os benefícios do desenvolvimento, pois isso não respeita a natureza e a dignidade da pessoa, que não é objeto, mas sujeito e agente da vida social. Por isso, desenvolvimento propriamente humano é só "aquele que é feito com a participação consciente e pessoal dos homens que integram a comunidade", uma vez que o desenvolvimento

de poder viver como pessoa, quer dizer, em estado de poder atingir um máximo de iniciativa, de responsabilidade, de vida espiritual. O personalismo, ao combater o individualismo, favorece a comunidade de pessoas. Segundo Mounier, a vida pessoal é, com efeito, uma conquista oferecida a todos e não uma experiência privilegiada, pelo menos acima de um certo nível de miséria. Não se dispensam a responsabilidade da pessoa no seu agir e seu ato de contribuição na realização da história. A essa exigência de conquista, o personalismo acrescenta um juízo de valor, um ato de fé: a afirmação do valor absoluto da pessoa humana. Segundo Mounier, a pessoa é um absoluto em relação a toda outra realidade material ou social. Portanto, a pessoa não pode ser considerada como parte de um todo, mas é um todo, com o outro, com a comunidade. Para isso, segundo Mounier, o primeiro ato da pessoa deve ser a criação com outros de uma sociedade de pessoas, cujas estruturas, costumes, sentimentos e instituições estejam marcadas pela sua natureza de pessoa que é inseparável da comunidade e incompreensível sem ela. Nesse sentido, a pessoa só se realiza na comunidade. A comunidade verdadeira é a comunidade de pessoas, cabendo ao Estado a contribuição na defesa da pessoa para sempre promovê-la e jamais oprimi-la ou limitar a sua liberdade (MOUNIER, 1967. p.85).

não é desenvolvimento para as pessoas, mas também pelas pessoas. Por isso, o planejamento moderno precisa ser democrático e comunitário. E não centralizador, ditatorial, totalitário ou paternalista (MONTORO, 1966, p.35).

Considerando, pois, o texto de Franco Montoro como expressão sistemática da doutrina democrata cristã, ela não foge dos postulados fundamentais do desenvolvimentismo, ainda que a intervenção organizada do Estado, por meio do planejamento, se oriente pela ideia de crescimento com equidade e se subordine ao princípio da filosofia comunitária, para que seja descentralizada e expresse a participação efetiva das pessoas.

Desde a separação do Estado fixada pela Constituição Federal de 1891, a Igreja investia pesadamente numa estratégia de reaproximação do Estado, para obter privilégios com vistas a tornar o país efetivamente católico. Ao lado disso, a Igreja estava preocupada também em firmar o catolicismo diante dos movimentos políticos, sociais e culturais que promoviam a secularização da vida nacional, principalmente aqueles movimentos orientados pelo liberalismo ou pelo comunismo. A essa ação, a Igreja somava outras, como atuar com todos os meios aos quais pudesse recorrer para dificultar e criar obstáculos ao avanço de outras religiões. "Nesse sentido, a organização dos leigos católicos em todos os setores sociais transformou-se numa importante pilastra de sustentação daquela estratégia adotada por Dom Sebastião Leme.²⁴" (BUSETTO, 2002, p.48).

²⁴ Sebastião Leme de Silveira Cintra nasceu em Espírito Santo do Pinhal, hoje Pinhal (SP) no dia 20 de janeiro de 1882, filho do professor Francisco Furquim Leme e de Ana Cândida da Silveira Cintra. Em setembro de 1894 ingressou no Seminário Menor Diocesano de São Paulo. Em 1.º de setembro de 1895, após receber a tonsura, Sebastião Leme partiu para Roma. Na capital italiana, cursou humanidades, ao mesmo tempo em que estudava filosofia na Universidade Gregoriana. Em 1900, recebeu o título de doutor em filosofia, iniciando em seguida o curso de teologia. Sebastião Leme recebeu as ordens maiores em 28 de outubro de 1904, em cerimônia realizada na capela do Colégio Pio Latino-Americano. Transferido em 1905 para a capital do estado, foi segundo-coadjutor da paróquia de Santa Cecília. Organizou um jornal católico voltado para a defesa da religião e do clero, fundando a *Gazeta do Povo*. Deixou a paróquia ainda, em 1905, ao ser nomeado professor de filosofia do Seminário Episcopal de São Paulo. Em 1908, o novo bispo da diocese, dom Duarte Leopoldo, conferiu ao padre Leme as insígnias capitulares e o nomeou diretor do *Boletim Eclesiástico*. Nesse jornal, sob o seu pseudônimo de Senex, escreveu diversos artigos para a seção de teologia pastoral. Nomeado, em 1910, provigário-geral da diocese de São Paulo, transformada meses depois em arquidiocese, o cônego Leme se tornou rapidamente a principal figura da Confederação Católica, organismo destinado a coordenar todas as associações de ação católica no âmbito da diocese. Nos primeiros meses de 1911, seguiu para Roma, onde foi sagrado bispo de Ortósia no dia 4 de junho em cerimônia realizada na capela do Colégio Pio Latino-Americano. Retornando ao Rio de Janeiro em novembro de 1911, assumiu o bispado auxiliar, enfatizando o desenvolvimento da instrução religiosa da elite. Com esse fim, realizou diversas pregações na Catedral Metropolitana durante as quaresmas de 1913 e 1914, e incentivou as obras

Já nos anos 30, Alceu Amoroso Lima²⁵, que assumira a direção dos órgãos católicos a pedido de Dom Leme, em virtude da morte de Jackson de Figueiredo

arquidiocesanas, especialmente a Obra das Vocações e a Congregação da Doutrina Cristã. Nesse período, fez também diversas palestras em colégios religiosos, conventos e ligas de piedade, lançando as bases do que posteriormente se tornou a Ação Católica. Por indicação do cardeal Joaquim Arcoverde, dom Sebastião Leme foi nomeado pelo Vaticano, em 26 de abril de 1916, para a arquidiocese de Olinda, onde elaborou sua *Carta pastoral de inauguração*, datada de 16 de junho, definindo sua linha de atuação. Criou a congregação da Doutrina Cristã por onde organizou 62 centros de catequese no estado. Em 1918, criou a Confederação Católica Pernambucana, voltada para transformar os católicos em apóstolos no meio de seus contemporâneos. Essa entidade foi responsável pela criação de várias comissões, como a de Santificação da Família em 1919 e a Obra das Vocações Sacerdotais, de 1920. Em abril de 1921, chegou a Recife o decreto pontifício que nomeava dom Leme administrador efetivo da arquidiocese do Rio, com direito à sucessão, tomando posse em 5 de agosto de 1921. Em 1922, apoiou a iniciativa de Jackson de Figueiredo que levou à criação do Centro Dom Vital. Em 1922, dom Leme fundou a Confederação Católica, para coordenar melhor a ação dos leigos e das associações católicas do Distrito federal. Em 2 de julho de 1931, dom Leme foi elevado à condição de cardeal. Em 1932, dom Leme fundou o Instituto Católico de Estudos Superiores. Em 1933, organizou e assumiu a direção da Liga Eleitoral Católica (LEC) e propôs a formação de juntas locais da LEC, divulgando seu programa às vésperas das eleições e recebendo apoio político e financeiro de organizações católicas e da AIB. Ainda em 1933, realizou-se o I Congresso Eurístico Nacional, também organizado pelo cardeal. Dom Leme, baseado na encíclica papal de 1922, submeteu à apreciação do Vaticano uma proposta de estatutos para a formação de uma nova entidade, chamada Ação Católica Brasileira (ACB), voltada para organizar a participação dos leigos ao apostolado da Igreja. Criada em 1935, a ACB substituiu a antiga Confederação Católica no trabalho de coordenação das associações católicas no Brasil. Em suas viagens ao Vaticano, o cardeal Leme insistiu na criação de uma universidade católica no Brasil, segundo ele o melhor caminho para desenvolver a influência da Igreja nos meios intelectuais. Em fins de outubro de 1940, foi assinado o decreto federal que autorizava a abertura das faculdades de Direito e Filosofia, cujos cursos foram instalados oficialmente em março do ano seguinte e se tornaram o embrião da Pontifícia Universidade Católica (PUC), que foi fundada no Rio de Janeiro pouco tempo depois, tendo como reitor o padre Leonel Franca. Dom Sebastião Leme faleceu em 17 de outubro de 1942, no Rio de Janeiro (DHBB, 2001, p.3087-3091).

²⁵ Alceu Amoroso Lima, conhecido pelo pseudônimo literário Tristão de Ataíde, nasceu no Rio de Janeiro no dia 11 de dezembro de 1893, filho de Manuel José de Amoroso Lima e de Camila da Silva Amoroso Lima. Em 1909 ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, bacharelando-se em 1913. Nesse período tornou-se diretor da revista *A Época*, órgão estudantil de sua faculdade, publicando seus primeiros contos e comentários jurídicos. Em seguida, já na Europa, fez cursos na Sorbonne e no Colege de France, em Paris e, em 1917, tornou-se adido ao Itamarati. Em 1918, assumiu a direção jurídica da Fábrica de Tecidos Cometa, de propriedade de seu pai. Em 1919 escreveu a crítica literária do novo órgão de imprensa, *O Jornal*, inaugurando, em seguida, a coluna "Bibliografia", onde usou o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Em 1924 iniciou um diálogo epistolar com Jackson de Figueiredo, cujo debate foi publicado no livro *Correspondência*. Os pensadores católicos Jacques Maritain e Gilbert Chesterton exerceram influência em sua vida e desencadearam seu processo de conversão ao catolicismo, em junho de 1928. Com a morte de Jackson de Figueiredo, em dezembro de 1928, assumiu a direção do Centro Dom Vital e passou a editar a revista *A Ordem*. Na mesma época reassumiu sua coluna em *O Jornal*, intitulada agora "Letras universais". Engajou-se na militância católica, assumindo em 1929, a direção da Coligação Católica Brasileira, associação civil criada por dom Sebastião Leme. Em 1932, tornou-se secretário-geral da LEC. Combateu o *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*, lançado nesse ano por um grupo de intelectuais, entre eles, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Antonio de Almeida Junior e Manuel Lourenço Filho, propondo as bases para uma reforma do sistema educacional brasileiro. Em 1935, participou da criação e assumiu a direção nacional da ACB. Pouco depois, ocupou a cadeira n.º 40 da Academia Brasileira de Letras (ABL), e tornou-se membro do Conselho Nacional de Educação. Em 1935 moveu campanha contra a Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente ampla liderada pelos comunistas. Manifestou-se também contra a fundação da Universidade do Distrito Federal (UDF), devido a orientação pedagógica,

(primeiro presidente do Centro Dom Vital), atuou na criação da Ação Universitária Católica (AUC), da Liga Eleitoral Católica (LEC) e da Ação Católica Brasileira (ACB)²⁶ (DHBB, 2001).

O objetivo da AUC, nascida do Centro Dom Vital²⁷, era a formação cristã das futuras gerações que se preparavam para ocupar postos-chave nos centros de

vinculado ao movimento da Escola Nova. Assim, esteve a frente da campanha desencadeada contra Anísio Teixeira, uma das principais figuras da nova universidade. Com o Estado Novo, Alceu foi escolhido para substituir Afonso Pena Junior na reitoria da UDF, onde assumiu também a cátedra de sociologia dessa universidade. Em 1944, participou da fundação da Livraria Agir no Rio de Janeiro, tornando-se seu diretor literário. Em 1945 colaborou na organização do PDC, porém, sem engajar-se na agremiação. Em 1947 colaborou no *Diário de Notícias*, inaugurando a seção "Letras Universais", transcrita na *Folha da Manhã*, de São Paulo, em *O Diário*, de Belo Horizonte, em *A Tribuna*, de Recife, no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, e no *Diário Ilustrado*, de Lisboa. Em 1949 estabeleceu-se em Paris e proferiu uma série de conferências na Sorbonne sobre a civilização brasileira. Em meados de 1950 assumiu nos EUA a direção do Departamento Cultural da União Pan-Americana, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 1952 lançou a revista cultural interamericana *Panorama*. Em 1958 tornou-se colaborador do *Jornal do Brasil* e da *Folha de S. Paulo*. Em 1963 apoiou as chamadas reformas de base propostas pelo presidente João Goulart (1961-1964). Manifestou-se contra o novo regime implantado em março de 1964, publicando em sua coluna no *Jornal do Brasil* um artigo intitulado "Terrorismo cultural". Em 1967 foi nomeado pelo papa Paulo VI membro da Comissão de Justiça e Paz, com sede em Roma. Alceu colaborou também em diversos jornais como *A Manhã* e o *Jornal do Comércio*, no Rio, o jornal integralista *A Ofensiva*, e o *La Prensa* de Buenos Aires. Foi ainda diretor da *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Faleceu em Petrópolis (RJ) no dia 14 de agosto de 1983. Era casado com Maria Teresa Faria, filha do escritor Alberto de Faria, com quem teve sete filhos. Publicou diversas obras (DHBB, 2001, p.3129-3132).

²⁶ Voltarei a esse assunto com mais vagar no capítulo 3, quando tratar do confronto do Pe. Lebreton com a intelectualidade católica brasileira.

²⁷ O Centro Dom Vital (CDV) foi fundado em maio de 1922, no Rio de Janeiro, por Jackson de Figueiredo, com a colaboração do então arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra. Um dos objetivos mais importantes do Centro era atrair para a Igreja elementos da intelectualidade do país e formar uma nova geração de intelectuais católicos. A primeira diretoria do CDV foi integrada por Jackson de Figueiredo (presidente), Hamilton Nogueira (vice-presidente), Perilo Gomes (secretário), José Vicente de Souza (tesoureiro) e Vilhena de Moraes (bibliotecário). O primeiro assistente eclesialístico da associação foi o padre Leonel Franca. Entre seus primeiros membros figuravam Alexandre Correia, Jonatas Serrano, Mário de Paulo Freitas e Alceu Amoroso Lima, além dos professores Leonardo von Acker e Lacerda de Almeida, Nestor Vitor, Tasso da Silveira, Andrade Murici, José Barreto e outros integrantes do grupo literário "A Festa" figuravam como colaboradores. Entre as principais atividades do centro na década de 1920 estava a edição da revista mensal "A Ordem", fundada em 1921, e a manutenção de uma biblioteca católica dirigida durante certo tempo por Augusto Frederico Schmidt. Com a morte de Jackson de Figueiredo em 1928, o cargo de editor de *A Ordem* e de presidente do Centro Dom Vital foi entregue a Alceu Amoroso Lima. Em 1929, o CDV filiou-se a uma grande associação, a Coligação Católica Brasileira (CCB), que passou a ser também presidida por Alceu Amoroso Lima, com a assistência eclesialística do padre Leonel Franca. A Revolução Constitucionalista de 1932 ocasionou a segunda grande crise no CDV, dividindo seus membros em dois grupos, um favorável e outro contrário ao movimento. A posição de Amoroso Lima e do cardeal Leme definiu-se pelo não envolvimento da organização em questões políticas. Essa "política de neutralidades" teve uma eficácia na década de 1930: várias organizações católicas criadas à volta do CDV foram consideradas de utilidade pública, passando conseqüentemente a receber subsídios governamentais. Graças aos contatos do CDV com os responsáveis pela área de educação do governo federal, o Congresso aprovou o Decreto n.º 19.941, de 30 de abril de 1931, permitindo a instrução religiosa nos cursos primário, secundário

produção e difusão cultural. Assim, seus militantes estavam mais interessados nos assuntos relacionados à religião do que na política. Em geral, eram estudantes de Direito, Medicina e Engenharia, ocupados com o estudo da religião e da filosofia. Em 1937, a AUC se integrou à ACB, dando origem à Juventude Universitária Católica (JUC) (DHBB, 2001).

e normal. A partir desse ano, ainda, diante do protesto do CDV contra a lei que proibia a existência de sindicatos trabalhistas com expressão política, social e ideológica, incluindo-se aí as religiões, o ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, permitiu a criação de sindicatos católicos. Surgiram então os círculos operários e a Confederação Nacional dos Operários Católicos. Em 1932, o tenente Juarez Távora e o Clube 3 de Outubro convidaram Amoroso Lima a esboçar um programa político, econômico e social que previsse o incremento da Igreja no país. Por outro lado, alguns católicos membros do CDV participaram da Ação Integralista Brasileira, movimento que atuou no país de 1932 e 1937. Nesse período, o centro apoiou ainda o movimento Pátria Nova de São Paulo, de caráter neomonarquista. O apoio simultâneo do CDV ao governo Vargas, ao integralismo e ao movimento monarquista era possível graças à sua plataforma, que propunha a institucionalização de um Estado forte, capaz de defender a Igreja Católica do comunismo. O repúdio do centro ao comunismo manifestou-se em suas constantes denúncias contra a Aliança Nacional Libertadora. Diversas filiais do centro foram criadas nas cidades mais importantes do país ao longo da década de 1930. Sob a direção de Amoroso Lima, o CDV cumpriu também uma função cultural e educacional. No início da década de 1930, foi criada a Ação Universitária Católica (AUC), com o objetivo de preparar militantes católicos para dirigir a juventude brasileira e restaurar a ordem social cristã. As propostas do centro se confundiam com as da AUC, que de fato era uma de suas frentes, destinada a combater o comunismo na universidade. Em 1935, foi criada a Ação Católica Brasileira (ACB), a AUC transformou-se na Juventude Universitária Católica (JUC) e os jovens trabalhadores preocupados com os temas sociais passaram a fazer parte da Juventude Operária Católica (JOC). Por volta de 1937, o CDV possuía aproximadamente 20 ramos espalhados pelo país. Por essa época, foi criada a Confederação da Imprensa Católica, por iniciativa da Coligação Católica Brasileira. No início da década de 1940, Amoroso Lima, influenciado por Jacques Maritain, propôs, como base para uma nova plataforma do CDV, a ideia de "humanismo integral", rejeitando a ideologia integralista. Em 1942, o declínio do CDV podia ser constatado, principalmente devido a perda na hierarquia eclesiástica decorrente da morte do cardeal Leme e do padre Leonel Franca. Com a queda de Vargas, em 1945, os membros do CDV espalharam-se, ingressando na Campanha de Resistência Democrática liderada por Sobral Pinto, na União Democrática Nacional (UDN), ou no Partido Democrata Cristão (PDC). A partir de 1951, quando Amoroso Lima foi para Washington, a liderança do CDV passou a ser ocupada por Gustavo Corção. Em 1953, com a volta de Amoroso Lima, criou-se uma oposição política entre os dois líderes. Desde então, perpetuou-se uma crise interna, que culminou, em 1963, com a saída de Corção do centro, juntamente com cerca de duzentos associados. Em 1964, a revista *A Ordem* parou de circular, devido as divergências entre seus colaboradores. Em 1966, Amoroso Lima deixou a presidência do centro. Em 1967, dom Jaime Câmara convocou eleições para a diretoria do CDV. Sobral Pinto foi apontado para a presidência (DHBB, 2001, p.1312-1315).

A LEC²⁸ foi criada em 1932 e era uma entidade que oferecia um programa de princípios aos candidatos que se comprometiam em defendê-lo em suas atuações

²⁸ A Liga Eleitoral Católica (LEC) foi criada em 1932 no Rio de Janeiro, por dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, auxiliado por Alceu Amoroso Lima. Seu objetivo era mobilizar o eleitorado católico para que esse apoiasse os candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja nas eleições de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte e de 1934 para a Câmara Federal e as assembleias constituintes estaduais. A LEC atuou ainda nas eleições presidenciais de 1945, nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1946 e nas eleições presidenciais de 1950. Em 1962, passou a denominar-se Aliança Eleitoral pela Família (Alef). A LEC foi composta de quatro categorias de juntas: além de uma junta nacional, existiam juntas estaduais, regionais e locais. A junta nacional, órgão superior da entidade, com sede na capital federal, deveria ser integrada por um secretário-geral e mais cinco membros. Alceu Amoroso Lima foi escolhido secretário-geral. Aníbal Porto, Jonatas Serrano, Heitor da Silva Costa, Plácido de Melo e Everardo Bakckhenser foram indicados para completar o quadro da junta, cuja função era atuar como grupo decisório em assuntos de política nacional, de publicidade e de direcionamento dos esforços e atividades da organização. As juntas estaduais, bem como a junta do Distrito Federal, submetiam-se à autoridade da junta nacional. Sua função era tornar públicas as decisões da instância superior no tocante aos partidos e candidatos aprovados pela LEC. As juntas regionais serviam de intermediárias entre as juntas estaduais e as juntas locais, informando as últimas das decisões das primeiras. Sua função era também resolver os conflitos regionais. As juntas locais constituíam os núcleos de base da organização. Sua função era arregimentar os votos dos católicos, com o auxílio dos padres. Para realizar sua tarefa as juntas locais facilitavam o registro dos eleitores católicos da LEC, além de divulgar e explicar o programa de organização. Os bispos participavam das juntas estaduais e regionais, influenciando na escolha de seus membros. Preocupada em manter sua postura não partidária, a LEC chegou a proibir que os membros de suas juntas se candidatassem por qualquer partido político. O único estado em que essa situação se alterou foi o Ceará, onde a LEC transformou-se num partido político e lançou uma lista de candidatos às eleições para a Constituinte. Em abril de 1933, a junta estadual gaúcha da LEC indicou a seus eleitores o Partido Republicano Liberal (PRL) e seus candidatos. Esse partido disputava as eleições com a Frente Única Gaúcha (FUG), formada pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e pelo Partido Libertador (PL). Em fins de março de 1933, foi formada a Chapa Única por São Paulo Unido, integrada pelo Partido Republicano Paulista (PRP), o Partido Democrático (PD) e a Federação dos Voluntários, além de duas importantes forças extrapartidárias: a Associação Comercial de São Paulo e a LEC. Um de seus principais articuladores, José Carlos de Macedo Soares, além de membro da LEC, era um dos diretores da Associação Comercial de São Paulo. Combatendo as tendências liberais e esquerdizantes, a LEC recebeu apoio das oligarquias locais. Consequentemente, a maioria de seus candidatos à Assembleia foi eleita. Os maiores defensores das propostas da LEC na Assembleia Nacional Constituinte, instalada oficialmente a 8 de novembro de 1933, foram o padre Arruda Câmara, líder da bancada pernambucana, Barreto Campelo, deputado do Distrito Federal, e Antônio Carlos de Andrada, presidente da Assembleia, além da bancada paulista em sua quase totalidade. Promulgada a Constituição em julho de 1934, ficou constatada a vitória dos princípios da LEC: foi permitida a assistência espiritual nos estabelecimentos oficiais e militares, o casamento religioso adquiriu validade civil e o divórcio foi proibido, e foi prevista a instrução religiosa dentro do horário escolar. Além disso, os membros das ordens religiosas adquiriram o direito de voto, as escolas católicas passaram a receber subvenção do Estado e foram asseguradas maiores facilidades jurídicas às associações religiosas. A LEC voltou a se mobilizar nas eleições de 14 de outubro de 1934, em que foram escolhidos os representantes estaduais à Câmara Federal e às assembleias constituintes estaduais. Em 10 de novembro de 1937, instituído o Estado Novo, a LEC passou à inatividade, ressurgindo, com menor intensidade, na campanha que precedeu as eleições presidenciais de 2 de dezembro de 1945, clamando pelo reconhecimento oficial da pluralidade sindical, por um novo Estado democrático e pela supressão das organizações antidemocráticas. Nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1946, sua atuação limitou-se a promover e publicar inquéritos sobre os candidatos. Em 1962, a LEC passou a denominar-se Aliança Eleitoral pela Família (DHBB, 2001, p.3118-3120).

políticas. Seu controle era feito pelo episcopado e o trabalho de alistamento e recrutamento eleitorais por militantes leigos católicos (DHBB, 2001).

A ACB²⁹ foi criada em 1935 para a formação intelectual e espiritual de seus militantes, voltada para a preparação doutrinária de uma "elite apostólica" capaz de introduzir o "Reino de Cristo" nas instituições seculares da vida civil e assegurar sua expansão (DHBB, 2001).

Alceu Amoroso Lima, que participara ativamente na condução dos trabalhos do Congresso de Montevideu, esteve envolvido intensamente na criação desses núcleos católicos de mobilização, firmando-se como uma liderança de parcela relevante do laicato católico que estava preocupado com a cristianização da sociedade brasileira da época (BUSETTO, 2002).

Com a morte de Jackson Figueiredo, Alceu Amoroso Lima passou a dirigir essas entidades, sob a direção espiritual de Dom Leme e com o assessoramento eclesiástico do padre jesuíta Leonel Franca³⁰.

²⁹ A Ação Católica Brasileira (ACB) foi fundada em 1935 por Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, para atender solicitação do papa Pio XI que desejava que fossem fundadas em todo o mundo associações leigas vinculadas à Igreja para evangelizar as nações, e atuar como uma extensão do braço da hierarquia eclesiástica. A ACB tinha por objetivo organizar a participação do laicato católico no apostolado da Igreja para a difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social. Sua função era também coordenar todas as associações e obras católicas já existentes no país, submetendo-as a uma única orientação. O modelo adotado para a implantação da ACB foi o modelo italiano, que valorizava as dioceses como núcleos básicos e relativamente autônomos dentro da organização e agrupava os associados segundo os critérios de idade e sexo. Os núcleos eram comandados pelos bispos das dioceses em que congregavam as paroquiais nas quais atuavam. Em 1950, a ACB foi reorganizada com base nos modelos francês, belga e canadense, que incentivavam a formação de grupos representativos de diferentes meios sociais e reduziam a importância das paróquias e dioceses (DHBB, 2001, p.23-24).

³⁰ Leonel Edgard da Silveira Franca nasceu em São Gabriel (RS) em 6 de janeiro de 1893. Ingressou na Companhia de Jesus em 1908 e completou os estudos no Colégio Anchieta em Nova Friburgo (RJ). Em 1910 iniciou o curso de Letras e, em 1912, seguiu para Roma, onde cursou o triênio de Filosofia na Universidade Gregoriana. Voltou para o Rio de Janeiro em 1915 e iniciou o magistério no Colégio Santo Inácio. Em 1920 retornou a Roma para o curso de Teologia, de quatro anos, quando foi ordenado sacerdote em 1923, ano em que publicou sua obra de grande fôlego *A Igreja, a Reforma e a Civilização*. No ano seguinte doutorou-se em Filosofia e Teologia e em novembro de 1925 completou em Oya, na Espanha, o último ano da formação jesuítica chamada "Terceira Provação". Foi membro do Conselho Nacional de Educação, em 1931 e do Centro Dom Vital. Foi professor de diversas disciplinas no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, além de vice-reitor do Colégio Santo Inácio e primeiro reitor e um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de 1940 a 1948. Faleceu no Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1948. Publicou várias obras (FRANCA, 2009, p.256-259).

Nesse sentido, pode-se dizer que a alta hierarquia católica havia encontrado um caminho de atuação no Brasil que a liberava da necessidade de um partido católico ou mesmo de um partido democrata cristão, por mais conservador que ele pudesse ser. A Ação Católica havia encontrado um caminho de atuação que colocava a Igreja dentro das instituições seculares existentes no país. A Liga Eleitoral Católica assegurava a representação política dos interesses da Igreja, apoiando uma lista de candidatos católicos distribuídos em alguns partidos políticos de expressão nacional.

1.5 O PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO BRASILEIRO.

O Partido Democrata Cristão (PDC) foi fundado em São Paulo, no dia nove de julho de 1945, sob a liderança de Antonio Cesarino Junior e extinto, pelo Ato Institucional n.º 2³¹, em 23 de outubro de 1965.

Alceu Amoroso Lima não receberia uma delegação da hierarquia católica para conduzir a organização de um partido político para a luta político-partidária no campo eleitoral. Talvez esse fato tenha pesado um pouco na sua decisão de não aceitar a tarefa que o Congresso de Montevideu pretendia lhe atribuir, a de conduzir a criação de um núcleo político ou partidário fundamentados no ideal democrata cristão no Brasil.

³¹ O presidente da República Castelo Branco anunciou a edição do Ato Institucional n.º 2 (AI-2) no dia 27 de outubro de 1965. Sua elaboração fora coordenada por Juraci Magalhães, então ministro da Justiça, e Nehemias Gueiros. O AI-2 era composto de 33 artigos, entre os quais estabelecia a eleição indireta para a presidência da República, a dissolução de todos os partidos políticos então existentes, o aumento do número de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de 11 para 16, a reabertura do processo de punições dos adversários do regime e a impossibilidade de reeleição do presidente da República. Segundo o documento, o presidente ainda poderia decretar o estado de sítio por 180 dias, sem consulta prévia ao Congresso, ordenar a intervenção federal nos estados, decretar o recesso do Congresso e demitir funcionários civis e militares "incompatíveis com a revolução", além de emitir atos complementares e baixar decretos-leis sobre "assuntos de segurança nacional". Ainda, em cumprimento ao disposto no AI-2, em 20 de novembro foi expedido o Ato Complementar n.º 4 (AC-4), definindo as regras a serem seguidas na reorganização partidária, às quais permitiriam que se formassem apenas duas agremiações: de um lado, o partido governista Aliança Renovadora Nacional (Arena) e, de outro, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O AI-2 representou uma vitória da "linha dura". Sua vigência só iria expirar em 15 de novembro de 1967, ao entrarem em vigor a nova Constituição e a nova Lei de Segurança Nacional (DHBB, 2001, p.419-420).

Franco Montoro, por sua vez, assumiu a tarefa de organizar a Democracia Cristã aos 31 anos de idade. Ao lado de outros militantes católicos, Franco Montoro esteve envolvido durante a década de 1940 com a organização da Juventude Universitária Católica (JUC)³², em São Paulo. Essa tarefa era executada sob a direção do arcebispo D. Carlos Carmelo Mota³³.

³² Juventude Universitária Católica (JUC), associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesiástica em julho de 1950 como setor especializado da ACB. Seu objetivo era difundir os ensinamentos da Igreja no meio universitário. Após a criação da ACB em 1935, começaram a se formar nas dioceses mais importantes do país grupos especializados de atuação nos meios estudantil e operário. Na diocese do Rio de Janeiro, a JUC substituiu a Ação Universitária Católica (AUC), criada em inícios da década de 1930 com o objetivo de preparar jovens militantes católicos. Em nível nacional, a organização da JUC, da JEC e da JOC só foi possível após as reformulações sofridas pela ACB a partir de 1942. A partir de 1949, uma direção composta por representantes de várias cidades procurou assegurar uma coordenação para a JUC. Junto a ela, um assistente nacional, frei Romeu Dale, assegurou a articulação com o episcopado. A estruturação mais definitiva da JUC em plano nacional se deu a partir do Encontro Interamericano da JEC e da JUC, realizado no Rio de Janeiro em 1950. Ainda em 1950, a própria modificação dos critérios da ACB em relação à organização do laicato contribuiu para a implantação nacional da JUC. Foi adotado um novo modelo, de inspiração francesa, belga e canadense, que reduzia a importância das dioceses e valorizava os grupos nacionais ligados a meios sociais específicos. A JUC se filiou à Juventude Estudantil Católica Internacional, sediada em Paris e ao Movimento Internacional dos Estudantes Católicos, com sede em Friburgo, na Suíça. O final da década de 1950 e início da década de 1960 foram marcados por intensos debates em torno da questão do nacionalismo e do desenvolvimento, que se estenderam à universidade e ao movimento sindical urbano e rural. Surgiram, ainda, os movimentos de cultura popular, dos quais participaram muitos jucistas. O interesse dos universitários católicos pela realidade brasileira aumentou nos anos de 1960. Paralelamente, os artigos sobre "cristianismo e consciência histórica" do padre jesuíta Henrique de Lima Vaz, ao lado de uma extensa literatura católica europeia, de Emmanuel Mounier, Teilhard de Chardin, Jacques Maritain e o padre Leuret, começaram a exercer grande influência nos círculos católicos. Sua preocupação com questões de caráter social e político foi consolidada no congresso de 1960, denominado Congresso dos Dez Anos, realizado no Rio de Janeiro, com ampla participação de delegados de todo o país. Em 1961, foi nomeado para o cargo de assistente nacional da JUC dom Cândido Padim, que foi favorável à militância social dentro da JUC. À medida que as reivindicações de autonomia dos jucistas em relação à Igreja aumentavam, alguns membros da organização, sobretudo de Belo Horizonte, foram sentindo a necessidade de instituir um novo movimento não confessional, de caráter exclusivamente político. Esse movimento foi oficialmente lançado em junho de 1962 com o nome de Ação Popular (AP). Em seus quadros havia muitos jovens profissionais, antigos militantes da JUC e da JEC, além de estudantes recém-saídos dessas organizações. Em outubro de 1962, a comissão central da CNBB se reuniu com o objetivo de discutir a evolução da JUC e o surgimento da AP. Ainda nesse ano, outro jucista, Vinícius Caldeira Brandt, foi eleito presidente da UNE. Plenamente engajada na política universitária e em movimentos de cultura e educação popular, os militantes da JUC e da JEC passaram a sofrer perseguições após o movimento político-militar de março de 1964. Diante disso, a JUC decidiu, na reunião do conselho de 1966, realizada em Antônio Carlos (MG), dissociar-se da hierarquia eclesiástica, recomendando a seus militantes que prosseguissem a luta pela transformação da sociedade. Não contando mais com o apoio da Igreja e pressionada pela crise estudantil e política que se instalou em 1968, a JUC desapareceu. A JUC foi considerada mais tarde uma organização precursora da atuação da Igreja brasileira na década de 1970 e do futuro trabalho das pastorais voltadas para os problemas sociais. O teólogo peruano, Gustavo Gutierrez considera, inclusive, que a teologia da libertação deu seus primeiros passos em 1960 e 1961 na JUC do Brasil (DHBB, 2001, p.2909-2911).

³³ Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota nasceu em Bom Jesus do Amparo, município de Caeté (MG), no dia 16 de julho de 1890. Era filho de João de Vasconcelos Teixeira de Mota, deputado no Império e

No desempenho de suas atividades para a organização da JUC, Franco Montoro estabeleceu contatos com membros da equipe nacional da ACB e aproximou-se, nessa época, de Alceu Amoroso Lima. Entretanto, o seu poder de mobilização em prol da organização do PDC era muito limitado, pois restringia-se à parcela intelectualizada e democrática da militância católica que se reunia na ACB, na JUC e no Centro Dom Vital. Aliado a sua restrita capacidade de mobilização para o projeto de formação da Democracia Cristã, não havia qualquer apoio da hierarquia católica.

de Francisca Josina dos Santos Mota. Seu avô paterno, o coronel Joaquim Camilo Teixeira da Mota, foi o primeiro presidente constitucional da província de Minas Gerais (1824-1827) e seu bisavô materno era o doutor José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, visconde de Caeté. Iniciou os estudos no Colégio dos Irmãos Maristas de Congonhas do Campo (MG), concluindo o curso de humanidades em 1903. Ingressou no Seminário de Mariana (MG) em 1904 e terminou o curso de ciências e filosofia em 1909. Aos 22 anos de idade, elegeu-se vereador à Câmara Municipal de Caeté. No ano seguinte, porém, interrompeu a carreira política e voltou ao Seminário de Mariana, sendo ordenado padre em 1918. Em 1919 foi reitor do Santuário da Piedade e do Convento das Enclausuradas Concepcionistas de Macaúbas, e pároco de Caeté e Sabará (MG). Em 1926 exerceu no Vaticano a função de camareiro do papa Pio XI. De volta ao Brasil, foi designado reitor no Seminário do Coração Eucarístico, em Minas Gerais. Em julho de 1932 foi nomeado bispo titular de Algisa e bispo auxiliar de dom Joaquim Silvério de Souza, arcebispo de Diamantina (MG). Em outubro seguinte foi sagrado bispo de Belo Horizonte. Em dezembro de 1935, foi elevado a arcebispo de São Luís do Maranhão. Nessa arquidiocese, criou a seção estadual da ACB. Permaneceu no Maranhão até 1944, quando foi nomeado em agosto para a arquidiocese de São Paulo até 1964. Divulgou na arquidiocese paulista no final do Estado Novo, uma pastoral contra as ideias comunistas. Em fevereiro de 1946, foi elevado a cardeal pelo papa Pio XII, tendo sido o primeiro arcebispo brasileiro a receber o título. Em abril seguinte criou a primeira Universidade Católica do país – a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. No mês seguinte participou do lançamento da pedra fundamental da nova basílica de Aparecida do Norte (SP). Fundou em 1948 a Confederação das Famílias Cristãs, entidade que lhe conferia mais tarde o título de defensor perpétuo da família brasileira. Em 1951 foi promotor de uma semana de estudos sobre a família, da qual participaram Lucas Nogueira Garcez, governador de São Paulo e o general José Bina Machado. Foi um dos fundadores da CNBB, tendo participado da sessão de instalação em junho de 1952, quando foi escolhido o primeiro presidente da CNBB. Em janeiro de 1954, por ocasião do quarto centenário da fundação de São Paulo, inaugurou a nova catedral da cidade. Ainda em 1957 obteve uma emissora de rádio para a cidade de Aparecida. Para a arquidiocese de São Paulo, adquiriu a Rádio 9 de Julho e lançou o jornal *O São Paulo*, além de criar a Faculdade Teológica Nossa Senhora da Assunção. Em 1958 deixou a presidência da CNBB, cargo que voltou a ocupar de 1963 a 1964. Alegando avançada idade e pouca saúde, pediu ao papa Paulo VI exoneração das funções e responsabilidades ligadas à arquidiocese de São Paulo. Foi transferido para Aparecida do Norte em abril de 1964, que coincidiu com o começo do novo governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que assumira a presidência após a vitória do movimento político-militar de março de 1964. Foi membro da Academia Mineira de Letras e dos institutos históricos e geográficos de São Paulo e de Minas Gerais. Faleceu em Aparecida do Norte no dia 18 de setembro de 1982 (DHBB, 2001, p.3926-3927).

Mesmo assim, foi criado o primeiro núcleo político democrata cristão pela reunião de militantes da ACB e da JUC de São Paulo. Esse grupo se autodenominou Vanguarda Democrática.³⁴

A incapacidade desses militantes políticos para se organizarem e exercerem uma tarefa mobilizadora de parcela significativa da população que se encontrava sob influência dos núcleos militantes católicos contribuiu para que o PDC se mantivesse alheio das diretrizes democráticas e cristãs inspiradas na Doutrina Social da Igreja e no pensamento de Jacques Maritain. Mas a presença deles nos quadros do PDC permitiu que se distinguíssem os democratas cristãos, sem grande expressão política, e os políticos conservadores e tradicionalistas que dominavam o partido, os pedecistas.

Predominaram entre os fundadores do PDC funcionários públicos, alguns religiosos e militantes do catolicismo social. Porém, reuniu também políticos que, em geral, como outras personalidades que procuraram o partido, provinham do Estado Novo, mas que não conseguiram espaço em nenhum dos partidos saídos do varguismo, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). De certa forma, esses políticos se valiam de uma sigla partidária que representava um movimento em ascensão na Europa (BUSETTO, 2002).

As personalidades convidadas por Cesarino Jr., por sua vez, não viam vantagem em fazer parte de uma agremiação política sem qualquer expressão política, principalmente em contraste com os dois grandes partidos que surgiam dominando o cenário político brasileiro após a ditadura, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN).

Com a crise do Estado Novo, vários partidos começaram a se organizar no Brasil, entre os quais, por iniciativa de alguns católicos de projeção³⁵, o Partido Democrata Cristão, com o propósito de inserir em seu programa os ideais da Democracia Cristã.

³⁴ Organização criada em 1947 em São Paulo, cuja principal finalidade era o estudo dos problemas econômicos e sociais do Brasil e o encaminhamento deste à esfera política. Dela participavam Montoro, Antônio de Queirós Filho, Clóvis Garcia, Plínio de Arruda Sampaio, Odilon da Costa Manso, Teófilo Ribeiro de Andrade, Chopin Tavares de Lima e outros. A Vanguarda Democrática elaborou diversos trabalhos sobre questões como as de menor abandonado, do problema hidrelétrico e do planejamento urbano de São Paulo. O grupo evoluiu para a ideia de que era necessário ingressar num partido político e, por suas afinidades, decidiu ingressar no PDC.

³⁵ O professor Antônio Cesarino Júnior, a quem coube a iniciativa de organizar o novo partido, procurou arregimentar personalidades católicas como Alceu Amoroso Lima, Heráclito Sobral Pinto, Altino Arantes e José Carlos de Macedo Soares.

A Igreja Católica no Brasil não manifestou qualquer interesse pela organização do partido idealizado por Antônio Cesarino Junior³⁶, pois a ideia de um partido dessa natureza era pouco atraente para a Igreja que preferia continuar atuando nas suas entidades já organizadas, sem necessidade de um confronto direto com outros partidos, confronto a que ela seria forçada com a organização de um partido católico.

Desse modo, os democratas cristãos não encontraram apoio entre a maioria católica, ainda sob a influência da encíclica *Syllabus* (1864), do Papa Pio IX (1846-1878), que condenava qualquer mudança social e os postulados do liberalismo. A maioria católica continuava aliada aos setores conservadores e voltada para a defesa dos interesses da Igreja, contra a secularização do Estado (BUNETTO, 2002).

Durante sua atuação no Congresso Nacional até a extinção dos partidos políticos, em 1965, o Partido Democrata Cristão (PDC) foi responsável por algumas medidas que, na visão de seus representantes, traduziam o ideário do partido em prol de uma democracia social.³⁷

³⁶ Antônio Cesarino Junior nasceu em Campinas em 1906 e faleceu em 10 de março de 1992. Filho de Antonio Ferreira Cesarino e Júlia Cesarino. Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1924, colando grau em 1928, fazendo ali mesmo, o curso de doutoramento (1933-4). Em 1938, assumiu a cátedra de Legislação Social na Faculdade de Direito da USP. Em 1948 foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativa da USP. Foi também professor de direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Campinas e de Direito Civil na de Santos. Em 1952, formou-se médico pela Faculdade Paulista de Medicina. Fundou em 1950 a Sociedade Internacional de Direito do Trabalho, da qual foi presidente. Fundou e foi presidente do Instituto do Direito Social do Trabalho, presidiu o I e II Congresso Brasileiro de Direito Social. Foi fundador e diretor do Instituto de Direito Comparado e Segurança Social, da Faculdade de Direito da USP. Foi idealizador e realizador da UNITRA – Universidade para o Trabalhador. Foi o fundador do primeiro Partido Democrata Cristão (PDC). Publicou vários artigos e livros.

³⁷ No Estado do Paraná, o PDC durante sua vigência, formou a seguinte bancada:

- CANDIDATO ELEITO AO GOVERNO DO ESTADO – 1955 – PSD/PDC/PTN → Moysés Lupion (184.384 – 40,8%);
- CANDIDATO ELEITO AO GOVERNO DO ESTADO – 1960 – PDC/PL → Ney Braga (255.328 – 35,3%);
- CANDIDATO ELEITO À CÂMARA FEDERAL – 1958 – PDC → Ney Amintas de Barros Braga (57.099);
- CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA FEDERAL – 1962 – UDN/PDC/PTN → Hermes Faria Macedo; Newton Carneiro; José Richa; Francisco Accioly R. da Costa; Mario Braga Ramos; Zacharias Emiliano Selene; Jorge Curi; Minoro Miyamoto; Emilio Hoffman Gomes;
- CANDIDATO ELEITO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – 1954 – PDC → Rafael Kulisky;
- CANDIDATOS ELEITOS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – 1958 – PDC → Waldomiro Haneiko Haneiko; Agostinho José Rodrigues; Eduardo Machado de Lima;
- CANDIDATOS ELEITOS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – 1962 – PDC → Antonio Ferreira Ruppel; João Mansur; Nilson Baptista Ribas; João Antonio Braga Cortes; Armando Queiroz de Moraes; Iosio Antonio Ueno; Benedito Pinto Dias; Arnaldo Faivro Busato; Odilon Tulio Vargas; Agostinho Jose Rodrigues; Renato Loures Bueno; José Afonso (BANCADA DO PDC - Tribunal Superior Eleitoral, TSE-PR).

O PDC, por meio de seus deputados, foi responsável pela aprovação da Lei n.º 4.266, de 29 de setembro de 1963, a lei do Salário-família, que assegurava um adicional na remuneração dos trabalhadores em virtude da existência de filhos, o que, na época, teria beneficiado mais de cinco milhões de brasileiros. A respeito dessa lei, Alceu Amoroso Lima teria declarado:

O Projeto de Franco Montoro, sobre o salário-família, hoje convertido numa das leis mais justas de nosso sistema legislativo, é um dos exemplos mais eficazes para permitir a transição pacífica da democracia liberal para uma democracia social" (MONTORO, 1966, p.63).

Os deputados Queiroz Filho³⁸ e Juarez Távora³⁹ apresentaram projetos de lei, subscritos por toda a bancada do PDC, modificando a estrutura das empresas para gradativamente permitir a participação dos empregados na administração e nos lucros dessas empresas. Com isso, pretendiam transformar os trabalhadores em coproprietários das empresas e associados solidários no processo de produção (MONTORO, 1966).

³⁸ Antônio de Queirós Filho nasceu em Caconde (SP) no dia 14 de janeiro de 1910, filho de Antônio de Queirós e de Maria Eugênia Fernandes de Queirós. Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, diplomando-se em 1931. Em 1950 ingressou na política, filiando-se ao Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1953 já era o presidente do partido. Em outubro de 1954 elegeu-se deputado federal por São Paulo, assumindo o mandato em fevereiro de 1955 e em março tornou-se vice-líder de seu partido na Câmara. Licenciou-se da Câmara para assumir a Secretaria da Justiça e Negócios do Interior de São Paulo durante o governo de Jânio Quadros (1955-1959), ocupando o cargo de abril de 1957 a maio de 1958. No pleito de outubro de 1958 candidatou-se a vice-governador de São Paulo, na legenda do PDC, não obtendo sucesso. Nomeado secretário de Educação de seu estado no governo de Carlos Alberto de Carvalho Pinto (1959-1963), exerceu em 1961 a presidência nacional do PDC. No pleito de outubro de 1962 teve sua candidatura ao Senado apoiada também pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e aprovada pela Aliança Eleitoral pela Família (Alef), sendo derrotado por Auro de Moura Andrade, candidato da coligação constituída pelo PSD, PRP e o PSP. Professor e advogado, foi promotor público em São Paulo, procurador e subprocurador-geral da Justiça do estado e diretor geral do Departamento de Presídios de São Paulo. Colaborador dos jornais *O Estado de S.Paulo* e *A Gazeta*, trabalhou também nos arquivos da Polícia Civil de São Paulo e tornou-se membro da Associação Paulista de Imprensa e do Instituto Brasileiro de Filosofia. Faleceu no dia 8 de outubro de 1963. Era casado com Zenilde César de Queirós, com quem teve uma filha (DHBB, 2001, p.4840).

³⁹ Juarez do Nascimento Fernandes Távora nasceu em Jaguaribemirim, atual Jaguaribe (CE), em 14 de janeiro de 1898 e faleceu no Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1975. Participou do levante militar ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 5 de julho de 1922. Participou da rebelião paulista de julho de 1924. Seguiu com a Coluna Prestes e participou da Revolução de 1930. Com Getúlio Vargas no poder, Távora se tornou ministro da Agricultura e, também, ministro dos Transportes. Como coronel, na década de 1940, foi adido militar no Chile. Candidatou-se à presidência da República em 1955. Foi um dos principais líderes dos que se opunham à Petrobrás. Foi ministro dos Transportes no governo de Castelo Branco de 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967.

A Lei n.º 3.898, de 19 de maio de 1961, de autoria da bancada do PDC, fez com que muitos trabalhadores deixassem de recolher o imposto de renda, que era descontado na folha de pagamento, e atingia até mesmo os que recebiam um salário mínimo. Essa lei veio a ser conhecida como Lei do "Salário não é Renda"⁴⁰.

Foi também de iniciativa da bancada do PDC a criação do Parlamento Latino-Americano, instalado no Peru, em 1965. O PDC foi o promotor da reforma dos partidos políticos, com ênfase nos programas, na disciplina e na definição ideológica clara dessas agremiações. Essas ideias transformaram-se na Lei Orgânica dos Partidos, sob o n.º 4.740, de 15 de julho de 1965.

De acordo com a nova lei, passava a ser obrigatória a constituição de Diretórios Municipais em convenções realizadas perante a Justiça Eleitoral, ou seja, esses diretórios deixavam de ser organizados pelas lideranças partidárias regionais. Ao mesmo tempo, ficava impedida a reeleição dos membros das comissões executivas dos órgãos partidários, visando, assim, assegurar a renovação dos quadros dirigentes dos partidos. Finalmente, entre as decisões mais relevantes para organização partidária do país, um partido só poderia existir se elegeisse, pelo menos, doze deputados federais, distribuídos por sete Estados, se obtivesse a votação mínima de 3% do eleitorado inscrito no País e possuísse diretórios regionais em pelo menos onze Estados (MONTORO, 1966).

Foi criado igualmente o Fundo Partidário, constituído por dotação orçamentária "destinado a assegurar recursos claros para a atuação dos Partidos, as campanhas eleitorais e a realização de cursos, inclusive a formação de um Instituto de Formação Política" (MONTORO, 1966, p.68).

Coube ao partido a criação de organismos de planejamento em diversos estados, entre os quais Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul. Além disso, foram criados órgãos para a promoção do desenvolvimento em regiões como o Vale do Paraíba paulista e o Sul do Estado de São Paulo.

⁴⁰ A Lei isentou os trabalhadores do pagamento conforme uma tabela em que o solteiro que ganhasse até duas vezes o maior salário mínimo vigente no país (na época, o salário mínimo era regionalizado e o maior deles era o que vigorava em São Paulo) estava isento do desconto; o mesmo com o casado, sem filhos, que ganhasse até 3 vezes o salário mínimo; o casado com 1 filho, 2 filhos ou 3 filhos, não teria o desconto desde que ganhasse até 4, 5 ou 6 vezes o salário mínimo, respectivamente. E, assim, sucessivamente.

Ao mesmo tempo, o Partido Democrata Cristão vivia conflitos internos com os vários grupos que o constituíam e com a própria hierarquia eclesial brasileira, que não manifestava grande interesse ou mesmo nenhum interesse na formação de um partido de orientação católica no Brasil.

Alceu Amoroso Lima, que havia contribuído para a redação do programa do Partido Democrata Cristão, abandonou suas fileiras antes mesmo do lançamento público do PDC devido a divergências com o grupo político que tomou a direção do partido.

A influência dos membros do Partido Democrata Cristão que se inspiravam nos princípios da Democracia Cristã e no Congresso de Montevideu se restringiu a poucos e míseros setores intelectuais e universitários católicos, portanto, com reduzido poder de mobilização. Ao mesmo tempo, era improvável uma delegação explícita da Igreja, mesmo porque, acredita-se, a hierarquia católica jamais faria uma delegação de representação ao laicato (BUSETTO, 2002).

Vale retomar que os partidos democratas cristãos que surgiram na Europa na mesma época apresentaram um projeto modernizador e reformista para organizar uma sociedade capitalista mais coerente com o ideário expresso na *Rerum novarum*. Na prática, isso significava uma posição ideológica e política intermediária entre a defesa pura e simples ou do capitalismo ou do comunismo.

No contexto nacional, o programa do PDC se dividia em duas partes, uma continha as reivindicações imediatas, a outra as proposições gerais do partido. Entre as reivindicações imediatas constavam a elaboração de uma nova constituição em moldes democráticos; o reajustamento imediato dos salários, ordenados e vencimentos ao custo de vida; a suspensão do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁴¹ e do Tribunal de Segurança Nacional; a adoção de uma política de união nacional; descentralização administrativa de estabilização do custo de vida.

Na parte das proposições gerais constava a proposta de instauração de um governo popular, democrático e cristão. Popular e democrático, para traduzir o fenômeno de maior expressão no tempo que era a ascensão das massas populares no governo das nações. A ascensão das massas e a instauração de uma sociedade

⁴¹ O DIP era um órgão governamental criado pelo Decreto-Lei n.º 1.915, de 27 de dezembro de 1939, durante a vigência do Estado Novo, com o objetivo de difundir a ideologia estado-novista e promover pessoal e politicamente o chefe do governo, bem como as realizações governamentais. Constituiu-se, desta forma, no porta-voz oficial do regime. Foi extinto em 25 de maio de 1945, pelo Decreto-Lei n.º 7.582, que criou o Departamento Nacional de Informações (DNI) (DHBB, 2001, p.1830-1833).

de direito deveriam ocorrer assentadas numa ética racional. Para atingir essa meta, o PDC advogava o sufrágio universal e a independência dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário (DHBB, 2001).

No plano econômico, o PDC reivindicava a adoção do princípio de que a economia devia se basear na liberdade individual limitada pelo bem comum. Por isso, fazia a defesa da iniciativa privada e da não intervenção do Estado na gerência das atividades econômicas particulares (DHBB, 2001).

Ao Estado cabia, portanto, coordenar as atividades econômicas favorecendo a colaboração entre todas as classes da sociedade. Assim, o programa defendia o desenvolvimento de uma legislação social voltada para a distribuição mais equitativa dos bens econômicos. Essas medidas assegurariam a passagem gradativa do capitalismo individualista para a democracia econômica, mediante a crescente participação dos empregados na administração e nos lucros das empresas empregadoras.

A liberdade de associação e sindicalização profissional deveria ser defendida e garantida por legislação apropriada que assegurasse a real autonomia para sindicatos e associações de classe organizados livremente.

O Partido se propunha a defender o direito de greve, o qual estaria assegurado sempre que esgotados os recursos à conciliação e à arbitragem, e, também, lutar para que Estado e município "promovessem a distribuição mais equitativa da propriedade, tomando medidas no sentido de facilitar a aquisição e defesa da pequena propriedade agrícola, industrial e comercial" (DHBB, 2001, p.1945).

A partir de seu lançamento público no dia 9 de julho de 1945, o PDC recebeu adesões, como a de um grupo político de Pernambuco liderado pelo padre Arruda Câmara⁴². Já em outubro desse mesmo ano, o partido realizou a sua primeira

⁴² Alfredo de Arruda Câmara nasceu em Afogados da Ingazeira (PE), no dia 8 de dezembro de 1905, filho de Júlio Bezerra de Arruda Câmara e de Emília Magalhães de Arruda Câmara. Em 1919 entrou no Seminário de Olinda (PE), pelo qual se formou em direito canônico no ano de 1925. Seguiu então para Roma, estudando no Colégio Pio Latino-Americano e depois na Academia de São Tomás de Aquino, onde obteve o doutorado em filosofia em dezembro de 1927. Ordenou-se sacerdote em Roma em abril de 1928, e permaneceu na capital italiana, doutorando-se em teologia dogmática pela Universidade Gregoriana em julho do mesmo ano. Em 1929 foi nomeado cura da catedral e vigário da paróquia de Pesqueira (PE), foi ainda pároco substituto em Piedade, na capital, e em Afogados de Ingazeira. Foi reitor do Seminário de Pesqueira e professor do Seminário de Olinda, lecionando latim e história da filosofia nesses dois estabelecimentos. Ingressou na vida política nessa época, aderindo à Aliança Liberal. Nessa ocasião, o padre Arruda Câmara uniu-se aos rebeldes de Recife no dia 3 de outubro de 1930, tomando o quartel de Soledade, depósito de material bélico da 7.^a Região Militar, e que combatiam as forças legalistas remanescentes. No dia 9 de outubro a revolução já dominava o Nordeste, de Pernambuco ao

convenção, quando foi eleita a direção nacional composta por Antônio Cesarino Júnior, Antônio Vicente de Andrade Bezerra, Osório Lopes e Arruda Câmara.

Logo surgiram as divergências entre Arruda Câmara e Cesarino Júnior, em torno do controle do partido. Nisso havia uma controvérsia doutrinária, pois Cesarino Júnior, ao contrário de Arruda Câmara, se preocupava com a ausência de uma doutrina que orientasse a agremiação, principalmente a defesa dos princípios cristãos, do bem comum e da pessoa humana.

Maranhão. O padre Arruda Câmara foi preso pelas forças legalistas na Bahia em 20 de outubro, sendo porém libertado quatro dias depois, com a queda do presidente Washington Luís. Com a convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, realizada em 15 de maio de 1933, o padre Arruda Câmara candidatou-se e foi eleito deputado à Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco. Assumiu o mandato no dia 15 de novembro do mesmo ano, sendo escolhido em seguida líder da bancada pernambucana na Assembleia. Encerrados os trabalhos da Constituinte, realizaram-se em outubro de 1934 eleições para o Congresso, e o padre Arruda Câmara elegeu-se deputado federal, novamente na legenda do PSD de Pernambuco. Ainda em 1934, recebeu os títulos de major honorário do Exército e de tenente-coronel honorário da Polícia Militar de Pernambuco. No dia 3 de maio do ano seguinte, assumiu o mandato de deputado federal, e em seguida foi escolhido vice-presidente da Câmara e presidente da Comissão de Legislação Social, além de ter integrado as comissões de Segurança Nacional e de Justiça Constitucional da Câmara. Com o início da desagregação do Estado Novo, o padre Arruda Câmara participou, em abril de 1945, dos trabalhos de organização e criação do Partido Democrata Cristão (PDC). Em maio, pronunciou-se a favor de uma ampla anistia política e na convenção nacional do PDC, realizada no Rio de Janeiro em outubro, foi eleito presidente do diretório pernambucano do partido, cargo que ocupou durante alguns anos. No pleito de dezembro de 1945, elegeu-se deputado por Pernambuco à Assembleia Nacional Constituinte, integrou a Comissão de Justiça e a subcomissão encarregado do capítulo "Da família, educação e cultura" da nova Constituição. Com a promulgação da Carta em dezembro de 1946 e a transformação da Constituinte em Congresso ordinário, teve seu mandato estendido até janeiro de 1951. Tornou-se presidente nacional do PDC ainda em 1946, e em 1948 recebeu o título de monsenhor. Na Câmara, integrou a Comissão Permanente de Segurança Nacional e a Comissão Especial para a Defesa do Vale do São Francisco. Seus discursos, tanto na Constituinte quanto na Câmara, pautaram-se pelo combate ao comunismo e ao divórcio, além de defender o regime parlamentarista de governo. Foi de sua autoria o projeto que criou o Instituto de Previdência dos Congressistas, tendo sido o seu primeiro presidente. Reeleito em outubro de 1950, tornou-se líder do PDC na Câmara em março de 1952. Nesse mesmo ano, assumiu a presidência do diretório central do partido. Em 1954 recebeu o título de protonotário apostólico, e em outubro desse mesmo ano voltou a reeleger-se deputado federal por Pernambuco na legenda do PDC. Em 23 de novembro de 1955, o monsenhor Arruda Câmara votou contra o *impeachment* de Café Filho decretado pelo Congresso. Reeleito pela quarta vez em outubro de 1962, no início da legislatura de 1963-1967 defendeu na Câmara uma reforma agrária que levasse à formação de cooperativas rurais, bem como o aumento da fiscalização da remessa de lucros para o exterior. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional n.º 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo o monsenhor Arruda Câmara filiou-se à agremiação governista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) (DHBB, 2001, p.955-957).

Essas contradições se intensificaram até o extremo de Cesarino Júnior ver-se cercado por políticos profissionais interessados em negociar apoio político a Ademar de Barros⁴³, recém-eleito governador de São Paulo. Cesarino Júnior afastou-se da presidência nacional do partido e, em seguida, do próprio partido, dando lugar a Arruda Câmara que veio a ser a figura de proa do PDC.

Simultaneamente, um grupo de jovens militante católicos, oriundos da Ação Católica e da Juventude Universitária Católica (JUC), organizou, em São Paulo, uma entidade denominada Vanguarda Democrática. Inicialmente esse grupo se propunha a realizar estudos sobre os problemas sociais, identificar as soluções e encaminhá-los aos políticos. Os padres dominicanos, inspirados no pensamento de Jacques Maritain e Alceu Amoroso Lima, influenciavam na realização desses estudos, de certa forma eram seus diretores intelectuais e espirituais.

Esses estudos não tiveram nenhuma ressonância, o que levou o grupo a considerar o ingresso no Partido Democrata Cristão que, além da legenda, tinha uma declaração de princípios e um estatuto consoante com as orientações políticas

⁴³ Ademar Pereira de Barros nasceu em Piracicaba (SP), no dia 22 de abril de 1901. Em 1923 formou-se em Medicina pela Universidade do Rio de Janeiro e estudou na Universidade Popular de Berlim, durante quatro anos. Em 1945, certo de que não obteria a legenda do PSD ou da UDN para se candidatar ao governo de São Paulo, fundou o Partido Social Progressista (PSP) que apresentou chapas para as eleições à Assembleia Nacional Constituinte de 2 de dezembro. Só conseguiu eleger Café Filho, pelo Rio Grande do Norte, e Romeu de Campos Vergal, por São Paulo, mas Ademar de Barros conseguiu se eleger governador de São Paulo em 1947, com base no prestígio que angariara como interventor, durante o Estado Novo. Em 1955 disputou a presidência da República com Juscelino Kubitschek, Juarez Távora e Plínio Salgado, quando ficou em terceiro lugar com 2,2 milhões de votos contra 3,7 milhões dados a Juscelino e 2,6 milhões a Juarez. Em 1960, candidatou-se novamente a presidência da República pelo PSP, mas não conseguiu eleger-se, ficando, de novo, em terceiro lugar, com 2,2 milhões de votos, enquanto João Goulart recebia 4,5 milhões de votos como candidato à vice-presidência. Em 1962 sua candidatura ao governo de São Paulo foi vitoriosa, recebendo 1,2 milhões de votos, correspondente a 43% do eleitorado. Jânio Quadros que acabara de renunciar à presidência da República obteve 1,1 milhões de votos (38%), ficando em segundo lugar e o candidato do governador Carvalho Pinto, José Bonifácio ficou com 722,8 mil votos. Ademar de Barros foi cassado em 5 de junho de 1966 e deixou o país em janeiro do ano seguinte sob ameaça de prisão. Ademar de Barros exerceu também atividades empresariais, sendo presidente da Fábrica de tecidos Nossa Senhora Mãe dos Homens situada em Porto Feliz (SP) e da Fábrica Redenção, em Itu (SP), além de proprietário de fazendas em São Manuel, Taubaté, Itapeva e Caraguatatuba – todos em São Paulo –, onde desenvolvia culturas experimentais de cacau, pimenta-do-reino e seringueira. Foi diretor das Indústrias de Chocolate Lacta (posteriormente dirigido por Ademar de Barros Filho), Fábrica de Produtos Químicos Vale do Paraíba, da Sociedade Extrativa Limitada de Itapeva e, também, acionista da Sociedade Aricanduva, que explorava a venda de terrenos nos jardins Leonor e Aricanduva. Ademar de Barros faleceu em Paris no dia 12 de março de 1969. Era casado com Leonor Mendes de Barros (DHBB, 2001, p.541-549).

dos membros da Vanguarda Democrática⁴⁴. Ademais, era o PDC uma agremiação política pequena e frágil, que permitiria ao grupo exercer uma grande influência. Em 1949, o grupo Vanguarda Democrática entrava no PDC.

A partir de 1950, sob a liderança do grupo vinculado a Franco Motoro, o partido cresceu, mas não deixou de carregar as divergências com o seu presidente, o deputado Arruda Câmara. Ao mesmo tempo em que crescia em São Paulo, sua direção regional adotava uma orientação moralizante de combate às práticas dos políticos profissionais do partido, o que redundou na crise gerada pelo apoio à candidatura de Jânio Quadros para o governo de São Paulo, em 1954. Quando a direção paulista retirou seu apoio à candidatura de Jânio Quadros, a direção nacional, sob o comando de Arruda Câmara, manteve seu apoio. Surgiu, então, uma crise profunda entre as direções nacional e a regional de São Paulo.

Logo depois, o partido realizou uma assembleia geral, no Rio de Janeiro, para solucionar a crise que vinha opondo a seção de São Paulo à direção nacional. A assembleia manteve o apoio à candidatura de Jânio Quadros e indicou Antônio Queirós Filho para vice-presidente da chapa, que, entretanto, preferiu disputar uma cadeira para a Câmara Federal, para a qual acabou se elegendo. Ao mesmo tempo, a assembleia ameaçou a direção paulista com sanções disciplinares.

Mas, na segunda metade da década de 1950, o deputado Arruda Câmara foi afastado da direção e substituído pelo deputado federal Antônio Queirós Filho. Essa mudança permitiu o surgimento e consolidação de lideranças novas e o ingresso de personalidade destacada da política nacional, como Juarez Távora. No Paraná, Ney Braga fundava um núcleo importante do partido, que o indicaria, posteriormente, candidato ao governo do Estado do Paraná.

A despeito do seu crescimento progressivo, o PDC não conseguiu o apoio da Igreja e nem dos trabalhadores das cidades e do campo, pois não tinha um projeto modernizante e nem um discurso reformista. Não obstante, na convenção nacional realizada em abril de 1961, foi estabelecido um programa de atuação política

⁴⁴ Organização criada em 1947 em São Paulo, cuja principal finalidade era o estudo dos problemas econômicos e sociais do Brasil e o encaminhamento deste à esfera política. Dela participavam Montoro, Antônio de Queirós Filho, Clóvis Garcia, Plínio de Arruda Sampaio, Odilon da Costa Manso, Teófilo Ribeiro de Andrade, Chopin Tavares de Lima e outros. A Vanguarda Democrática elaborou diversos trabalhos sobre questões como as de menor abandonado, do problema hidrelétrico e do planejamento urbano de São Paulo. O grupo evoluiu para a ideia de que era necessário ingressar num partido político e, por suas afinidades, decidiu ingressar no PDC.

imediate, baseado na defesa do nacionalismo, de uma política externa independente e a redistribuição da propriedade rural para eliminar o latifúndio improdutivo.

Essa tendência inovadora se manifestou novamente em maio de 1961, na primeira convenção estadual da Juventude Democrata Cristã de São Paulo, que preconizou para o PDC um posicionamento modernizante, reformista e nacionalista. Em uma assembleia realizada no Rio de Janeiro, nesse mesmo ano de 1961, os militantes mais jovens se posicionaram publicamente contra os estatutos do PDC, divulgados no *Diário Oficial* de 10 de fevereiro. Eles criticavam nos estatutos o liberalismo econômico, a omissão da reforma agrária e o antinacionalismo. Ao mesmo tempo, defendiam a desapropriação dos latifúndios improdutivos, o aproveitamento das terras que circundavam as grandes cidades, a extensão da legislação trabalhista e da previdência social aos trabalhadores do campo, e uma política de nacionalismo econômico.

Esses acontecimentos evidenciavam o aparecimento no interior do PDC de uma corrente reformista em oposição às posições oficiais. Essa corrente composta pelos quadros mais jovens do partido passaria por um processo de aprofundamento nos anos seguintes, apesar da atitude muito discreta do PDC em defesa da posse de Goulart quando da renúncia de Jânio Quadros à presidência da República. Mesmo assim, Franco Montoro, líder do PDC na Câmara Federal, ocupou o ministério do Trabalho no primeiro gabinete parlamentarista, chefiado por Tancredo Neves. Na condição de ministro, Franco Montoro defendeu a política externa independente e apontou a reforma agrária como o primeiro e mais importante passo para a integração do homem do campo.

A despeito da crescente hegemonia das correntes reformistas no interior do PDC, o partido não conseguiu obter o consenso entre seus militantes para o plebiscito que determinou a volta do presidencialismo. Deixou o assunto a critério de cada um, cabendo às direções regionais um papel pedagógico de esclarecimento do tema. Essa atitude visava impedir o confronto entre grupos em oposição, o que acabou por acontecer em toda a sua extensão na convenção nacional de março de 1963.

Foram produzidos uma declaração de princípios e um programa de ação pelas correntes progressistas para marcar a mudança de rumo da agremiação. O primeiro documento tinha um caráter doutrinário ao desenvolver uma concepção sobre a natureza do ser humano, do bem comum, da liberdade, da justiça e da propriedade, enquanto propunha um sistema de capitalismo social promovido e fiscalizado pelo Estado.

O programa de ação, por sua vez, propunha reformas que incluíam o monopólio estatal do petróleo, a estatização progressiva da produção e distribuição de energia elétrica e outros temas semelhantes como a lei antitruste e desapropriação de interesse social mediante indenização com títulos da dívida pública.

Essas propostas procuravam abrir o partido para a realidade brasileira ao mesmo tempo em que conduziam à renovação de algumas lideranças. Assim, aponta-se o nome de Ney Braga para a direção nacional do partido em oposição a Franco Montoro, que representava a tradição do PDC. Ney Braga, embora não compartilhasse das ideias do grupo político que o lançou e assegurou sua vitória, representava a renovação, pois não estava vinculado aos dirigentes católicos paulistas que controlavam o partido.

Em novembro de 1963, no congresso nacional do partido, em Recife, Ney Braga, presidente nacional do PDC, defendeu a reforma agrária como meio de proteger o Brasil da ditadura. Entretanto, diante do crescente desgaste do governo Goulart, Ney Braga, já em fevereiro de 1964, representava segmentos importantes do partido que passaram a identificar-se com as forças que articulavam a deposição de Goulart. Isso foi possível devido ao enfraquecimento da ala mais progressista do PDC tendo em vista a radicalização política que fortaleceu seus setores mais conservadores.

Em março de 1964, Ney Braga e Juarez Távora davam seu apoio ao governo militar; em 27 de outubro de 1965, o AI-2 decretou a extinção dos partidos políticos.

1.6 PROGRAMAS DO PDC

1.6.1 Programa de 1945

Em 1945 o PDC se propôs a ser um partido popular, democrático e cristão para atender ao que seus fundadores consideravam as "três exigências fundamentais da nova civilização que está nascendo das ruínas da sociedade contemporânea" (Anexo - Programa do PDC).

O partido seria então popular para traduzir a ascensão das massas que era vista como o maior fenômeno social da época; democrático, porque a ascensão das

massas implicava uma participação crescente do povo no governo das nações e cristão, porque a ascensão das massas e a democracia deveriam ser fenômeno baseado na ética racional e evangélica para ser um fenômeno realmente benéfico (Anexo - Programa do PDC).

A par disso, o partido se propunha a atuar em âmbito nacional preocupado com problemas relacionados à organização interna do país e à sua projeção internacional. Esses problemas deveriam ser resolvidos sob o prisma do mais escrupuloso respeito ao Direito, positivo e natural, levando em conta que o direito natural está baseado em preceitos de ordem ética, racional e evangélica. Dessa forma, o PDC considerava que a ordem social está fundada na ordem jurídica e esta na ordem moral, acrescentado que, ao se inverter essa ordem, estar-se-ia fazendo com que os princípios dependam "dos fatos e preceitos das conveniências, está aberto o caminho à instituição de todas as ditaduras e à subversão da ordem natural da sociedade." (Anexo - Programa do PDC). Por isso, a democracia popular que o PDC queria ver organizada no Brasil dependeria da aplicação dessa hierarquia no funcionamento da vida política nacional.

O regime democrático, segundo o programa do PDC de 1945, está, portanto, baseado nos direitos fundamentais, que dizem respeito "tanto à pessoa humana como aos grupos sociais de que ela faz parte e livremente funda na sociedade". São direitos naturais porque congênitos ao ser humano; são "atributos da própria natureza das coisas e, portanto, não podem ser negados pela legislação positiva nem pelas conveniências políticas do Estado e muito menos ainda dos detentores do poder público" (Anexo - Programa do PDC). Entre esses direitos, o programa cita o de nascer, de viver, de trabalhar, de possuir, de fundar família e outros como o de votar e o de associar-se.

Entretanto, "todo direito, por si mesmo, assenta num dever e reciprocamente todo dever num direito. Daí a íntima interdependência da ordem ética e da ordem jurídica, fundamento de toda ordem social, pela qual entende pugnar o Partido Democrata Cristão" (Anexo - Programa do PDC).

Nas condições de dismantelamento do Estado Novo e da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, o programa defendia a ideia de que a nova "estrutura política no Brasil deve repousar sobre uma Constituição e um conjunto de leis que atendam a essas exigências dos princípios eternos e dos fatos sociais do nosso

tempo, mas a política concreta e efetiva dos governadores deve por elas se pautar" (Anexo - Programa do PDC).

Dentro desses princípios assentados na ética do evangelho, o PDC não poderia deixar de defender o reconhecimento por parte do Estado do casamento religioso, o grande contencioso entre Estado e Igreja desde a Constituição de 1891. Assim, dizia o programa nos assuntos relacionados à ordem doméstica que sendo

o contrato civil uma garantia, para o Estado, da legitimidade das uniões, deve ser mantido e respeitado. Mas sendo o casamento religioso, não só a união sacramental consagrada pelo cristianismo, mas ainda introduzida desde a fundação da nacionalidade em nossos costumes, além de constituir, em numerosas regiões de nossa terra, a única forma matrimonial existente, é justo que os seus efeitos civis sejam reconhecidos (Anexo - Programa do PDC).

derivando daí o postulado da manutenção e defesa da indissolubilidade conjugal, cabendo ao Estado ou à coletividade assegurar a assistência às famílias, notadamente às numerosas, e o reconhecimento de efeitos civis ao casamento religioso, devidamente registrado.

Na ordem econômica, o programa do PDC procurava traduzir as ideias centrais do movimento Democrata Cristão, particularmente aquelas ideias derivadas da Doutrina Social da Igreja, como a limitação da liberdade individual pelo bem comum que condicionava a iniciativa privada ao interesse coletivo, este sim o maior elemento propulsor da economia. Acrescentava a esse princípio a necessidade de ampla autonomia às empresas econômicas organizadas em base solidarista entre empregados e empregadores. Finalmente, ao Estado cabiam funções econômicas supletivas, "não podendo intervir diretamente na gerência das atividades econômicas particulares, a não ser quando por estas solicitado e a título temporário" (Anexo - Programa do PDC). A política econômica internacional do Estado seria voltada para a cooperação mais efetiva entre as nações, "na movimentação de produtos e capitais, e evitando todo exagerado protecionismo nacionalista". A par disso, propunha uma legislação social voltada para a justiça social, de modo a garantir a distribuição mais equitativa dos bens econômicos entre as classes sociais, objetivando com isso a transição do capitalismo individualista para a democracia econômica. Essa transição seria obtida pela participação crescente dos empregados de todas as categorias na administração e no lucro das empresas.

E afirmava claramente que a distribuição mais equitativa da propriedade

tanto a União como os Estados e os Municípios tomarão medidas no sentido de facilitar a aquisição e a defesa da pequena propriedade agrícola, industrial e comercial, decretando leis que fixem, de antemão, com clareza e simplicidade, e tendo em vista as condições locais, qual o conceito respectivo da pequena propriedade (Anexo - Programa do PDC).

Se o programa de 1945 colocava no centro da cena o contencioso do casamento civil, não deixaria de lado a educação religiosa ao considerar que a educação deve valorizar e dignificar a pessoa, promover a família, combater tanto o individualismo quanto o totalitarismo e, principalmente, não se insurgir contra a "tradição moral e religiosa do cristianismo, que informou a nacionalidade desde os seus primórdios, é uma educação inadequada para nossa terra". Daí a proposição de que a escola, pública ou particular, "abrirá suas portas ao ensino religioso facultativo, mas como matéria de programa e de horário, de acordo com a confissão religiosa a que pertence um número determinado de alunos" – Anexo - Programa do PDC (CHACON, 1981).

1.6.2 Programa de 1961

No mês de abril de 1961, o Partido Democrata Cristão reuniu-se na sua XIX Convenção Nacional em Curitiba, quando adotou um novo programa em que afirmava ser finalidade do partido a instauração de uma autêntica democracia política, econômica e cultural, objetivo que seria atingido mediante uma ação de ampla base popular, conclamando todos aqueles que aceitem a linha ideológica da Democracia Cristã.

Essa linha ideológica está baseada na ideia de que a Democracia Cristã constitui uma terceira posição ideológica e política distinta do liberalismo e do marxismo.

Em oposição ao CAPITALISMO, que nega a justiça e ao COMUNISMO, que esmaga a liberdade, a DEMOCRACIA CRISTÃ luta pela instauração de uma ordem social que realize a justiça sem destruir a liberdade (Anexo-Programa do PDC).

Essa proposição decorre da dignidade pessoal do homem que vem a ser o valor fundamental da ordem econômica, social e política, recusando e propondo-se a combater "os regimes que reduzem os homens a simples instrumento de poder econômico ou a condição de massas dirigidas pelo Estado" (Anexo-Programa do PDC).

A par disso, afirma o programa que a finalidade de toda ação política é a realização do bem comum que depende de reformas de estrutura nas instituições. Essas reformas deverão ser feitas com a intervenção do Estado, porém dentro dos princípios da descentralização ou do pluralismo comunitário, respeitando, portanto, os grupos sociais intermediários, como a família, o município, sindicatos, empresas, escolas, cooperativas e outros. Tais grupos não podem "ser absorvidos ou eliminados pelo poder centralizador do Estado".

Insiste o programa de 1961 que

o direito de propriedade extensiva a todos os homens, especialmente em relação à morada, à terra e aos meios de produção. Combate a concentração da propriedade em mãos de uma minoria ou a supressão da mesma pelo Estado. Nesse sentido, defende a necessidade de uma reforma agrária e de uma reforma na estrutura da empresa econômica (Anexo - Programa do PDC).

No plano internacional, o programa afirmava a necessidade de organizar as nações numa comunidade internacional, inspirada nos princípios da solidariedade e apta a defender os direitos fundamentais da pessoa e estabelecer a igualdade jurídica dos Estados. Essa comunidade internacional deveria se inspirar também nos princípios da autodeterminação e no combate ao imperialismo, colonialismo e todas as tendências promotoras da discórdia e da guerra.

Afirma, ainda, que a vida pública deve se inspirar no espírito de fraternidade que nega o egoísmo, o ódio de classe, raça, de nacionalidade ou de religião. Acrescenta que no campo político-administrativo o partido deve orientar-se pelo objetivo de conciliar os princípios da igualdade e da liberdade com as exigências da hierarquia e da ordem. No campo econômico-financeiro, estabelece a necessidade de se conciliar a livre iniciativa e o uso da propriedade privada "com as exigências do bem comum social e do direito à igualdade de oportunidades que deve ser garantido a cada brasileiro, para realizar seu bem-estar individual" (Anexo-Programa do PDC).

Desse propósito deriva a ideia de harmonizar, no campo humano-social, "os direitos e deveres recíprocos do capital e do trabalho" de forma a atender tanto às

reivindicações crescentes dos trabalhadores com o aumento da produtividade como, nas suas relações com a sociedade e com o Estado, promover e respeitar a dignidade intrínseca da pessoa.

O partido se propunha, ainda, a combater remessas indiscriminadas de fundo, juros e lucros para o exterior, sugerindo a aprovação de um "Código Brasileiro de Investimentos". A esse tema tão candente na época, que se traduzia na lei de remessa de lucros proposta por Jânio Quadro e sancionada no governo Goulart, o programa acrescentava outro tema igualmente polêmico, o da reforma agrária. O partido propunha, então, uma reforma que atendesse às peculiaridades regionais e promovesse a eliminação do latifúndio e do minifúndio improdutivo com a justa distribuição da propriedade rural. Em síntese, mantinha nas suas linhas gerais o programa de 1945, acrescido da proposta de um lei antitruste (CHACON, 1981).

Essa exposição dos dois programas do Partido Democrata Cristão, confrontados com os ensinamentos sociais da Igreja e os princípios da Democracia Cristã, forma o quadro de referência que será usado na análise do governo Ney Braga, que se apresentava como manifestação do ideal democrata cristão no Brasil.

2 O GOVERNO NEY BRAGA, A DEMOCRACIA CRISTÃ E O DESENVOLVIMENTISMO: DA INVENÇÃO À REALIDADE

Neste capítulo analiso as ações e as políticas executadas durante o governo Ney Braga⁴⁵, comparando-as com o que seria de esperar de um governo que dizia ser expressão tanto da Democracia Cristã como do ideário programático do Partido Democrata Cristão brasileiro. Faço também a comparação das ações e políticas adotadas no seu governo com o que foi realizado no Brasil, particularmente em Minas Gerais, para identificar um tipo recorrente, cuja existência permite retirar a originalidade que comumente se atribui a seu governo como experiência de planejamento estatal. Com o mesmo objetivo, traço um paralelo entre as ações e iniciativas de seu período de governo com aquelas dos governos que o antecederam. Com isso, procuro demonstrar certa continuidade nas ações de governos para assegurar as condições necessárias ao funcionamento da economia, que só poderiam ser providas pelo Estado ou sob a sua orientação.

Esse enfoque tem como objetivo mostrar que o governo de Ney Braga faz parte de um movimento comum a vários estados voltado a reduzir as grandes disparidades regionais aprofundadas após a administração de Juscelino Kubitschek (1955-1960), bem como que as ações de seu governo se pautaram pelo desenvolvimentismo contrapondo-o aos postulados do PDC.

⁴⁵ Ney Amyntas de Barros Braga nasceu na Lapa, Paraná, no dia 25 de julho de 1917, filho de Antônio Lacerda Braga e Semíramis Barros Braga. Ingressou em maio de 1935 na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, de onde saiu, como aspirante da arma de artilharia do Exército, em novembro de 1937. Em 1938 foi promovido a segundo-tenente e, em 1940, a primeiro-tenente. Em 1940, serviu no Rio Grande do Sul, em Itú (SP) e em Curitiba, onde exerceu função de instrutor de topografia e técnica de tiro no 3.º Regimento de Artilharia Montada (3.º RAM). Em 1948 concluiu o curso de aperfeiçoamento de oficiais da Escola de Estado Maior, de onde sai capitão. Foi promovido a major em 1950. Em 1952, foi nomeado Chefe de Polícia do Estado do Paraná, pelo governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, também seu cunhado e, permaneceu no cargo até 1954, ano em que venceu as eleições para prefeito de Curitiba, na legenda do Partido Libertador (PL). Ney Braga foi o primeiro prefeito eleito de Curitiba, ocupando o cargo de 1954 a 1958. Em 1958, concorreu à Câmara dos Deputados pelo PDC, sendo um dos candidatos a deputado federal mais votados do Paraná no pleito de 3 de outubro de 1958. Foi lançado pela coligação PDC-PL, foi eleito governador com cerca de 37% dos votos válidos, assumindo o governo do Paraná em janeiro de 1961, permanecendo no cargo até 1965. Em 1966, Ney Braga concorreu ao Senado, pela Arena, nas eleições de 15 de novembro de 1966, tomando posse em 1.º de janeiro de 1967. Faleceu em Curitiba no dia 16 de outubro de 2000 (DHBB, 2001, p.759-763).

É importante não perder de vista que o programa do PDC de 1961 assumiu vários projetos derivados do próprio desenvolvimentismo, como uma postura nacionalista, a defesa do papel do Estado na promoção do desenvolvimento e, já nos anos finais da sua existência como partido, passou a advogar uma reforma agrária, nos termos em que ela foi formulada pelos setores mais à esquerda do PTB. Então, nem sempre uma posição exclusivamente desenvolvimentista adotada pelo governo contrariava o programa partidário, mas, seguramente, contrariava a doutrina democrata cristã para a qual o desenvolvimento designa um processo muito mais amplo e complexo.

O capítulo está dividido em oito itens, quatro deles referem-se ou ao político Ney Braga ou a seu governo. Antecede a esses itens um cujo objeto é a ideologia, pois aqui neste capítulo começo a demonstração que estamos diante de um fenômeno muito particular, o esforço de transplantar, sem quaisquer mediações, para um cenário político as ideias e os conceitos desenvolvidos para outro contexto, no caso o contexto europeu do pós-guerra, quando ocorreu a ascensão dos partidos democratas cristãos, particularmente na Alemanha e na Itália, que invocavam a Doutrina Social da Igreja como suas fontes de inspiração. Nos três itens restantes confronto suas ações e políticas com a Democracia Cristã e o Partido Democrata Cristão, com outras experiências nacionais e, por último, com os governantes que o antecederam.

O primeiro governo de Ney Braga compreendeu o período de 1961 a 1965, portanto no final do período desenvolvimentista, que foi de 1950 até 1963⁴⁶.

Esse período, no Paraná, é definido pelas gestões sucessivas de Bento Munhoz da Rocha⁴⁷, Moysés Lupion⁴⁸ e Ney Braga. Trata-se de uma época em que

⁴⁶ Defino o período desenvolvimentista no Brasil como tendo se iniciado na assinatura do tratado de Cooperação com os Estados Unidos, que deu origem à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, e a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952; e encerrando-se com a débâcle do Plano Trienal de Celso Furtado, em meados de 1963.

⁴⁷ Bento Munhoz da Rocha nasceu em Paranaguá, Paraná, no dia 17 de novembro de 1905. Era filho de Caetano Munhoz da Rocha, que governou o Paraná de 1920 a 1928, e Olga Carneiro de Souza Munhoz da Rocha. Ingressou na Faculdade de Engenharia, em Curitiba, colando grau como engenheiro civil em 1927. Foi professor da Universidade do Paraná e engenheiro da Caixa Econômica Federal. Foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, em 1938. Iniciou sua carreira política elegendo-se deputado à Assembléia Nacional Constituinte, em 1945, pela legenda da União Democrática Nacional (UDN). Apresentou a emenda que suprimia o território do Iguaçu, criado em 1943. Aprovada, a medida fez com que o território fosse integrado ao Estado do Paraná ainda em 1946. Deixou o governo do Paraná no dia 2 de abril de 1955, cargo que ocupava desde 1951 em virtude da sua eleição em outubro do ano anterior pela UDN, coligada com o Partido Republicano (PR), Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Republicano Popular (PRP). Em sua gestão, iniciou as obras do Centro Cívico, edificou o palácio Iguaçu, o

em todo o Brasil foram adotadas medidas estratégicas pelo Estado com o objetivo de assegurar o desenvolvimento nacional⁴⁹, que é definido de forma reducionista pela industrialização, mesmo porque esse era o único objetivo capaz de criar um mínimo de consenso entre as elites políticas.

Essa forma reducionista de encarar o desenvolvimento permite contrapô-lo de imediato com os postulados da Democracia Cristã, para a qual o desenvolvimento deve centrar-se no ser humano e no seu desenvolvimento integral.

palácio da Justiça, a Biblioteca Pública do Paraná e o Teatro Guaíra. Ainda, fundou a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) e construiu parte da Rodovia do Café. Foi nomeado ministro da Agricultura pelo presidente Café Filho. Em 1958, elegeu-se deputado federal por seu estado na legenda da Frente Democrática do Paraná que congregava a UDN, o PR e o Partido Social Progressista (PSP). Foi derrotado nas eleições de outubro de 1965 ao governo do Paraná por Paulo Pimentel. Foi ainda membro da Academia Paranaense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Faleceu em Curitiba no dia 12 de novembro de 1973. Era casado com Flora Camargo Munhoz da Rocha, filha de Afonso Alves de Camargo, governador do Paraná de 1916 a 1920 (DHBB, 2001, p. 5093-5095).

⁴⁸ Moysés Lupion de Troya nasceu em Jaguariaíva (PR) no dia 25 de março de 1908, filho de João Lupion de Troya, natural da Espanha, e de Carolina Wille Lupion. Formou-se em contabilidade na escola Álvares Penteado, na cidade de São Paulo, transferindo-se em seguida para Pirai do Sul (PR), onde passou a dedicar-se à indústria e ao comércio de madeira e à agricultura. Com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, aderiu, em 1946, ao PSD e foi escolhido presidente na seção paranaense dessa agremiação, cargo que exerceu até 1950. Em janeiro de 1947, foi eleito governador do Paraná. Nessa época, Lúpcion fundou a Clevelância Industrial e Territorial (Citla), empresa voltada para a colonização e a exploração madeireira que se envolveu nos anos seguintes em graves conflitos sociais no campo paranaense. Em 1954 foi eleito senador pelo Paraná, na legenda do PSD. Iniciou seu mandato parlamentar em fevereiro de 1955 e, pouco depois, tornou-se mais uma vez candidato ao governo paranaense com o apoio do PSD, PDC e PTN, sendo eleito em outubro do mesmo ano. Permaneceu no Senado até ser empossado no governo estadual em fevereiro de 1956. Entre 1956 e 1960, Lupion presidiu o diretório regional do PSD. Na condição de proprietário da Citla, Lupion foi envolvido diretamente nesses conflitos, sendo acusado pela imprensa e por parlamentares oposicionistas de utilizar a Força Pública do estado em auxílio à ação violenta das empresas imobiliárias. Em 1962, foi eleito deputado federal pelo Paraná, na legenda do PSD. Exerceu o mandato entre junho de 1963 e abril de 1964, quando, em decorrência de acusações de corrupção, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos com base no Ato Institucional n.º 1 (AI-1), baixado pelo governo formado após a deposição do presidente João Goulart. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 29 de agosto de 1991. Era casado em primeiras núpcias com Hermínia Rolim Lupion, com quem teve três filhos. Em segundas núpcias foi casado com Vilma Lupion, com quem teve um filho (DHBB, 2001, p.3339-3340).

⁴⁹ Evidentemente, após o golpe de 1964 os sucessivos governos adotaram planos em que o Estado tinha função relevante, quer como agente financiador, quer como investidor direto, são exemplos o Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1966) (PAEG) ou o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) (1968-1970) e os sucessivos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

2.1 DESENVOLVIMENTISMO E IDEOLOGIA

A vertente da ideologia governamental desenvolvimentista está presente no governo Ney Braga ainda que invocando a Democracia Cristã como orientadora de suas ações.

Num plano muito genérico, a ideologia pode ser vista como sendo toda a crença usada "para o controle dos comportamentos coletivos" e "a crença no seu significado mais amplo é a noção do compromisso da conduta que pode ter ou não validade objetiva" (ABBAGNANO, 1999, p.533). A crença por sua vez é a atitude de adesão a uma noção qualquer, que pode ser justificada ou não pela validade objetiva da noção. Finalmente, a própria adesão a uma crença a transforma em regra de comportamento (ABBAGNANO, 1993, p.533).

Isso indica que entre ideologia e crença há uma distinção de grau e não de natureza, pois a ideologia é formada de crenças ao lado dos interesses, muitas vezes, componentes indissociáveis da ação (BOUDON; BOURRICAUD, 1993).

As crenças não se limitam a determinar as finalidades da ação, intervindo, também, na procura dos meios da ação. Assim, os objetivos da ação e os meios para sua realização dependem de crenças que, por sua vez, são vividas como realidades objetivas, pois o agente necessita persuadir-se da legitimidade de suas crenças.

Em síntese, no âmago do conceito de ideologia está a noção de um sistema de ideias que orienta e controla a conduta dos indivíduos e que isso ocorre porque se associa diretamente com a crença que não só determina a finalidade da ação, mas também os meios para sua realização.

Tais ideias podem ser definidas como representações, que são o pressuposto de todas as interações humanas, ocorram elas entre duas pessoas ou entre dois grupos. A informação que recebemos e à qual tentamos dar um significado está sob o controle das representações e não possui outro sentido para nós além do que ela lhe dá (MOSCOVICI, 2003, p.40).

No intrincado e múltiplo uso da ideologia, Stoppino identificou dois tipos de significado: um significado fraco e outro forte. No significado fraco, a ideologia designa os sistemas de ideias e valores relacionados à ordem pública, cuja função é orientar os comportamentos políticos coletivos. O significado forte da ideologia é entendido como falsa consciência e tem sua origem em Marx (STOPPINO, 2004, p.585-97).

Interessado no seu significado forte, Stoppino afirma que esse significado da Ideologia surgiu inicialmente como sistema de ideias que brotava das relações de produção, portanto das relações de dominação entre as classes, dando-lhes uma falsa consciência.

No entanto, a conexão entre ideologia e poder se perdeu, limitando-se ao seu caráter de falsidade e a sua determinação social. Ao mesmo tempo, seu requisito de falsidade aumentava *pari passu* a perda de vista da determinação social da ideologia.

O que é necessário para recuperar o significado forte de ideologia e reformular em termos empiricamente aceitáveis o conceito marxista de falsa consciência é o nexo entre a falsidade e a função social da ideologia (STOPPINO, 2004, p.591).

O conceito de falsa consciência diz respeito a todo um sistema de crenças, que não se limita às asserções, mas a valores e ideias da ideologia burguesa, enfim aos juízos de valor. Os juízos de valores são falsa motivação quando cobrem ou mascaram os motivos reais de comando ou de obediência (STOPPINO, 2004, p.595). Assim, a noção de falsidade como falsa consciência confere à ideologia o seu caráter de falsa motivação, que é análogo ao conceito psicanalítico de "racionalização".

Geertz assinalou um aspecto importante da ideologia, que é sua expressão em formas simbólicas, pois o pensamento consiste na construção e manipulação de sistemas simbólicos, que se empregam como modelos de outros sistemas (GEERTZ, 1978, p.185).

Dessa forma, os símbolos ou sistemas de símbolos, cognitivos ou expressivos são fontes extrínsecas de informação que se prestam para padronizar a vida humana, ou seja, são sistemas e mecanismos extrapessoais "para a percepção, compreensão, julgamento e manipulação do mundo" (GEERTZ, 1978, p.188).

Entretanto, há uma funcionalidade na ideologia que remete ao campo político e que se refere ao papel de possibilitadora de uma política autônoma, ao fornecer os conceitos autoritários que lhe dão significado, as imagens suasórias, por meio das quais ela pode ser sensatamente apreendida.

A ideologia, segundo Miriam Limoeiro Cardoso (1978), compreende um nível abstrato, formado por sistemas articulados de ideias relacionadas a concepções do mundo com graus diferentes de unidade, teorização e coerência, e um nível concreto relacionado à atualização dos sistemas de ideias no plano da organização e institucionalização social, isto é, na prática social. Esses dois níveis estão presentes

nos campos em que a ideologia se divide, com o domínio do campo político sobre os campos econômico e moral nas sociedades capitalistas.

Os sistemas de ideias possuem uma dimensão histórica que impede que eles sejam analisados de forma estática ou isoladamente. Eles devem sempre ser vistos no contexto histórico em que surgiram. Por isso, a autora coloca a ideologia do desenvolvimentismo no campo mais amplo da ideologia do desenvolvimento, que acompanha o processo de expansão do sistema capitalista nas regiões subdesenvolvidas em fase de crescimento, mas no momento específico em que o desenvolvimento espontâneo não mais é possível.

Nesses termos, o desenvolvimento coloca um problema que se resume no atraso e no desenvolvimento que deve superá-lo. No centro do campo das ideias associadas ao desenvolvimento está a necessidade de dinamizar a economia do Brasil, para ampliar sua participação e os benefícios do país no sistema capitalista (CARDOSO, 1978, p.78).

Como a pobreza dos países subdesenvolvidos decorre das atividades tradicionais e, por conseguinte, das exportações de produtos primários, sua superação depende do fortalecimento do setor industrial. A indústria torna-se o setor dinâmico da economia e todos os problemas supostamente seriam resolvidos pela industrialização.

Com isso, o desenvolvimentismo está centrado no desenvolvimento, o que não afeta a ordem social vigente, e o desenvolvimento é uma nova dimensão da ideologia dominante. Como assinala a autora, a problemática ideológica não pode ser confundida com a problemática da própria realidade, portanto não é uma problemática universal ou nacional, mas a representação de uma classe ou fração dominante.

Apresentar o desenvolvimento como sendo o objetivo e interesse de toda sociedade e que o desenvolvimento só ocorre com a preservação da ordem, este é assumido como se fosse um dado de interesse geral. Sua força mobilizadora (aderência à realidade, como registrado no início), segundo a autora, está na ideia de que a prosperidade atingirá a todos.

A decisão econômica se dá, entretanto, no plano eminentemente político, daí o papel relevante do Estado no desenvolvimentismo. Ao Estado cabe, no plano abstrato, infundir a consciência do desenvolvimento e infundir a crença na viabilidade do projeto desenvolvimentista. No plano concreto, assume o pioneirismo como sua característica distintiva, ao criar as condições para a expansão dos setores privados, particularmente dos industriais (CARDOSO, 1978, p.420).

Bielschowsky (1996), ao examinar o sistema desenvolvimentista como parte do pensamento econômico, volta sua atenção para as diferentes correntes do pensamento econômico brasileiro que representam três variantes do desenvolvimentismo (setor privado, setor público não nacionalista e setor público nacionalista). A Cepal (Comissão Econômica para a América Latina)⁵⁰ forneceu um instrumental analítico antiliberal que foi incorporado por grande parte dos desenvolvimentistas nacionalistas do setor público. Numa definição bem próxima de Miriam Limoeiro Cardoso, para Bielschowsky o desenvolvimentismo é uma ideologia de superação do subdesenvolvimento brasileiro mediante a industrialização capitalista apoiada e planejada pelo Estado. Os pontos básicos desse projeto econômico são, primeiramente, que a industrialização brasileira, eficiente e racional, não pode ser movida pelas forças do mercado, por isso a necessidade de planejamento por parte do Estado. Em segundo lugar, o planejamento é que deve definir a expansão dos setores econômicos e quais os instrumentos que devem ser aplicados nessa expansão, ou seja, de certa forma a alocação de fatores é condicionada pela ação estatal, mediante o planejamento. Finalmente, a execução da expansão deve ser ordenada pelo Estado, que deve ainda captar e direcionar os recursos financeiros, além de promover investimentos diretos nos setores em que a iniciativa privada for deficiente (BIELSCHOWSKY, 1996).

Portanto, o planejamento econômico e a intervenção do Estado na economia são aspectos centrais do desenvolvimentismo, pois o Estado é visto como essencial para a promoção do desenvolvimento econômico e social.

Em resumo, das proposições de Miriam L. Cardoso e de Bielschowski pode-se derivar que o Projeto Paranaense de Desenvolvimento, desde que inscrito na "ordem geral" do desenvolvimentismo, tem, necessariamente, de contemplar essas dimensões que se traduzem numa expressão bem simples: a intervenção organizada e

⁵⁰ Órgão regional das Nações Unidas, ligado ao Conselho Econômico e Social, foi criado em 1948 com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento dos países latino-americanos. Integrado por representantes de todos os países da América Latina e com participação especial dos Estados Unidos. Tem sede em Santiago do Chile, promovendo uma conferência a cada dois anos. Para superar o subdesenvolvimento dos países da América Latina, formou um quadro de especialistas dos países da região, todos trabalhando numa direção como integrantes da escola da Cepal, entre eles, destacou-se o economista brasileiro Celso Furtado. A Cepal defendeu a necessidade de promover a industrialização da América Latina e a diversificação de sua estrutura produtiva. Entre suas medidas encontram-se a reorganização administrativa e fiscal, o planejamento econômico, a reforma agrária. Além disso, elaborou programas educacionais, de saúde pública, energia e transporte. Também ministra cursos de formação nas diversas áreas do planejamento e presta assessoria técnica aos governos (SANDRONI, 1994, p.47-48).

sistemática do Estado na economia, por meio de um plano, e a veiculação, para toda a comunidade, de um sistema de ideias em que a intervenção é uma resposta dos dirigentes políticos às esperanças e expectativas dessa comunidade.

Quando, na esteira da crise do modelo desenvolvimentista, chegou-se à constatação de que a economia padecia de uma tendência estrutural à estagnação que só poderia ser superada com reformas igualmente estruturais, as reformas de base, o consenso, já precário, desvaneceu-se.

2.2 NEY BRAGA E O PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO

O centro da análise deste item são as causas que levam um político a aderir a um partido político, mostrando que essa adesão se dá em função de condicionantes locais de ordem político-eleitoral e não doutrinária. Dessa forma, procura-se mostrar que a ideia de um partido político como corpo de doutrina nada tem a ver com o que estava ocorrendo, o que não diferencia o político em análise dos demais. O que se vai manifestar nas coligações que se organizam em torno de objetivos locais ou regionais.

Ney Braga, um dos quadros políticos de maior expressão nacional, pertencia ao Partido Democrata Cristão e invocava sempre que as condições exigiam a Democracia Cristã como a fonte doutrinária das ações de seu governo. Estava ligado por laços de parentesco à oligarquia paranaense formada pelas famílias Munhoz da Rocha e Alves de Camargo.

Essas famílias estavam representadas no Paraná de 1916 a 1930. Após a chamada redemocratização, iniciada em 1946, com a promulgação da Constituição Federal, elas retomaram o poder por duas vezes, uma vez com Bento Munhoz (1950 e 1955), que era casado com uma Camargo, e a segunda vez com Ney Braga (1960-1965), que fora casado com a irmã de Bento. Devido ao seu casamento com Flora Camargo, Bento era genro de Afonso Alves de Camargo, que também foi duas vezes presidente do Estado do Paraná pelo Partido Republicano Paranaense. Em

síntese, de 1916 a 1930, o governo do Paraná ou era ocupado por Caetano Munhoz da Rocha ou por Afonso Alves de Camargo⁵¹ (OLIVEIRA, 2001).

Bento Munhoz pertencia a uma família dedicada à economia ervateira do Paraná, um setor da economia que, nessa ocasião, estava em decadência, que, aliás, já vinha de há muitos anos. A posição de destaque na economia estadual era a exploração da madeira e a gradativa ascensão do café, que nos anos 50 passa a ser o principal produto de exportação, ocupando o lugar do mate.

A família de Bento possuía engenhos de beneficiar a erva-mate e empresas de exportação do produto. Na política, estava estreitamente associado ao Partido Republicano Paranaense (PRP), em virtude de laços familiares muito sólidos. Seu pai, Caetano Munhoz da Rocha, fora vice-presidente e duas vezes presidente do Estado na República Velha. Era senador da República, quando foi afastado da vida política pela Revolução de 30.

Ney Braga foi levado à política por Bento Munhoz, quando o nomeou chefe de Polícia do seu governo. Ney Braga era oficial do Exército Brasileiro, com a patente de Major, quando foi convidado a ocupar o cargo que o governador lhe ofereceu. O cenário político era marcado por violências e intranquilidade nas zonas de expansão da colossal fronteira agrícola em que se transformou quase metade do território paranaense – assunto que será discutido no capítulo 4.

Em 1954, com o apoio de Bento Munhoz da Rocha, Ney Braga disputou a prefeitura de Curitiba pela coligação do Partido Social Progressista (PSP) e Partido Republicano (PR), ao qual Bento e seus principais aliados pertenciam. O PSP foi fundado por Ademar de Barros, que governara São Paulo de 1947 a 1951 e indicara o vice-presidente de Getúlio Vargas, Café Filho. Ney Braga, nessa época, não era filiado a qualquer partido. Seu ingresso num partido político vai se dar em 1958, quando sua candidatura a deputado federal não obteve o apoio de Bento Munhoz.

A eleição de Ney Braga para a prefeitura de Curitiba foi, de certa forma, muito atribulada, inclusive porque se tratava da primeira eleição para prefeito da capital.

⁵¹ São os seguintes os governadores do Paraná, de 1916 a 1930: Afonso Alves de Camargo (1916-1920 e 1928-1930), Caetano Munhoz da Rocha (1920-1924 e 1924 -1928). Afonso Alves de Camargo foi vice de Carlos Cavalcanti de Albuquerque de 1912 a 1916. Caetano Munhoz da Rocha foi vice de Afonso Alves de Camargo, de 1916 a 1920, e Marins Alves de Camargo foi vice de Caetano, de 1920 a 1924 (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 2010).

Desde 1930 até a promulgação da Constituição Federal de 1946, os prefeitos das capitais eram nomeados pelos governadores.

Com a proximidade das comemorações do centenário de emancipação política do Paraná, o Governador Bento Munhoz encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto de reforma constitucional adiando as eleições para 1954, projeto que foi aprovado. Já no final de dezembro de 1953, era grande o número de candidatos quando se pensou no nome de Ney Braga para a prefeitura. Sua indicação encontrou resistência dentro de um grupo pertencente ao Partido Republicano, o partido de Bento Munhoz da Rocha, que preferia outro candidato. Nesse ínterim, o Partido Social Progressista, de Ademar de Barros, lançou sua candidatura que acabou recebendo o apoio do PR (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.50-51).

Quando Ney Braga pleiteou sua candidatura a deputado federal não encontrou apoio por parte de Bento que o queria na Assembleia Legislativa do Paraná, como deputado estadual do Partido Republicano. Ele pretendia ser candidato a deputado federal e ocupar uma cadeira na Câmara Federal tão logo encerrado seu mandato de prefeito de Curitiba. Mas não havia espaço para sua candidatura tanto na UDN quanto no PR. Esses partidos preferiam sua candidatura a deputado estadual e se comprometiam a apoiá-lo na campanha à Assembleia Estadual, mas se opunham a sua pretensão de ser deputado federal. Bento Munhoz da Rocha, líder incontestado do PR, já estava em rota de colisão com Ney Braga, desde que este lançara a candidatura de Aristides Simão para sucedê-lo na prefeitura. Assim, não havia espaço para Ney Braga nos partidos então existentes. Por isso, foi importante a reorganização da legenda do PDC, que viabilizou sua candidatura à Câmara Federal (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.92-93).

Não obstante essas manobras de natureza puramente político-eleitoral, Ney Braga procurou sempre fazer uma profissão de fé democrata-cristã, alegando, inclusive, que sempre fora cristão e que passou a infância sob a guarda de pessoas religiosas em casa e na escola. Além disso, via no partido uma agremiação que aglutinava pessoas que defendiam a combinação da justiça social com o desenvolvimento econômico, estimuladas pela ascensão da Democracia Cristã na Europa na década de 1950. Mesmo assim, não negava que no Paraná a Democracia Cristã, como ideologia, era apenas um nome, um termo, ao contrário de São Paulo, onde um grupo

formado por Franco Montoro, Queiroz Filho, Roberto Cardoso Alves⁵², Plínio de Arruda Sampaio⁵³ e Paulo de Tarso⁵⁴ procuravam sistematizar as ideias que davam

⁵² Roberto Cardoso Alves nasceu em Aparecida (SP) no dia 24 de abril de 1927, filho de Américo Alves Pereira Filho e de Maria Roberto Cardoso Alves. Estudou na Escola Preparatória de Cadetes, em São Paulo e Porto Alegre, entre 1945 e 1947. Foi bacharel da Faculdade de Direito da PUC de São Paulo em 1951, fez pós-graduação em direito tributário e direito processual civil, na mesma escola, tendo sido aluno de Franco Montoro e Queiróz Filho, ambos integrantes do PDC, nos anos de 1972 e 1973. Roberto Cardoso Alves foi nomeado para a chefia de gabinete de Franco Montoro quando este se elegeu deputado estadual pela primeira vez e se tornou presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo. Em 1956, na gestão de Queirós Filho, na Secretaria de Justiça do então governador Jânio Quadros, Cardoso Alves desempenhou as funções de oficial-de-gabinete. Em outubro de 1958, elegeu-se deputado estadual pelo PDC, ganhando a liderança do partido na Assembleia. Sob a presidência nacional de Franco Montoro, Cardoso Alves assumiu a secretariageral do partido. Reelegeu-se deputado estadual, ainda pelo PDC, no pleito de outubro de 1962. Entre 1962 e 1966, foi secretário e presidente do diretório regional do PDC. Com a extinção dos partidos políticos pelo AI-2 (27/10/1965), filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime de exceção instaurado em abril de 1964. Faleceu no dia 27 de janeiro de 1996, em Santana do Parnaíba (SP). Era casado com Olga Duarte Cardoso Alves, com quem teve cinco filhos (DHBB, 2001, p.182-183).

⁵³ Nasceu na cidade de São Paulo, no dia 26 de julho de 1930, filho de João Batista de Arruda Sampaio e de Maria Aparecida Soares de Arruda Sampaio. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1954, ano em que ingressou no Ministério Público, em Sertãozinho (SP). Mais tarde foi promotor de Justiça de Pindamonhangaba (SP), servindo ainda como promotor adido ao gabinete da Secretaria Estadual de Justiça. Foi presidente da Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1959 tornou-se subchefe da Casa Civil e coordenador do plano de ação do governo de Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (1959-1963). Em abril de 1961 assumiu o cargo de secretário dos Negócios Internos e Jurídicos da Prefeitura de SP, na gestão de Prestes Maia (1961-1965), demitindo-se após cinco meses. Membro do PDC, teve sua candidatura a deputado federal por São Paulo em outubro de 1962 apoiada pela aliança Eleitoral pela Família. Foi eleito na legenda da coligação do PDC com o Partido Rural Trabalhista (PRT) e a União Democrática Nacional (UDN), assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados em fevereiro de 1963. A partir de abril daquele ano, passou a ser vice-líder do PDC na Câmara. Permaneceu na Câmara até o dia 10 de abril de 1964, quando foi cassado pelo AI-1, editado no dia anterior pela justiça militar que assumiu o governo com a deposição de Goulart, tendo seus direitos políticos suspensos por dez anos. Em seguida exilou-se no Chile. Foi casado com Marieta Azevedo de Arruda Sampaio, com quem teve seis filhos (DHBB, 2001, p.5227-5228).

⁵⁴ Paulo de Tarso Santos nasceu em Araxá (MG) no dia 12 de janeiro de 1926, filho de Vasco Santos e de Maria Soares Santos. Em 1949 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da USP. Advogado do Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco) em 1948, filiou-se ao PDC. Elegeu-se em 1955 vereador à Câmara Municipal de São Paulo na legenda do PDC, combatendo durante seu mandato o plano Alweg, proposta inicial de construção do Metropolitano paulista. Esteve presente no Congresso Mundial da Democracia Cristã realizada no Chile. Na ocasião teve aprovado o relatório de sua autoria – "Reforma da empresa" – que estabelecia que a democracia cristã lutaria em todo o mundo pela participação dos empregados nos lucros e na gestão das empresas privadas. Em outubro de 1958 elegeu-se deputado federal por São Paulo na legenda do PDC. Participou ativamente da campanha política de Jânio Quadros à presidência da República nas eleições de outubro de 1960 e, com a vitória deste, foi nomeado prefeito do Distrito Federal, já na cidade de Brasília. Com a renúncia de Jânio, em agosto de 1961, retornou à Câmara dos Deputados. No pleito de outubro de 1962 reelegeu-se deputado federal, apoiado por uma coligação do PDC com a UDN e o Partido Rural Trabalhista (PRT). Em julho de 1963 licenciou-se da Câmara para assumir interinamente o Ministério da Educação e Cultura, até outubro do mesmo ano. Em março de 1964 teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos pela aplicação do Ato Institucional n.º 1 (AI-1), sendo preso em julho daquele ano. Posto em liberdade posteriormente, exilou-se no Chile. Pertenceu ao Centro Dom Vital de São Paulo. Casou-se com Maria Nilse de Cunha Santos, com quem teve cinco filhos (DHBB, 2001, p.5653-5654).

forma ao programa do Partido Democrata Cristão (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.86).

Forçado a inscrever-se no Partido Democrata Cristão, pelo qual lançou sua candidatura a deputado federal, nas eleições de 1958, Ney Braga deixava bem claro como funcionava o quadro partidário típico da época, quando o ingresso num partido se dava mais em função de conflitos locais do que da adesão a princípios e ideias (DHBB, 2001, p.437).

Quando foi candidato a prefeito de Curitiba, em 1954, não recebeu apoio do PDC, que apresentou seu próprio candidato, João Cid Portugal. Mas já na prefeitura, em 1958, Joaquim Mattos Barreto assumiu a presidência do partido no Paraná em decorrência de gestões do PDC de São Paulo. O novo presidente reestruturou o partido e patrocinou o ingresso de Affonso Camargo, Oscar Alves⁵⁵, Jucundino Furtado, "eu e todo o nosso pessoal" (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.86).

O deputado Federal, Monsenhor Arruda Câmara, Presidente Nacional do PDC, incumbiu o Major Jayme Maria Sobrinho, ajudante de Ordem do governador Bento Munhoz, de organizar o partido no Paraná. O mesmo fez Jânio Quadros, eleito prefeito de São Paulo em março de 1953, que enviou seu pai, Gabriel Quadros, para Curitiba, também com o objetivo de organizar o PDC. Já no mês de maio de 1953, Gabriel Quadros, Clotário de Macedo Portugal Filho e o Major Jayme Maria Sobrinho, instalaram o Diretório Municipal em Curitiba (PORTUGAL, 1995, p.131-134). A vinda de Gabriel Quadros a Curitiba tem sentido, porque ele era nascido no Paraná e exercera aqui a medicina até 1930, quando se transferiu para o interior de São Paulo. Além disso, foi também deputado estadual pelo Partido Republicano do Paraná até a Revolução de 1930.

⁵⁵ Oscar Alves nasceu em Birigui (SP) no dia 10 de março de 1938, filho de Emílio Alves e Germina Ceolin Alves. Médico formado pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica do Paraná em 1965. Foi oficial de gabinete do secretário dos Negócios da Saúde Pública, e de 1964 a 1965, assessor técnico do gabinete do vice-governador paranaense durante o governo de Ney Braga. Casou-se com Sílvia Maria Braga Alves, filha de Ney Braga, com quem teve três filhos (DHBB, 2001, p.180).

Nas eleições de 1955, José Munhoz de Mello⁵⁶ foi indicado por Clotário Portugal⁵⁷, presidente do Diretório Regional do PDC, para ser o candidato do Partido ao Governo do Estado. Entretanto, na campanha para presidente da República, Juarez Távora era o candidato do PDC, com o apoio da UDN, PSB e PL, o que levou Franco Montoro a vir a Curitiba articular o apoio do PDC paranaense ao candidato da UDN, Othon Mäder⁵⁸. Com isso haveria no Paraná uma coligação que acompanhasse

⁵⁶ José Munhoz de Melo nasceu em Curitiba no dia 3 de julho de 1912, filho de Joaquim José Munhoz de Melo e de Carmem Munhoz de Melo. Era diplomado pela Faculdade de Direito do Paraná em dezembro de 1936. Foi adjunto de promotor público, juiz municipal, juiz de direito em Londrina (PR) e, posteriormente, prefeito desse município. Foi eleito deputado pelo Paraná à Assembleia Nacional Constituinte em dezembro de 1945, na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer o mandato ordinário. No entanto, deixou a Câmara em abril de 1948, antes do final da legislatura. Nos pleitos de outubro de 1950 e 1954, candidatou-se a deputado federal pelo PSD e pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), mas não foi bem-sucedido. Em 1958, disputou, sem êxito, uma vaga no Senado, novamente pelo PSD. Foi também desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná e presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná. Faleceu em 1995. Era casado com Ondina Munhoz de Melo (DHBB, 2001, p.3722).

⁵⁷ Clotário de Macedo Portugal Neto nasceu em Curitiba, em 1937, neto do desembargador e presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Clotário de Macedo Portugal. Formou-se pela Faculdade de Direito de Curitiba no ano de 1962. Advogou por oito anos. Ingressou no serviço público em 1955, como auxiliar judiciário no Tribunal de Justiça e no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Foi juiz nas comarcas de Guaíra, São Mateus do Sul e União da Vitória. Promovido ao cargo de juiz do Tribunal da Alçada, foi nomeado, na sequência, desembargador do Tribunal de Justiça. Também é professor da Escola de Magistratura do Paraná (DHBB, 2001, p.4755).

⁵⁸ Oton Mäder nasceu em Paranaguá (PR) no dia 8 de janeiro de 1895, filho de Nicolau Mäder e de Francisca da Costa Mäder. Seu pai, industrial e comerciante de erva-mate, foi deputado estadual entre 1908 e 1909. Cursou a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, pela qual se formou engenheiro civil e geógrafo em janeiro de 1919. Foi prefeito de Foz do Iguaçu (PR) em 1931 e de Ponta Grossa (PR) no ano seguinte. Em outubro de 1950 elegeu-se senador pelo Paraná com o apoio da coligação formada pela UDN, o PR, o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Libertador (PL) e o Partido Republicano Trabalhista (PRT), assumindo o mandato em fevereiro de 1951. Em novembro de 1952, como membro da Comissão de Transporte, Comunicações e Obras Públicas do Senado, Mäder opôs-se ao monopólio estatal do petróleo, defendendo a participação no setor dos grupos privados. Durante a grave crise político-militar enfrentada pelo governo de Vargas em 1954, Mäder manifestou-se no Senado pela renúncia do presidente. Ainda no Senado, Mäder foi membro das comissões de Trabalho e Legislação Social e de Finanças, tendo combatido a Eletrobrás e o monopólio dos transportes ferroviários e de cabotagem marítima. No pleito de outubro de 1958, Mäder elegeu-se deputado federal por seu estado na legenda da Frente Democrática do Paraná, liderada pela UDN. Deixou o Senado em janeiro de 1959 e assumiu o mandato na Câmara em fevereiro seguinte, quando participou do trabalho dos órgãos técnicos, opondo-se às reformas de base propostas pelo presidente João Goulart (1961-1964). Integrou ainda a Ação Democrática Parlamentar (ADP), bloco interpartidário surgido no primeiro semestre de 1961 com o objetivo de combater a penetração comunista na sociedade brasileira. Foi presidente do diretório da UDN do Paraná, do Sindicato dos Engenheiros do Paraná, da Associação dos Funcionários Públicos, do Sindicato das Companhias de Seguro e do Instituto de Engenharia. Foi funcionário da Comissão de Terras do Paraná. Dirigiu ainda o Departamento de Terras e Colonização e o Departamento Geográfico, Geológico e Mineralógico do Paraná, tendo sido também secretário de Agricultura, da Fazenda e de Viação e Obras Públicas neste estado. Faleceu em 1974. Era casado com Olívia de Abreu Mäder, com quem teve três filhos.

aquela que estava em andamento na política nacional, em oposição à coligação PSD-PTB, que lançara a candidatura de Juscelino Kubitschek, tendo João Goulart, como vice. O propósito de Montoro encontrou apoio de Joaquim de Mattos Barreto, vice-presidente regional do PDC; mas, no final, o PDC regional preferiu apoiar a candidatura de Moysés Lupion, de cujo governo veio a participar (PORTUGAL, 1995, p.141).

Eis mais um exemplo da situação do sistema partidário da época, mostrando a ausência de um comando nacional, na maioria dos partidos, quadro que vinha da Primeira República (1899-1930), quando o partido hegemônico, o Partido Republicano, só existia nas suas frações regionais, comandadas pelos governadores que tinham nos senadores seus prepostos no plano federal (CASTRO, 2002).

As coligações regionais deixavam de corresponder àquelas que havia ou eram estabelecidas no plano nacional, prática da qual não se safava também o Partido Democrata Cristão.

Nesse ambiente político-eleitoral é difícil assinalar qualquer fidelidade a princípios políticos e doutrinários decorrente da crescente fragmentação partidária. Essa fragmentação não era relevante, porém ela contribuiu no início da década de 1960 para a fragmentação política que retirou a estabilidade dos governos diante da impossibilidade de maiorias estáveis no parlamento.

Afonso Arinos de Mello Franco, por exemplo, atribuiu a impossibilidade de formação de maiorias estáveis à fragmentação partidária. Entretanto, isso se devia mais à instabilidade política, pois não era raro encontrar governos estáveis em situações de grande fragmentação partidária. O obstáculo à operação governamental vinha da conversão da fragmentação partidária em inconciliável instabilidade política, isto é, quando à multiplicação das agremiações partidárias ou para-partidárias se associa um processo de radicalização político-ideológica. Por isso, o autor prefere, no caso do Brasil, centrar sua análise nas inconstantes coalizões parlamentares, que impedem o desenvolvimento de qualquer programa de governo (SANTOS, 1981, p.261).

Em 1957, Joaquim de Mattos Barreto substituiu Clotário Portugal na presidência do Partido Democrata Cristão para reestruturá-lo, afastando-se, imediatamente, do governo Lupion (PORTUGAL, 1995).

No início de novembro de 1958, Ney Braga ingressa no PDC, declarando que o partido teria candidato próprio à prefeitura de Curitiba ao tempo em que se apresentava candidato a deputado federal nas eleições de 1958. Foi além, ao manifestar seu interesse em disputar as eleições de 1960 para o governo do Estado e apoiar a

candidatura de Jânio Quadros à Presidência da República, notícia que, segundo Portugal (1995), fora publicada, nacionalmente, no *O Estado de S.Paulo*, no dia 10 de novembro de 1957, na página 7 (PORTUGAL, 1995).

De certa forma, Ney Braga começou a adquirir projeção nacional dentro do PDC quando foi encarregado de procurar Jânio Quadros, em Roma, para que ele saísse candidato à presidência da República, pelo PDC. Jânio recebeu de Ney Braga uma carta em que o programa do PDC estava resumido em alguns pontos básicos, destacando-se a posição do Partido em defesa da reforma agrária, da justiça social e da atenuação das desigualdades regionais. Jânio leu a carta e assinou um compromisso de candidatar-se pelo PDC e declarava sua adesão àqueles pontos programáticos (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.96). Esse encontro foi realizado em abril de 1959, o mesmo mês em que a candidatura de Jânio foi lançada publicamente pelo Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ)⁵⁹, no Rio de Janeiro, e a convenção do Partido Trabalhista Nacional (PTN), de expressão exclusivamente paulista, lançou seu nome como candidato do partido para a presidência. Em outubro desse ano, a convenção nacional do PDC ratificava a candidatura de Jânio e indicava Fernando Ferrari⁶⁰ para vice-presidente (DHBB, 2001).

⁵⁹ O Movimento Popular Jânio Quadros foi fundado em 20 de abril de 1959, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, em sessão presidida por Carlos Castilho Cabral e com a presença de Lino de Matos. Nessa ocasião foi lançada a candidatura de Jânio Quadros à presidência da República. Tendo como patrono o marechal Juarez Távora e como presidente de honra o professor Carlos Alberto de Carvalho Pinto, então governador do estado de São Paulo, o movimento tinha uma direção nacional assim constituída: presidente – Carlos Castilho Cabral; vice-presidentes – Cristóvão Mendes da Silva, Xavier d'Araújo, João P. Ribeiro Dantas e Alencastro Guimarães; secretário-executivo – Artur Oscar Junqueira; secretário-político – José Aparecido de Oliveira; primeiro e segundo secretário – Gáudio de Melo Pires e Silvio Vasconcelos; tesoureiros – Carlos Koehler e Osvaldo Pedroso; procuradores – Sérgio Nogueira Ribeiro e Silvio Romero Moreira. Era também constituído por um conselho político e possuía seções organizadas em todos os estados, no Distrito Federal e no território do Rio Branco. Em seu programa de dez pontos divulgados em 3 de novembro de 1959 destacavam-se notadamente as teses de que "Petróleo é soberania", da necessidade do desenvolvimento harmônico das várias regiões do país e de que o movimento não interviria nas questões internas dos partidos políticos. O MPJQ desempenhou papel expressivo na campanha presidencial de Jânio Quadros. Em 22 de julho de 1961, divulgou uma carta de princípios aprovada em convenção nacional (DHBB, 2001, p.3985).

⁶⁰ Fernando Ferrari nasceu em São Pedro do Sul (RS) no dia 14 de junho de 1921, filho do agricultor Tito Lívio Ferrari e de Maria Margarida Ferrari. Formado pela Faculdade de Ciências Econômicas de Porto Alegre e, em 1946, pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, lecionou economia política na Escola de Comércio de Santa Catarina. Em 1945, Ferrari ajudou a fundar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual se filiou. Em janeiro de 1947, elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul. Eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul em outubro de 1950 para a legislatura de 1951 a 1955, foi reeleito em 1954 com mandato de 1955 a 1959 e escolhido vice-líder do PTB na Câmara. Ainda em 1955, Ferrari foi

Segundo Ney Braga, sua viagem a Roma foi decidida porque o PDC queria lançar Jânio Quadros candidato antes que outros partidos o fizessem:

Jânio comprometeu-se com os pontos essenciais do programa pedecista. Depois disso marcamos a convenção do partido e eu fui escolhido para saudá-lo como nosso candidato à Presidência. Queríamos lançar Jânio antes que outro partido tomasse a frente, e Jânio também quis ser lançado primeiramente pelo PDC, ele afinava bem com as nossas idéias. O PDC também já me via como possível candidato a governador do Paraná e tinha Jânio como praticamente eleito (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.97).

Quanto a isso, é importante saber que Jânio Quadros ingressou na política como candidato a vereador à Câmara de Vereadores de São Paulo, quando não obteve votos suficientes, ficando na primeira suplência. Em virtude da decretação da ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil, em 1947, os vereadores do partido tiveram seus mandatos cassados e Jânio assumiu uma cadeira, em 1948.

Jânio Quadros disputara a vaga de vereador pelo Partido Democrata Cristão, depois de ter seu nome recusado pela UDN; em outubro de 1950 foi eleito deputado estadual também pela legenda do PDC e, em 1953, foi eleito prefeito de São Paulo pelo PDC em coligação com o Partido Socialista Brasileiro. No ano seguinte, 1954, ele disputou a eleição para o governo de São Paulo indicado pelos partidos Trabalhista Nacional e Socialista Brasileiro, depois que ele se afastou do PDC por não aceitar a indicação de Antônio Queiróz Filho para seu companheiro de chapa (DHBB, 2001). Não

eleito líder da bancada petebista na Câmara. Em novembro apoiou o movimento militar liderado pelo ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, visando assegurar a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Ferrari liderou a formação de uma frente parlamentar, integrada por membros do PSP, do PR e do PTB, que até fins de 1956 defendeu um programa nacionalista e popular e de apoio ao governo de Juscelino, empossado em janeiro. Em outubro de 1957, foi reeleito deputado federal à legislatura 1959-1963. Enquanto tramitava pelas instâncias partidárias o processo de sua expulsão do PTB, Ferrari aproximou-se do PDC por intermédio do deputado Antonio Queiroz Filho, que lhe oferecera, meses antes, a legenda para concorrer às eleições. Ao mesmo tempo, resolveu fundar o MRT, entidade "cívico-apartidária" da qual foi líder, destinado a organizar as bases dissidentes do PTB e trabalhistas de outros partidos. Em outubro de 1960, foram eleitos Jânio Quadros e João Goulart, ficando Ferrari na terceira e última posição entre os candidatos à vice-presidência. Apesar de derrotado, o MRT considerou os 2.137.382 votos recebidos por seu candidato, transformando-se em partido nesse mesmo ano. Após a renúncia de Jânio Quadros (25/8/1961), o MRT defendeu a posse, sem restrição de poderes, do vice-presidente João Goulart e votou contra a emenda parlamentarista aprovada pelo Congresso. Em março de 1963, o Congresso aprovou um projeto de lei apresentado por Ferrari, cujo mandato já expirara, que, depois de receber algumas emendas, veio a transformar-se no Estatuto do Trabalhador Rural. Fernando Ferrari faleceu no dia 27 de maio de 1963, no Rio Grande do Sul. Era casado com Elsa Ferreira Ferrari, com quem teve quatro filhos (DHBB, 2001, p.1951-1963).

há sentido, pois, na declaração de Ney Braga quando diz que "Jânio afinava bem com as nossas idéias".

Em maio de 1959, Ney Braga foi eleito presidente do Diretório Municipal do PDC e Afonso Alves de Camargo Neto⁶¹, 1.º vice-presidente; na presidência do Diretório Regional continuava Joaquim de Mattos Barreto. Ficaram, assim, a presidência e vice-presidência nas mãos de duas pessoas provenientes do grupo familiar oligárquico que se afirmavam para continuar o exercício do comando político do Paraná, por meio de manobras políticas cujo objetivo era modificar as práticas até então adotadas no exercício do poder. Ou seja, Ney Braga e Afonso Camargo Neto estavam agindo no sentido de abrir espaço para novas forças políticas e para outras que já operavam no Paraná, para assegurar o comando da política estadual, o que seria difícil se a direção ficasse nas mãos de Bento. Daí em diante, os dois atuarão juntos até a eleição de Paulo Pimentel, que representa a derrota definitiva do grupo familiar. Esse assunto será retomado com mais vagar no Capítulo 4.

⁶¹ Afonso Alves de Camargo Neto nasceu em Curitiba no dia 30 de abril de 1929, filho de Pedro Alípio Alves de Camargo e de Ismênia Marçallo de Camargo. Descendente de uma família de pecuaristas que dominou a política paranaense até a Revolução de 1930. Seu avô, Afonso Alves de Camargo, foi deputado estadual por quatro mandatos (1898-1914), deputado federal (1921-1922), senador (1922-1927) e presidente do Estado do Paraná por duas vezes (1916-1920 e 1928-1930) Ingressou no PDC em 1956, tornando-se presidente do diretório regional do Paraná e um dos principais organizadores do partido no estado. Durante o governo de Ney Braga, Afonso Camargo foi diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Paraná e, no ano seguinte, tornou-se o primeiro presidente da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), em cujo cargo permaneceu até ser nomeado secretário do Interior e da Justiça, em 1963. Logo depois, tornou-se vice-governador do Estado (1964-1965). Em 1965, Afonso Camargo concorreu com o ex-secretário da Agricultura, Paulo Pimentel, pela indicação de sua candidatura à sucessão de Ney Braga ao governo estadual contando com o apoio da ala mais jovem e progressista do partido, enquanto a preferência de Ney Braga recaiu em Paulo Pimentel, considerado mais viável eleitoralmente para derrotar o candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Bento Munhoz da Rocha. Camargo foi derrotado por 838 votos a 781 na convenção do partido, realizada no Teatro Guaíra em maio de 1965. Após sua derrota na convenção, Camargo afastou-se de Ney Braga e renunciou ao cargo de vice-governador, apoiando Munhoz da Rocha, que acabou sendo derrotado por Paulo Pimentel no pleito de 3 de outubro de 1965. Com a extinção do PDC e a reorganização partidária determinada pelo Ato Institucional n.º 2 (AI-2) de 27 de outubro de 1965, Afonso Camargo, que ocupava o posto de secretário-geral do diretório nacional do partido, então presidido por Franco Montoro, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar instalado no país em abril de 1964, enquanto a corrente democrata-cristã liderada por Ney Braga e Paulo Pimentel optava pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista. Nas eleições de novembro de 1966 candidatou-se ao mandato de senador pelo MDB, tendo sido derrotado por grande margem de votos para o candidato eleito pela Arena, Ney Braga (DHBB, 2001, p.972-975).

2.3 A CAMPANHA PARA O GOVERNO DO PARANÁ

O processo das coligações e as composições políticas à margem das direções partidárias estão a indicar como os partidos políticos atuavam nesse contexto, submetendo-se a injunções regionais e não a orientações nacionais, o que explicita a ausência de uma organização partidária centralizada e ideologicamente consistente.

O único dado consistente da campanha é o apoio da Igreja, por intermédio do clero e da hierarquia católica, que não se inspirava de forma alguma em qualquer doutrina social específica, mas pura e simplesmente no anticomunismo, que predominava na orientação da Igreja, o que vai acontecer também com o apoio que recebe da Liga Eleitoral Católica (LEC).

A candidatura Ney Braga ao governo do Estado se dá, então, no âmbito de uma coalizão nacional encabeçada por Jânio Quadros, do Partido Democrata Cristão, em aliança com a União Democrática Nacional, que indicou como candidato a vice-presidente o ex-governador de Minas Gerais, Milton Campos,⁶² e com o Partido Trabalhista Nacional, que indicou Fernando Ferrari como seu candidato a vice-presidência.⁶³

⁶² Milton Campos governou Minas Gerais de 1947 a 1951, depois de ter sido deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1945 a 1947. Nasceu em Ponte Nova (MG) no dia 16 de agosto de 1900, filho do desembargador Francisco de Castro Rdrigues Campos e de Regina Martins Soares Campos. Seu pai foi presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e da comissão que elaborou o anteprojeto da Constituição mineira de 1935. Seu tio Luís Martins Soares, chefe político de Ponte Nova ao longo das décadas de 1930 e 1940, foi membro da Constituinte estadual de 1934 e deputado federal de 1935 a 1937. Seu avô materno, Manuel Olímpio Soares, foi presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova durante 25 anos, no início do período republicano, enquanto seu tio-avô, Antônio Martins Ferreira da Silva, foi vice-presidente de Minas Gerais entre 1910 e 1914 e deputado federal de 1915 a 1917. Participou da Aliança Liberal, coligação oposicionista que promoveu as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e à vice-presidência da República nas eleições de março de 1930. Milton Campos apoiou o movimento revolucionário, cuja vitória levou à formação do Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas. No ano seguinte, integrou a Legião Mineira, organização pública criada em fevereiro de 1931 sob a inspiração fascista e com o propósito de aprofundar o programa da revolução. Com o advento do Estado Novo, foi nomeado advogado da Caixa Econômica Federal. Nos anos seguintes, foi um dos fundadores, secretário e presidente da seccional mineira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), presidiu o Instituto dos Advogados de Minas Gerais e ingressou no magistério superior como professor de política da atual Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), escola que ajudou a fundar. Milton Campos foi um dos organizadores da União Democrática Nacional (UDN), fundada em 7 de abril. Foi escolhido candidato ao governo de Minas Gerais pela grande maioria dos participantes da convenção estadual da UDN, realizada em 9 de novembro de 1946. O comitê pró-Milton Campos passou a aglutinar as forças da UDN, do Partido Republicano (PR) liderado pelo ex-presidente Artur Bernardes, do PSD independente e de partidos menores, como o Trabalhista Nacional (PTN), o Republicano Democrático (PRD) e o Democrata Cristão (PDC). Em dezembro de 1949, foi aprovada uma lei autorizando o governo a organizar, no estado, sociedades de economia mista e delas participar, para a construção e exploração de centrais e usinas elétricas.

Apesar de a candidatura de Jânio Quadros estar vinculada ao sistema de partidos então existentes, o lançamento de seu nome como candidato à presidência foi feito no Rio de Janeiro, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), quando da fundação do Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), uma entidade não partidária organizada por Carlos Castilho Cabral⁶⁴, ex-Secretário do Trabalho de Jânio Quadros, no governo de São Paulo.

A candidatura de Ney Braga ao governo do Estado foi definida na Convenção Regional do partido, realizada em 31 de maio, que apoiou a candidatura de Jânio Quadros à presidência da República, estabelecida na Convenção Nacional do PDC.

A campanha de Ney Braga ao governo do Estado tem início no segundo semestre de 1959. Mas a presença do PDC no interior era praticamente inexistente. No ano anterior, 1958, o PTB vencera a eleição para a prefeitura de Curitiba com a candidatura de Iberê Mattos; coligado com a UDN, venceu o PTB também a eleição para a prefeitura de Londrina. Além de ter sido o partido vitorioso nas eleições

No mês seguinte, o governo de Milton Campos encomendou a uma empresa de engenharia a elaboração do plano de eletrificação do estado, concluído sete meses depois. Este foi o ponto de partida das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), criadas efetivamente no governo seguinte, chefiado por Juscelino Kubitschek. Milton Campos aceitou o convite para ocupar o cargo de ministro da Justiça do novo governo chefiado pelo general Castelo Branco. Milton Campos participou da fundação da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Milton Campos casou-se em 1926 com Déa Dantas Campos, cuja família por parte de mãe, Resende Costa, era tradicional em Minas Gerais (DHBB, 2001, p.1017-1024).

⁶³ Até 1967, a eleição de vice-presidente e de vice-governador era feita separadamente da eleição do presidente e do governador, de modo que um mesmo candidato podia ter dois candidatos a vice em sua chapa. Mas isso já deve ser visto como sintoma de desagregação do sistema de partidos.

⁶⁴ Carlos Castilho Cabral nasceu em Novo Horizonte (SP) no dia 9 de dezembro de 1907, filho de Alfredo Marcondes Cabral e de Flora Castilho Cabral. Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1929. Em abril de 1945 colaborou na fundação da UDN, integrando seu diretório nacional entre 1946 e 1947. Dissidente da UDN, tornou-se um dos líderes da Ação Popular Renovadora, movimento que se incorporou ao PSP. Vice-presidente nacional desse partido a partir de 1949, em outubro do ano seguinte elegeu-se deputado federal por São Paulo, assumindo a cadeira em fevereiro de 1951. Desligando-se do PSP, reelegeu-se em outubro de 1954 na legenda do PTN. Contudo, licenciou-se no início da legislatura para assumir a Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio de São Paulo, nomeado pelo governador Jânio Quadros. Em julho de 1955, reassumiu o mandato de deputado, e em maio de 1957, tornou-se líder do PTN na Câmara. Deixou a Câmara ao final do seu mandato, em janeiro de 1959. Em abril desse ano, tomou parte na fundação do MPJQ, no Rio de Janeiro, sendo inclusive designado para presidi-lo. Com a vitória de Jânio Quadros nas eleições de outubro de 1960, foi nomeado presidente da Caixa Econômica Federal em São Paulo e do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais. Após a renúncia do presidente em agosto de 1961, afastou-se da vida política. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 19 de outubro de 1971. Foi casado com Mercedes Bessone Castilho Cabral (DHBB, 2001, p.901-902).

municipais pelo interior do Estado, venceu a eleição para o Senado, com Abilon de Souza Naves⁶⁵, uma das principais lideranças petebistas no Estado.

Com a morte de Souza Naves, houve sérias dificuldades de transferir seus votos para outro candidato, mesmo porque o PTB era muito dividido, havendo, de fato, três PTBs, o tradicional, de União da Vitória, pelo qual fora eleito Antônio Baby, ou de Ponta Grossa, que elegera Petrônio Fernal⁶⁶; o do Oeste, com suas características e tendências próprias, e, por último, o do Norte, que foi responsável pelo lançamento da candidatura de Nélon Maculan, para substituir Souza Naves (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.116).

No início da campanha, a candidatura de Maculan parecia imbatível o que, segundo Ney Braga, teria levado seu grupo a pensar na desistência de sua candidatura. Essa ideia foi abandonada porque o grupo liderado por Ney achou conveniente sustentar a campanha para "divulgar o programa da democracia cristã e fortalecer o partido" (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.116).

Segundo o jornal *O Estado do Paraná*, de 22 de março de 1960, a Convenção Regional da UDN, atendendo à recomendação da Direção Nacional, apoiou a candidatura de Ney Braga. Na ausência de unanimidade em relação ao apoio a essa candidatura, vários diretórios que tinham outra posição foram autorizados a se

⁶⁵ Abilon de Souza Naves nasceu em Uberaba, Minas Gerais, em 23 de setembro de 1905, transferindo-se para Curitiba como delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC). De setembro de 1953 a agosto de 1954 foi presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) e, de março de 1956 a julho de 1958 foi diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Em outubro de 1958 foi eleito senador pelo Paraná na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do qual foi presidente regional por quatro vezes. Faleceu em Curitiba no dia 12 de dezembro de 1959, quando pretendia disputar a eleição ao governo do Paraná (DHBB, 2001, p.4043).

⁶⁶ Petrônio Fernal nasceu em Oliveira (MG) no dia 1.º de março de 1916, filho de Valdemar Fernal, tabelião, e de Cândida Fernal. Estudou nos colégios São Geraldo, Arnaldo e Afonso Arinos, em seu estado natal. Iniciou os estudos superiores na Faculdade de Direito de Minas Gerais, bacharelando-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1938. De volta a Minas Gerais, foi auxiliar da Procuradoria da República, em Belo Horizonte. Radicado no Paraná por força do casamento e dos negócios que mantinha no estado, ali exerceu a advocacia, passando também a interessar-se pela política. Prefeito de Ponta Grossa entre 1951 e 1954, elegeu-se deputado estadual pela UDN no pleito de outubro de 1954. Exerceu o mandato na Assembleia Legislativa paranaense entre 1955 e 1959. Em outubro de 1958, já filiado ao PTB, disputou uma vaga na Câmara dos Deputados. Segundo deputado federal mais votado do Paraná neste pleito, assumiu o mandato em fevereiro de 1959. Com a extinção dos partidos políticos pelo AI-2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar instaurado no país em março de 1964. Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1967, ao final da legislatura. Manteve atividades empresariais em seu estado natal arrendando empresas do governo estadual em Poços de Caldas. Faleceu em julho de 1968 (DHBB, 2001, p.2128).

manter neutros durante a campanha. Essa neutralidade não aconteceu, pois muitos membros da UDN do Norte do Paraná apoiavam a candidatura de Nelson Maculan⁶⁷. Maculan havia sido vereador em Londrina pela própria UDN (KUNHAVALIK, 2004).

A divisão da UDN expõe uma fratura política que pertence exclusivamente às condições internas do Paraná. A "ala nortista do partido" não vota em Ney Braga, preferindo se aliar com seu inimigo figadal no plano federal, o PTB, o qual, por sua vez, tinha como seu candidato ao governo do Paraná um homem saído das fileiras da própria UDN. No plano federal, a candidatura Lott-João Goulart (Jango), da coligação PSD-PTB também fazia água e um movimento nacional denominado "Jan-Jan" defendia a votação em massa em Jânio Quadros e João Goulart, que acabou se elegendo vice-presidente, com 4,5 milhões de votos, enquanto Jânio era eleito com 5,6 milhões de votos.

A candidatura de Maculan recebe também o apoio de Bento Munhoz por meio de um manifesto em que explicita o seu rompimento com Ney Braga, a quem acusa de traidor, e declara seu apoio a Jânio Quadros.

A campanha de Ney foi associada com a de Jânio Quadros e essa associação era expressa pelo slogan "quem é Jânio é Ney, quem é Ney é Jânio". Com isso, como bem disse Ney Braga, associar seu nome ao nome de um vencedor já é meia vitória (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.128).

De sua parte, Jânio evitava dar seu apoio a qualquer dos candidatos devido ao leque de dissidências partidárias que apoiavam sua candidatura. Assim, quando veio a Curitiba evitou declinar nomes, preferindo expressões evasivas, indo diretamente para a sede do Movimento Popular Jânio Quadros, no Edifício Asa, onde não discursou, limitando-se a acenar para a multidão. Dali foi ao estúdio do Canal 12 onde gravou uma mensagem genérica, dizendo-se eleito presidente da República. Não fez referência a candidatos do Estado, "mas, de qualquer maneira levava na

⁶⁷ Nélson Maculan nasceu no dia 30 de agosto de 1915 em Santana de Parnaíba, São Paulo. Mudou-se para Londrina por volta de 1937, onde trabalhou como chofer no transporte de café e madeira, transferindo-se depois para a atividade comercial quando instalou na cidade uma agência de representação de veículos e máquinas agrícolas. Posteriormente, dedicou-se à cafeicultura. Em 1954 elegeu-se vereador no município de Londrina pela UDN e, em 1958 foi um dos líderes da Marcha da Produção que contestava a política de confisco cambial imposta à lavoura. Neste mesmo ano, em outubro, elegeu-se suplente de Senador na chapa de Abilon de Souza Naves, do PTB. Com a morte de Souza Naves ocupou sua cadeira no Senado. Ocupou a presidência do Instituto Brasileiro do Café, durante o governo de João Goulart. Em 1966 tentou eleger-se senador já pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), mas foi derrotado por Ney Braga.

lapela, com destaque bem visível, o distintivo com o nome de Ney Braga" (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.129) que lhe fora preso por Alcidez Munhoz Neto durante o tumulto havido no Aeroporto e que o conduziu até a sede do MPJQ. Durante esse tumulto, os líderes do PTB que apoiavam sua candidatura, em virtude do movimento Jan-Jan foram impedidos de chegar perto de Jânio, "que foi cercado por companheiros nossos" (p.129).

Terminada a eleição, Ney Braga, da coligação PDC-PL, havia recebido 35,3% dos votos; Nelson Maculan (PTB) ficou com 30,9%; e Plínio Costa⁶⁸ obteve 26,8% dos votos. Num total de 724,0 mil eleitores, Ney ficou com 255,3 mil, e Maculan, com 223,7 mil, e o candidato do PSD com 194,3 mil votos (IPARDES, 1989a, p.139).

A Igreja, por meio do clero e da hierarquia sediada no Paraná, deu inteiro apoio à candidatura de Ney, o que nada tem a ver com o fato de ser um candidato do PDC, situação evidente já na sua candidatura a prefeitura de Curitiba. A sua campanha para a Prefeitura Municipal de Curitiba fora patrocinada por Bento Munhoz e com forte apoio da Igreja Católica, porque Bento, além de ser um reconhecido intelectual católico, pertencia a uma família católica tradicional. Nessa condição, fazia parte de um círculo de intelectuais católicos paranaenses, vinculados ao Centro Dom Vital, que combatiam o nazismo, o fascismo e o comunismo. Bento foi um dos sócios fundadores do Círculo de Estudos Bandeirantes, instituição idealizada pelo padre Luiz Gonzaga Miele, em 1929.

No seu governo, Bento Munhoz deu apoio financeiro, concedendo subvenções anuais às instituições educacionais católicas, como a Sociedade Literária Padre Antônio Vieira, que estava construindo o Instituto Educacional Nossa Senhora Medianeira,

⁶⁸ Plínio Franco Ferreira da Costa nasceu em Curitiba em 17 de novembro de 1920, filho de Lisímaco Ferreira da Costa e de Ester Franco da Costa. Formou-se pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná. Foi fiscal da Inspetoria de Rendas da Prefeitura de Curitiba. De 1951 a 1955, foi diretor-geral do Departamento de Águas e Esgotos e do Departamento de Águas e Energia Elétrica de Curitiba, antes de assumir, ainda em 1955, o cargo de diretor-geral do DER, no qual permaneceu até 1959. Foi secretário da Fazenda do Paraná (1958), no governo de Moysés Lupion (1956-1961) e diretor da Rede Ferroviária Federal (1962). Também, dedicou-se ao magistério, lecionando na Escola Técnica Paranaense e na Escola de Engenharia da UFP. Eleito em outubro de 1962 deputado federal pelo Paraná na legenda do PSD, exerceu o mandato de fevereiro de 1963 a janeiro de 1967. A partir de junho de 1963, foi vice-líder do PSD na Câmara dos Deputados. Em consequência da extinção dos partidos políticos pelo AI-2 (27/1/1965) e da posterior inauguração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar instaurado no país em abril de 1964. Casou-se com Ida Guimarães da Costa. Não teve filhos (DHBB, 2001, p.1678).

ou a Sociedade Paranaense de Cultura, mantenedora da Universidade Católica do Paraná, na época, em formação (KUNHAVALIK, 2002).

Essas práticas, completamente estranhas ao Estado laico, fez com que o clero retirasse o apoio que dava à candidatura de João Cid de Macedo Portugal, do PDC, favorecendo, então, a candidatura de Ney Braga (PORTUGAL, 1995, p.138-139).

Durante sua campanha ao governo do Paraná, a Igreja em várias ocasiões se manifestou a favor de sua candidatura ao denunciar publicamente os comunistas e os candidatos que recebessem apoio dos comunistas.

D. Jaime Luiz Coelho, Bispo de Maringá, publicou em jornal local uma declaração afirmando que o eleitor católico não pode votar nos candidatos comunistas e nem mesmo nos candidatos dos comunistas; o arcebispo Metropolitano de Curitiba, D. Manoel da Silveira D'Eboux, também criticou os comunistas, denunciando a forma como eles se aproveitam dos ambientes de agitação e de discórdias que eles mesmos estimulam.

Ora, a postura anticomunista do alto clero católico no Paraná traduz uma orientação doutrinária da própria Igreja, expressa nas várias encíclicas papais, principalmente após a *Rerum Novarum*. Isso não significa, porém, que Ney Braga fosse o candidato do clero, mas o candidato que poderia derrotar o candidato dos comunistas, Nelson Maculan.

É o que faz sistematicamente o jornal *Voz do Paraná*, vinculado à Arquidiocese de Curitiba, numa campanha explícita contra o candidato "comunista" (Nelson Maculan), em defesa da candidatura de Ney Braga, embora esta nem sempre explicitamente. O jornal acusa o governo do Estado (PSD) de usar a máquina governamental na campanha. Num desses artigos, o jornal afirma que, além do dever sagrado de votar, o eleitor católico tem o dever ainda mais sagrado de se afastar dos candidatos que pública ou veladamente sejam filiados a seitas secretas condenadas pela Igreja.

Ney Braga também recebeu o apoio da Liga Eleitoral Católica. O mesmo jornal, por diversas vezes, faz referência à Liga, inclusive, recomendando que se votasse no melhor entre os candidatos, que haviam assumido o compromisso dela.

Ney Braga se firmou, portanto, como o candidato do clero e da intelectualidade católica brasileira, mas não há nenhuma manifestação que associe esse apoio com a adesão às diretrizes da Democracia Cristã ou mesmo do Partido Democrata Cristão do Brasil ou do Paraná.

No ambiente de deliquescência em que mergulhou o sistema de partidos, não havia mais lugar para "essas coisas", e o anticomunismo assumia gradativamente um papel preponderante, identificando-se como comunista qualquer atitude que não implicasse automaticamente o alinhamento com a política externa dos Estados Unidos.

2.4 O GOVERNO NEY BRAGA: PROJETOS E REALIZAÇÕES

Traz-se aqui a análise da ascensão de uma versão muito particular da ideologia desenvolvimentista representada, de um lado, pelo apoio dado a pequenas empresas para atender aos interesses empresariais da economia paranaense diante do volume escasso de recursos para o fomento industrial, de outro pela adoção do modelo teórico do centro e periferia para a situação interna a uma economia nacional.

As realizações do governo são analisadas a partir do que está registrado nas Mensagens que ele encaminha todos os anos à Assembleia Legislativa, para prestar contas de sua atuação.

O governo de Ney Braga foi emblemático da intervenção do Estado na economia para a superação do atraso econômico, nos moldes do nacional desenvolvimentismo. Porém, introduz um viés muito particular que, em certa medida, poderia ser vinculado à Democracia Cristã, o destaque dado às pequenas e médias empresas como objeto de apoio estatal para o setor industrial.

Nesse sentido, a necessidade do fomento industrial levou à criação de um fundo específico para essa finalidade, denominado Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), administrado pela Codepar, uma companhia de fomento imune às responsabilidades a que todo órgão público está sujeito, criada em janeiro de 1962. O capital da empresa formado pela captação compulsória de parte da renda da população destinava-se ao financiamento do desenvolvimento industrial. De fato, trata-se da formação de uma poupança forçada decorrente de um adicional reembolsável, cobrado sobre o imposto que na época pertencia aos estados, cuja remuneração era sempre inferior à taxa de inflação (AUGUSTO, 1978.)

Na prática, os recursos provenientes do FDE foram direcionados fundamentalmente para a construção de uma infraestrutura rodoviária e de produção de energia, o que era bastante compatível com o que estava fixado na Comissão Mista-

Brasil Estados Unidos⁶⁹, cujo objetivo principal era a eliminação dos gargalos ao desenvolvimento, imposto pela deficiência de infraestrutura, identificando-se com medidas desenvolvimentistas.

⁶⁹ A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico foi oficialmente instalada na órbita e no prédio do Ministério da Fazenda em 19 de julho de 1951. Completou seus estudos técnicos em 31 de julho de 1953 e encerrou suas atividades em 31 de dezembro desse ano. O relatório final foi apresentado ao ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, em novembro de 1954. Ainda no governo Dutra, em abril de 1950, por ocasião da reunião dos embaixadores dos países americanos realizada no Rio de Janeiro, o governo brasileiro reivindicou um financiamento norte-americano para um programa de reequipamentos dos setores de infraestrutura. Essa solicitação resultou no pedido de criação de uma comissão mista formada por técnicos dos dois países, com o objetivo de elaborar projetos específicos favoráveis ao desenvolvimento do potencial econômico brasileiro. A prioridade caberia aos setores de transporte e de energia, considerados "pontos de estrangulamento" mais sensíveis da economia. Durante as negociações para a instalação da comissão mista, o governo norte-americano vinculou explicitamente sua participação ao cumprimento da lei sobre o desenvolvimento internacional, popularmente conhecida como Programa do Ponto IV. Esse programa consistia num plano de assistência técnica aos países subdesenvolvidos, divulgados pelo governo Truman em janeiro de 1949. Afirmava o governo norte-americano que a principal tarefa de uma comissão mista seria encorajar a introdução da técnica e do capital estrangeiros no Brasil. A proposta brasileira só foi, contudo, formalmente aceita em dezembro de 1950, ocasião em que já se conhecia a vitória de Vargas nas eleições e os Estados Unidos preparavam a IV Reunião Consultiva dos Chanceleres Americanos, convocada para março de 1951 em Washington. Getúlio Vargas escolheu João Neves da Fontoura para seu ministro das Relações Exteriores, incumbindo-o de entrar em negociações com os Estados Unidos visando à reunião dos chanceleres. A Comissão Mista só foi efetivamente instalada em julho de 1951, como resultado das negociações realizadas em Washington pelo segundo governo Vargas. O financiamento desses projetos setoriais seria da responsabilidade do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), do Banco de Exportação e Importação (Exiambank), do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), além de orçamentos federais, reservas e fundos especiais de reequipamento, lucros de operação e capitais privados. Esse investimento seria distribuído: para o setor de transportes (60,6%), para o setor de energia elétrica (33,1%) e para projetos relativos à indústria, máquinas agrícolas ou estocagem de cereais (6,3%). Apesar de ter sido organizada dentro e fora do país pelo Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Mista subordinou-se à orientação do Ministério da Fazenda, ocupado por Horácio Lafer, um dos líderes industriais e políticos pessedistas de maior projeção na época. A seção norte-americana era presidida pelo embaixador Merwin L. Bohan, substituído, no período de outubro de 1951 a agosto de 1952, por J. Burke Krapp. Os técnicos norte-americanos eram, em sua maior parte, contratados a uma empresa particular, que enviava especialistas nos diferentes assuntos. A seção brasileira era chefiada pelo engenheiro Ari Frederico Torres e contou com a participação ativa de um grupo de técnicos que já haviam colaborado na Missão Abbink (enviada ao Brasil em 1948). Os economistas Roberto Campos, Glycon de Paiva e Lucas Lopes, juntamente com o empresário Valentim Bouças, formavam o grupo de conselheiros da comissão. Havia também representantes do Ministério das Relações Exteriores, os embaixadores Abelardo Bretanha Bueno do Prado, Edgar Bandeira Fraga de Castro e Décio Honorato de Moura. Destacou-se, ainda, a participação de José Soares Maciel Filho, que gozava de confiança pessoal do presidente Vargas, e foi nomeado diretor superintendente do BNDE quando de sua criação. A contribuição técnica da Comissão Mista, assim como das missões que a antecederam, representou contudo um importante papel: o de formar uma equipe de técnicos nacionais aptos a elaborar projetos para o desenvolvimento econômico do Brasil. Esse grupo, que mais tarde fundou a Consultec, elaborou todos os projetos do BNDE, base para o futuro Conselho do Desenvolvimento que preparou o chamado Programa de Metas do governo Kubitschek (1956-1961). Após a dissolução da Comissão Mista, em dezembro de 1953, coube ao BNDE o encargo de levar avante as negociações para execução dos projetos por ela recomendados (DHBB, 2001, p.1466-1468).

Em todas as mensagens encaminhadas à Assembleia Legislativa, o governador define o Paraná como uma economia periférica em confronto com um centro dinâmico industrializado.

O problema da inserção do Paraná numa relação centro periferia é uma marca característica do governo Ney Braga, presente em todas as Mensagens que ele encaminhou ao Poder Legislativo. Trata-se de uma preocupação permanente. É uma constante nesses documentos. Já no início do governo em sua primeira Mensagem à Assembleia Legislativa ele se confessa entusiasmado com a possibilidade de o estado receber recursos federais por causa das conclusões havidas na reunião realizada em Florianópolis⁷⁰. A obtenção desses recursos era vista como uma correção por parte da União da forma descuidada com que tradicionalmente eram tratadas as áreas periféricas. Ou seja, a reunião realizada entre os estados do Sul com o Presidente da República assinalava para obtenção de recursos que iriam assegurar a coordenação entre o planejamento nacional e os planejamentos regionais, o que era uma garantia de que a política de desenvolvimento do novo governo não seria travada pelo caráter aleatório da ajuda federal.

A aceitação da economia periférica por parte do governo não é resultado de um erro de análise induzido pelos intelectuais e técnicos planejadores que operavam nos órgãos estatais de planejamento, mas uma via de integração no âmbito da ideologia desenvolvimentista. Essa hipótese é demonstrada nos discursos governamentais como os registrados nas mensagens de governo.

A situação periférica da economia paranaense era explicada nessa Mensagem pelo fato de a maior parte da renda regional ser gerada pela cafeicultura, o seu setor dinâmico que se encontrava, porém, concentrado em poucas mãos. Sendo a maioria do capital empregado nesse setor originário de outras regiões do país, sua remuneração era uma retirada sobre a economia regional. Além disso, o setor cafeeiro destina seus investimentos para a expansão do próprio setor ou a outras regiões do país,

⁷⁰ Jânio Quadros pretendia tratar de assuntos administrativos diretamente com os governadores, criando uma espécie de governo itinerante. A primeira reunião se deu em Florianópolis no início de 1961, quando se reuniram os governadores de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente Celso Ramos, Leonel Brizola e Ney Braga. Nessa reunião foram liberadas verbas para a construção da BR – 14, BR – 35 e BR – 87, além de construção de estradas vicinais para escoamento da safra do café. Foram também nomeadas as comissões destinadas a criar o Conselho de Desenvolvimento Regional do Sul, o Banco Regional do Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul e uma empresa de economia mista para a geração de energia elétrica.

fazendo com que a renda que fica e circula no Paraná, beneficiando sua população, seja menor do que aquela que as estatísticas mostram.

Essa é a situação de uma economia periférica em contraste com o centro dinâmico industrial que se localiza em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, para onde se destina a maioria dos bens de produção importados com recursos fornecidos pelo Paraná, na condição de estado exportador. Devido ao sistema protecionista brasileiro, as regiões não industrializadas passam a comprar bens manufaturados na região industrializada. Essa situação tenderia a se perpetuar, se não houvesse uma intervenção direta do Estado, e a reunião de Florianópolis assinalava, portanto, com uma política nacional que poderia reverter essa situação.

Assim, a proposição dessas ideias desenvolvimentistas nascia da afirmação dos interesses do Paraná no contexto nacional, isto é, a necessidade de adotar uma política de substituição de importações que, no fundo, afirmava a ideia de um governo paranaense para os paranaenses.

Na Mensagem do ano seguinte, Ney Braga prestando contas do primeiro ano de administração (1961), constata que houve um dinamismo na economia paranaense, mas que ocorreu na estrutura exportadora de bens primários, destacadamente a cultura cafeeira. Mas assim mesmo manifestava seu contentamento pelas medidas práticas tomadas pela União que abriam uma nova perspectiva de desenvolvimento das áreas periféricas sem que com isso o centro dinâmico se visse ameaçado pela estagnação (MENSAGEM, 1962).

A renúncia de Jânio Quadros afetou de alguma forma as perspectivas do governo, pois no ano seguinte, na Mensagem de 1963, quando presta contas das realizações do ano de 1962, queixa-se de que o desenvolvimento econômico concentra-se de tal forma na região Centro-Leste que aprofunda cada vez mais o contraste entre as regiões geoeconômicas do país. Paralelamente, o volume de recursos concentrados nas mãos da União dá-lhe uma soma de poder que dificulta aos estados decidir sobre seus próprios problemas. Assim,

O processo de desenvolvimento econômico do país, concentrando-se na região Centro-Leste, vem acentuando, ainda mais, as diferenças existentes entre as diversas regiões geo-econômicas. Ao exigir, cada vez mais, a ação direta do poder público, concentra nas mãos da União, uma soma tal de poder, que a capacidade de cada Estado decidir, sobre seus próprios problemas, se torna cada vez mais difícil. A inflação, consequência do desenvolvimento, mas já em

vias de transformar-se em obstáculo ao próprio processo que a gerou, veio agravar ainda mais as condições de relacionamento entre o Poder Central e as unidades da federação. Enquanto a própria dinâmica da economia atrai mais investimentos para a região mais desenvolvida, nas outras regiões, as que mais investimentos necessitam, os Governos estaduais se vêm tolhidos em suas realizações, face a arrecadações reais que crescem menos que proporcionalmente ao ritmo de desvalorização da moeda (MENSAGEM, 1963, p.87).

Na sua mensagem de 1964 com a prestação de contas do exercício de 1963, o governo volta ao tema insistindo no fato de que, apesar de todo o esforço despendido, a economia paranaense continuava condicionada ao setor primário e, por isso mesmo, sujeita as suas características de instabilidade na geração de renda e no acréscimo da produção. A tudo acrescentava o problema estrutural dos termos do intercâmbio com outras regiões industrializadas. Afirmava que, não obstante o esforço do governo e dos primeiros resultados positivos no sentido de acelerar o desenvolvimento numa trajetória mais promissora, a economia permaneceu estável e resistindo às tendências que agem no sentido de sua modificação.

Não se pode esquecer que 1963 foi um ano trágico, pois a seca que se seguiu a grandes geadas ocorridas transformou a vegetação em material de fácil combustão, o que deu origem a um incêndio de proporções inauditas. Estima-se que 600 mil alqueires "de matas, lavouras e pastagens, além de casas, sítios, fazendas e animais, foram reduzidas a descampados" (MENSAGEM 1964, p.xv).

Finalmente, na sua última mensagem, prestando contas das ações do governo durante o ano de 1964, Ney Braga constatava que o Paraná chegava ao meio da década privado do fator decisivo de seu crescimento. Mesmo mantendo-se como o maior produtor mundial de café, o crescimento da cafeicultura tendia a perder ritmo, pois as áreas passíveis de ocupação com essa cultura já haviam desaparecido. Com isso, afirmava que os demais setores da economia que podiam ter se aproveitado do dinamismo da cafeicultura não conseguiram acompanhar o seu ritmo de crescimento.

A produção de gêneros agrícolas, principalmente alimentos, cresceu lentamente, em parte acompanhando o crescimento das lavouras de café. Os excedentes da produção de alimentos foram direcionados para as regiões urbanas do país onde enfrentaram a concorrência da produção de diversas outras regiões do país.

Como a expansão cafeeira nada mais era que um prolongamento da cafeicultura paulista, a maior parte dos investimentos nela realizados (assim como a maior parte da mão-de-obra empregada) provinha de São Paulo, de modo que a renda gerada no Paraná ou era reinvertida no próprio setor, ou retirada para região industrial do centro do país. A medida que as novas inversões no café se foram tornando proporcionalmente menores, a tendência passou a ser a de uma drenagem crescente da economia regional em benefício de outras regiões (MENSAGEM, 1965, p.5).

O Paraná é o maior importador de produtos manufaturados da região industrial do país cujos preços crescem mais do que os preços dos produtos agrícolas que exporta para as regiões industriais. Isso determina ao longo do tempo a deterioração nos termos da relação de trocas.

Esse é o quadro que não permite ao poder público responder às novas exigências que o crescimento demográfico e a ocupação do território criaram.

Como, no Plano, o Paraná foi definido como sendo uma região periférica e dependente em relação a São Paulo, o polo dominante nacional, a situação do estado assemelhava-se à dos países subdesenvolvidos ante os desenvolvidos. Ou seja, o projeto desenvolvimentista do Paraná estava fundado numa ideia orientadora que reproduzia a problemática centro-periferia, do modelo cepalino e, assim, fazia uma atualização para o Paraná da ideologia desenvolvimentista dominante em termos nacionais (AUGUSTO, 1978).

Se, na visão de Miriam Limoeiro, o nacional desenvolvimentismo era uma ideologia das classes dominantes, no sentido em que ela define ideologia, agora se deparava com uma variante dessa ideologia em que a "questão nacional" se confundia com o problema da inserção da economia paranaense no mercado nacional, no qual o café era o carro-chefe dessa inserção e o Paraná comprador de produtos industrializados de São Paulo. Tratava-se, portanto, de desenvolver uma política de substituição de importações da ótica de uma unidade política inserida num mercado nacional que vinha passando por intenso processo de integração.

Assim, o Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná, orientador de seu governo, queria repetir no Paraná o mesmo processo que teria ocorrido no país: a industrialização por meio da substituição de importações. O que sustentava essa proposta era a perda da renda estadual, devido a sua especialização agrícola, especialmente a monocultura cafeeira, que transferia renda para as regiões industrializadas do país, principalmente São Paulo. Ao mesmo tempo, a importação de produtos manufaturados daquelas regiões industrializadas, basicamente de São

Paulo, mantinha, em face dos produtos da agricultura especializada, uma relação de troca favorável devido ao comportamento dos preços. A esse modelo já conhecido, o Plano visava dar preferência a pequenos e médios empreendimentos e, particularmente, ao capital paranaense (AUGUSTO, 1978).

Esse fato é importante porque o período de vigência do Plano e as formas de operação da Codepar coincidiam, de certa maneira, com o início da crise do modelo teórico da industrialização mediante substituição de importações. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), editado em 1962 mesmo sem atribuir ao setor externo papel condicionante do nível das atividades, não explicita que o modelo de substituição de importações tenha chegado ao fim. Ao contrário, ressalta a necessidade de investimentos a serem planejados em função da substituição de importações (MACEDO, 1997, p.35).

Há assim, no que se refere ao modelo de desenvolvimento econômico brasileiro da época, uma falha no diagnóstico do Plano. A percepção de que o processo de substituição de importações havia chegado a um limite crítico e o conhecimento das limitações impostas à sua continuidade, somente foram alcançados mais tarde, quando se procurou explicar as baixas taxas de crescimento da economia do país a partir de 1962 e definir uma estratégia de política econômica (MACEDO, 1997, p.55-56).

O projeto inicial de desenvolvimento do estado, com a intenção de montar um parque industrial no Paraná, privilegiou as pequenas e médias empresas voltadas para o mercado local como meio para superar o subdesenvolvimento e diminuir a evasão de rendas do estado. Deixou de considerar que tais empresas seriam confrontadas com empresas paulistas, gaúchas e de outros centros com capacidade competitiva muito maior. Uma medida dessa natureza demandaria mecanismos protecionistas incompatíveis com um mercado nacional unificado. Augusto destaca, ainda, outro erro, o de não privilegiar uma industrialização complementar que considerasse as vantagens comparativas.

Há que se perguntar, aqui, sobre a possibilidade real de se financiar grandes empreendimentos naquelas circunstâncias, quando os recursos financeiros existentes eram escassos diante da necessidade de assegurar os investimentos na infraestrutura.

O governo concentrou-se desde logo na implantação de uma infraestrutura de energia e transporte que assegurasse o desenvolvimento do estado. O potencial instalado de energia no Paraná, em 1955 era de 71 mil kW, cinco anos depois esse

potencial havia subido para 100 mil kW e grande parte desse aumento foi realizada por unidades geradoras a óleo, isto é, pequenas usinas térmicas, instaladas em cidades do interior.

A potência instalada no Paraná no início de seu governo era de pouco mais de 23 watts por habitante, quando as diretrizes nacionais recomendavam como um nível mínimo 80 watts (MENSAGEM, 1962, p.17). Essa era uma situação crítica que, além de ser sério obstáculo ao processo de industrialização, provocava desabastecimentos com maior intensidade no Norte do estado, em virtude do grande crescimento demográfico, e nas cidades industriais do leste e em Paranaguá.

Daí a crítica de Ney Braga ao governo anterior de Moysés Lupion que não teria atacado frontalmente o problema, preferindo soluções paliativas e caras como a instalação de geradores a óleo. Essa política resultou na existência de 114 usinas, cujo potencial total alcançava somente 22.800 CV, o que dá uma potência média de 200 CV.⁷¹

Diagnosticada a situação como um vácuo de política energética, o governo se propunha a fazer o que ele definiu como lançar o Paraná no seu verdadeiro caminho. Para isso, transferiu para a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) a execução dos planos e programas de energia elétrica, cabendo ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) o planejamento e a coordenação.

Foi acertado, também, o financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, da Usina do Capivari-Cachoeira, que entraria em operação daí a sete anos, gerando na primeira fase 115 mil kW até uma potência final instalada de 230.000kW.⁷²

Com recursos da Codepar, foram aplicados no setor de energia cerca de 1 bilhão e 176 milhões de cruzeiros na Copel para a construção do Sistema de

⁷¹ Na Mensagem passa-se de uma unidade de medida (watts) a outra (CV) Um CV corresponde a 736 Watts, então 22.800 CV representam 16.781kW, ou seja, 57,9% do acréscimo de energia ocorrido no quinquênio. Não há também a discussão da urgência diante de uma demanda explosiva. O aproveitamento energético de uma bacia começa pela definição precisa do perfil do seu rio principal, ou seja, sua queda que, multiplicada pela vazão média dá a potência hidrelétrica. O aproveitamento ótimo dessa potência depende da localização das barragens e do seu dimensionamento a partir do que se define o programa de aproveitamento. Cada barragem depende de estudos de solo detalhados para que se faça o projeto de engenharia. Tudo isso não se faz com menos de cinco anos, o que é absolutamente incompatível com o crescimento demográfico explosivo do interior do Paraná.

⁷² Retomando o que foi explicitado na nota anterior, observa-se aqui que para uma Usina com estudos já concluídos o prazo para entrada em operação era de sete anos.

Transmissão Norte e na Usina de Emergência de Curitiba⁷³. Cerca de 350 milhões de cruzeiros foram aplicados na Usina Termelétrica de Figueira, já em funcionamento, para acelerar a sua ultimateção.

Na Mensagem de 1964, o governo já destacava que o setor energético do Paraná havia passado por um processo de transformação verdadeiramente impressionante e que livrava o estado da carência de energia elétrica. Assim, um dos fatores que estrangulava as potencialidades de desenvolvimento estava sendo eliminado, principalmente diante da possibilidade de a região de Curitiba receber brevemente a energia gerada por Figueira.

A evolução da disponibilidade de energia do Paraná cresceu de 100 mil para 190 mil quilowatt (kW) entre 1960 e 1963. A oferta de energia elétrica, por parte do setor público, por sua vez, aumentou de 22,8 mil kW, para 112,6 mil. Assim, o crescimento de 90% na oferta total de energia contrasta com o aumento de 378%, na oferta do setor público, cuja participação aumenta de 22,8%, em 1960, para 64,5%, em 1963 (Tabela 1).

TABELA 1 - DISPONIBILIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA TOTAL E DO SETOR PÚBLICO, 1960-1963

ANO	POTÊNCIA (kW)	SETOR PÚBLICO (kW)
1960	100.000	22.800
1961	167.000	116.200
1962	175.000	107.800
1963	190.000	122.600

FONTE: Mensagem (1964, p.27)

Em 1964 a Copel retomou as funções de planejamento do setor energético no Estado do Paraná, pois, na Mensagem, a empresa é apresentada como órgão técnico planejador, produtor e distribuidor de energia elétrica e despontava como uma das grandes empresas do gênero no Brasil. Nesse ano ela ingressou como parceira na construção da Usina de Xavantes, no rio Paranapanema, que faz a fronteira do Paraná com São Paulo, cuja potência instalada, quando entrasse em operação em 1968, seria de 360.000kW. Simultaneamente, desenvolviam-se os estudos sobre o

⁷³ Usina Termelétrica do Capanema movida a óleo diesel para fazer frente às constantes crises de abastecimento de Curitiba. Mais uma unidade geradora a óleo, desta feita com capacidade de 10.500kW.

aproveitamento do rio Negro que poderia proporcionar mais 4 milhões de kW de energia aos estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em relação ao setor de Transporte, o governo declarava na sua primeira mensagem que daria prioridade à melhoria das vias já utilizadas para baixar o custo do transporte e fazia um diagnóstico da rede rodoviária do Paraná em que sua quilometragem de estradas em solo natural representava 93,9% da extensão da rede. Os municípios eram responsáveis pela conservação e manutenção de 80,0% da rede, ou seja, 39 mil quilômetros de estradas pertenciam aos municípios paranaenses. A pavimentação asfáltica não ia além de 628km, ou seja, pouco mais de 1% (Tabela 2).

TABELA 2 - EXTENSÃO DA REDE RODOVIÁRIA, SEGUNDO O TIPO DE PAVIMENTAÇÃO E A RESPONSABILIDADE PELA CONSERVAÇÃO, 1961

REDE RODOVIÁRIA	EXTENSÃO (km)	PERCENTUAL
Rede total: 48.276km		
Tipo de pavimentação		
Solo natural	45.339	93,9
Revestimento privado	2.309	4,8
Pavimentação asfáltica	628	1,3
Responsabilidade pela conservação		
Dependência Administrativa		
Municípios	39.025	80,0
Estado	8.301	18,1
União	950	1,9

FONTE: Mensagem (1961)

Na reunião de Florianópolis, o governo do Paraná obteve da União o compromisso da construção e pavimentação das principais rodovias do estado, mediante um programa de entrada em operação das seguintes estradas:

- BR-35/104 - Paranaguá-Curitiba-Paranavaí
- BR-35 – São Luís do Purunã-Foz do Iguaçu
- BR-87 – Melo Peixoto-Jandaia do Sul
- BR-59 - Curitiba-Guarapuava.

Para essas rodovias foi previsto um investimento de 8.850 milhões de cruzeiros para o asfaltamento de 1.466km.

Além dessas, a União se comprometeu a realizar obras de construção e revestimento primário nas seguintes estradas:

- BR-14 – Divisa de São Paulo-Alto Amparo
- BR-87 – Jandaia do Sul-Guairá

Nessas estradas o investimento previsto para ser feito pela União era de 1.350 milhões de cruzeiros com a abertura ao tráfego de 567km. A expectativa do governo paranaense era que esse investimento permitiria deslocar recursos para a conservação da rede atual e para a construção ou pavimentação de outras rodovias.

Em 1961, conforme consta da Mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa, em maio de 1962, foram detalhados os planos rodoviários estadual e nacional. Foram asfaltados 83km, sendo 76km da BR-104, nos trechos de Ponta Grossa-São Luís do Purunã (42km), Maringá-Mandaguari (25km) e Apucarana-Califórnia (9,0km). Seis quilômetros referem-se à BR-87, nos trechos Cambará-Andirá (4,3km) e Santa Mariana-Bandeirantes (1,7km). Foi asfaltado ainda um quilômetro da BR-14, no trecho entre Melo Peixoto e Jacarezinho.

Essa programação estava focada na implantação da ligação Norte-Sul e menos no sentido Nordeste-Noroeste, ou seja, tratava-se de estimular a exportação do café pelo Porto de Paranaguá e, também, de firmar Curitiba como a capital do estado, mediante sua maior acessibilidade a todos os cantos do Paraná.

Em 1962, a Codepar transferiu 1 bilhão e 270 milhões de cruzeiros ao DER, antecipando recursos devidos pela União. Com isso pretendia evitar a paralisação das obras da Rodovia do Café (BR-35/104) no trecho Ponta Grossa – Apucarana.

Nesse ano foram asfaltados 75,6km de rodovias, principalmente trechos da BR-87 e da BR-35/104. Além dessas obras de asfaltamento foram concluídos 90km de novas estradas, principalmente na rodovia do Café (BR-104). Várias obras de construção encontravam-se em andamento totalizando 453km.

No ano de 1963 foram concluídos 95,59km de asfaltos, dos quais 35,95 na BR-87, com a seguinte distribuição: no trecho entre Melo Peixoto e Cambará, foram asfaltados 10,59km; no trecho entre Cambará e Andirá, 12,04km; entre Cornélio Procópio e Uraí, 12,36km, finalmente, entre Apucarana e Jandaia do Sul, 1,00km. Na BR-104 foram asfaltados 53,50km, sendo 22,00km entre Caetano e Alto Amparo; 2,00km entre Ortigueira e Araruva, e entre Araruva e Apucarana mais 19,20km. O asfaltamento da Avenida do Contorno de Ponta Grossa representou mais 10,40km. Entre Curitiba e Paranaguá foram asfaltados seis quilômetros.

Em resumo, em 1961, foram pavimentados 83km; em 1962, 75,61km e 1963, 95,59km. As obras em andamento correspondiam a 210,49km.

Ao mesmo tempo, o DER manteve em boas condições de tráfego a rede de estradas sob sua jurisdição, com 7.005,51km, dos quais 4.434,43km em leito natural e 1.781,33km com revestimento primário.

Na última mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa, referente às ações desenvolvidas no exercício de 1964, o governo registrava a ampliação da rede rodoviária de 5.898km para 7.030km e a rede asfaltada aumentada de 233km para 455km. Para isso, foram investidos nesse período 62,2 bilhões de cruzeiros, sendo 22,6 bilhões na implantação básica e 30,6 bilhões em pavimentação.

Em termos de desenvolvimento econômico, constatava-se a grande variação na renda em decorrência, de um lado, do comportamento da economia nacional e, de outro, de características específicas do café que tinha peso predominante na economia estadual.

Em síntese, no período de 1961 a 1964, a renda a preços constantes de 1964 decresceu a partir de 1963 em decorrência de alguns fatores, entre os quais a recessão econômica nacional, a estabilização da cafeicultura, as geadas de 1962 e 1963, seguidas de grandes secas e incêndios. Os índices dos valores constantes, tomando 1953 como ano base, mostram que a renda cresceu de 1961 para 1962 para cair muito no ano seguinte, mas logo a seguir volta a crescer sem atingir, porém, o nível de 1962 (Tabela 3).

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DA RENDA INTERNA, 1961-1964

ANO	RENDA
1961	168
1962	189
1963	153
1964	171

FONTE: Mensagem (1965, p.2)

Tomando como base o ano de 1953 (índice 100), a economia paranaense cresceu entre esse ano e 1961 a uma taxa anual de 6,7% e, no período de 1961 a 1964, à taxa anual de 0,6%. Dada a tremenda sazonalidade de uma economia centrada no setor primário, esse crescimento foi de 12,5%, entre 1961 e 1962, e de 11,8%, entre 1963 e 1964. O biênio de 1963 a 1964 é um período de quase estagnação da economia nacional.

Quanto aos investimentos realizados no período de 1961 a 1964, eles somam 140,6 bilhões de cruzeiros a preços de 1964, dos quais 97,2 couberam ao Estado do

Paraná. Nota-se o peso dos investimentos em rodovias e energia elétrica, seguidos dos gastos com a agricultura; nota-se, ainda, a elevada participação da União nos investimentos rodoviários e de geração de energia elétrica (Tabela 4).

TABELA 4 - INVESTIMENTOS TOTAIS NO PARANÁ E DO ESTADO POR SETORES - 1961-1964

SETORES	TOTAL (CR\$ milhão)	ESTADO (CR\$ milhão)
Rodovias	62.235	34.325
Ferrovias	1.748	382
Portos	3.136	1.426
Aeroportos	434	434
Telecomunicações	990	430
Energia Elétrica	33.781	22.551
Agricultura	12.582	12.582
Fomento Industrial	8.200	8.200
Saneamento	4.044	3.899
Educação	6.270	6.270
Saúde e Assistência	2.890	2.890
Outros	5.632	5.209
TOTAL	140.593	97.249

FONTE: Mensagem (1965, p.30)

Em termos percentuais, tanto por parte do estado quanto por parte da União, os investimentos concentraram-se nos setores rodoviários e de energia elétrica, nos quais a participação do estado é sempre superior a 50%, o que não deixa de destacar a importância dos gastos da União no Paraná, no período de governo. Os investimentos do estado em rodovias e energia elétrica representam 58,6% dos investimentos realizados no período de 1961 a 1964, em contrapartida, o fomento industrial foi responsável por 8,4% desses investimentos (Tabela 5).

TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SETORES - 1961-1964

SETORES	TOTAL	ESTADO	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO
Rodovias	44,3	35,3	55,2
Ferrovias	1,2	0,4	21,9
Portos	2,2	1,5	45,5
Aeroportos	0,3	0,4	100,0
Telecomunicações	0,7	0,4	43,4
Energia Elétrica	24,0	23,2	66,8
Agricultura	8,9	12,9	100,0
Fomento Industrial	5,8	8,4	100,0
Saneamento	2,9	4,0	96,4
Educação	4,5	6,4	100,0
Saúde e Assistência	2,1	3,0	100,0
Outros	4,0	5,4	92,5
TOTAL	100,0	100,0	69,2

FONTE: Mensagem (1965, p.30)

Não obstante as críticas procedentes do governo à centralização das decisões econômicas e políticas na União, houve pesados investimentos federais na implantação da infraestrutura rodoviária e de transporte. Apesar de tudo isso e das expectativas do governo de uma mudança sustentável na estrutura econômica do Paraná, na obtenção de maior equilíbrio entre agropecuária e indústria na formação do produto e geração da renda, a economia continuava dependente da cafeicultura.

O fracasso do projeto, ao lado de ser um indicador do caráter centralizado que o desenvolvimento capitalista assumiu no Brasil, como assinala Augusto, levou a uma reformulação de seus objetivos e formas de atuar, a partir de 1964, quando as normas operacionais da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar) foram modificadas por lei aprovada em fevereiro de 1965, para poder operar com empresas controladas por capital estrangeiro, o que lhe era vedado anteriormente. A Codepar passara, então, a financiar empresas estrangeiras e a marginalizar as pequenas empresas. O foco voltou-se, finalmente, para o grande capital e a uma produção industrial complementar (AUGUSTO, 1978, p.117).

Em relação ao resultado efetivo da ação da Companhia, que pode ser medido pelos recursos do FDE destinados aos vários setores da economia, observa-se que, de fato, o governo continuava preocupado com as deficiências da infraestrutura do estado. Os recursos do FDE foram destinados prioritariamente para o setor de energia elétrica e para a construção de estradas. Dos recursos do FDE, 80% foram destinados a gastos com o setor público, sendo que 36% seria para energia elétrica e 30% para a construção de estradas, com prioridade à Rodovia do Café, que ligava o Norte do Paraná a Curitiba e com o Porto de Paranaguá. Dos recursos destinados a empresas privadas, mais de 65% dos financiamentos aprovados estavam vinculados à transformação da produção agropecuária (AUGUSTO, 1978).

Em síntese, o que existe de fato em todo esse período é a ênfase na implantação da infraestrutura de transporte e de energia elétrica definida como estratégias para o desenvolvimento nacional pela Comissão Mista Brasil Estados Unidos, continuadas no governo de Juscelino Kubitschek, com a construção de Furnas e a implantação definitiva do rodoviarismo no Brasil.

De acordo com Oliva Augusto, durante sua gestão, Ney Braga procurou usar a sua administração para promover uma imagem de um político modernizador em nível nacional, preparando-se, portanto, para voos maiores, uma vez que cumpria a trajetória clássica de prefeito, deputado federal, governador e aí se colocando para

pleitear uma indicação partidária para a presidência da República ou, quando não, à vice-presidência.

Tudo isso associado com a construção de uma imagem de administrador que privilegiava a gestão pública em detrimento dos arranjos políticos, os quais eram vistos como a fonte de corrupção e do empreguismo parasitário do Estado brasileiro, o que era uma versão típica do moralismo udenista que vai encontrar sua expressão mais acabada no "janismo".⁷⁴

Sua opção foi criar uma imagem de "mais administração e menos política", garantindo os dividendos políticos oriundos de uma atuação 'técnica e regional' e um esquema populista de sustentação baseado na Doutrina Social da Igreja (AUGUSTO, 1978, p.68).

2.5 O SISTEMA DE PLANEJAMENTO IMPLANTADO

A orientação básica do desenvolvimentismo é a intervenção do Estado na promoção da industrialização, o que levaria à superação do atraso da economia. Essa intervenção era feita por meio de práticas de planejamento, cuja montagem no Paraná vem a ser o tema deste item.

Além disso, o item destaca a permanência dos quadros técnicos estatais responsáveis pela implantação do novo aparato, que na sua organização básica vinha de governos anteriores. É o caso da Pladep, que fora organizado no governo Lupion com o pessoal convocado pelo governo Bento Munhoz para organizar as festividades do centenário da emancipação política. Com isso, quer-se mostrar que há permanência da estrutura estatal e da burocracia, independente da coloração governamental. É ilustrativa dessa ideia a permanência do coronel Alípio Ayres de

⁷⁴ Janismo é uma forma de fazer política fundada em grande parte na moralidade administrativa, cujo símbolo era a vassoura (varre, varre, vassourinha...) que ornava o palanque de todos os seus comícios e que foi adotado por Ney Braga. Depois da sua renúncia, em agosto de 1961, Afonso Arinos de Mello Franco, líder nacional da UDN e ministro das Relações Exteriores de Jânio, definiu Jânio Quadros como sendo "a UDN de porre".

Carvalho⁷⁵ na direção da Pladep no novo governo, principalmente tendo em conta o encerramento turbulento do governo Lupion.

Para tratar da implantação de um sistema de planejamento no Paraná durante o governo Ney Braga, importa saber o que vem a ser esse modelo de planejamento adotado no Brasil e quais foram as experiências do país com o planejamento econômico.

Em primeiro lugar, é preciso que fique claro que o planejamento pode ser feito em diversos graus de elaboração. Num nível menor de elaboração, ele começa pela programação dos investimentos públicos que pode se limitar a alguns setores estratégicos da economia em que há desequilíbrio entre oferta e demanda. Esse é o caso do planejamento que se limita a definir um programa de investimentos em energia elétrica, transportes, educação, saúde "cujo crescimento pode ser planejado mesmo quando os objetivos mais gerais de crescimento da renda, emprego, etc. ainda não estão definidos" (MINDLIN, 1997, p.16-17).

No extremo oposto, isto é, num nível mais elevado de elaboração, situa-se o planejamento global que, em linhas gerais, procura "assegurar o equilíbrio entre os níveis de produção e a demanda de bens, dada a oferta de fatores de produção de

⁷⁵ Alípio Ayres de Carvalho nasceu em Carolina (MA) no dia 26 de outubro de 1916, filho de Adolfo Ayres de Medeiros e de Adá Ayres de Carvalho. Sentou praça em março de 1934, ingressando na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de onde saiu aspirante em janeiro de 1936. Foi promovido a segundo-tenente em maio de 1939. Em 1941 formou-se em engenharia civil pela Universidade do Paraná. Em maio de 1942 foi promovido a capitão. Coursou a Escola de Estado-Maior do Exército em 1946 e alcançou o posto de major em março de 1947. Em 1952 realizou curso de transporte no Estado-Maior do Exército sendo promovido a tenente-coronel. Em julho de 1954, assumiu a chefia do Escalão Territorial da 5.^a Região Militar. Nesse ano iniciou sua vida pública no Estado do Paraná, integrando a Comissão de Transportes Coletivos de Curitiba. Nos governos de Adalberto Oliveira Franco (1955), Moysés Lupion (1956-1959) e Guataçara Borba Carneiro (1959-1960), ocupou diversos cargos na administração municipal e estadual: de 1955 a 1957 presidiu a Comissão de Planejamento Urbanístico da capital paranaense e, de 1955 a 1960, a Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Paraná, tendo sido ainda conselheiro do Serviço Social da Indústria (Sesi) até 1960 e da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí. Ao mesmo tempo, deu prosseguimento à sua carreira militar. Em março de 1959, foi nomeado adido junto ao Colégio Militar, instituição que estava sendo criado em Curitiba e que comandaria até janeiro de 1961, quando deixou o cargo para ocupar a Secretaria da Viação e Obras Públicas no início do governo de Ney Braga, o posto de vice-governador, uma vez que tinha sido eleito para o cargo, que estava vago pela Assembleia Legislativa, a quem competia na época proceder a escolha. Com a posse do sucessor de Ney Braga, Paulo Pimentel, em 1966, foi nomeado secretário-geral do Conselho de Planejamento do estado. Em abril desse ano, foi promovido a general de brigada, sendo transferido para a reserva de primeira classe nessa patente. Na inatividade, seria promovido a general-de-divisão em 1972. Nas eleições de novembro de 1966, foi eleito deputado federal pelo Paraná na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena), assumindo o mandato em fevereiro de 1967. Casou-se com Vairene Gonçalves de Carvalho, com quem teve dois filhos (DHBB, 2001, p.1158-1159).

forma a atingir certos objetivos básicos" (MINDLIN,1997, p.17), tais como certas taxas de crescimento do produto nacional bruto, do nível do emprego, manutenção do saldo do balanço de pagamentos, entre outros, ainda que incompatíveis entre si.

Uma das experiências mais festejadas de planejamento no Brasil é o Plano de Metas, adotado na administração de Juscelino Kubitschek na presidência da República, de 1956 a 1961. Sua importância deve-se à profundidade de seu impacto que fez dele a primeira experiência de planejamento governamental efetivamente posta em prática no Brasil (LAFER, 1997, p.30).

A ideia de planejar surgiu da constatação de que o Brasil passava por uma crise cuja solução não viria de remédios tradicionais. O ponto de partida era a tomada de posição em defesa da industrialização, pois o país não era um país agrícola por vocação hereditária (LAFER, 1997, p.33).

Para assegurar esse objetivo, propôs um planejamento setorial, cuja meta final era melhorar o nível de vida da população, e os meios para conseguir esse objetivo era a manipulação de incentivos.

Para colocar em prática suas ideias, o governo convocou uma equipe de técnicos e a colocou sob a direção de Lucas Lopes, que participara de tentativas anteriores de planejamento, particularmente na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e na assessoria econômica de Vargas (LAFER, 1997, p.35).

Diante da impossibilidade de uma reforma administrativa, o governo teve que recorrer a uma administração paralela formada pelos órgãos da administração pública federal onde ainda predominava o sistema de mérito, como o BNDE, Banco do Brasil (Cacex), Sumoc, e mediante a criação de órgãos novos como os Grupos Executivos, para os quais "drenou a competência disponível nos órgãos públicos" (LAFER, 1997, p.40).

Ora, o fato de o Plano de Metas ter sido uma experiência festejada pelo seu sucesso, não há como negar a importância de experiências ligadas ao Estado Novo, particularmente em resposta à situação adversa criada pela Segunda Guerra Mundial.

Miglioli assinala que o planejamento econômico nas economias capitalistas foi decorrência das duas Grandes Guerras, quando os países envolvidos nesses conflitos se viram forçados a concentrar esforços e recursos num objetivo básico. Essas experiências foram importantes para a implantação do planejamento porque, de um lado, ensinavam que a partir de uma orientação central era possível coordenar diferentes atividades para obter resultados que seriam inatingíveis de outro modo,

de outro lado, "ensinaram na prática como tal orientação poderia ser feita" (MIGLIOLI, 1982, p.64).

A Segunda Guerra levou o Brasil a pensar numa "economia de guerra", fazendo com que o governo criasse, em 1942, a "Coordenação da Mobilização Econômica", que chegou a ser um superministério por meio do qual o governo coordenava assuntos econômicos, financeiros, tecnológicos e organizativos da economia nacional, considerada como a economia de um país em estado de guerra (IANNI, 1977, p.48).

Essa Coordenação absorveu as atividades do Conselho Federal de Comércio Exterior⁷⁶, o primeiro órgão brasileiro de planejamento governamental.

Devido à forma pela qual desempenhou as suas funções, os problemas aos quais dedicou-se e às realizações de política econômica às quais esteve vinculado, o Conselho Federal de Comércio Exterior pode ser considerado o primeiro órgão brasileiro de planejamento governamental. De fato, essa foi talvez a primeira ocasião em que se reuniram funcionários governamentais, empresários e técnicos para estudar e propor soluções para vários problemas do sistema econômico-financeiro e administrativo nacional (IANNI, 1977, p.28).

De acordo com Mendonça de Barros, que analisa duas experiências de planejamento regional, a paulista e os programas da Sudene, o planejamento regional é uma experiência recente, destacando que o Grupo de Planejamento do Estado de São Paulo, do Governo Carvalho Pinto (1959-1963), partia de uma situação diferente das demais regiões, onde a primeira providência era modificar a estrutura mesma da atividade econômica. No caso de São Paulo, o planejamento se orientava para "amparar e estimular o crescimento econômico e social dentro da orientação geral do processo, qual seja, o desenvolvimento industrial como pólo dinâmico do sistema" (BARROS, 1997, p.114).

O sistema paulista de planejamento era bastante simples: um pequeno grupo de técnicos (Grupo de Planejamento) ligado diretamente ao governador foi encarregado de formular e acompanhar o Plano de Ação, que era, na verdade, a consolidação e reprogramação das propostas apresentadas pelas unidades administrativas e transformadas em orçamentos anuais.

⁷⁶ O Conselho Federal de Comércio Exterior foi criado em 1934, para cuidar de problemas relacionados aos tratados comerciais, marinha mercante, indústria e comércio da carne, promoção de indústrias nacionais etc. (IANNI, 1977, p.25).

Depreende-se das observações de Mendonça de Barros que o Paraná fazia parte das outras regiões em que era necessário mudar a estrutura mesma da atividade econômica, ou seja, a passagem de uma estrutura primária monocultora para outra industrial e policultora.

A criação da Cia. de Desenvolvimento do Paraná atendia à necessidade de um órgão público de fomento para financiar investimentos que seriam avaliados da ótica do desenvolvimento, o qual estava desenhado em suas linhas gerais pela Pladep. Dessa forma, tinha-se um sistema desenvolvimentista concebido na sua inteireza, inclusive com a definição de um fundo de financiamento, o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE).

Para o governo, o desenvolvimento do Paraná exigia a passagem de uma estrutura primária e monocultora de exportação para o que chamava de uma estrutura harmônica, na qual o setor industrial e uma agricultura policultora representassem uma base sólida. Para se conseguir isso era necessário que o poder público fosse capaz de realizar os investimentos na infraestrutura possibilitadora da industrialização e da diversificação agrícola (MENSAGEM, 1962, p.18-19).

Com esse objetivo criou já no início de 1962 a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (CAFÉ do Paraná) voltada para estimular a cultura do algodão e a mecanização agrícola. No mesmo mês, mediante projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa, depois transformado em lei, instituiu o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná e criou a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (Codepar), para gerir esse fundo (MENSAGEM, 1963, p.xi).

Dos recursos arrecadados pelo FDE, 40% eram destinados ao financiamento de investimentos públicos no setor de energia elétrica, 40% para investimentos públicos em outros setores e 20% para o financiamento da iniciativa privada em empreendimentos industriais essenciais à política de industrialização (MENSAGEM, 1965, p.13). Assim, instituía-se no Paraná um sistema de fomento que veio a fazer parte, junto com a Pladep, de um sistema de planejamento.

Nesse sistema de planejamento, a Codepar captava recursos junto à coletividade, mediante um adicional restituível cobrado sobre o Imposto de Vendas e Consignações, um empréstimo compulsório a ser restituído no prazo de cinco anos. Esses recursos eram empregados no desenvolvimento de setores prioritários da economia, na implantação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento e na promoção de estudos e pesquisas necessários ao planejamento.

Esse modelo era visivelmente calcado no esquema nacional de planejamento estabelecido com a implantação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a criação do BNDE. A prática de captação de recursos financeiros da coletividade, mediante empréstimos compulsórios ganhava terreno neste país até sua proibição definitiva pela Constituição Federal de 1988. Esses procedimentos tinham um nítido caráter extorsivo, pois o juro pago para esse dinheiro não cobria a inflação.

Para financiar o programa de desenvolvimento, recorreu-se a um empréstimo compulsório cobrado mediante aumento na alíquota do Imposto de Vendas e Consignações (IVC) e o seu resultado destinado ao Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE). Com isso, o governo criou recursos paralelos ao orçamento estadual.

Em consequência dessas medidas, a alíquota do IVC passou de 4,95% para 5,95%; em 1964, um novo empréstimo compulsório fez com que a alíquota subisse para 6,95%. Num período inflacionário, o juro pago à taxa de 4% ao ano transformava o empréstimo num disfarce para o aumento real de imposto, pois havia uma perda de valor por parte do prestador, que era transferida para o governo.

A Codepar tinha por objetivos implantar formas mais dinâmicas e flexíveis de ação governamental mediante a racionalização do setor público; hierarquizar prioridades para investimentos, o que seria feito por meio de estudos e seleções para estímulo de projetos mais necessários e úteis ou com efeitos multiplicadores mais ponderáveis para a economia do Estado. Esses dois objetivos dão conta da dimensão estritamente econômica da ideologia desenvolvimentista; mas o terceiro relaciona-se a uma das dimensões mobilizadoras da ideologia e refere-se ao fato de a Companhia querer contribuir para a mudança de mentalidade social, ensinando a comunidade a mobilizar suas poupanças de modo a assegurar a expansão mais rápida dos serviços públicos básicos que o Estado sozinho não pode prover.

Rischbieter (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.157) atribui à criação da Codepar o sucesso da administração de Ney Braga, pois ela dispunha de orçamento próprio, além de regras claras de atuação e valores e objetivos bem definidos. O seu conselho de investimento assegurava que os recursos da Companhia fossem aplicados sob critérios de racionalidade econômica, imune, portanto, a ingerências políticas.

O Fundo de Desenvolvimento Econômico, "cujo montante equivalia a 20% do orçamento" do Tesouro, administrado pela Codepar era destinado quase exclusivamente a investimento, pois a despesa com pessoal era insignificante. (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.157).

Por isso, a Codepar foi decisiva para alimentar o Paraná de energia elétrica e para construir a Rodovia do Café, que integrou o Estado econômica e politicamente. Segundo Rischbieter⁷⁷, a Codepar não estava sujeita à fiscalização, e nem a Assembleia Legislativa tinha real possibilidade de intervenção nessa estatal. Não integrando o sistema financeiro nacional, a Companhia estava imune à ingerência por parte do governo federal, além disso, a sua diretoria era de nomeação exclusiva do governador, por isso, a orientação da Companhia dependia do governo e dos grupos que o apoiavam. O primeiro Diretor Presidente da Codepar foi Afonso de Camargo Neto; seu Diretor Técnico Maurício Schulmann; e seu Diretor Financeiro foi Francisco Clausi, que era do Banco Comercial do Paraná (KUNHAVALIK, 2004).

Até 31 de dezembro de 1963, o FDE havia possibilitado ao Governo do Paraná aplicar 8,7 bilhões de cruzeiros na construção de usinas elétricas, linhas de transmissão, pavimentação e construção de estradas. A par desses investimentos, o

⁷⁷ Carlos Heinz Rischbieter nasceu em Blumenau (SC) no dia 24 de outubro de 1927, filho de Luís Rischbieter e de Helga Ebert Rischbieter. Descendente de imigrantes alemães, foi fundador da primeira fábrica de cerveja em Blumenau, e seu pai foi proprietário de uma confecção de chapéus na mesma cidade. Realizou os primeiros estudos na escola alemã (Deutsche Schule) em Blumenau, transferindo-se em 1938 para o colégio Santo Antônio após a nacionalização do ensino empreendida pelo ministro da Educação Gustavo Capanema, onde concluiu o científico em 1946. Formou-se em engenharia civil pela Universidade Federal do Paraná em 1952. Depois de formar-se exerceu a profissão de engenheiro no norte do estado numa firma de construção civil, e, após realizar curso de especialização em concreto protendido em Paris-França em 1959, tornou-se diretor financeiro da mesma empresa até 1961. Em fevereiro de 1962, entrou por concurso público na recém-fundada Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), tendo sido chefe do Setor de Análise de Projetos, diretor técnico de investimentos (substituindo Maurício Schulman) e diretor-presidente da empresa (1965), criada pelo governador Ney Braga com o fito de promover o desenvolvimento econômico. Em 1965 afastou-se da presidência da Codepar e foi nomeado representante do Estado do Paraná no Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan), a convite do ministro de Planejamento do governo Castelo Branco, Roberto Campos, tornando-se ainda assessor econômico do Estado do Paraná e assessor do Instituto Brasileiro do Café (IBC). Em seguida trabalhou no IBC no Rio de Janeiro, e em julho de 1966 foi para Hamburgo, Alemanha, onde chefiou o escritório do IBC nesse país. Em 1967, Rischbieter tornou-se diretor da Pafisa Crédito Financiamento e Investimento, e diretor-gerente da Paraná Comércio Administração S.A., *holding* de propriedade de Leônidas Bório, ex-presidente do IBC. Em 1972 foi convidado pelo secretário da Fazenda do governador paranaense Parigot de Sousa, Maurício Schulman, para assumir a presidência do Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep). Em março de 1974, por indicação do ministro da Educação, Ney Braga, Rischbieter assumiu a presidência da Caixa Econômica Federal, tendo exercido o cargo até fevereiro de 1977. Por indicação do ministro da Fazenda do governo Geisel, Mário Henrique Simonsen, assumiu o cargo de presidente do Banco do Brasil em substituição a Ângelo Calmon de Sá que havia sido transferido para o Ministério da Indústria e Comércio substituindo Severo Gomes. Exerceu o cargo de presidente do Banco do Brasil de fevereiro de 1977 a março de 1979, quando foi nomeado ministro da Fazenda pelo presidente João Batista Figueiredo, sucedendo Mário Henrique Simonsen que havia sido nomeado ministro do Planejamento do governo Figueiredo. Pediu demissão do cargo no dia 15 de janeiro de 1980. Em março de 1985 assumiu a presidência do Instituto Brasileiro do Café a convite do presidente José Sarney. Foi casado com a engenheira Maria Garfunkel Rischbieter, com quem teve dois filhos. Sua esposa, falecida em 1989, era engenheira da prefeitura de Curitiba e foi uma das responsáveis pela implantação do plano de reurbanização da cidade em 1971. Em março de 1994, Carlos Rischbieter casou-se em segundas núpcias com Rosa Maria Beltrão. (DHBB, p.5074-6).

fundo garantiu recursos para diversificação agrícola e instalação de novas unidades armazenadoras e outros empreendimentos (MENSAGEM, 1964, p.48).

Além dessas aplicações, o Fundo permitiu conceder financiamentos ao setor industrial privado na ordem de 7 bilhões de cruzeiros a preços de 1964. Esses empréstimos eram feitos para empresas que atuavam nos ramos de atividade de comprovada essencialidade, preferencialmente à pequena e média empresa. As aplicações industriais do FDE foram, então, direcionadas para os grupos minerais não metálicos, metalurgia em geral, produtos de origem florestal, agrícola e animal, produtos químicos e manufaturas em geral (MENSAGEM, 1965, p.xvii). O grosso do investimento, entretanto, foi para o binômio energia elétrica-estradas que, em quatro anos, absorveu 56 bilhões de cruzeiros (p.xvi).

A preços de 1964, o FDE captou mais de 40 bilhões de cruzeiros, tendo sempre um peso relevante no total da receita do Estado, haja vista que, em 1962, a receita do FDE representava 11,2% da receita total; em 1964 já era 20,5%. Esse percentual é significativo, pois toda essa receita era destinada exclusivamente aos investimentos sem ingressar no orçamento geral do estado (Tabela 6).

TABELA 6 - RECEITA DO ESTADO SEM FDE, RECEITA DO FDE, RECEITA TOTAL - 1961-1964

ANOS	RECEITA DO ESTADO (em bilhões de Cruzeiros)		
	RECEITA	FDE	TOTAL
1961	83,5	-	83,5
1962	87,7	11,6	99,3
1963	71,9	12,7	84,6
1964	77,6	19,8	97,4

FONTE: Mensagem (1965, p.13)

O governo reconhece que sem o FDE o Estado não teria como executar o seu plano de desenvolvimento e nem teria a eficiência na aplicação dos recursos captados por empréstimo compulsório. Isso porque os gastos de custeio e outros gastos absorvem a maior parte da execução orçamentária, não deixando recursos na escala desejada para os investimentos. Dessa forma, em 1962 os recursos desse fundo permitiram que os investimentos fossem 48,9% superior ao que seria realizado se dependesse da receitas fiscais do governo; em 1963, esse percentual sobe para 72,4%, mantendo-se relativamente estável no ano seguinte, quando foi de 71,2% (Tabela 7).

TABELA 7 - PERCENTUAL DOS INVESTIMENTOS DO ESTADO SEM E COM FDE

ANOS	PERCENTUAL DOS INVESTIMENTOS	
	Sem FDE	Com FDE
1961	14,6	-
1962	17,6	26,2
1963	17,4	30,0
1964	19,9	34,2

FONTE: Mensagem (1965, p.13)

Assim, o próprio governo deixa claro que se tratava de um orçamento paralelo para investimentos.

A criação do Conselho de Desenvolvimento do Sul (Codesul) pode ser vista como parte da organização de um sistema de planejamento interestadual do qual o Paraná participava, juntamente com o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que complementasse o sistema articulado por meio da instituição da Companhia de Desenvolvimento do Paraná.

A ideia dos organizadores do Codesul é que ele atuaria nos moldes da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Da mesma forma que essas entidades possuíam um banco de fomento, criou-se, também, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul como instrumento para canalizar recursos financeiros de organismos nacionais, como o BNDE, e internacionais, como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. De acordo com declarações de Ney Braga, quando da criação dessas entidades de planejamento e fomento, a iniciativa foi criticada como não passando de uma resposta à Sudene, criada no final do governo Kubitschek, em 1958 (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.156).

Essas instituições foram concebidas sob o patrocínio de Jânio Quadros que estava preocupado com os desequilíbrios regionais aprofundados com a industrialização acelerada de Juscelino Kubitschek. A parceria entre governos estaduais e governo federal esteve sempre presente nos planos de governo dos estados, inclusive na obtenção de apoio para a formação de técnicos governamentais.

Durante o governo Lupión foram feitos vários estudos sobre a economia paranaense e suas perspectivas e promovidos seminários e reuniões com empresários e membros da coletividade estadual. Vários autores desses estudos e projetos foram chamados para funções executivas e de assessoramento nos órgãos estatais. Esse

convite se estendeu a especialistas e empresários que participaram das reuniões e discussões dos anos anteriores. Além disso, muitos foram treinados em Problemas do Desenvolvimento, nos cursos promovidos pela Cepal e apoiados pelo BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), no Rio de Janeiro. Alguns, inclusive, fizeram cursos na própria Cepal, no Chile.

Esse procedimento continuou sem solução de continuidade, pois a Codepar destinava recursos do FDE para estudos necessários ao planejamento governamental entre os quais o Plano de Desenvolvimento do Paraná, contratado em 1963 junto à Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs), para ser feito em conjunto com a Comissão de Planejamento do Desenvolvimento Econômico do Paraná (Pladep).

Essa equipe produziu um documento preliminar que possibilitou o conhecimento da realidade paranaense sob o prisma dos problemas que estrangulam o crescimento da economia estadual. Além desse documento que tem o caráter de um diagnóstico, propôs algumas medidas que deveriam ser executadas pelo quadro administrativo do Estado, pelos grupos sociais e pelos indivíduos sem cuja participação não se consegue corrigir os desequilíbrios que dificultam o desenvolvimento econômico do Paraná (MENSAGEM, 1964, p.99).

O governo Ney Braga promoveu, no âmbito da reforma e modernização administrativas, a formação e melhoria do seu quadro técnico organizando cursos de especialização, como o "Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico Cepal – Paraná". Além desses cursos, facilitou a frequência de seus servidores em cursos instituídos no exterior e no país, cabendo destacar o "Curso de Planejamento Econômico" do *Centre International de Formation et de Recherche en vue du Développement Harmonisé* (IRFED)⁷⁸, em Paris; o "Curso de Introdução à Pesquisa Socioeconômica", na Universidade de Münster (Alemanha), e o "Curso de Planejadores Industriais", nos EE.UU.

⁷⁸ O IRFED surgiu como centro de investigação e formação de especialistas em estudos para o desenvolvimento ordenado dos países subdesenvolvidos. Um de seus fundadores e membros-diretores foi Louis Joseph Lebrét, sendo, inclusive, um dos diretores responsáveis da revista *Développement & Civilisations*, publicada pelo Centro. Esse aspecto será retomado no próximo capítulo.

Cabe registrar, ainda, o ingresso do Paraná na Comissão Interestadual da Bacia do Paraná – Uruguai, formada por sete estados e voltada para o estudo e aproveitamento do potencial hidrelétrico da bacia.

Magalhães atribui à orientação democrata-cristã do governo Ney Braga a aceitação das ideias cepalinas, uma vez que os partidos democratas cristãos do Chile e da Venezuela (Copei) sofriam influência da Cepal e mantinham estreitas relações com o PDC brasileiro. Na verdade, a prática do planejamento estatal no Brasil não existia, restringia-se ao Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp)⁷⁹, criado em 1938, destinado, entre outras missões, à formação de quadros técnicos e administrativos para o governo, e a Coordenação da Mobilização Econômica, criado em 1942, com poderes para coordenar a produção e regular salários em função da entrada do Brasil na Guerra. Com Dutra, houve o desmantelamento dessas instituições em virtude da orientação liberal de seu governo. Nessas condições, a formação de quadros especializados só podia ser feita na Cepal (MAGALHÃES FILHO, 2006).

Importa registrar que o quadro técnico enviado para treinamento na Cepal já pertencia em grande medida ao sistema estadual de planejamento, cujo núcleo era a Pladep, que continuava sob a direção do Coronel Alípio Ayres de Carvalho.

Infere-se dessa digressão que o novo governo pretendia encaminhar um programa de desenvolvimento que seria encarregado do quadro técnico que vinha do governo anterior.

No projeto de desenvolvimento do Estado, o projeto nacional-desenvolvimentista, na sua versão paranaense, está explícito que a promoção do desenvolvimento econômico é tarefa do Estado, ou seja, as forças espontâneas do mercado não são capazes de superar a condição de subdesenvolvimento e ingressar numa trajetória de industrialização. Essa constatação se verifica na imediata organização de uma companhia de economia mista de desenvolvimento destinada a planejar, promover e organizar o desenvolvimento.

Retornando, então, ao projeto paranaense de desenvolvimento, quando a Codepar passa a operar com empresas de capital estrangeiro e abandona o tratamento privilegiado e exclusivo que dava às pequenas e médias empresas estava no início o

⁷⁹ A Constituição de 10 de novembro de 1937 determinou, no seu artigo 67, a instituição de um "departamento administrativo", que veio a ser organizado oito meses após, sob a denominação de Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) (DHBB, 2001, p.1827-1830).

processo de mudança que vai se completar quando ela é substituída pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep) que institucionaliza as alterações que já vinham ocorrendo. A criação do Badep (Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná) se dá no governo de Paulo Pimentel (AUGUSTO, 1978).

Nesse contexto, surge o contrato com a Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs), empresa de consultoria e planejamento vinculada ao Pe. Lebret, para a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Paraná. Junto com a Sagmacs foram contratados os serviços da empresa SPL, Serviços de Planejamento, que pertencia a Alex Beltrão e Zacarias de Sá Carvalho, que, segundo Ney Braga, foram os autores da ideia de se criar a Companhia de Desenvolvimento do Paraná e o FDE (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996), vindos ambos da administração de Lupion. A Pladep (Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná) foi convocada para participar do grupo empresarial encarregado do Plano.

2.6 AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO E OS POSTULADOS DA DEMOCRACIA CRISTÃ

Aqui procuro confrontar as realizações do governo discutidas e analisadas nos itens anteriores com os princípios doutrinários da Democracia Cristã e com os programas do Partido Democrata Cristão de 1945 e 1961.

Procuro destacar o que foi analisado no item 2.1 a propósito das modificações ocorridas nos partidos democratas cristãos em virtude das suas práticas governativas e da heterogeneidade ideológica e política dos cristãos, em geral, e dos católicos, em particular.

Finalmente, analiso a relação de Ney Braga com a Igreja Católica recorrendo a um episódio importante nas circunstâncias da época, que foi a realização em Maringá, em 1961, do II Congresso de Lavradores e Trabalhadores do Paraná. Na ocasião, manifestou-se mais uma vez o predomínio do anticomunismo como delimitador dessa relação.

Levando em conta os resultados práticos da experiência paranaense, que redundou num grande programa de investimento em energia e transporte, o governo

Ney Braga não se destaca dos demais. Pelo menos na perspectiva das intervenções públicas para o desenvolvimento. É preciso que se assinale, agora, o que de tudo isso pode ser extraído para ter alguns elementos que permitam construir um nexo do seu governo com a Democracia Cristã. A inexistência desse nexo permite demonstrar que o governo, que se dizia inspirado na doutrina da Democracia Cristã e no programa do PDC, não recorria a outros meios e modalidades de intervenção do que aquelas já consagradas pelas práticas nacionais e estaduais de planejamento. Dessa forma, ao se socorrer de princípios doutrinários inexistentes na orientação de seus programas, estava, de fato, adotando uma ideologia de ocultação, de disfarce, isto é, o sentido forte da ideologia como foi descrito no item inicial deste capítulo.

Da mesma forma que o quadro de desorganização do sistema de partidos no Brasil, que já se manifestava durante a campanha para o governo, não permite vincular as ações de um governo com a doutrina de um partido político, as ações do governo só podem ser atribuídas a uma doutrina política específica como a Democracia Cristã mediante associações forçadas ao extremo.

Mas ainda resta verificar quais foram as relações que Ney Braga estabeleceu com a Igreja durante o seu governo. Para isso, é preciso verificar a relação específica de Ney Braga com a Igreja Católica no Brasil.

Ao comentar a vitória de Ney Braga, o jornal *Voz do Paraná*, do dia 16 de outubro de 1960, na sua primeira página, elogiou sua conduta na campanha contra o candidato do oficialismo federal, que teve a sua disposição somas enormes, cuja origem nem sempre eram bem esclarecidas, e acrescentava que a formação cristã do novo Governador, conjuntamente às suas qualidades de administrador e desapego a compromissos pessoais e partidários, por si só, sintetizavam os motivos de um justificado júbilo de todo o Paraná (KUNHAVALIK, 2004).

Já no governo do Estado, foi realizado em Maringá, no Norte do Paraná, de 12 a 15 de agosto de 1961, o II Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Paraná. O Congresso contou com a presença do Deputado Francisco Julião⁸⁰,

⁸⁰ Francisco Julião Arruda de Paula nasceu no engenho de Boa Esperança, de propriedade de seu avô, no município de Bom Jardim (PE), em 16 de fevereiro de 1915. Seus pais, Adauto Barbosa de Paula e Maria Lídia Arruda de Paula, eram integrantes de famílias tradicionais de Pernambuco. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife em dezembro de 1939. Nesse período foi influenciado pelo debate desenvolvido na universidade, importante centro de oposição ao Estado Novo e à interventoria de Agamenon Magalhães no estado, implantado em fins de 1937. Em 1940 montou um escritório de advocacia em Recife e iniciou suas atividades como defensor dos

líder das Ligas Camponesas e de um representante do Governo Federal, o Deputado Nestor Duarte⁸¹, líder do governo na Câmara dos Deputados. Contava também com

camponeses, especialmente dos municípios de Vitória de Santo Antão, Bom Jardim, Limoeiro e Jaboatão, localizados na região norte da Zona da Mata, onde havia grande número de arrendatários e pequenos proprietários. Sua atuação mais frequente dizia respeito ao combate às prestações de trabalho (o chamado *cambão*). Ingressou no PR e concorreu, sem êxito, a uma cadeira na Assembleia Nacional Constituinte no pleito de 2 de dezembro de 1945. Em 1946 escreveu uma série de documentos, iniciada com a *Carta aos foreiros de Pernambuco*, que teve grande circulação. Ao mesmo tempo incentivou a presença dos camponeses nas audiências e julgamentos dos processos como meio de desenvolver iniciativas coletivas e formas embrionárias de organização. Em 1947 Julião desligou-se do PR, aderindo pouco depois ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 1951 publicou seu primeiro livro, *Cachaça*, que recebeu elogioso prefácio de Gilberto Freire. O título referia-se à prática de certos latifundiários que pagavam seus trabalhadores com a bebida. A presença de Julião conferiu dinamismo à seção pernambucana do PSB. Em 1954 foi o primeiro parlamentar eleito pelo PSB no estado, ao conquistar uma cadeira na Assembleia Legislativa. No ano seguinte foi convidado a assumir a defesa jurídica dos membros da Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco (SAPP), primeira associação camponesa do estado, organizada pelos moradores do engenho Galiléia, situado no município de Vitória de Santo Antão. O tipo de associação adotada no engenho da Galiléia se multiplicou no Estado de Pernambuco. As associações camponesas formadas depois da SAPP ficaram conhecidas como Ligas Camponesas, expressão inicialmente utilizada pelo *Diário de Pernambuco*. Em agosto de 1955, representantes das ligas participaram do Congresso pela Salvação do Nordeste, organizada pela Prefeitura de Recife. Durante o encontro ocorreu também o I Congresso de Camponeses de Pernambuco, presidido pelo líder da comunidade de Galiléia, José dos Prazeres. Julião foi escolhido presidente de honra do conclave e organizou em seguida uma concentração de mais de três mil camponeses na Assembleia Legislativa, onde Josué de Castro, autor de *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*, fez uma palestra sobre a reforma agrária. Em 1957, Julião foi um dos 40 deputados nordestinos que, acompanhados por industriais e comerciantes, viajaram à Europa Ocidental, Tchecoslováquia e União Soviética. No ano seguinte, Julião foi reeleito com expressiva votação para mais um mandato na Assembleia Legislativa de Pernambuco, na legenda do PSB. As ligas camponesas começaram a ter repercussão nacional e despertar o interesse na imprensa. O movimento ultrapassou as fronteiras de Pernambuco a partir de 1959 com a fundação da primeira Liga Camponesa paraibana, localizada em Sapé, área de transição entre a zona de produção de açúcar e o Agreste, chegando a contar com dez mil associados dois anos depois de sua fundação. Em 1960, foram organizados comitês regionais das ligas camponesas em dez estados do país. Em 7 de outubro de 1962, Julião foi eleito deputado federal por Pernambuco com 16 mil votos, apoiado pela coligação do PSB com o Partido Social Trabalhista (PST). Nas eleições para o estado, realizadas no mesmo dia, Julião apoiou a candidatura de Miguel Arraes, então prefeito de Recife e candidato do PST. Em 9 de abril de 1964 foi editado o Ato Institucional n.º 1, que entre outras medidas, abriu o processo de punições extralegais de adversários do novo regime e no dia seguinte foi divulgada a primeira lista de cassações de direitos políticos. Julião foi um dos atingidos. Depois de preso e libertado, Julião só conseguiu deixar o país em 28 de dezembro de 1965, com destino ao México (DHBB, 2884-2888).

⁸¹ Nestor Duarte Guimarães nasceu em Caitité (BA) no dia 3 de dezembro de 1902, filho do desembargador Francisco Duarte Guimarães e de Amélia Tavares Guimarães. Em 1929 elegeu-se deputado estadual, mas, com o advento da Revolução de 1930 e a interrupção dos trabalhos legislativos, perdeu o mandato e passou a dedicar-se à advocacia. Ingressou na Liga de Ação Social e Política (LASP) da Bahia, partido político de oposição ao governo de Juraci Magalhães criado em dezembro de 1932 por Otávio Mangabeira. Candidato à Assembleia Constituinte baiana no pleito de outubro de 1934 na legenda do governador Otávio Mangabeira, obteve a maior votação do estado. Com o golpe do Estado Novo foi preso e impedido de exercer a militância política. Foi um dos líderes da Esquerda Democrática, movimento constituído por um grupo de intelectuais e políticos de tendência predominantemente socialista que se organizou nos primeiros meses de 1945, quando se patenteava o processo de decomposição do Estado Novo. Com a queda do Estado Novo, em dezembro de 1945 elegeu-se deputado pela Bahia à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da coligação formada pela Esquerda Democrática e a UDN. Foi um dos

a presença de representantes da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab); do Deputado Josué de Castro, Presidente da Associação Brasileira de Combate à Fome; do Senador Nelson Maculan, do PTB; do General Agostinho Pereira Alves⁸², Presidente do PSB; enfim, líderes sindicais, prefeitos, vereadores e deputados. O número de delegados credenciados chegava próximo de 600. Mais de 1.000 pessoas haviam assinado o livro de presença. O tema central do Congresso era a Reforma Agrária. Nesse Congresso foram denunciados os crimes cometidos contra os trabalhadores e pequenos sítiantes pelos fazendeiros, latifundiários, com seus jagunços e a polícia. Foi denunciado, também, o esbulho sistemático de direitos trabalhistas, como salário mínimo, férias, descanso semanal remunerado. O despejo

líderes da Esquerda Democrática, movimento constituído por um grupo de intelectuais e políticos de tendência predominantemente socialista que se organizou nos primeiros meses de 1945, quando se patenteava o processo de decomposição do Estado Novo. Com a queda do Estado Novo, em dezembro de 1945 elegeu-se deputado pela Bahia à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da coligação formada pela Esquerda Democrática e a UDN. Foi reeleito deputado federal em outubro de 1950 na legenda da Coligação Baiana, constituída pelo PSD, PRP (Partido de Representação Popular) e PST (Partido Social Trabalhista). No pleito de outubro de 1954 obteve nova reeleição, dessa vez na legenda do PL (Partido Libertador), tornando-se em março de 1955 vice-líder de seu partido, e assumindo em dezembro do mesmo ano a liderança do bloco parlamentar de oposição ao governo do presidente Juscelino Kubitschek. Em abril de 1958 foi escolhido vice-líder da minoria na Câmara Federal. Encerrando o mandato em janeiro de 1959, voltou contudo a ocupar uma cadeira de junho desse ano a julho de 1962. Tornou a exercer a vice-liderança da minoria, mas, no governo de Jânio Quadros (fevereiro a agosto de 1961), ocupou a liderança e a vice-liderança do governo na Câmara dos Deputados. Com a extinção dos partidos políticos pelo AI-2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se a Movimento Democrático Brasileiro (MDB), integrando seu diretório nacional. Faleceu pouco depois, no dia 25 de dezembro de 1970, na cidade de Salvador. Foi casado com Lídia Ferreira Duarte (DHBB, 2001, p.1914-1915).

⁸² Agostinho Pereira Alves Filho nasceu em Paranaguá (PR) no dia 12 de janeiro de 1903, filho de Agostinho Pereira Alves e de Alzira Vidal Pereira Alves. Realizou os estudos primários em sua cidade natal e os secundários em Curitiba. Sentou praça em fevereiro de 1920, ingressando na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Participou do levante de 5 de julho de 1922, movimento que iniciou o ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. Após a Revolução de 1930, foi anistiado e promovido a aspirante (a contar de dezembro de 1922), a segundo-tenente (a contar de maio de 1923) e a primeiro-tenente em novembro de 1930. Em outubro de 1934 foi promovido a capitão e elegeu-se à Assembleia Constituinte do Paraná, assumindo o mandato em maio do ano seguinte. Participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Carta estadual, passou a exercer o mandato ordinário. Foi dirigente da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização política de âmbito nacional fundada em março de 1935 e que reuniu diferentes setores sociais e correntes políticas – socialistas, comunistas, católicos e democratas – em torno de um programa de luta contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria. A ANL foi fechada em julho de 1935, continuando a atuar na clandestinidade até a eclosão da Revolta Comunista em novembro do mesmo ano, da qual participou. Preso no Paraná, teve seu posto de oficial e seu mandato na Assembleia cassados em abril de 1936. Anistiado em 1945, recebeu retroativamente a patente de major (a contar de 1942) e chegou a tenente-coronel em março de 1948. Promovido a coronel em outubro de 1952, passou posteriormente para a reserva. Foi também poeta e prosador (DHBB, 2001, p.185).

de camponeses de suas terras por "grileiros", com o apoio das autoridades e do governo (VERA, 1961).

Os bispos das dioceses de Jacarezinho, Londrina, Maringá e Campo Mourão, no Norte do Paraná, criaram a Frente Agrária Paranaense, que preparou a Festa da Lavoura a ser realizada no dia seguinte ao da abertura do Congresso. A criação da Frente Agrária Paranaense e a organização da Festa da Lavoura tinham dois objetivos: mostrar a influência do clero junto ao homem do campo e condenar o Congresso, pois entendiam que ele tinha inspiração comunista.

Ney Braga não esteve em Maringá, mas mandou uma comitiva para participar da manifestação dos bispos uma vez que recusara o convite para participar do II Congresso. Recebida a comitiva no aeroporto de Maringá por representantes do PDC e da UDN, foi conduzida imediatamente à Festa da Lavoura (COSTA, 1961).

Na manifestação promovida pelos bispos, o Deputado Nestor Duarte, representante de Jânio Quadros, não pôde ler a mensagem presidencial, visto que essa mesma mensagem seria lida no Congresso. Diante da recusa dos bispos, a mensagem presidencial foi lida apenas no Congresso.

Ao contrário de Nestor Duarte, Jucundino Furtado leu a mensagem do governador Ney Braga, na manifestação dos bispos, onde esteve presente, representando o governador, o Secretário da Agricultura, Paulo Pimentel.

No período da noite, um grupo de jovens, alguns com cartazes contra Francisco Julião e contra o Congresso, se aproximou do local onde se realizava o II Congresso dos Trabalhadores Rurais. Havia um cerco policial, mas os manifestantes começaram a atirar pedras no prédio e tentaram passar pelos policiais, provocando um choque entre policiais e manifestantes. Um padre incitava os manifestantes, o que levou um outro padre a retirá-lo do local. No dia seguinte, no período da noite, apesar de Francisco Julião ter ido a Londrina, manifestantes fizeram o enterro simbólico do líder camponês. Depois, manifestantes se dirigiram para o local do Congresso, que já estava com as portas fechadas, pois a sessão do Congresso no período da noite tinha sido cancelada. Derrubaram as portas do prédio e depredaram alguns móveis, além de atingirem hotéis e outros locais. Houve intervenção policial, "[...] com novas pancadarias em pontos diversos do centro da cidade" (COSTA, 1961, p.7).

Ora, Ney Braga vinha hipotecando seu apoio às reformas de base, condicionando-as à aprovação pelo Congresso Nacional, mas a Democracia Cristã

nunca se manifestou de forma clara sobre o assunto, de certa forma, alinhando-se com a posição do clero católico.

2.7 O GOVERNO NEY BRAGA NO CONTEXTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO: UMA COMPARAÇÃO

Este item estabelece um novo confronto do governo Ney Braga, agora com o que estava sendo feito no Brasil e em outros estados em termos de desenvolvimentismo, procurando mostrar como os postulados do desenvolvimentismo, como ideologia governamental, segundo Miriam Limoeiro, marcam seu governo, de resto um dos mais relevantes da história recente do Paraná.

Para isso, retoma-se a instalação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a fundação do BNDE (hoje BNDES), que deu ênfase à implantação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento.

Toma-se como ponto de partida desta análise a criação de duas grandes empresas estatais paradigmáticas da intervenção do Estado, mediante investimento direto, a Companhia Siderúrgica Nacional⁸³ e a Companhia Nacional de Álcalis⁸⁴, fundadas na década de 1940.

O BNDE foi criado em 20 de junho de 1952 depois de longo e demorado período de estudos sobre os problemas e as perspectivas da economia brasileira. Esses estudos estavam associados às atividades desenvolvidas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, instalada em 1951. O objeto dessa Comissão Mista era analisar projetos que poderiam obter financiamentos voltados para o crescimento da

⁸³ A Cia. Siderúrgica Nacional foi criada em 9 de abril 1941 como sociedade anônima de economia mista para produzir ferro-gusa, ferro, aço e seus derivados, no âmbito do Plano Siderúrgico Nacional, cuja comissão executiva estabeleceu as bases para a primeira grande siderurgia brasileira.

⁸⁴ A Cia. Nacional de Álcalis foi criada em 20 de julho de 1943 para a produção de barrilha e soda cáustica, matérias-primas fundamentais para a indústria química. A criação dessa empresa resultou de estudos realizados pelo Departamento de Produção Mineral do Ministério da Agricultura e visava eliminar a dependência do Brasil da importação desses produtos. Junto com a Cia. Siderúrgica Nacional e a Fábrica Nacional de Motores essas empresas traduziam o projeto de desenvolvimento nacional do Estado Novo.

economia e para a superação das deficiências infraestruturais, particularmente transporte e energia elétrica.

Por isso, o BNDE nasceu com a incumbência de analisar projetos para financiamento e implementar políticas cruciais para o avanço da industrialização no Brasil, transformando-se, assim, no principal formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico (DHBB, 2001).

O projeto de criação da Petrobras foi enviado ao plenário da Câmara dos Deputados, após exame das comissões técnicas, em maio de 1952. Houve uma grande mobilização popular em defesa do monopólio estatal do petróleo, que redundou na Lei n.º 2004, de 3 de outubro de 1953, assinada por Getúlio Vargas.

A criação da Petrobras esteve no centro de debates acalorados, destacadamente no Clube Militar, que cindiram, inclusive, as Forças Armadas, em particular o Exército, em duas grandes facções: uma liderada pelos generais Horta Barbosa e Estillac Leal, outra pelos generais Cordeiro de Farias e Juarez Távora, cisão que vai perdurar até sua solução final no golpe de 1964. O quadro político brasileiro dividiu-se, então, entre "nacionalistas" e "entreguistas", divisão que está associada estreitamente ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)⁸⁵ que introduziu a Guerra Fria no Brasil. O desenvolvimento nacional assume, assim, caráter ideológico, com um teor fortemente nacionalista, sob a designação geral de nacional desenvolvimentismo.

Esses fatos vão marcar profundamente a vida política e econômica nacional definindo também as condições em que o "projeto paranaense de desenvolvimento" deveria ser formulado.

Ademais, vale a pena registrar a ideia do planejamento governamental sistemático que surgiu no Paraná, em 1955, por influência indireta de Juscelino

⁸⁵ Em 1947, na Conferência Interamericana do Rio de Janeiro, realizada entre os dias 15 de agosto a 2 de setembro, em Petrópolis, foi proposto um "tratado de assistência recíproca, no caso de agressão ou ameaça de agressão a qualquer país do hemisfério". O sistema interamericano se formalizou na Conferência de Bogotá, no ano seguinte, com a criação da Organização dos Estados Americanos, no âmbito da qual foi instituído o Conselho de Defesa Interamericano. No relatório do Secretário de Defesa dos Estados Unidos, encaminhado ao Conselho de Segurança Nacional daquele país, em 31 de agosto de 1949, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) destina-se a assegurar a defesa do hemisfério ocidental e o acesso dos Estados Unidos aos recursos do hemisfério que "sejam essenciais a qualquer projeção transoceânica de um maior poder ofensivo dos Estados Unidos" (DHBB, 2001, p.5787).

Kubitschek. Adolfo Oliveira Franco⁸⁶ substituiu Bento Munhoz, que deixara o governo na expectativa de disputar a vice-presidência da República nas próximas eleições.

Adolfo Franco estivera na Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil numa época em que se começava a falar em planejamento no Brasil com grande insistência devido ao Plano de Metas. Atendendo indicação do general Henrique Lott, que ocupava o Ministério da Guerra, nomeou o coronel Alípio Ayres de Carvalho para a comissão organizadora do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná. O coronel Alípio, que havia exercido funções na 2.^a Seção (serviços de inteligência), da 5.^a Região Militar, e comandara o Colégio Militar de Curitiba, declarou que estava na Pladep para ajudar Adolpho Franco a fazer um governo parecido com o de Juscelino e terminava afirmando que sem plano ou projeto ninguém levava dinheiro do governo (FORTES DE SÁ JR., NASCIMENTO, 1996, p.133).

Tratou-se até aqui de traçar um paralelo entre a experiência paranaense e o Brasil na sua totalidade. No entanto, parece-nos relevante trazer a experiência de outro Estado que, em certa medida, estava mergulhado numa crise econômica sem perspectiva, o Estado de Minas Gerais.

⁸⁶ Adolfo de Oliveira Franco nasceu em Ponta Grossa (PR) no dia 12 de novembro de 1915, filho de João Oliveira Franco, advogado, e de Hilda Faro de Oliveira Franco. Em 1935, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. A partir de 1938 foi consultor jurídico e procurador-geral da Caixa Econômica Federal do Paraná, exercendo essas funções por 30 anos. Foi presidente do conselho regional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por três períodos consecutivos e, paralelamente, ocupou o cargo de diretor-presidente do Banco Comercial do Paraná. Em agosto de 1954, foi diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Em maio de 1955, foi eleito governador do Paraná por votação da Assembleia Legislativa do estado em substituição a Bento Munhoz da Rocha, que assumia o Ministério da Agricultura. Ainda em 1956, foi designado membro da comissão consultiva bancária da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Em 1961 foi nomeado membro do conselho de administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). No pleito de outubro de 1962 elegeu-se senador pelo Paraná na legenda da União Democrática Nacional (UDN), assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte, sendo em seguida escolhido representante do Senado no Congresso Nacional dos Municípios, realizado em Curitiba, e vice-líder de seu partido, função que exerceu até 1965. Nesse período chegou a ocupar a presidência do diretório regional da UDN. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional n.º 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Casou-se com Rosa Macedo de Oliveira Franco, com quem teve cinco filhos (DHBB, 2001, p.2317-2318).

Traçar um paralelo com Minas Gerais, sob o governo de Juscelino Kubitschek, tem a intenção de mostrar que as medidas de planejamento e as intervenções do governo de Ney Braga seguem um tipo recorrente que pode ser encontrado na administração mineira de Kubitschek, no período de 1950 a 1954. Dessa forma, trata-se de um tipo recorrente do qual não se pode fugir por constituir uma imposição objetiva do desenvolvimento em moldes capitalistas num país "atrasado".

A escolha de Minas Gerais é feita por três motivos. Primeiro, por se tratar de um Estado que está fora do núcleo dinâmico da economia brasileira, representado pelo então Distrito Federal, depois Estado da Guanabara, e, destacadamente, por São Paulo. Segundo, Minas Gerais estava tão dividida quanto o Paraná nesse período em função da expansão da fronteira agrícola. O que diferencia um estado do outro é que a divisão do Paraná era provocada por "um agente externo", isto é, empreendimentos imobiliários localizados fora do Estado que colocavam em risco a hegemonia de um grupo político em que laços de parentesco exerciam papel relevante. Finalmente, o contraste de um estado decadente que, ao lado de São Paulo, havia dominado a política nacional, com outro que se encontrava numa trajetória de ascensão a uma escala nunca vista no Brasil.

Enfim, trata-se de demonstrar que o governo Ney Braga foi um governo desenvolvimentista bem-sucedido, mas que não podia recorrer exclusivamente a uma ideologia desenvolvimentista, mesmo que modificada para fixar o contexto paranaense em confronto com as demais unidades da Federação, pois essa não era suficiente para assegurar a integração política do estado centrada em Curitiba e dirigida pelo velho grupo, cuja matriz era a união das famílias Munhoz da Rocha e Alves de Camargo.

Ao contrário do Paraná, Minas Gerais passava por uma crise econômica prolongada, provocada em grande medida pela decadência acentuada da sua agricultura, particularmente o café, e da falta absoluta de competitividade de sua indústria, com a integração do mercado nacional. O Paraná, por sua vez, encontrava-se num ciclo de crescimento econômico provocado pela expansão fabulosa de produção cafeeira no Norte, associada ao complexo cafeeiro paulista, e um período muito favorável ao extrativismo madeireiro que conseguia neutralizar a crise persistente que afetava a economia ervateira. São duas experiências representando trajetórias inversas, mas afetando duas unidades federativas marginais.

Em Minas Gerais sua elite já constataria que desapareciam completamente as bases materiais que sustentaram sua posição hegemônica, ao lado de São Paulo e Rio de Janeiro, em todo o período republicano até a Revolução de 1930. Sua economia se dissolvia e o estado perdia população. Algumas medidas deviam ser tomadas, e o foram na gestão de Juscelino Kubitschek, que assumiu o governo de Minas Gerais em 1951, juntamente com Bento Munhoz da Rocha, no Paraná.

A consciência de que a situação de Minas Gerais no contexto nacional era resultante da estagnação da sua economia aparece com clareza no discurso proferido por Juscelino no início do seu governo, em março de 1951. Nessa ocasião, chamava a atenção para a perda de espaço de Minas Gerais, propondo, para superar isso, realizar uma obra administrativa voltada para fazer o Estado reassumir o lugar que lhe competia nos quadros da Federação. Tal obra contribuiria também para o engrandecimento do país.

A estagnação do estado volta a ser discutida num discurso pronunciado na Associação Comercial do Rio de Janeiro, quando define a economia mineira como agropastoril. A permanência da economia nesse estágio não será superada sem "a transformação que valoriza os produtos" é a responsável pelo "empobrecimento gradual do Estado e pela estagnação da nossa vida econômica" (OLIVEIRA, 1955, p.210).

Em 31 de janeiro de 1951, Juscelino toma posse no governo de Minas Gerais e formula o seu programa de governo traduzido no binômio "Energia e Transporte", cuja meta principal era lançar a economia mineira numa fase de industrialização. A Siderúrgica Mannesmann era inaugurada em 1954, para produzir laminados e tubos de aço sem costura. Com isso, Minas Gerais deixava de produzir quase exclusivamente ferro-gusa, destinado ao mercado industrial de São Paulo e Rio de Janeiro.

O assunto energia elétrica e transportes pode ser ilustrado por manifestações do governador em duas circunstâncias diferentes. A primeira, ao saudar o presidente do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BIRD), quando da sua visita a Belo Horizonte em 21 de novembro de 1951, para analisar projetos de desenvolvimento do governo mineiro. Destacou o governador, na ocasião, a importância do que ele denominava o binômio energia-transporte para o desenvolvimento econômico do Estado.

Minas está precisamente na fase em que é solicitada a acelerar o seu desenvolvimento econômico. Duas séries de problemas preocupam de modo especial o meu governo. São os que se correlacionam com os meios de transporte e com a produção de energia elétrica [...] (OLIVEIRA, 1955, p.69).

Quando recebeu empresários paulistas que convidara para visitar Minas Gerais para conhecerem as oportunidades de negócios que estavam sendo abertas na economia estadual, em maio de 1952. Destacou, então, entre as condições favoráveis oferecidas pelo governo mineiro o programa de geração de energia elétrica, que seria plenamente executado até o término do seu mandato, em 1955, prevendo a instalação de uma potência hidrelétrica da ordem de 250.000 HP pelas usinas regionais que estavam sendo implantadas, organizada numa *holding*, a Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), criada recentemente.

Juntamente com o programa de energia elétrica realçou o programa de construção de rodovias com nítido sentido pioneiro. As novas estradas foram projetadas de forma a atravessar o estado "de extremo a extremo, em todas as direções, até alcançar as divisas com Estado limítrofes [...]" (OLIVEIRA, 1955, p.108).

Mesmo que o governo de Juscelino transcorra no período que antecede o quadro de profundos desequilíbrios regionais, que não gerava, ainda, os problemas que advinham da grande concentração industrial em São Paulo, preocupação central dos governadores que assumiram em 1961, sua visão industrializante a partir das vantagens oferecidas pelo Estado e da importância do capital forâneo fica muito clara nessa ocasião, quando mostrou a esses empresários que os grandes recursos naturais dos quais era dotado o estado, uma riqueza potencial, indicavam o "destino natural, lógico e inelutável" de ser Minas Gerais um estado industrial. A demonstração cabal desse destino eram as negociações em estágio avançado com investidores internacionais para a implantação de usinas siderúrgicas como a Mannesmann e a Metropolitan Vicker (OLIVEIRA, 1955, p.109).

Acrescentou que o programa de energia elétrica em desenvolvimento não teria sentido se não fosse dada destinação adequada à produção. Por isso, vinha "envidando esforços no escopo de atrair para Minas capitais e iniciativas que implantem novas indústrias no Estado, para conveniente, racional e máximo aproveitamento do potencial elétrico dos grandes recursos com que a natureza nos dotou" (OLIVEIRA, 1955, p.109).

Além disso, promoveu por meio de investimento direto do tesouro estadual a indústria frigorífica, ao mesmo tempo em que adotou um programa de melhoramento do rebanho bovino de corte, mediante a implantação de centros de reprodução, inclusive com a importação de matrizes e reprodutores.

Criou as Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), que vinha sendo estudada e planejada já no governo anterior de Milton Campos, ocasião em que foram inventariadas as condições energéticas do estado. A criação da Cemig se efetivou em 22 de maio de 1952, com a transferência da Usina de Gafanhoto para seu patrimônio empresarial. Essa usina fora construída pelo governo em 1946, com 12.880 kW de capacidade instalada para gerar energia destinada a Belo Horizonte e ao Distrito Industrial de Belo Horizonte (Cidade Industrial de Contagem – Cinco). Com a sua transferência para a Cemig, Gafanhoto veio a ser a primeira fonte de receita da nova empresa.

Baseado no binômio "Energia e Transporte", o governo de Juscelino lançou-se num intenso programa rodoviário balizado pelo Plano Rodoviário Estadual, revisto em 1946 a partir das revisões feitas no mesmo ano no Plano Rodoviário Nacional. Esse programa redundou na construção de 16 estradas troncos, com um total de 3.087km, de um plano rodoviário que identificou uma rede rodoviária formada por 12 mil km de estradas.

Na experiência mineira, durante a gestão de Juscelino Kubitschek, esse assunto foi colocado de forma mais simples. Tratava-se de explorar num patamar mais elevado de competitividade e de complementaridade com a economia nacional o que a economia do estado já fazia, atraindo alguns investimentos nacionais e estrangeiros de porte. Além disso, a sustentação política do programa mineiro parece ter sido mais consistente, uma vez que, ao privilegiar dois grandes setores econômicos, a mineração e a pecuária, atendia às expectativas de dois grupos políticos poderosos, os mineradores e os pecuaristas que, tradicionalmente, mantinham uma relação conflituosa com os cafeicultores da Zona da Mata e do Sul de Minas, que, agora, estavam às voltas com a crise incontornável no seu setor econômico.

O que se observa desse paralelo é que o plano de desenvolvimento do Paraná no governo Ney Braga se espelha no projeto de desenvolvimento que já estava presente no âmbito federal e mesmo estadual, como, por exemplo, no caso de Minas Gerais.

2.8 O GOVERNO NEY BRAGA E SEUS ANTECESSORES: OUTRA COMPARAÇÃO

O confronto do governo Ney Braga com o de seus antecessores é importante para mostrar que há aqui, também, um tipo recorrente a todos eles e que decorre, como já foi dito, da resposta possível às exigências do desenvolvimento em moldes capitalistas.

Não há como negar, entretanto, que além desse padrão comum há um fato relevante que foi exclusivo do Paraná, pelo menos na escala em que isso ocorreu. Trata-se da ocupação do Norte e do Extremo-Oeste e Sudoeste do Paraná. Esse fato introduziu uma variável determinante da forma de fazer política e administrar o estado, que levou de roldão todos os governantes do período analisado. Do ponto de vista político houve a contestação da hegemonia de um grupo de parentesco ligado a uma economia em decadência; a variável administrativa é a necessidade de tratar de conflitos pela posse da terra de enormes proporções. Isso permeia todos os governos de 1950 a 1965.

Toda a política nesse período tem a marca do conflito desse grupo hegemônico com a ascensão das forças políticas do Norte. Ney Braga tentou montar um esquema que incorporasse essas novas forças em ascensão sob a sua direção, que mostrou enorme sucesso até sua sucessão, quando seu candidato ao governo do Estado, Afonso Camargo Neto, foi contestado pela candidatura de Paulo Pimentel⁸⁷. Assim, o Norte assume o controle político do Estado de forma definitiva e, com Paulo Pimentel, Curitiba se afirma novamente como capital do Paraná⁸⁸ por meio do desenvolvimento industrial

⁸⁷ Paulo Pimentel nasceu em Avaré, São Paulo, no dia 7 de agosto de 1928. cursou direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, formando em 1953. No Paraná, dirigiu a usina de açúcar de Porecatu, em 1955. Foi secretário de Agricultura no primeiro governo de Ney Braga (1961-1965). Candidato a governador pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) foi eleito em outubro de 1965. Na administração do Paraná, continuou com os programas de expansão econômica, estendendo para o interior o serviço de luz e energia com a construção das usinas elétricas de Capivari-Cachoeira, Julio Mesquita e Salto Grande do Iguçu.

⁸⁸ Em meados do século XIX, a introdução do vapor e de mudanças tecnológicas no processo de soque da erva-mate nativa permitiu que se transferissem para o planalto curitibano as usinas de beneficiamento do mate que se localizavam em Morretes, em função do aproveitamento da água como força motriz. Esse fato assinala a afirmação de Curitiba como capital do Paraná. Capital deve ser visto como o local ou centro urbano que representa a identificação cultural de uma comunidade com ela mesma e diante de outras comunidades. O Plano Preliminar de Urbanismo, elaborado pouco mais de um século depois, e a sua implantação posterior (1973) projetaram Curitiba no cenário urbanístico brasileiro como expressão da modernidade, o que deu aos novos paranaenses um meio de identificação cultural com a cidade e com o Estado.

e do planejamento urbano, cujo exemplo acabado e bem-sucedido é o Plano Preliminar de Urbanismo⁸⁹, de 1966, patrocinado pela Codepar, e realizado pelo consórcio Jorge Wilhein Arquitetos Associados, de São Paulo, e a Serete, empresa de urbanismo francesa (IPARDES, 1985).

O que se procura, portanto, demonstrar é que há um tipo recorrente nesses governos, o que pode ser apontado analisando as medidas e intervenções que adotaram. Esse tipo recorrente, mais uma vez, se assenta na ênfase que se dá à implantação de uma infraestrutura que consumia parte substancial do orçamento de investimento público do estado, independentemente do discurso adotado pelos governantes para definirem a si mesmo e a seus governos. Ou seja, independentemente dos governos, certas ações devem ser tomadas queiram ou não, pois se trata de assegurar a uma comunidade os meios para que tenham acesso ao emprego, à renda e ao consumo para sua sobrevivência e reprodução e, ao mesmo tempo, atender ao estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A programação energética e a implantação de unidades geradoras são ações cuja durabilidade extrapola o horizonte temporal de qualquer governo, por isso são políticas estatais e não de governo. Isso não exclui certas colorações, determinadas ênfases que correspondem a governos específicos e às coalizões políticas que os sustentam.

Procura-se demonstrar, também, que os governos estavam sujeitos a uma política nacional extremamente centralizadora que dava às unidades federadas pouco espaço de manobra, a não ser criar mecanismos de pressão sobre o governo federal para obtenção de maiores parcelas do orçamento federal. O Conselho de Desenvolvimento do Sul do Brasil (Codesul) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE) foram criados, em 1961, com esse objetivo e seguindo o modelo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Superintendência da Amazônia (Sudam) cada uma delas com o seu banco, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, respectivamente.

⁸⁹ Financiado pela Codepar foram feitos alguns planos urbanísticos para o Paraná, entre os quais o de Londrina e o de Curitiba. O plano de Curitiba foi implantado posteriormente na administração de Jaime Lerner, que pertencia a comissão local constituída pelo consórcio para acompanhar a execução do Plano e a implantação de suas diretrizes. A ideia de uma cidade linear ao longo de uma via estruturante pertence a esse plano.

Ney Braga assim se refere a esse evento:

A idéia de criar o Codesul surgiu de conversas mantidas entre Brizola, Celso Ramos e eu. Aqui no Paraná, nós tínhamos criado a Codepar, o primeiro órgão de desenvolvimento regional do Brasil. Em função dessa experiência surgiu a idéia de um órgão similar, de ajuda ao desenvolvimento de toda a região Sul, que atuaria como a Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Depois foi criado o BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. A idéia era proteger e industrializar os estados do Sul e não, como alguns entenderam, uma resposta à SUDENE. Apenas analisamos o quadro do desenvolvimento nacional e verificamos que a SUDENE já tinha um Banco do Nordeste; a Amazônia, um Banco da Amazônia. Estava sendo criado um Banco do Centro-Oeste. Então, por que o Sul não poderia ter o seu banco de desenvolvimento?... O BRDE, cujo primeiro diretor paranaense foi José Rego Cavalcanti era também um instrumento para canalizar recursos financeiros de organismos nacionais, como o BNDE, atual Banco Nacional de Desenvolvimento Social, e internacionais, como o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.156).

Nesse contexto, o discurso político visando legitimar-se por meio da Democracia Cristã é um deslocamento de nítido caráter ideológico, ou seja, da definição forte de ideologia proposta por Stoppino (2004).

O projeto paranaense de desenvolvimento, apesar das suas características específicas e, em alguns casos, originais, nasceu e foi implantado num contexto político e ideológico mais amplo, sem o qual ele não teria como se sustentar.

Nesse período, o Paraná enfrentou uma situação sem paralelo com qualquer uma das unidades da Federação brasileira: a criação de uma fronteira agrícola de grandes dimensões e com características muito particulares, cujo resultado será a convivência desses governos com conflitos violentos pela posse da terra e a entrada no estado de uma corrente migratória que colocou em risco o domínio sereno da oligarquia dos Munhoz da Rocha e Camargo.

No final da década de 1940 e começos dos anos 50, o rio Tibagi é finalmente transposto e tem início o vasto processo de ocupação do Norte do Paraná, estendendo-se num arco que vai de Jacarezinho, vinculado à colonização anterior, até as imediações de Campo Mourão. Essa é uma colonização subordinada estreitamente à expansão cafeeira com origem em São Paulo, cujos fluxos demográficos têm origem particularmente em São Paulo.

Ao sul das imediações de Campo Mourão, na região hoje conhecida como Extremo-Oeste Paranaense, o processo de ocupação se dá predominantemente por correntes

migratórias gaúchas originárias das suas áreas coloniais densamente povoadas. Assim, a ocupação dessa região é feita por gaúchos de origem alemã ou italiana.

Isso foi possível devido à criação do território do Iguaçu⁹⁰, abrangendo o Oeste e o Sudoeste do Paraná e o oeste de Santa Catarina, para criar uma faixa de segurança na fronteira com os países vizinhos. Junto com o território de Iguaçu, o governo federal criou outros territórios como o de Ponta Porã, no atual Estado do Mato Grosso do Sul, o de Guaporé, hoje Rondônia, e outros sempre sob a perspectiva da defesa territorial do país.

O Extremo-Oeste paranaense era ocupado por grandes empresas voltadas para a exploração da erva-mate, com a Matte-Laranjeiras, de capital argentino, que detinha a posse de mais de 500 mil alqueires de terra entre Guaíra e Foz do Iguaçu. Com a crise da economia ervateira nessa região, essas empresas passaram para a exploração da madeira. O fato é que essas empresas eram todas pertencentes a argentinos ou paraguaios e a economia parcamente monetizada era dominada por títulos emitidos pelas empresas ou pela moeda Argentina. Com a criação do território houve a nacionalização gradativa das terras e das atividades econômicas e a concessão de terras para imobiliárias gaúchas que passaram a colonizar essas terras.⁹¹

Por ora, importa expor alguns tipos de conflitos que os vários governos estaduais enfrentaram e como enfrentaram, durante o período de implantação e execução do projeto paranaense de desenvolvimento.

No Sudoeste do estado, o governo federal criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), nos moldes de outras colônias já instaladas no Brasil, desde o período final do Império. A título de ilustração, para a abertura de um caminho para o Mato Grosso, instalou-se uma colônia desse tipo às margens do rio Tibagi, no atual município de Jataizinho. Pois bem, o objetivo da Cango era assentar pequenos proprietários para povoar a fronteira, particularmente de colonos vindos do Rio Grande no Sul. Esses assentamentos estavam sendo feitos nas glebas Missões e Chopin.

⁹⁰ Foi criado em 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-Lei n.º 5.812 e extinto em 18 de setembro de 1946, pela Constituição Federal de 1946.

⁹¹ Importa advertir aqui que esse tema será tratado com mais vagar no último capítulo, quando será analisada a integração territorial e política do Paraná e a ideologia integracionista dos governos paranaenses, particularmente o governo Ney Braga.

O trabalho de assentamento promovido pela Cango foi interrompido pela Cia. Imobiliária Clevelândia Industrial e Territorial (Citla), empresa ligada ao grupo econômico liderado por Moysés Lupion. A instalação efetiva da Citla na região verificou-se em 1951 com um projeto de implantação de uma fábrica para a produção de celulose. Além desse projeto industrial, a empresa tinha também como objetivo um programa imobiliário de assentamento de produtores rurais, mediante o parcelamento da terra e sua venda posterior em lotes menores, compatíveis com a atividade agrícola e pecuária (GOMES,1986).

Tratando-se de terras devolutas, a empresa recorreu a vários artifícios, inclusive meios ilícitos e violentos, para apoderar-se das terras. Isso criou um clima de intranquilidade e revolta na região (GOMES,1986).

Ney Braga foi nomeado para a Chefatura da Polícia⁹² quando o conflito pela posse da terra ainda estava no seu auge, com violências ocorrendo em várias partes do interior do Paraná. Ney dá uma ideia do andamento desses fatos ao descrever suas primeiras ações tão logo assumiu as novas atividades:

Logo que assumi, ocorreram alguns violentos conflitos de terras em Cascavel. Fui para essa região e fiquei lá por alguns dias, conversando com posseiros e com proprietários, para evitar novos tiroteios. Percorri ainda a região de Pato Branco, também com problemas de disputa de terras, e houve até um problema mais sério na fazenda Ubá, hoje Ivaiporã. Na mata próxima à sede da fazenda tinha havido um tiroteio entre jagunços e policiais, que resultou na morte de um soldado. No dia seguinte fui até lá num avião pequeno, acompanhado pelo coronel Breno Pernetá, ótimo comandante da Polícia Militar. Demos uma batida na região toda. Tranquilizamos a todos e no dia seguinte pudemos voltar a Curitiba, entregando o problema às autoridades competentes do setor de terras (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.45).

A situação de intranquilidade agravou-se quando Lupión assume o governo para exercer o seu segundo mandato e o movimento dos colonos acabou por desaguar na revolta de 1957, com 6.000 colonos ocupando o município de Francisco Beltrão para contestar as ações ilegais da companhia e denunciar a violência dos jagunços e da polícia. Na ocasião, o exército cuidou da retirada dos jagunços e dos funcionários da empresa, cujos escritórios foram invadidos, com a destruição de

⁹² A Chefatura da Polícia era o equivalente da atual Secretaria de Estado da Segurança Pública, sem alguns de seus órgãos cujas funções eram executadas por entidades pertencentes a outras secretarias.

documentos, entre os quais notas promissórias assinadas sob coação pelos colonos. Aos poucos, outras cidades foram ocupadas (GOMES, 1986).

Outro foco de conflito exemplar desse período foi a chamada Guerra do Porecatu. Na região de Porecatu (municípios de Porecatu e Jaguapitã), no Norte do estado, o governo do Paraná havia loteado uma área de 120 mil hectares de terras devolutas. Essas terras foram anteriormente ocupadas por posseiros que, mesmo sem os títulos de posse, fizeram suas roças e construíram suas casas. Esse movimento tem início no final de 1951 e apresentaram os posseiros uma abaixo-assinado com 1.500 assinaturas, com suas reivindicações e denúncias. Importa registrar o comportamento diferenciado do governo diante desses acontecimentos.

Ao assumir o governo, Bento Munhoz constatou que as irregularidades no sudoeste eram de tal ordem que se viu forçado a fechar provisoriamente o Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Esse Departamento se comprometera tanto com as negociatas que o próprio governador declarou que ele havia se transformado num balcão de venda de terra, como exclusivo interesse e benefício imediato de inúmeros intermediários ligados estritamente ao governo e do qual não compartilharam os verdadeiros interessados, os ocupantes das terras (MENSAGEM, 1951).

Mais tarde, esse órgão voltou a funcionar desmembrado da Secretaria da Agricultura, subordinando-se diretamente ao governador. Nessa ocasião foram atribuídos a ele todos os assuntos relacionados com a concentração de terras no Paraná.

O mesmo governador assume uma postura diferente no caso de Porecatu-Jaguapitã. O problema, nesse caso, surgiu também no primeiro governo Lupión, que começou a comercializar as terras com fazendeiros. O novo governo reconheceu o direito dos posseiros, garantindo-lhes que seriam assentados na região de Campo Mourão e que suas benfeitorias seriam indenizadas pelos fazendeiros. Nem os fazendeiros manifestaram interesse em pagar qualquer indenização e nem os posseiros estavam dispostos a entregar as terras que haviam desmatado, cultivado e onde construíram suas casas.

O governo constituiu uma comissão formada basicamente por fazendeiros e integralistas, enquanto os posseiros não foram chamados a participar da comissão e eram tratados por intrusos, tanto pelos membros da comissão como pelo aparelho de repressão do Estado. Bento Munhoz, sob o pretexto de que o movimento era liderado pelo Partido Comunista, procurou reprimir os posseiros, inclusive com o apoio de um delegado de polícia paulista com experiência no assunto (KUNHAVALIK, 2004).

Assim, a colonização do estado, levada a efeito nesse curto período, além de seu caráter conturbado e diferenciado regionalmente, resultou na falta de integração física, econômica, social e política das regiões do Paraná. Isso ocorreu num quadro, como não poderia deixar de ser, de intenso crescimento populacional. De acordo com os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população residente no Paraná passa de 1.236.276 habitantes, em 1940, para 2.115.547 pessoas, em 1950, o que mostra um crescimento médio anual de 5,52%. Em 1960 a população atinge a cifra de 4.263.721 habitantes, com um crescimento médio anual de 7,26% em relação a 1950.

Traçado esse "pano de fundo" do que possa ter sido o "projeto paranaense de desenvolvimento", é importante, agora, recuperar a ideia do nacional-desenvolvimentismo como um complexo ideológico. Como qualquer ideologia, seu campo descritivo e de justificação da realidade para uma coletividade humana, e normativo para ordenar essa coletividade, tem de apresentar certa aderência à realidade, à experiência das pessoas concretas na sua interação com outras pessoas com as quais compartilham essa experiência. Enfim, é preciso saber o que vem a ser desenvolvimento.

Essa investigação será feita percorrendo cada um desses quatro governos estaduais que cobrem o período de 1950 a 1966 e que começa com o governo de Bento Munhoz da Rocha, que teve início em 31 de janeiro de 1951.

Bento foi eleito por uma coligação formada pelas oposições a Lupion e que conseguiram se organizar em torno de seu nome como candidato ao governo do Estado.

A economia paranaense passa a depender cada vez mais da cafeicultura que era dominada por São Paulo, pois a exportação desse produto se dava principalmente pelo porto de Santos. Além disso, o mercado de produtos manufaturados do Paraná era abastecido pelas indústrias sediadas em São Paulo.

Assim, a elite dirigente paranaense conseguiu se articular em torno de um nome que, do ponto de vista econômico, estava fortemente associado a uma economia decadente.

Bento Munhoz, no governo, preocupou-se em grande medida com a integração estadual sem dar a mesma ênfase aos aspectos relacionados com o desenvolvimento, no sentido de organizar um sistema voltado para estimular projetos de investimentos que tivessem uma característica estratégica para a economia paranaense. Essa preocupação com a integração surge exatamente no momento em que ainda se dá o processo de ocupação do estado.

Com suas fronteiras agrícolas em franca expansão, associada ao enorme movimento migratório, sua preocupação se concentrou na escassez de estradas e de rede armazenadoras. Por isso, os projetos rodoviários adquiriram grande importância no seu governo, tendo mesmo iniciado a pavimentação de algumas rodovias estratégicas.

Elabora-se à semelhança de Minas Gerais, em 1951, o Plano Rodoviário do Paraná, o plano que definiu a estrutura viária básica do Estado, com várias obras que foram finalizadas nos anos 60. Orientado pela ideia da integração do estado, o plano dava prioridade à ligação rodoviária do Norte do estado com o Porto de Paranaguá, dando início à construção da Rodovia do Café, complementando a obra de asfaltamento do trecho rodoviário entre Londrina a Apucarana.

A Rodovia do Café era vista como meio eficaz para fazer com que parte das exportações de café pudesse ser escoada pelo porto de Paranaguá. Isso não se realizou na proporção em que se esperava, porque as casas exportadoras sediadas em Santos e que dominavam o mercado de exportação mantinham filiais e representantes no Norte do Paraná, além de as tarifas portuárias serem bastante competitivas.

Dessa forma, grande parte do esforço voltado para o desenvolvimento econômico centrava-se na problemática da integração econômica do Estado, cuja administração ainda estava assoberbada pelos conflitos rurais.

Ao mesmo tempo em que enfatizava a implantação de uma malha rodoviária que assegurasse a integração econômica do estado, voltou sua atenção para a implantação da infraestrutura energética do estado, mediante a criação da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), que passa, então, a se ocupar do planejamento e da produção de energia elétrica no Paraná.

Sua atuação no setor energético começa com a construção da Usina Termelétrica da Figueira, cujo projeto foi elaborado no governo anterior de Lupion, e finalizou o projeto da Usina Capivari-Cachoeira, que entrou em operação em 1971, na época a maior hidrelétrica do Sul do país. Ao mesmo tempo, implanta o programa de reaparelhamento das unidades geradoras existentes, com o objetivo de minimizar a carência da oferta de energia para as atividades econômicas e o consumo residencial.

É preciso que se detenha um pouco mais nas condições que levaram o governo a criar a Copel, em outubro de 1954. Era caótica a situação do setor energético do Paraná nessa época. As interrupções no fornecimento de energia eram constantes e menos de 20% do território paranaense era coberto com o fornecimento de energia

elétrica. No final dos anos 40, quando o governo de Lupion elaborou o primeiro Plano Hidrelétrico do Estado, a potência instalada no Paraná somava 43,2 mil quilowatts.

Com o plano, foi possível dar início à programação e construção das Usinas Capivari-Cachoeira (105 megawatts), Tibagi (36 megawatts), Carvalhópolis (27 megawatts) e a termelétrica de Figueira (20 megawatts). Além dessas obras, o Plano permitiu a conclusão das pequenas hidrelétricas de Cavernoso, Caiacanga e Laranjinha. Em 1953, com a criação por lei estadual da Taxa de Eletrificação, a execução do Plano passou a contar com uma fonte de recursos financeiros.

Enquanto isso, o governo adotava várias medidas para firmar a cidade de Curitiba como a capital de todos os paranaenses. Para isso estabeleceu, no início dos anos 1950, algumas políticas culturais, entre elas a construção do Teatro Guaíra e a Biblioteca Pública do Paraná.

No ano de 1948, o governador Moysés Lupion havia promovido um concurso público para escolher um projeto para o novo prédio do teatro. Os dois primeiros colocados apresentaram projetos clássicos, inspirados nos teatros municipais do Rio de Janeiro e de São Paulo. O projeto de um jovem arquiteto paranaense, Rubens Meister, ficou em terceiro lugar. Esse foi o projeto escolhido por Bento Munhoz da Rocha quando se propôs a construir o Teatro Guaíra, pois pareceu-lhe mais condizente com o seu propósito de modernizar a capital paranaense. A localização foi transferida da Praça Rui Barbosa para a Praça Santos Andrade, o que permitiu que o projeto fosse ampliado, pois agora ele seria locado num espaço bem maior do que o originalmente previsto. Em 1952 as obras tiveram início.

A construção do Centro Cívico teve início no seu governo e visava concentrar a administração pública num único local. Para isso, foi projetado e construído um complexo urbano composto por edifícios onde se localizam os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Tratava-se, portanto, de políticas que visavam reforçar Curitiba como capital, assim como a integração do estado (IPARDES, 1989a; KUNHAVALIK, 2004).

Em 1956, Moysés Lupion retorna ao governo do Paraná. Ele não vinha das atividades tradicionais, como a pecuária e erva-mate, pois estava associado ao extrativismo madeireiro no qual se firmara como grande empresário e, secundariamente,

a atividades imobiliárias. Além disso, politicamente era ligado a Manoel Ribas⁹³, que governara o Paraná como interventor e, mesmo, governador por um curto período, durante quase toda a primeira gestão de Getúlio Vargas. Manoel Ribas assumiu o governo como interventor de 1932 a 1934; depois da Constituição de 1934, quando o Governo Provisório de Getúlio se transformou no Governo Constitucional, com sua eleição para a presidência pelo Congresso Nacional, muitos interventores foram eleitos governadores pelas assembleias estaduais. Manoel Ribas foi, então, governador de 1935 a 1937, quando houve o golpe do Estado Novo. A partir daí, retorna à condição de interventor e dirige o Estado até 1945.

Em 1947, contrariando a expectativa de retorno à situação política anterior, Moysés Lupion assume o governo do Paraná como herdeiro político de Manoel Ribas.

Com a organização dos partidos políticos às vésperas da eleição para a assembleia constituinte, Lupion ingressa no Partido Social Democrático (PSD) do qual se torna Presidente Regional. Permanecerá nesse Partido até a cassação de seu mandato em 1964, sob a acusação de corrupção.

Nas eleições de 1955, Lupion foi indicado candidato pela coligação formada pelos partidos Social Democrático (PSD), Democrata Cristão (PDC) e Trabalhista Nacional (PTN). Obteve 40,9% dos votos. Seu concorrente mais próximo foi Mário B. de Barros, pela coligação dos partidos Trabalhista Brasileiro (PTB) e Republicano (PR), que conseguiu 28,9% dos votos. Othon Mäder foi o candidato da União Democrática Nacional (UDN), com 14,6% dos votos. Assim, Lupion retorna ao governo do Paraná

⁹³ Manoel Ribas, filho de Augusto Ribas e Pureza de Carvalho Ribas, nasceu em Ponta Grossa, no dia 8 de março de 1873. Era um herdeiro do poder das famílias históricas do processo de formação da sociedade paranaense, presentes na fundação de Curitiba e com larga preponderância política, desde o século XVII. Em 1897 deslocou-se para Santa Maria, Rio Grande do Sul, convidado para organizar a Cooperativa dos Empregadores da Viação Férrea gaúcha. Sua administração lhe valeu notoriedade, sendo eleito em 1927 prefeito de Santa Maria (RS). Considerando-o uma solução conciliatória para os confrontos políticos que caracterizaram aquele momento, o presidente Getúlio Vargas foi buscá-lo em Santa Maria para assumir o governo paranaense, no qual permaneceu ora como interventor (1932-1934), ora como governador (1935-1937) e novamente como interventor (1937-1945). Realizou importantes obras, como, por exemplo, a construção da Estrada do Cerne, iniciada em 1935 e concluída em 1940, numa distância de 700km, ligando o Paraná, de Curitiba ao Porto Alvorada, com bifurcação para Londrina e Jacarezinho. Iniciou as obras das estradas de Curitiba a União da Vitória e de Ponta Grossa a Apucarana. Reparou o Porto de Paranaguá. Ampliou atenção à educação com a construção do Colégio Estadual, em Curitiba. A indústria Klabin localizou-se no Paraná por sua influência e apoio. A abertura à colonização do Norte do Paraná foi outro empreendimento decorrente de sua visão de governante. Sua fidelidade ao presidente Getúlio Vargas permitiu o desmembramento do Estado do Paraná com a criação do Território do Iguçu. Com a deposição de Getúlio Vargas em 1945, caiu também o interventor Manoel Ribas. Faleceu em Curitiba, no dia 18 de janeiro de 1946 (OLIVEIRA, 2004, p.19).

com expressiva votação, pois obteve quase o mesmo número de votos de seus dois concorrentes imediatos.

A eleição de Lupión foi facilitada pela divisão das forças políticas que sustentavam o governador Bento Munhoz da Rocha. Desse núcleo saíram três candidatos. Lupión é eleito com expressiva votação no Norte, que mostra sua estreita vinculação com um novo setor econômico em franca expansão.

Foi visto já o esforço, tanto no seu primeiro governo quanto no segundo, para a solução do problema da oferta de energia elétrica no Paraná. Esse setor foi objeto de atenção sistemática do seu antecessor que, entre outras medidas, criou a Copel e instituiu a Taxa de Eletrificação com a finalidade de organizar um fundo capaz de financiar os investimentos necessários do setor elétrico. No seu segundo governo, Lupión deu continuidade à programação do plano energético do Paraná, realizando os investimentos previstos, o que levou à duplicação da capacidade instalada no estado.

A maior ênfase do seu governo, entretanto, recaiu sobre a construção de uma rede rodoviária capaz de integrar as regiões e assegurar um salto qualitativo para a economia paranaense, tendo como objetivo dotar o estado de 1.000 quilômetros de autoestradas pavimentadas, rodovias que conformavam os principais eixos. Seu plano de governo previa, ainda, a construção de 2.000 quilômetros de novas estradas de primeira classe.⁹⁴

Para realizar essas obras, o governo elaborou o Plano Rodoviário Estadual para os anos de 1956 a 1961. Os estudos e análises dos problemas econômicos, políticos e sociais realizados para a feitura do seu Plano Rodoviário de 1947-1951, no primeiro governo, já haviam constatado a necessidade de se concentrar recursos nas rodovias de grande interesse econômico, que eram aquelas que faziam a ligação do interior com Curitiba e de Curitiba com Paranaguá. O Plano chegou a projetar uma rodovia de classe especial, com duas pistas de rolamento e pavimentação com asfalto, para fazer a ligação de Curitiba com Paranaguá.

Os novos estudos desenvolvidos na nova gestão, particularmente um estudo minucioso das estradas e da rede viária, constataram, entre outras coisas, que a

⁹⁴ Essas estradas de primeira classe são rodovias que permitem, em média, até 80km horários de velocidade, dependendo do trecho e das regiões que cruzam; para isso, recomenda-se um raio de 150 metros nas curvas e visibilidade de 140 metros. As rampas não podem ter mais de 5%.

extensão das rodovias que figuravam no novo Plano Rodoviário (1958-1961) era de 7,8 mil quilômetros, dos quais 1.938 quilômetros de rodovias de primeira classe, com traçado definitiva, mas apenas 3% eram pavimentadas com asfalto ou paralelepípedo, ou seja, apenas 250 quilômetros. Constatou, também, que apenas $\frac{1}{4}$ das estradas estavam em condições satisfatórias.

No total, a malha viária paranaense era formada por estradas nas quais 92% de sua extensão, de leito natural. A precariedade das estradas não permitia uma continuidade de tráfego, ou seja, durante boa parte do ano elas eram intransitáveis. Apenas 7% das rodovias possuíam algum revestimento e 0,4% eram asfaltadas. Nesse quadro a concentração do governo se direcionou para atender às necessidades de infraestrutura energética e rodoviária, tendo mesmo iniciado a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Essa preocupação não impediu que no seu governo fosse montada a primeira estrutura organizacional voltada para o planejamento, quando criou, por meio da Lei n.º 243, de 3 de outubro de 1955, o Conselho Consultivo do Planejamento Econômico. Após a criação do Conselho Consultivo, cuja lei restringia-se a diretrizes gerais, foi criada, no nível de assessoria do governador, a Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Econômico do Paraná, que veio a ser conhecida como Pladep.

Imediatamente a Pladep elaborou o "Diagnóstico Sócio Econômico do Estado do Paraná", lançando as bases do planejamento para o desenvolvimento. Cabe registrar que o primeiro órgão de planejamento do Paraná, que adquiriu uma estrutura física, tem sua origem nos remanescentes da comissão dos festejos do centenário de emancipação do Paraná, no governo anterior, aos quais foram agregados técnicos capacitados dos demais órgãos públicos.

Juntamente com a Secretaria de Viação e Obras Públicas e o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR), a Pladep participou da planificação dos trabalhos dos setores interessados na administração dos serviços rodoviários do estado. Dentre os temas enfrentados, estava o estudo das necessidades de reaparelhamento do parque de máquinas e veículos do DER-PR para atender às necessidades de conservação de estradas, nos cinco anos seguintes.

Em decorrência desses estudos, a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc)⁹⁵ deu, em 1958, prioridade cambial para que o Paraná importasse 110 unidades de moto niveladoras, pás-carregadeiras e tratores.

O segundo governo de Lupion (1956-1960) foi abalado não só por causa dos conflitos violentos relacionados à disputa de terras, como a "guerra camponesa" do Sudoeste, mas também pelas acusações de corrupção no governo.

Em consequência dessas acusações houve a cassação do seu mandato de senador, cargo para o qual havia sido eleito após deixar o governo do Estado, e a suspensão, por dez anos, de seus direitos políticos, em 1964, pelo Comando Supremo da Revolução⁹⁶. Posteriormente, a própria Comissão Geral de Investigações (CGI) encarregada dos inquéritos policiais militares (IPM) declarou que nada encontrou de concreto nas acusações. Foi também absolvido de todas as acusações que lhe foram feitas na Justiça.

Em resumo, duas conclusões podem ser extraídas da análise desses governos relativas à implantação de uma política desenvolvimentista, com a intervenção do Estado. Em primeiro lugar, que tal intervenção concentrou-se preferencialmente na implantação de uma infraestrutura voltada para o desenvolvimento, a oferta de energia elétrica em escala adequada para o crescimento das atividades econômicas e a implantação de uma malha rodoviária capaz de integrar o território paranaense. Em segundo lugar, a despeito da ênfase na implantação, a organização de um aparato público voltado para o planejamento não foi deixada de lado, uma vez que se criou um órgão com essa finalidade.

⁹⁵ Instituição financeira criada em 1945, na dependência do Ministério da Fazenda. Estava incumbida de fiscalizar o sistema bancário nacional, além de traçar a política monetária e cambial do país e assessorar o governo nas questões econômicas. Suas determinações eram executadas pelas carteiras especializadas do Banco do Brasil. Foi extinta em 1964 quando se deu a fundação do Banco Central do Brasil S.A., que absorveu suas funções.

⁹⁶ Logo após o golpe de 1964, Costa e Silva, alegando ser o oficial mais antigo no Rio de Janeiro, assumiu o ministério da Guerra, vago devido à deposição de Goulart, e organizou, no dia 2 de abril, o Comando Supremo da Revolução, na verdade uma junta militar formada por Costa e Silva, do Exército; Brigadeiro Francisco Correa de Melo, da Aeronáutica, e o vice-almirante Augusto Rademaker, da Marinha. No dia 9 de abril, o Comando Supremo da Revolução baixou o Ato Institucional n.º 1. No dia 11 de abril de 1964, o Congresso elegia o general Castelo Branco, presidente da República.

Há uma reiterada observação sobre a ausência de um papel relevante da Pladep no governo Lupion, quando ela teria se mantido afastada da gestão e das atividades de assessoramento. Mesmo os que afirmam esse fato não negam, entretanto, que ele não só produziu vários estudos e projetos sobre a economia paranaense, como também se transformou no local em que se debatia a situação do Paraná e suas perspectivas. A Pladep, fortalecido pela presença de especialistas governamentais, da academia e da iniciativa privada desenvolveu projetos e estudos sobre os quais foi erguido um leque de propostas que vieram configurar o eixo principal do projeto paranaense de desenvolvimento (MAGALHÃES FILHO, 2006, p.79).

Ainda na gestão de Lupion, em 1958, a Pladep dirigiu a construção de um documento encomendado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), para ser apresentado à Conferência Internacional de Investimentos que se realizaria em Belo Horizonte. Nesse documento já aparecia a direção geral; os alicerces que dariam forma ao projeto paranaense de desenvolvimento (MAGALHÃES FILHO, 2006, p.79-80).

No final do seu governo, Lupion foi procurado por Alípio de Carvalho que queria entregar-lhe o cargo de presidente da Pladep em virtude de suas ligações e amizade com Ney Braga. Lupion mandou que ele ficasse no seu posto. O mesmo aconteceu quando, já na campanha de Ney Braga ao governo, Alípio procurou Lupion porque precisava deixar o cargo por causa de seu envolvimento na campanha. Lupion mandou que ele permanecesse no cargo e assim ficou até o final do período governamental.

Dali para diante, o Pladep transformou-se numa espécie de comitê neysta dentro do Iguazu. Seu coordenador nunca teve problemas. Uma vez, já perto da eleição, o coronel Paredes, chefe da Casa Militar de Lupion, entrou na sala do Pladep – pois tudo funcionava numa grande sala do terceiro andar do Palácio Iguazu – para pedir um cartaz ao desenhista Osmar. Sobre a mesa viu outro cartaz, quase pronto: "Vote em Ney". Paredes, que conhecia as tendências políticas do grupo do Pladep, deu uma risadinha e foi embora (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.133).

A permanência de Alípio Ayres de Carvalho e a permanência no aparelho de Estado de uma burocracia formada por técnicos e especialistas com liberdade para organizar um comitê eleitoral dentro do Palácio do Governo mostram que há uma continuidade entre um governo e outro de um núcleo que será a base da construção gradativa da ideologia manifesta na ideia de um modelo paranaense de desenvolvimento.

O fato narrado por Paredes é o ponto de partida para a construção do mito de um sistema de planejamento no Paraná, inspirado nos princípios da Democracia Cristã e de conformidade com os programas do Partido Democrata Cristão, que teria sido montado por Ney Braga.

3 A PRESENÇA DO PE. LEBRET NO PARANÁ: A SAGMACS

No capítulo anterior, estreitamente relacionado a este, discutiu-se a experiência paranaense de planejamento confrontada com os princípios da Democracia Cristã e com o programa do Partido Democrata Cristão brasileiro. Além disso, foi demonstrado que essa experiência repete padrões importantes que estavam presentes nas ações dos governos que antecederam o governo de Ney Braga e em outras experiências conhecidas no Brasil. De certa forma, isso contradiz as ideias daqueles que veem na experiência paranaense uma originalidade que ela não possui, sem contar que o próprio governador recorria ao que ele entendia ser os princípios da Democracia Cristã para justificar e explicar suas ações, que seria voltada para o desenvolvimento integral do homem.

Destacou-se também que grande parte da preocupação de Ney Braga, que invocou para seu governo o ideário da Democracia Cristã, e de seus antecessores imediatos, era a ocupação das novas fronteiras agrícolas que poderia solapar as bases que sustentavam o sistema político vigente, do qual ele era um típico representante.

O Pe. Lebret aparece como figura de extrema relevância para a experiência paranaense, que chegou mesmo a ser considerada como o modelo da atividade de planejamento (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996, p.157). Neste capítulo vamos discutir, então, a presença de Lebret no Paraná e no Brasil.

Esquemáticamente, tem-se, de um lado, um clérigo exercendo uma missão junto a uma comunidade destinatária de sua ação missionária. De outro, a comunidade que está recebendo e sofrendo essa ação missionária e interpretando-a para vivenciá-la a partir de esquemas cognitivos que não coincidem inteiramente com o do missionário. Pode-se pensar numa espécie de modelo de comunicação em que o emissor é o clérigo, a mensagem sua missão, e a comunidade é a receptora da mensagem, mas a recepção depende de um sistema de decodificação. Essa relação é a que se encontra no núcleo do capítulo, quando se confronta um clérigo, pertencente a uma determinada ordem, os dominicanos, que enfrenta as condições de um país atrasado e politicamente instável, pois as instituições democráticas, estabelecidas pela Constituição de 1946 estavam sempre contestadas pelas práticas dos atores políticos.

Portanto, a questão que se coloca é saber qual o ambiente político-institucional com o qual o padre Lebret se deparou na América Latina. Além disso, é preciso

compreender a "filosofia" dos dominicanos processada pela interpretação que a Ordem fez da doutrina social da igreja e como isso fora traduzido num conjunto de preceitos e diretrizes expressas no movimento chamado Economia e Humanismo.

Dessa forma, o objeto deste capítulo é fato relevante da experiência política paranaense no período em foco, que foi a presença do Pe. Lebret no Brasil e particularmente no Paraná, por meio da Sagmacs. A Sagmacs é invocada no discurso político, principal e predominantemente do corpo de técnicos vinculados ao estado, como um exemplo de uma prática de planejamento ligada a um comunitarismo tipicamente cristão e moderno.

Assim, a avaliação da Sagmacs como expressão da atividade de Lebret no Paraná estará centrada nas práticas de planejamento que adotou e nas diretrizes que foram lançadas para a orientação dos administradores públicos.

Então, da ótica exposta nas linhas acima será feita a avaliação da pesquisa realizada por Lebret na direção dos trabalhos executados para a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná e Uruguai (1952-1955) e do Plano Estadual de Desenvolvimento do Paraná (1961), em colaboração com a Pladep.

Será verificado o nível de correspondência entre a metodologia do Plano e os princípios que orientam o movimento Economia e Humanismo, materializado nas práticas da Sagmacs, bem como a adoção ou não das diretrizes e recomendações feitas pela equipe da Sagmacs e coordenada pelo Pe. Lebret.

3.1 A VIDA E O PENSAMENTO DE PE. LEBRET

O tema deste item se refere à vida do padre Lebret e ao seu pensamento, como foi expresso em vários documentos, nos quais estabelece uma ideia central da pessoa como causa e finalidade da atividade de planejamento, que é o motivo de sua presença também no Brasil e no Paraná. Suas ideias são desenvolvidas com base nas pesquisas e reflexões que deram origem ao movimento Economia e Humanismo que expressa a doutrina social da Igreja operacionalizada na prática do planejamento para o desenvolvimento. O item se encerra com um interessante artigo escrito por ele para a revista *Economie et Humanisme*, em 1947, avaliando o Plano Marshall no calor dos acontecimentos, o que o mostra mobilizando os conceitos com

os quais operava numa análise de conjuntura e tendo como pano de fundo a ideia de que há uma alternativa de desenvolvimento que vai além da dicotomia comunismo *versus* democracia e a presença expansionista do comunismo soviético.

Padre Lebret assumiu, portanto, uma responsabilidade concreta por um setor humano específico, sobre a qual escreveu: *C'est par la prise em charge d'un projet spécifique que tu montreras l'authenticité de ta vie et du don de toi aux autres* (É assumindo responsabilidade por um projeto específico que mostrarás a autenticidade da tua vida e do dom de ti aos outros) (LEBRET, 1961⁹⁷ *apud* COMISSÃO NACIONAL DE JUSTIÇA E PAZ, 2008).

A existência de Louis-Joseph Lebret deve ser contextualizada nas primeiras seis décadas do século XX, marcada pelos efeitos devastadores de duas grandes guerras mundiais (1914-18 e 1938-45). Entre uma e outra houve a crise econômica e financeira mundial (1929-30) que, para quem a viveu, parecia que estava sendo anunciada a derrocada total da organização da economia. Além disso, ela foi abalada tanto pelo comunismo quanto pelo nazismo, como também outras ditaduras que deixaram nela suas sequelas.

Por outro lado, também foi um momento em que ocorreu na Europa a descolonização com a emancipação dos povos de suas ex-colônias. A partir de meados da década de cinquenta, a Europa conheceu um período florescente de crescimento econômico, lançando-se no processo da construção de uma comunidade econômica europeia.

A Igreja Católica não podia estar ausente desse processo histórico. Já no final do século XIX, a sua hierarquia encorajava os leigos a um "empenho esclarecido" nos diferentes meios sociais e nas estruturas sociopolíticas, então, em mudança. Portanto, foi tempo do florescimento da Ação Católica, tempo em que o Magistério da Igreja estava em linha com a primeira encíclica social, a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, de 1891 (COMISSÃO NACIONAL DE JUSTIÇA E PAZ, 2008).

Esse foi o contexto em que viveu Louis-Joseph Lebret, nascido em 26 de junho de 1897, em Minihic-sur-Rance, um povoado na costa da Bretanha, França, que ficava a poucos quilômetros de Saint Malo, onde se localizava uma importante atividade pesqueira. Seu pai foi mestre carpinteiro na marinha de guerra francesa e,

⁹⁷ LEBRET, Louis Joseph. In: **Propriedade e socialização**. Porto: Liv. Figueirinhas, 1961.

seguindo as tradições familiares, Louis-Joseph ingressou na marinha, aos 15 anos, como aprendiz de marinheiro, na Escola Naval de Brest. Em 1914, obteve o título de bacharel em Matemática e no mesmo ano ingressou na Escola Naval de Saint-Brieuc. Interrompeu seus estudos devido ao ingresso na Marinha em 1915, continuando sua formação na Escola da Marinha de Rochefort (COMISSÃO NACIONAL DE JUSTIÇA E PAZ, 2008).

Na escola que estudou ganhou vários prêmios e distinções, tendo sido convidado a desempenhar ali atividade docente, o que fez até 1923. Nesse ano deixou uma situação profissional consolidada para seguir a uma vocação religiosa, decidindo-se pela Ordem dos Pregadores, a Ordem de Santo Domingo, e em 31 de março de 1923 ingressou no Convento de Angers, pertencente à província de Lyon, onde fez o noviciado. Ainda quando estava na marinha, foi o dinamizador do jornal *La voix du marin*, de publicação mensal, que circulou de 1932 até 1939. O jornal era porta voz de um movimento social, *Le Mouvement de Saint Malo*, que chamava a atenção para o desemprego e as difíceis condições de vida das famílias devido às consequências da Grande Depressão. (Comissão Nacional de Justiça e Paz).

Lebret terminou seus estudos em 1929 e, devido a problemas de saúde, retornou a Saint Malo. Nesse retorno, agora já ordenado, Lebret esteve em contato com uma nova situação dos pescadores bretões, onde verificou as condições degradantes da vida e do trabalho desses pescadores e de suas famílias, além do distanciamento que havia entre eles e sua igreja, contribuindo assim para a perda de fiéis. Foi assim que Lebret começou a estudar as condições locais e os motivos pelos quais os pescadores diziam-se descrentes do catolicismo. Verificou desde então a presença de uma igreja atrasada e distante da realidade social da população de Saint Malo. Sua primeira reação foi em organizar um Movimento, em 1929, chamado *Jeunesse Maritime Chrétienne* (JMC), congregando jovens pescadores da Bretanha e agregando a juventude da Igreja católica em torno da discussão de seus problemas e de seus anseios no mundo e que eles apoiassem na fundação de uma associação que teria como objetivo cuidar espiritualmente da gente simples e pescadores, cujas tradições cristãs ficaram perturbadas pelas condições degradantes da vida, além de reorganizar a atividade econômica do setor pesqueiro, impondo, dessa forma, um fim à oposição entre o estudo e a ação e entre a pesquisa científica e a fé. Assim, durante os anos que se seguiram, Lebret dedicou seu tempo e energia também para estudar as teorias econômicas para melhor investigar as peixarias e os negócios

pesqueiros, primeiro ao largo da costa francesa, depois na Europa e no Mediterrâneo. Dessa forma, examinou as conexões entre as organizações locais das empresas pesqueiras e os esforços internacionais das grandes firmas que monopolizavam os melhores lugares de pesca, e percebeu a vulnerabilidade dos pequenos pescadores e as grandes estruturas do mercado que não podiam controlar. Preocupando-se, em todos os níveis da existência humana, Lebret pensou que a solução para os problemas estava na criação de uma "economia humana", a serviço da humanidade, favorecendo o desenvolvimento humano (COMISSÃO NACIONAL DE JUSTIÇA E PAZ, 2008).

O Movimento de Saint Malo caracterizou-se por um conjunto de princípios de base e por uma metodologia de intervenção na sociedade. Desenvolveu uma forma de conceber a economia em função do ser humano, para a satisfação das necessidades e aspirações das pessoas. Partiu de uma análise objetiva dos fatos, atribuindo importância aos inquéritos sociológicos como base para a ação. Cuidou da formação das pessoas, em especial dos dirigentes empresariais e dos políticos, para sua intervenção na sociedade. Procurou também a colaboração dos leigos, particularmente daqueles com responsabilidades no domínio do conhecimento ou da liderança sociopolítica.

Em 1941, Lebret editou a revista *Économie et Humanisme*, fundada em Marselha. Em 1942, fundou um Centro com o mesmo nome, na mesma cidade, num terreno cedido pelos Dominicanos. Esse centro, fundado sem recursos financeiros, em meio à guerra, mudou-se várias vezes de local. Ao mesmo tempo, publicou em 1942, o *Manifesto para uma civilização solidária*. O texto é fruto de uma reflexão acumulada ao longo de anos de observação e intervenção em diferentes níveis, local e nacional, e em vários continentes, dirigindo-se aos "homens e às mulheres de boa vontade que considerem como desejável e como possível um esforço desinteressado e eficaz para a instauração de uma economia humana" (LEBRET, 1962, p.13). A questão da matriz civilizacional já está subjacente à temática deste primeiro manifesto, mas será ainda mais explícita no Manifesto de 1959, em que é clara a posição de que não se trata de colar o social a uma economia que é geradora de tanta injustiça humana, *trata-se de pôr em prática um regime econômico de integração, ao mesmo tempo personalizada e diferenciada, cujo objetivo seja o desenvolvimento humano universal* (LEBRET, 1962, p.14). Esta última expressão foi acolhida pelo Papa Paulo VI na Carta encíclica *Populorum progressio*.

Vale lembrar que o Movimento de Saint Malo foi sua primeira ação concreta em que transparece seu pensamento. Caracterizou-se por um conjunto de princípios

e por uma metodologia de intervenção na sociedade que não era diferente da utilizada pela Ação Católica, o de "ver, julgar e agir", cruzando, assim, espiritualidade com ação.

Além disso, o movimento de Saint Malo manifestava as consequências da Grande Depressão, particularmente, chamando a atenção, para o desemprego, uma vez que era fator determinante para o surgimento das difíceis condições de vida de muitas famílias. Nesse sentido, o movimento defendia a necessidade de se criarem condições reais para a presença de uma organização dos trabalhadores, bem como para a criação de um sindicalismo livre, forte e interveniente. Portanto, sensível aos problemas das comunidades de pescadores em toda área costeira da França, Lebret baseou sua ação nas pesquisas feitas sobre os pescadores que expressavam as suas necessidades, tendo em vista o encontro de soluções para eles (COMISSÃO NACIONAL DE JUSTIÇA E PAZ, 2008).

Além disso, padre Lebret participou do Movimento dos economistas cristãos, iniciado em 1943, em Lyon, em cujo âmbito criaram-se grupos locais e centros de estudo em várias cidades da França, onde articulou, com intelectuais de prestígio acadêmico e profissional como François Perroux⁹⁸, círculos de estudos que repartiam entre si a responsabilidade da reflexão sobre diferentes áreas temáticas, entre as quais foram contempladas: o processo de transformação socioeconômico-política em curso; a problemática da empresa; as relações agricultura-indústria; as transformações mundiais dos centros de produção. Esses dois projetos *Économie et Humanisme* e o Movimento dos economistas cristãos, estão interligados por um denominador comum, o conceito de "economia humana", um conceito de inspiração cristã, que atravessou os documentos do magistério da Igreja e teve a sua consagração na Carta encíclica *Populorum progressio*.

⁹⁸ François Perroux, economista francês, nasceu em Lyon em 19 de dezembro de 1903 e faleceu em 2 de junho de 1987. Foi professor de economia política na Universidade de Lyon, de 1928 a 1937, e na Universidade de Paris, de 1937 a 1955. Em 1944 foi o fundador e presidente do Instituto de Ciências Econômicas e Aplicadas (Isea) que se tornou Instituto de Ciências Matemáticas e Econômicas Aplicadas. Foi membro do Conselho Econômico e Social, na França. De 1955 a 1976 foi professor do Collège de France, titular da cadeira de análises dos fatos econômicos e sociais. Em 1960 foi membro do Conselho Econômico e Social, na França. Elaborou a teoria dos polos de crescimento econômico, quando estudou a concentração industrial na França, em torno de Paris (Disponível em: <<http://www.college-de-france.fr/default/EN/>>. Acesso em: 16 set. 2009.

Enquanto estava na América Latina, ficou convencido de que o povo deve ser o próprio protagonista do seu desenvolvimento verdadeiro e que, ao mesmo tempo, todo o progresso deve ser travado com o mesmo mecanismo de intercâmbio internacional. Dessa forma, começou a trabalhar com as grandes instituições capazes de realizar mudanças no mundo, como a Organização das Nações Unidas (ONU), segundo ele, um lugar estratégico de onde os líderes mundiais podiam ser influenciados para ver as verdadeiras necessidades e os problemas reais da humanidade e a Igreja (BELATO, 2003, p.75-6).

O Vaticano nomeou o padre Lebret como seu representante em algumas conferências da ONU. Para esse fim, trabalhou também com o Secretariado da Conferência Episcopal Francesa, além de ter atuado nas Conferências Episcopais da América Latina (Celam), África e Vietnam. Era amigo de confiança de João XXIII, que visitou o Centro de Economia e Humanismo, na França.

Lebret também participou e trabalhou ativamente na redação do documento *Gaudium et Spes*, a Constituição Pastoral da Igreja no mundo moderno, particularmente na redação do esquema III. Sua influência sobre o ensino da Igreja foi visto principalmente na encíclica *Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI, que trata sobre o desenvolvimento e que foi publicada um ano após a morte de Lebret. Quando, finalmente, publicou-se a Encíclica em 1967, informou-se publicamente que L. J. Lebret foi um de seus maiores promotores, e ao mesmo tempo, o Papa apresentou a Encíclica como tributo a sua memória. Lebret também colaborou na fundação de algumas comissões em Roma, especialmente ajudando ao grupo de trabalho que tinha que preparar uma nova organização da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, pedida pelo mesmo Concílio. Um mês antes de morrer (junho de 1966) tinha sido nomeado para a Comissão Pontifícia para o estudo dos problemas da família, da população e da natalidade.

Lebret sempre esteve preocupado com a formação de líderes nos países em vias de desenvolvimento, lançando as bases dos programas de formação de quadros que viriam a dar origem ao IRFED (*Institut de Recherche et Formation en vue du développement*), um Centro Internacional de Formação e de Pesquisa para o Desenvolvimento, que nasceu da urgência de preparar técnicos em questões sociais, assim contribuindo para a formação de especialistas. Foi diretor do IRFED, que data de 1958, e por onde passaram sucessivas gerações de técnicos dos países em

desenvolvimento. Foi também doutor *honoris causa* da Universidade de São Paulo e conselheiro econômico dos governos de Senegal e do Líbano.

A abertura para um público internacional ou global foi o princípio da atuação do IRFED. A promoção de métodos globais harmonizados, propulsionados por um desenvolvimento próprio, induziu a passagem de uma economia humana para uma economia democrática, com vistas ao desenvolvimento dos povos. Nesse sentido, o IRFED criou cursos de treinamento realizados e conduzidos em Paris, para alunos vindos de todos os continentes. Assim, o IRFED serviu para a formação para o desenvolvimento de atores sociais, em métodos ou instrumentos pautados na pesquisa-ação. Em 1958, Lebret e membros de sua equipe criaram ações no Brasil e em outros países como o Chile, Colômbia, Uruguai, Peru e Venezuela.

Em síntese, pode-se dizer que, depois de ter fundado Economia e Humanismo, em 1941, Lebret percebeu que sua audiência internacional havia crescido. Portanto, a criação de uma estrutura apropriada para a troca do desenvolvimento internacional, em meados da década de 1950, foi uma das prioridades dos seus trabalhos.

Em 1958, com a criação do IRFED, depois Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para o Desenvolvimento Harmonizado, concretizou sua visão de economia humana no plano internacional, implementando grandes projetos de planejamento para o desenvolvimento no Líbano, Senegal e no Brasil, além de um curso de treinamento para o desenvolvimento, em Paris, para estudantes de todas as partes do mundo.

O pensamento de Lebret fundava-se na ideia de uma economia humana, "que não deve ser confundida com a economia social, que não passa de um aspecto da ciência econômica" (LEBRET, 1962, p.13). Ao contrário dessa distinção que se faz entre "social" e "econômico", pensamos, diz Lebret, que não se colam medidas sociais paliativas a uma economia que por si mesma engendra o mal humano. O que se propõe é instaurar um regime integralmente social e integralmente personalista, que garanta a ascensão humana universal de acordo com a expressão de François Perroux: de todo homem e de todos os homens (LEBRET, 1962, p.14).

A economia humana como pesquisa é vista como a

[...] disciplina, especulativa e prática, da passagem, para uma determinada população, de uma fase menos humana para uma fase mais humana, segundo o ritmo mais rápido possível, com custo financeiro e humano o menos elevado possível, sem esquecer a solidariedade que deve existir entre todas as populações (LEBRET, 1962, p.16).

Segundo Lebre, não se trata de um sistema a ser aplicado universalmente, ou como uma chave mágica, pois como todo sistema trata-se de uma série de exigências capazes de modificar progressivamente comportamentos individuais e coletivos. Refere-se à aplicação a cada vez mais casos concretos de dois postulados éticos fundamentais, aceitos pelos homens de todas as civilizações: respeito ativo de toda pessoa humana, instauração eficaz do bem comum (LEBRET, 1962, p.18).

O respeito ativo não é somente deixar de prejudicar, mas ajudar toda pessoa humana a adquirir mais valor, segundo as circunstâncias e possibilidades. Toda pessoa humana é o termo que procura traduzir a quebra de qualquer barreira de nível de vida, camada social, casta ou raça. Como técnica instauradora do bem comum traduz o objetivo de trabalhar com vistas a criar ou melhorar os equipamentos coletivos, as instituições jurídicas permitindo que cada grupo se beneficie de uma maior solidariedade construtiva, criadora de prosperidade, segurança e paz.

A preocupação expressa no manifesto e que traduz o pensamento de Economia e Humanismo sobre o problema da propriedade, contrapõe capitalismo e socialismo, com suas posições opostas variando desde os postulados extremos do capitalismo liberal aos das experiências comunistas.

Dessa ótica, vê o "Terceiro Mundo" manifestando tendências a escolher fórmulas inspiradas nos exemplos chinês e russo, em decorrência do domínio dos países subdesenvolvidos praticado durante muito tempo pelos países desenvolvidos, o que opôs o Terceiro Mundo ao Ocidente.

Para fazer frente a esse fato invoca os princípios elaborados ao longo dos séculos pelo pensamento cristão, que nada mais fazem do que precisar certos pontos de moral universal.

Quanto ao problema da posse dos bens, afirma que

A apropriação coletiva absoluta ou em grande extensão reduz consideravelmente a liberdade humana, a iniciativa criadora e a elasticidade necessária aos mecanismos econômicos. Torna-se facilmente opressora e suas formas de opressão ultrapassam rapidamente o campo político para se estender ao cultural e ao espiritual. Finalmente, submete integralmente o homem a planos de poderio material (LEBRET, 1962, p.23).

Em relação ao capitalismo, por mais que ele esteja ameaçado é ainda uma das forças decisivas do mundo de hoje, mas é um regime discutível, pois é incapaz de conduzir à satisfação ordenada das necessidades e criador de exploração e opressão

"contra as quais não podem deixar de existir reações das camadas sociais e de povos, através de um sistema complexo de tensões mais ou menos destruidoras" (LEBRET, 1962, p.27).

A aceitação gradativa pelo capitalismo liberal da ingerência do Estado permitiu que obtivesse do poder público os recursos para resolver suas dificuldades e permitir sua expansão. Dessa forma, conseguiu dominar o próprio Estado de tal maneira que as decisões de política econômica encontram-se mais na dependência dos interesses imediatos e particulares de firmas ou grupos de firmas do que da coerência do desenvolvimento e das exigências da realidade internacional.

Considera o socialismo, por outro lado, o resultado da reação humana contra o capitalismo como sistema inumano. Sugere, então, que a oposição entre socialistas e cristãos podia ser amenizada desde que se exclua o espírito antirreligioso de alguns tipos de socialismo.

O comunismo, por sua vez, ocupa posição privilegiada entre os socialismos e vaticina o seu crescimento prodigioso se o Ocidente persistir em seus erros. Considera que a maior falha do comunismo é a sua concepção da pessoa em que o homem individual pouco representa. Nesse regime, a violência torna-se universal e a selvageria aperfeiçoada e tecnicamente calculada é, em definitivo, muito semelhante à que foi praticada na primeira fase do capitalismo (LEBRET, 1962, p.38).

Na revista *Economie et Humanisme* escreveu, em 1947, um artigo destinado a analisar os motivos, o conteúdo econômico e as consequências políticas do Plano Marshall, volta a um tema que já havia tratado, quando escreveu na mesma revista uma nota sobre o surgimento do Plano, fazendo a cronologia dos atos sucessivos que levaram à Segunda Conferência dos 16 (os 16 países que participaram do Plano Marshall).

Segundo Lebre, a leitura dos documentos constitutivos do Plano Marshall permite identificar quatro grupos de sentimentos, que levaram o governo, o Congresso e o povo americano a aceitar um programa de reconstrução europeia:

1. a tomada de consciência de um dever fraternal diante de populações que passaram por duras provações durante a guerra;
2. percepção mais ou menos confusa de uma solidariedade de tradições, de civilização e de destino com a Europa, particularmente a Europa Ocidental;
3. vontade de salvaguardar a ordem interna dos Estados Unidos e o regime econômico americano;
4. temor de uma nova guerra ou desejo, se ela explodir, de vencê-la.

Entre os objetivos essenciais da ajuda à Europa estão a preservação e o desenvolvimento de uma nova civilização. Essa civilização, segundo Le Bret, é definida por um americano médio com um leque de opiniões, que pode ser traduzido em três pontos:

1. Um nível elevado de emprego e alto padrão de vida.
2. A liberdade que inclui sempre a conservação da livre empresa e liberdade comercial.
3. A independência dos povos, que se traduz no direito de eles decidirem sozinhos o tipo de governo que desejam.

Sobre o primeiro ponto, identificado o recorte a que se refere, parece não necessitar de comentários, ainda assim remete-se a um artigo anterior de sua autoria, denominado "Notes sur la psychologie moyene aux Etats-Unis", publicado no número 34 da revista.

O segundo ponto é o *leit-motiv* na maioria dos discursos americanos, recorrendo ao pronunciamento de algumas personalidades americanas, inclusive ao próprio presidente Truman que encerra seu pronunciamento com uma nota em que diz, entre outras coisas, que o Plano Marshall trata de uma ajuda a países que, como os Estados Unidos, estão preocupados com a salvaguarda das instituições livres e com a manutenção da paz durável entre as nações, declarando-se convencido que a ajuda americana vai permitir às nações livres da Europa consagrar suas energias à reconstrução de suas economias, o restabelecimento do padrão de vida decente para o povo e o estabelecimento de uma saudável economia mundial. Além disso, vai contribuir para a sustentação das ideias de liberdade individual e de justiça (LEBRET, 1948, p.229-242).

Entre as instituições livres estão a livre empresa e o livre comércio. Daí insistir na redução das barreiras restritivas impostas ao comércio entre países, conforme o relatório da comissão Harriman para o acordo de Genebra.

O terceiro ponto é o tema em que a batalha pela civilização ocidental se confunde com a ordem estabelecida nos Estados Unidos e com a perenidade do regime capitalista. Nesse sentido, o inimigo número um é o comunismo orquestrado pela grande Rússia. Assim, o Plano Marshall assume a clara oposição, ideologia americana *versus* ideologia comunista (LEBRET, 1948, p.229-242).

Analisando o livro de Burnham (Pour La domination mondiale, na edição francesa de *The struggle for the world*), Lebret destaca a ascensão do conflito entre os Estados Unidos e a Rússia, cuja solução cabe exclusivamente a ele. Assim, um império mundial torna-se possível e tende a se estabelecer. A conquista do mundo pelos comunistas é inevitável, pois o seu único meio de defesa é essa conquista. Dessa forma, a construção de um império comunista mundial não é uma vaga possibilidade distante, mas um acontecimento bem provável no curso da sua geração (LEBRET, 1948, p.229-242).

Diante disso, só cabe uma política de grande potência; não se trata mais de ser democrática, mas de ser eficiente no combate ao comunismo, impedindo que ele se aproprie de outros países como os da península europeia da Grécia, do Oriente Médio, da China ou da Índia.

Conclui, enfim, não só que esses pensamentos permeiam o pensamento médio americano como os associa, em parte, a ideias ou perspectivas de *Mein Kampf*, propondo como contraponto a essa via da força a via do espírito. Esta é a via de uma civilização capaz de realizar progressivamente por outros meios a unidade do mundo. O ideal de Marshall podia, também, ter assumido essa via. E pergunta se o Plano Marshall não se afastou definitivamente desse caminho.

O tema da "economia humana" será o primeiro a ser focado na construção da ponte entre o pensamento de Lebret e a DSI. Na visão de Lebret, era uma economia voltada para o serviço de todas as pessoas e de todos os povos do mundo. O projeto de Lebret com o movimento "Economia e Humanismo" surge quando ele se dá conta de que se abriram novos horizontes para a construção de uma civilização mais solidária. Nesse novo quadro, era urgente a mobilização de esforços no sentido do esclarecimento e da formação de consciências.

Dessa forma, teve início um debate entre intelectuais e outros líderes cristãos da época que incluiu de modo essencial o compromisso com a transformação do mundo. Mas essa transformação seria conduzida de uma perspectiva enraizada na fé que decorre da coerência entre a visão do mundo cristã e a vida nas suas diferentes vertentes, particularmente no que diz respeito à economia, à política e à cultura.

Nesse sentido, tratava-se de estabelecer a questão da matriz civilizacional que estava subjacente ao tema do primeiro manifesto de Saint Malo, de 1942, e que se tornou mais explícita no manifesto de 1959, quando a questão da economia humana foi esclarecida mostrando que não se tratava de colar o social a uma

economia geradora de injustiça humana, mas de uma economia centrada no ser humano. Enfim,

tratava-se de colocar em prática um regime econômico de integração que fosse, ao mesmo tempo, personalizada e diferenciada, e cujo objetivo fosse o desenvolvimento humano universal, isto é, segundo a expressão de François Perroux, "do homem todo e de todos os homens" (LEBRET, 1961, p.14).

Nesse sentido, pode-se dizer que o Movimento de Saint Malo e o Manifesto de 1942 foram duas iniciativas inter-relacionadas e que constituíram a concretização da ideia central que alimentou a visão lebretiana da ação no mundo:

O mundo moderno apresenta-se a nossos olhos não como uma casa a construir, mas como um organismo que deve ser curado. Ora, se um edifício pode ser reparado do exterior, um organismo só pode criar-se a partir de dentro (LEBRET, 1961 *apud* COMISSÃO NACIONAL DE JUSTIÇA E PAZ, 2008).

3.2 SAGMACS

A presença de Lebet no Paraná se dá por meio de uma empresa de pesquisa e planejamento, já comentada nos capítulos anteriores. Assim, antes de entrar na discussão de dois planos realizados pela Sagmacs que são objeto dos dois itens seguintes, pareceu conveniente uma exposição que dê conta da natureza dessa empresa e como ela se vincula com os princípios de Economia e Humanismo e, nesses termos, vem a ser o que chamo aqui a operacionalização da Doutrina Social da Igreja no planejamento do desenvolvimento.

Nesse sentido, pode-se dizer que, o campo definido pela junção da Doutrina Social da Igreja com a missão da ordem dominicana no mundo em geral e, no Brasil em particular, concomitante ao movimento Economia e Humanismo, funda o pensamento de Lebet e "dá o tom" de uma ação tecno-política num ambiente particular. Nesse sentido, podemos inferir que sua ação se manifesta no campo missionário e intelectual, naquele momento, parte integrante da *intelligentia* da Igreja Católica no mundo.

A análise das atividades da Sagmacs procura destacar também a atividade profissional de Lebet, na qual os princípios do movimento Economia e Humanismo

agem como linha condutora, e o seu contato com a elite governante e os funcionários governamentais, por meio dos planos elaborados pela empresa.

A Sagmacs era uma entidade ligada ao movimento Economia e Humanismo, o qual foi fundado na França, em 1941, e, posteriormente, foi difundido em várias regiões do mundo, formando equipes locais. No Brasil, como foi dito acima, esse movimento iniciou a sua atuação em 1947.

Nesse ano, Lebret foi convidado para vir ao Brasil pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), para dar uma série de palestras introdutórias sobre a "economia humana" e ministrar aulas na área da economia, dentro do programa de pós-graduação em Ciências Sociais, que teve duração de um semestre, período em que aproveitou para estreitar seus contatos no Brasil e aperfeiçoar seu conhecimento sobre os países em desenvolvimento.

Na sua segunda viagem ao Brasil, entre 1952 e 1957, padre Lebret dirigiu a Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs), fundada oficialmente em 1947, na cidade de São Paulo, tendo como seus dirigentes os engenheiros Lucas Nogueira Garcez e Luiz Cintra do Prado, além do frei dominicano Benevenuto de Santa Cruz. A Sagmacs foi constituída como braço institucional de *Economia e Humanismo*, no Brasil, sendo uma instituição destinada a formar uma mentalidade de planejamento que estabelecesse a planificação, desde unidades territoriais elementares até o conjunto maior, sem criar um modo único de planificação, mas, sim, uma variedade que levasse em conta as possibilidades, as estruturas, os tipos de necessidade, os estágios técnicos e culturais, a qualidade e intensidade dos esforços espontâneos ou a serem incrementados, de cada caso singular. Para isso, utilizou o mesmo método usado por ele em outras realidades e ocasiões, ou seja, observação, análise dos dados, investigação das causas, assessoramento das necessidades, elaborando, assim, programas e projetos, treinando pessoas comprometidas e qualificadas para a mobilização dos lugares de poder e decisões.

Na gestão do governador Lucas Nogueira Garcez, em 1953, a Sagmacs foi contratada para a realização de um plano de eletrificação do Estado de São Paulo denominado "Necessidades e Possibilidades de Desenvolvimento do Estado de São Paulo", que fora coordenado pelo padre Lebret, o qual formou uma equipe com profissionais da área de economia, sociologia e arquitetura para um trabalho interdisciplinar. Dirigiu também um importante estudo sobre a Bacia Paraná-Uruguaí,

por onde conheceu todo o território da região e verificou de perto as condições de vida da população e suas necessidades básicas. A coordenação desse estudo ficou a cargo de Alan Birou, frei Benevenuto de Santa Cruz, Louis-Joseph Lebret, Luiz Carlos M. Goelzer e Raymond Delprat. Desse estudo, surgiram as grandes hidroelétricas que deram enorme impulso à economia do Sudeste brasileiro. Dessa equipe saíram os técnicos que elaboraram o Plano de Ação do Governo de São Paulo, durante o governo Carvalho Pinto. Em 1954, Lebret desenvolveu um estudo para os estados de Pernambuco, Guanabara, Mato Grosso, Paraná, além de estudos específicos para algumas capitais e municípios brasileiros, aliando economia com fatores sociais e urbanísticos.

Para se ter uma ideia da inovação que realizou no Brasil quando trabalhou no plano diretor do município de São Paulo, entre 1956 e 1960, desde logo procurou incorporar as dimensões sociais no quadro do urbanismo brasileiro, mediante a adoção de uma metodologia exclusiva em que as enquetes sociais tinham papel relevante e a contratação de profissionais de áreas como ciências sociais, geografia, arquitetura e economia. Com isso, ela rompia com a visão de planejamento urbano que dominava no país, restrita a um plano de obras viárias e à função meramente normativa e regular do uso do solo (CESTARO, 2009).

Dessa forma, pode-se dizer que a Sagmacs introduziu no planejamento urbano inovações na metodologia utilizada, além dos debates que promoveu sobre a questão urbanística. Tratava-se para a empresa de substituir a ideia simplista de elaborar um plano para a cidade de São Paulo em prol do conhecimento profundo dos problemas urbanos, econômicos e sociais do estado.

No trabalho executado para o município de São Paulo, denominado "Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana", quando a cidade já era o principal centro industrial do país, foram aplicados, então, os novos métodos que vinham sendo desenvolvidos pelo movimento Economia e Humanismo (CESTARO, 2009).

Segundo Cestaro (2009), um dos aspectos que mais se destacara na metodologia de trabalho da Sagmacs era o método das enquetes sociais que, em 1961, já sofria modificações, dando lugar à nova metodologia exposta na publicação "Manual de Encuesta Social" (Manual de Pesquisa Social).

Nesse manual, de autoria de Lebret, a concepção de cidade se apresentava como o espaço privilegiado de atuação para a construção de uma política de desenvolvimento harmônico, preconizada pelo movimento Economia e Humanismo.

O novo método consistia no contato preliminar, intuitivo, denominado contato global, com o qual era feita uma avaliação a partir da observação direta que, por sua vez, permitia que o pesquisador observasse as estruturas mais importantes de funcionamento da cidade. Os apontamentos feitos nessa etapa, depois seriam usados em conjunto aos levantamentos estatísticos feitos posteriormente, servindo para comprovar algumas das hipóteses, além de permitir a formação do diagnóstico da situação encontrada. Esse material todo formava a base para a construção de diagramas necessários como forma de representação gráfica.

Vale lembrar que a formação de Lebret, com ênfase na matemática e os estudos em Engenharia Naval, por ele realizados, renderam-lhe conhecimento acerca das análises estatísticas. Esta formação foi complementada pelas disciplinas de sociologia e filosofia com as quais se deparou durante sua formação sacerdotal, além dos estudos relativos à teoria econômica, qualificando-o ainda mais para a elaboração de um método de interpretação social.

O método introduzido por Lebret em Economia e Humanismo (*Économie et Humanisme*) teve como norma o empirismo, buscando, assim, uma maneira de analisar a realidade social, de forma a deduzir e explicar concretamente uma economia das necessidades humanas, a partir da criação de uma hierarquia de necessidades. Dessa maneira, o método de Economia e Humanismo trabalhava de forma relevante para o ser humano, construindo uma normativa do empirismo, previamente à observação do real, tratando assim de captar o presente e preparar o futuro. Para Lebret:

La encuesta há de servir para la elevación humana de la población que se entrevista. De ahí la obligación de asociarse con los interesados, haciéndoles comprender los fines que se persiguen y que se trata de un importante servicio que se presta al grupo, a la localidad o al conjunto de localidades. No conviene que la población entrevistada tenga la impresión de que un equipo de investigadores trata de explotarla o más bien de 'violarla'. Hay que hacerle comprender que si se le pregunta es para ayudarla a percibir mejor y a resolver aquellos problemas de que dependen su prosperidad y desarrollo [...]
Tampoco há de prometerse a la población lo que no se le pueda dar
(LEBRET, 1961, p.101).

Vale lembrar que em 1944 *Economie et Humanisme* publicou, sob a autoria de Lebret, um Manual chamado "Methode d'enquête", em que demonstravam-se as formas de interpretação da realidade social e econômica, e que foi introduzido no método de trabalho dos estudos de Economia e Humanismo, sendo, então, substituído,

em 1961, pelo "Manual de Encuesta Social", também de autoria de Lebret (LEBRET, 1961, p.23).

A primeira etapa, chamada de contato global, ocorria de maneira intuitiva, segundo Lebret:

é necessário começar por um primeiro contato global que permita uma primeira intuição sintética. Seu caráter será muito diferente para o principiante, que tem tudo a descobrir, do que para o analista esperto que percebe rapidamente as estruturas fundamentais e as principais diferenças entre o conjunto que observa e os múltiplos conjuntos que já foram examinados e interpretado minuciosamente... este primeiro contato se realiza mediante a observação direta, a leitura atenta dos mapas e documentos estatísticos já estabelecidos e as entrevistas. Por último, após a análise, um enfoque sintético à análise e que permita a intervenção (LEBRET, 1961, p.48).

Portanto, verifica-se nesta primeira etapa que é permitido ao pesquisador do campo aproximar-se e afastar-se do grupo em estudo, realizando assim apontamentos prematuros, sem valor empírico, e que, numa segunda etapa de trabalho, necessitariam ser comprovados por meio do método estatístico.

Lebret via no empirismo uma forma mais humanizada de se conseguir os dados referentes à realidade social e econômica da sociedade. Contudo, os dados obtidos na pesquisa de campo deveriam constituir-se em diagnósticos e relatórios com apontamentos de campo. Por isso mesmo, Lebret havia introduzido os diagramas como forma de representação gráfica, apropriando-se, dessa maneira, de métodos e ferramentas gráficas para esboçar suas análises, sendo, portanto, o aspecto gráfico incorporado ao trabalho de Economia e Humanismo e, inclusive, incorporado nas siglas da instituição brasileira, que representava o Movimento Economia e Humanismo, a Sagmaacs (Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais) e, na Colômbia, a Sagmaesco (Sociedade Gráfica e Mecanográfica de Estudos de Economia e Humanismo) – figuras 1, 2 e 3.

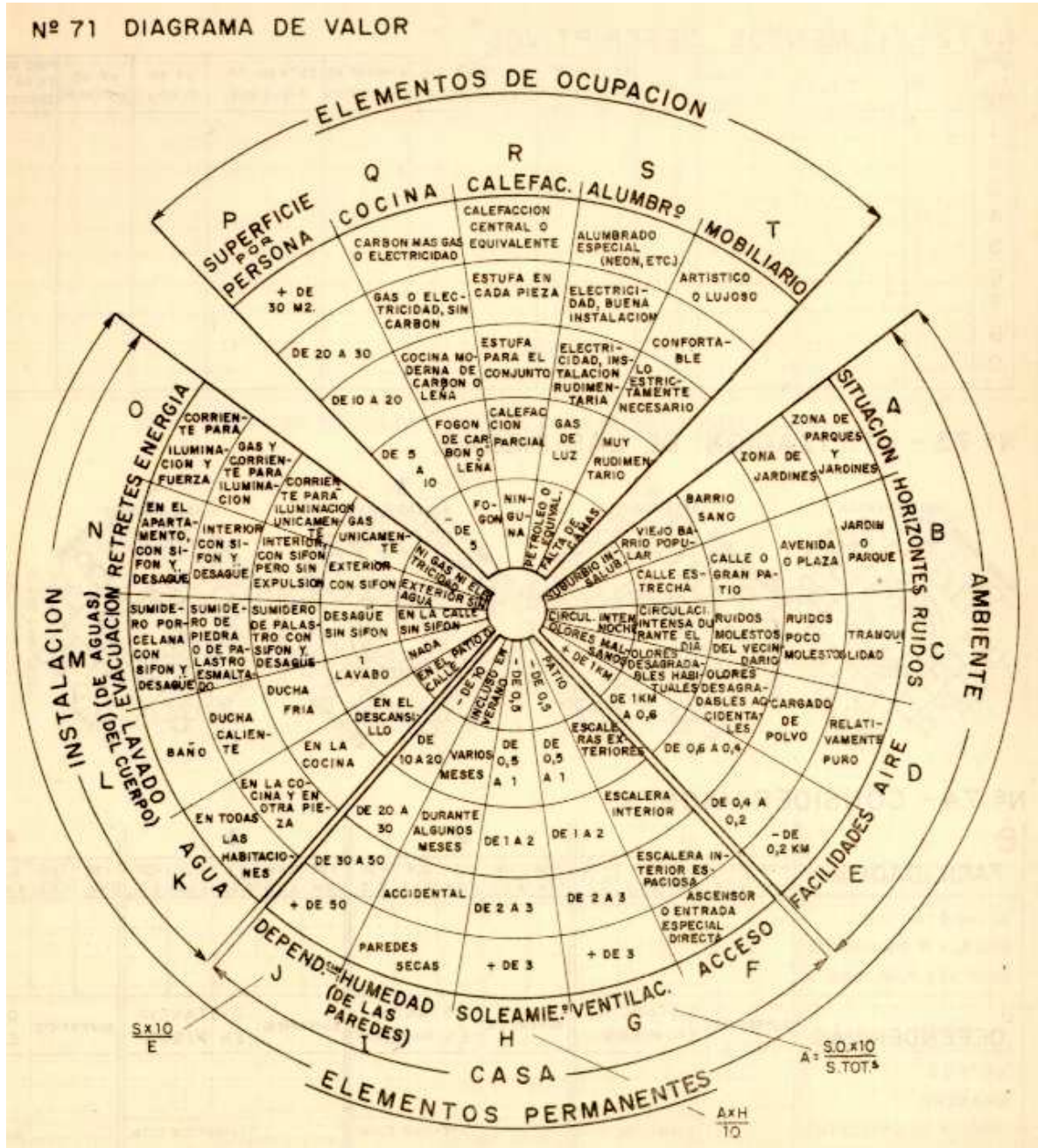


FIGURA 1 - ELEMENTOS DE OCUPAÇÃO DA MORADIA FAMILIAR
 FONTE: Lebreit (1961, p.303)

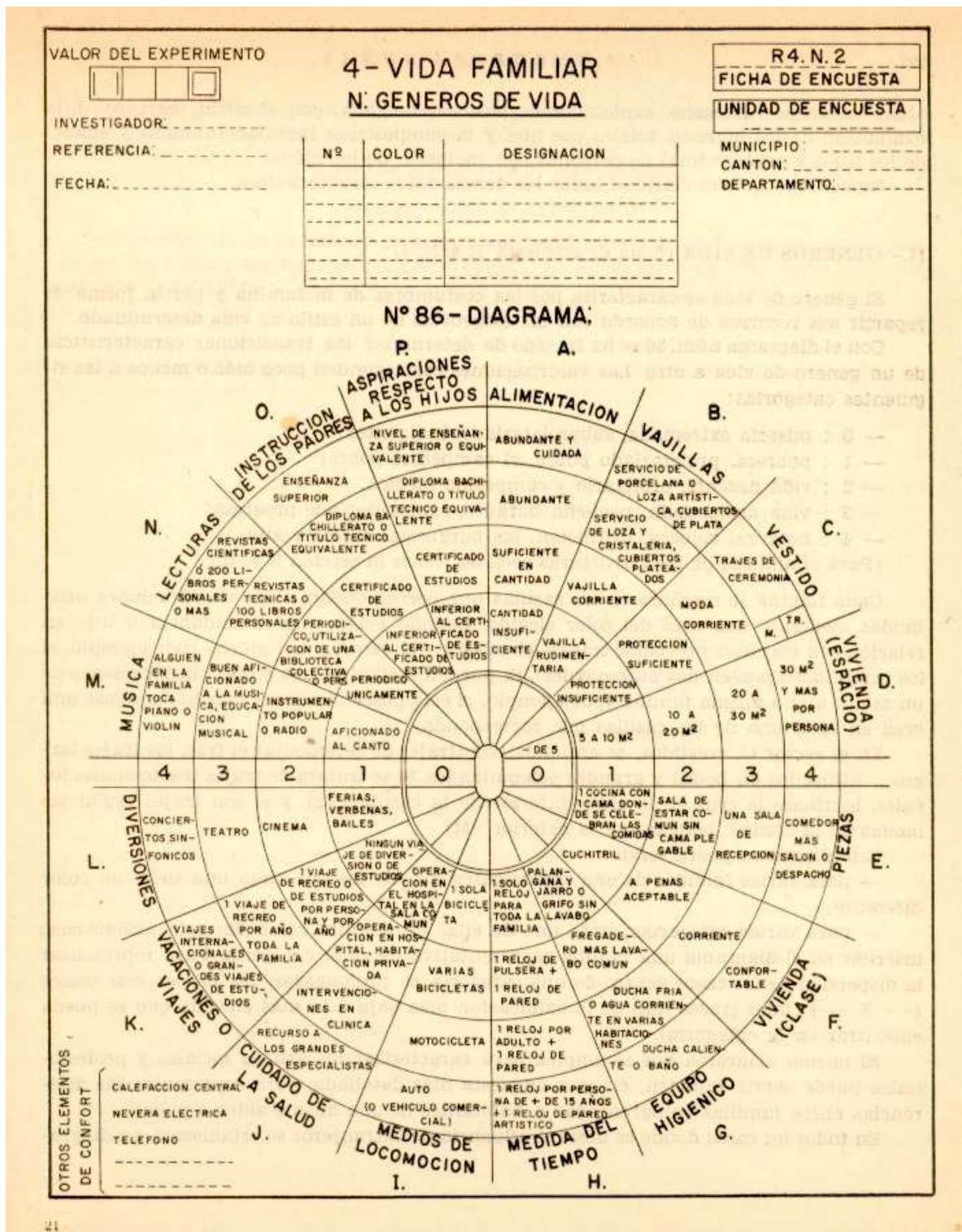


FIGURA 2 - VIDA FAMILIAR: GÉNEROS DE VIDA
 FONTE: Lebreit (1961, p.321)

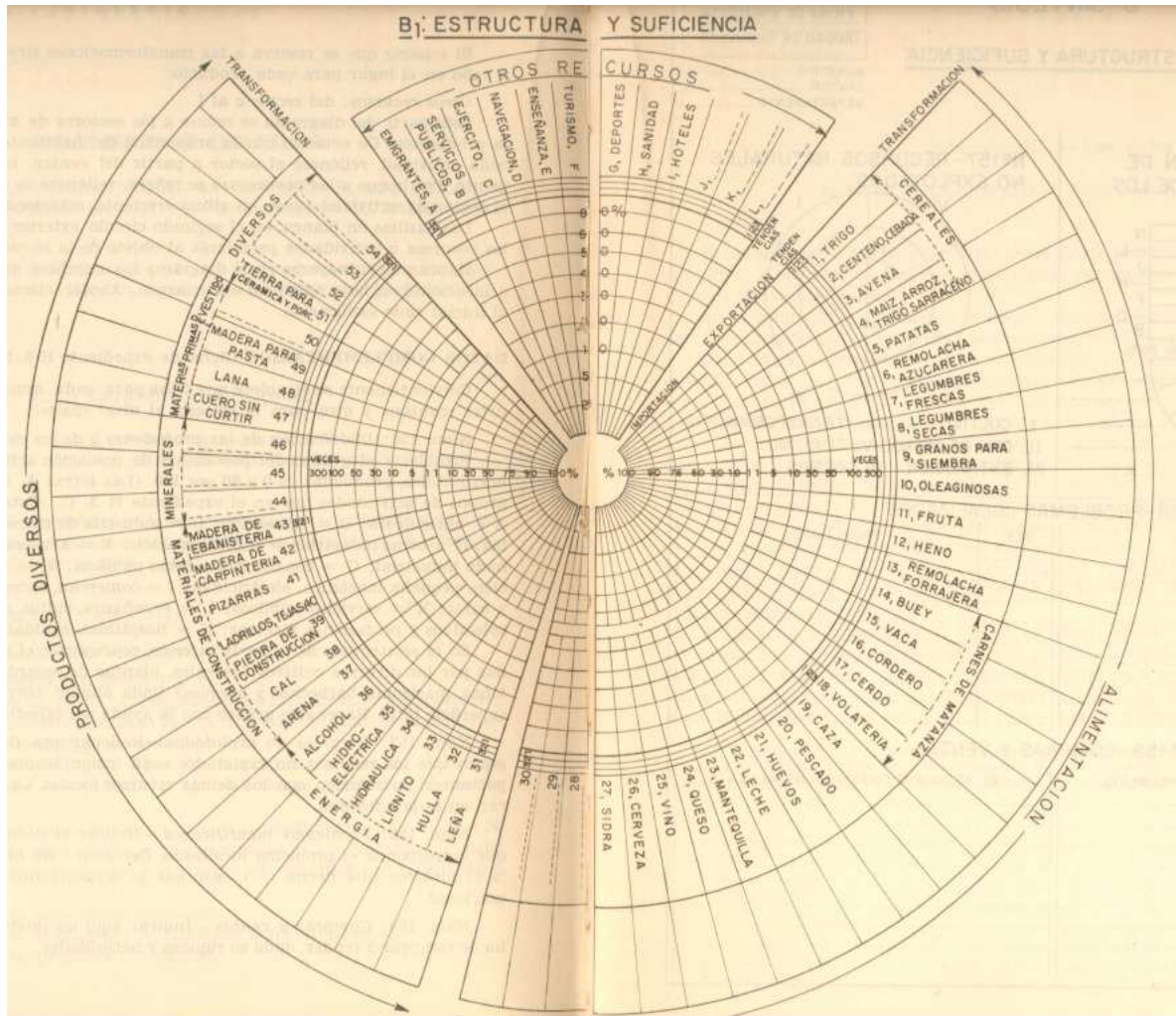


FIGURA 3 - ESTRUCTURA E SUFICIÊNCIA
 FONTE: Lebret (1961, p.392-393)

As guias de investigação que compõem o Manual de Encuesta Social (Manual de Pesquisa Social) foram separadas em guias de pesquisa rural e de guias de pesquisa urbana, destinados principalmente para aqueles que desejam obter uma visão mais clara que permita uma intervenção no terreno político, sindical, social e cultural da vida das comunidades territoriais, como municípios, regiões, distritos e departamentos. Por outro lado, a guia trata de constituir um instrumento de investigação científica apontando dados fidedignos para a elaboração das ciências sociais e, especialmente, de uma economia humana. Segundo Lebret, o objeto da "economia humana" não é outro que a elevação humana. Uma disciplina tanto de saber como de ação, ciência de síntese de todas as ciências sociais, sejam elas demográficas, econômicas, psicológicas, sociológicas ou políticas. A economia humana não poderá se constituir sem uma base meticulosa da situação do homem, da moradia, dos lugares, das condições e circunstâncias do trabalho, dos recursos naturais, das

disponibilidades da mão de obra, dos níveis culturais e correntes espirituais dos ambientes de vida e dos grupos.

No entanto, segundo o próprio Lebret, são inumeráveis as pesquisas cujos resultados são nulos por falta de técnicas e práticas, de homogeneidade, de métodos de comparação e interpretação. Por isso, é preciso recorrer a instrumentos de análises resultantes de um esforço de investigação coordenada, que pouco a pouco venha a ser introduzida e produzida em todas as nações. Ainda, segundo Lebret, é por isso também que a pesquisa rural e urbana permite a constituição de equipes locais e regionais, cujos objetivos sejam, simultaneamente, o conhecimento exato dos problemas formulados à pessoa, das exigências e dos ideais de vida e das possibilidades da natureza e a transformação das diferentes estruturas para que todas as atividades se ponham, efetivamente, ao serviço das comunidades humanas (LEBRET, 1961, p.25-6).

A análise deve ser feita a partir dos guias de referência da pesquisa social, devendo, em primeiro lugar, abranger os indivíduos, principalmente, para verificar o alcance do êxito e do fracasso humano. A partir daí, abrange os setores da vida humana: da moradia e das disponibilidades, gastos e dívidas; o setor de exploração: rural, da oficina, da fábrica e serviços; o setor estrato da população e classe social; os movimentos de conjunto: demográfico, evolução profissional, movimentos econômicos e movimentos ideológicos e políticos; a riqueza coletiva: equipamentos: meios de transporte; equipamento sanitário; equipamento urbano de conjunto; equipamento de cultura e esporte; equipamento cultural; equipamento espiritual; equipamento administrativo (serviços públicos e semi-públicos). As guias compõem-se de todos esses elementos (LEBRET, 1961, p.35).

Em síntese, essa fora a metodologia concebida pela Sagsmacs, e que procurou adotá-la em trabalhos posteriores, como, por exemplo, no Plano de Desenvolvimento do Paraná, sendo bastante avançado para a época, pelo menos por parte da elite política no Brasil. Deve-se registrar que seus apontamentos e diretrizes não foram considerados pelas administrações dos anos 1960.

Ao tempo em que realizava as pesquisas para o plano diretor de São Paulo, trabalho esse vinculado às comemorações do Quarto Centenário, Lebret trabalhou nas pesquisas e nos levantamentos promovidos pela Comissão Interestadual da Bacia do Paraná e Uruguai.

Nesse trabalho Lebret mantém os primeiros contatos com a realidade do Paraná, contatos que serão solidificados, posteriormente, na construção de um plano de desenvolvimento para o Estado, em 1963.

Em 18 de fevereiro de 1963, o Governo do Paraná, sob o comando de Ney Braga, contratou a equipe da Sagmacs por meio da Codepar para, junto com a Pladep, estruturar os elementos do Plano de Desenvolvimento para o Estado do Paraná. Já, em julho de 1963, era entregue ao governo os resultados do trabalho e a equipe da Sagmacs passa a assessorar o governo na elaboração de programas concretos de trabalho, que exigia da administração pública a manutenção de mecanismos para a aplicação do plano, sua revisão periódica e adaptação crescente à ação do governo e às necessidades da comunidade paranaense.

Mas o plano partia de alguns conceitos elaborados pelo próprio Lebret, como o de desenvolvimento que deve ser contínuo e indivisível, pois ele depende para ser efetivo de que os desenvolvimentos parciais se conjuguem. O desenvolvimento industrial e agrícola sem o desenvolvimento dos serviços, sem o desenvolvimento cultural e sanitário não será desenvolvimento, mas sim ameaça de regressão.

Eis um contraste fundamental com a concepção de desenvolvimento que imperava nos planos governamentais brasileiros, inclusive no Paraná, que é sua redução, como foi assinalado anteriormente, à industrialização. Todo o desenvolvimento brasileiro, em geral, e paranaense em particular, restringia-se na prática às medidas voltadas a assegurar a industrialização e, particularmente, a industrialização acelerada.

O conceito de desenvolvimento de Lebret possuía uma dimensão comunitária, traduzida na necessidade da participação do povo, o qual compreendendo o que está sendo realizado associar-se-á ao "projeto de desenvolvimento". O povo será capaz de encontrar as fórmulas adequadas de participação, fórmulas renovadas e flexíveis bem distantes das fórmulas clássicas.

Para elaborar o plano, a Sagmacs teve como preocupação fundamental procurar uma nova estrutura de relações que permitisse transformar o plano num ato coletivo para contribuir de forma eficaz na correção dos desequilíbrios estruturais, presentes na vida política e social do Paraná. Essas estruturas deveriam ser superadas, pois constituíam obstáculos quase intransponíveis para a promoção de um desenvolvimento integral e harmônico. A natureza dessas estruturas era vista como contrária ao desenvolvimento.

Essa forma de ver o desenvolvimento do estado e os obstáculos que existiam para que esse desenvolvimento se concretizasse provinha da doutrina sintetizada na frase de Perroux: "todo o homem e todos os homens". Essa expressão decorria do próprio conceito de desenvolvimento de Economia e Humanismo, que continha a ideia força de que o desenvolvimento está voltado para assegurar a plena realização das potencialidades de cada "homem e de todos os homens".

Por isso, o Plano se propunha a oferecer ao governo e à população as linhas de ordenação e integração de suas atividades tendo como meta obter condições mais dinâmicas que levassem à elevação dos níveis de vida da população. Ao mesmo tempo deveria servir de instrumento para obter as mudanças das estruturas políticas e econômicas que retardavam o desenvolvimento do estado e, assim, promover a ascensão humana integral de grande estrato marginalizado da população paranaense.

Há que se acrescentar o extremo cuidado com o aspecto técnico do planejamento. Os fatos econômicos e sociais possuem tal complexidade que a elaboração de um plano e sua execução exigem que as atividades humanas sejam orientadas por uma técnica planejadora segura, cuja utilização deve ser direcionada pelos valores da população.

3.3 O PROGRAMA DA COMISSÃO INTERESTADUAL DA BACIA DO PARANÁ – URUGUAI: UMA EXPERIÊNCIA DA SAGMACS

Entre 1952 e 1954, a Sagmacs realizou o estudo das necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo para a Comissão Interestadual da Bacia Paraná – Uruguai (CIBPU). Após esse estudo, ela foi chamada a atender aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cujos trabalhos foram efetuados de dezembro de 1955 a julho de 1957 (CIBPU, 1958).

Para a execução desse trabalho adotaram-se o método de análise e as normas já usadas no estudo sobre o Estado de São Paulo, ou seja, a microanálise, por sondagens de unidades territoriais distribuídas no conjunto dos três estados, para obter para cada zona homogênea uma amostra que propiciasse uma ideia exata da situação das subpopulações e apresentasse os problemas mais diversos que afetavam essas subpopulações. Para o exame dos dados brutos que pertencem à

macroanálise, recorreu-se às informações do IBGE, fossem elas brutas ou elaboradas, e aos dados da Fundação Getúlio Vargas e de outros organismos e institutos. A interpretação dos dados obtidos dessas fontes foi feita confrontando-os com "as observações e entrevistas efetuadas *in loco*" (CIBPU, 1958, p.5).

A perspectiva de análise foi o da Economia Humana, cujo significado é a integração dos problemas humanos como primordiais, numa síntese das ciências sociais visando à satisfação das necessidades. A economia humana é a "disciplina especulativa e prática da passagem, para uma população determinada, de uma fase *menos humana* para uma fase *mais humana*, no ritmo mais rápido e ao custo menor possível, levando em conta as outras populações" (CIBPU, 1958, p.7).

Entretanto, logo no início ficou claro que não se tratava de um plano propriamente dito, uma vez que para isso não houve tempo. Ainda assim, o estudo permitiu que se trouxessem para os responsáveis pela planificação em cada estado e à Comissão os elementos que deveriam facilitar o seu trabalho.

O estudo começa tratando da população, sua distribuição e sua renda. Nesse sentido, ao analisar a documentação que forma o repertório analítico que se relaciona com o desenvolvimento e a valorização humana, a equipe observa que recenseamentos decenais são insuficientes para um país em crescimento como o Brasil, ao mesmo tempo em que registra a necessidade de treinamento dos agentes que operam a rede do IBGE, destacando a importância do trabalho que exercem.

A par disso, constata a necessidade de escritórios regionais de conjuntura, que poderiam realizar sondagens periódicas, para complementar a documentação existente e corrigir problemas de incongruência entre dados do Censo Demográfico e os dos Censos Econômicos (população ativa, por exemplo), entre o Censo Agrícola e as Estatísticas do Serviço de Estatística da Produção do ministério da Agricultura. Dessa forma, o estudo faz uma análise das entidades geradoras de informações, recomendando, inclusive, um levantamento intercensitário, o que veio a ser adotado em 1996, por meio da Contagem da População.

Define como centro de gravidade da população os locais ou áreas para os quais se direcionam os fluxos demográficos de população, detectando que esses movimentos dirigiam-se para o norte, no Rio Grande do Sul, para o oeste, em Santa Catarina, e para o nordeste, no Paraná.

Ao mesmo tempo, procura mostrar o lugar dos três estados no conjunto do Brasil, mediante a construção de gráficos centrados nos percentuais da área ocupada

pelos estados em relação ao Brasil e pela participação da sua população na população brasileira em 1950 e 1955. Traça, então, duas linhas verticais representando cada uma dessas variáveis, e as demais informações são expressas em barras horizontais como a daquelas variáveis de referência (CIBPU, 1958).

Devido ao fato de os três estados serem povoados também por descendentes de europeus não ibéricos, dedica um capítulo à distribuição étnica da população e, seguindo as ideias expostas em artigo por Leo Waibel, contrapõe a população antiga, formada por portugueses e açorianos, que preferiam os campos ou o litoral, a uma onda de conquista de não ibéricos que ocuparam as florestas (CIBPU, 1958).

No geral, esses estudos são detalhados, exaustivos e têm como objetivo uma descrição do quadro representado pelos estados. Analisando o emprego e o subemprego rural, o estudo destaca a evolução da propriedade agrícola assinalando os prejuízos acarretados pela falta de dados precisos. Considera que o "fenômeno do desemprego dissimulado ou do subemprego é disfarçado na agricultura quando predomina a exploração familiar" (CIBPU, 1958, p.93), concluindo que a

A forte natalidade provoca em cada geração uma nova repartição das terras das famílias e já muitas delas têm uma propriedade rural insuficiente para viver. Essa é a causa das partidas freqüentes dos filhos adultos rumo a terras disponíveis e que, sobretudo, não tenham ainda atingido um preço exorbitante. O problema até agora, tem um aspecto diferente no Paraná, o desmembramento se manifesta por um aumento importante do número de explorações de menos de 10 hectares e mesmo de 10 a 100 hectares (CIBPU, 1958, p.97).

Conforme essa análise, a apreciação do subemprego urbano é dificultada pela impossibilidade da comparação com os países desenvolvidos. Recorre a uma pesquisa de Rafael Xavier, que estima a população marginal como o excedente da população urbana em relação ao quádruplo da população industrial, isto é, é marginal toda população urbana cujo número exceda àquela que resulta da multiplicação da população empregada na indústria por cinco. Com isso, o estudo define uma "taxa de marginalismo" para o Brasil de 40%, sendo 16% em São Paulo e 35% no Sul, onde Santa Catarina aparece com 0,9%, Paraná, 24,3% e Rio Grande do Sul, com 39,7% (CIBPU, 1958, p.97).

Quanto à renda da população, após apresentar várias tabelas, constrói um gráfico da evolução da renda territorial de alguns estados da bacia e do Brasil que cruza a participação da renda de cada um dos setores na renda total. Em geral, os

estados do Sul concentram na área de intersecção alta participação da renda gerada pelo setor primário e baixa ou média participação da renda gerada pela indústria e comércio. Esses dados são confrontados com os de São Paulo e Brasil, que se concentram na área oposta do diagrama.

Define e analisa o que chama regiões de vida coletiva, que são conjuntos territoriais, "mais ou menos polarizados por um centro urbano" dotado de melhores equipamentos nos diversos setores: comercial, de crédito, de transporte, de saúde, jurídico, cultural, espiritual e administrativo (CIBPU, 1958, p.185). Nesses termos, essas regiões de vida coletiva coincidem com o que é conhecido como regiões polarizadas nas análises da hierarquia e divisão funcional urbanas.

Com essa definição encerra-se a primeira parte do estudo, composta de análises estatísticas que permitiram diferenciar a população que será objeto de estudo, ainda que os dados estatísticos não permitam conhecer um aspecto capital dos habitantes dos estados, que é o nível geral de vida. E isto foi feito na segunda parte mediante a observação direta sobre mais de 100 unidades rurais e quase 30 unidades urbanas. O método empregado é o do movimento "Economia e Humanismo".

A respeito do assunto, o estudo registra que uma

[...] concentração exata da noção de nível de vida não foi ainda elaborada completamente. É que, de fato, o estudo do nível de vida geral de uma população exige a análise de tão grande número de elementos que se torna difícil, ou quase impossível, apresentá-los todos de uma só vez. Por outro lado, os componentes particulares que entram na definição do nível geral de vida podem variar segundo os climas, as raças, as civilizações, etc. (CIBPU, 1958, p.211).

A terceira parte do estudo refere-se aos problemas do desenvolvimento da organização territorial. No segundo volume em que se encontra a terceira parte, o desenvolvimento é conceituado em termos muito cuidadosos, pois um mal-entendido sobre o assunto pode resultar em graves perturbações, em enormes desequilíbrios e, finalmente, em regressão (CIBPU, 1958).

O desenvolvimento é integral, quando as pessoas são causa e beneficiárias da produção ordenada. Como causas, as pessoas devem ser instruídas técnica e eticamente; como beneficiárias é necessário que se atente para todas as camadas sociais e não somente para as subpopulações privilegiadas. Dessa forma, o desen-

volvimento é um processo contínuo, harmonizado que procura corresponder às necessidades e satisfazê-las (CIBPU, 1958).

A investigação relativa à terceira parte concentrou-se em cinco pontos: a pesca nas lagoas e interiores e no mar; a melhoria da infraestrutura de comunicações, em que se destacam a rede rodoviária e ferroviária, além dos portos e a navegação interior; a produção de energia, associando renda e consumo de energia, compara o consumo per capita de alguns países com o Brasil recorrendo à medida de tonelada equivalente de hulha. A seguir são construídos gráficos em que se associam consumo e renda nesses países. Nesse tópico, dá-se destaque ao programa de eletrificação, enfatizando o consumo per capita de energia do Paraná, correspondentes a 24 watts, uma medida que esconde os efeitos das variações regionais de povoamento.

O norte do Paraná já ligado, em parte, às redes elétricas paulistas, será beneficiado com o aproveitamento das barragens paulistas no Paranapanema, na medida em que o Paraná participe dos investimentos. É o caso, por exemplo, da central hidráulica de Salto Grande (rio Paranapanema) cujo funcionamento é previsto para 1.957... Além da interconexão prevista com o sistema do rio Paranapanema e que não assumirá seu pleno efeito em 1965, prevê-se a valorização do rio Capivari. Estudos mais avançados parecem reduzir as previsões primitivas, quanto à vazão d'água real. Talvez seja conveniente modificar os primeiros projetos que comportavam trabalhos de engenharia consideráveis... Apesar disso, o rio Capivari forneceria uma potência importante, que seria somada às realizações mais modestas (CIBPU, 1958, p.427).

O quarto ponto investigado é a industrialização e produção industrial. Nesse caso entra em cena a unificação do mercado, que inviabiliza o artesanato que se beneficiava do isolamento, e destaca a evolução industrial desses estados.

Nas conclusões e recomendações são enfatizados os fatores positivos e negativos do desenvolvimento, representados por grupos, representados por letras e índices numéricos, como os relativos à população (crescimento, migrações internas, imigração estrangeira), fatores relativos ao solo e à sua utilização, até o grupo H, que se refere aos fatores psicológicos e sociológicos, que incluem origens étnicas, particularismos, oposições e tensões (população costeira, população dos grandes planaltos e das zonas de pastagens), entre outros.

Segundo o estudo, o inventário dos fatores positivos e negativos do desenvolvimento

[...] permitem-nos perceber as potencialidades e as possibilidades dos três Estados do Sul do Brasil em relação às necessidades de sua população, particularmente ativa e de crescimento tão rápido. Potencialidades são capacidades em estado bruto. São bastante consideráveis nos três estados tomados em conjunto. As possibilidades são sempre inferiores às potencialidades, pois estas não podem ser, com efeito, desenvolvidas imediatamente. Uma série de fases é necessária para atingir o desenvolvimento. As possibilidades relacionam-se com as primeiras fases: as de prazo médio, e as de curto prazo, de que deve resultar uma programação. Pertence ao 'político' precisar o plano e o programa para obter o máximo de resultados positivos e coerentes, no ritmo mais rápido e pelo custo menos elevado possível. Seu objetivo não pode ser senão a passagem de todas as camadas da população de um nível menos humano a um nível mais humano. As modalidades desta passagem devem, aliás, variar de camada social a camada social (CIBPU, 1958, p.545).

A partir daí foi possível construir uma matriz de deficiências e ameaças, sendo que o principal entrave ao desenvolvimento é de ordem educativa e cultural. Segue-se-lhe a insuficiência de equipamentos, causada em grande parte pela sede de ganho desordenado "desequilibrando os investimentos e, por conseqüência, a economia global" (CIBPU, 1958, p.547). O terceiro entrave é a insuficiência do poder aquisitivo das massas populares, que limita consideravelmente o mercado industrial e agrícola.

A ausência de diretrizes e de propostas de intervenção impede que se faça uma associação entre os princípios de "Economia e Humanismo" de um desenvolvimento harmonioso voltado à população como causa e objeto do planejamento. Grande parte do diagnóstico, exaustivo e descritivo, não permite que se construa também essa associação. A parte mais rica, ainda que muito convencional, é a identificação dos principais entraves e ameaças que contém de certa forma uma denúncia do estado da arte nesses estados.

Como o objetivo da análise era associar os resultados do estudo com os postulados de Economia e Humanismo, que expressa em larga medida a DSI, a inexistência de um rol de sugestões e de intervenções faz com que essa associação se restrinja ao destaque da ênfase no associativismo, da satisfação das necessidades sob a perspectiva de uma hierarquia até o nível da superação, como será vista também na discussão do Plano Paranaense de Desenvolvimento, e da abordagem integrada dos problemas conforme as várias expressões gráficas constantes nesse estudo.

3.4 PROPOSTAS E REALIZAÇÕES DA SAGMACS NO PARANÁ: O PLANO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO

O assunto deste item é a experiência do Pe. Lebret no Paraná por meio de uma atividade de planejamento vinculada diretamente ao Estado e à administração de Ney Braga, por ele indicado como uma referência de planejamento compatível com os princípios cristãos que orientavam seu governo.

Ao contrário dos estudos realizados pela CIBPU, em que a carência de tempo não permitiu chegar à construção de diretrizes para intervenção visando elevar as condições de vida da população para a passagem de uma fase menos humana para outra mais humana, como preconiza os princípios do movimento Economia e Humanismo, o plano paranaense foi detalhado até os níveis de diretrizes e programas.

O Plano de Desenvolvimento do Paraná foi contratado pela Codepar, para ser executado pela Sagsmacs em conjunto com a Pladep, em fevereiro de 1963. O relatório foi entregue em 10 de julho de 1963, em dois volumes, sendo que o segundo se compõe, em sua maior parte, de matrizes com o valor em milhões de cruzeiros a preços de 1963, correspondentes a cada uma das ações propostas no plano.

A visão concreta da realidade paranaense foi obtida pela equipe Sagsmacs⁹⁹, por meio de levantamentos e documentos já existentes e pela pesquisas de campo. Os primeiros levantamentos referiam-se aos estudos anteriormente elaborados pela

⁹⁹ Equipe da SAGMACS:

COORDENADORES:

Antônio Amilcar de Oliveira Lima, Antônio Cláudio Moreira Lima e Moreira, Celso Monteiro Lamparelli, Francisco Whitaker Ferreira, Frei Benevenuto de Santa Cruz.

TÉCNICOS:

Antônio Carlos Bernardo, João Yunes, João Alfredo Alberti, João Carlos Seixas, Leodegar Jost, Lúcio Felix Frederico Kovarick, Luiz Lorenzo Rivera, Maria Adélia Aparecida de Souza, Myriam Vallias de Oliveira Lima, Pedro Calil Padis, Reynaldo Dias de Moraes e Silva, Saulo Vassimon, Sérgio Gomes Vassimon, Vincenzo R. Bochicchio.

TÉCNICOS DA PLADep:

César Muniz Filho, Haroldo do Amaral, Sérgio Fleishfresser.

COLABORAÇÕES ESPECIAIS:

Antônio de Felice, Danilo Prado Garcia, Geraldo Pinheiro Machado, João Parrison Villares, José Américo Sampaio Júnior, José Cassiano Gomes dos Reis Júnior, Maria Luiza Bresser da Silveira, Arlindo Borba Oliveira.

Pladep e outros órgãos da Administração Estadual. O método adotado na pesquisa de campo levou em conta:

- contato com toda a Administração para um perfeito conhecimento da máquina administrativa e suas atividades;
- entrevistas com especialistas e autoridades em diversos setores com a finalidade de detectar os principais problemas do Estado, a serem aprofundados nas pesquisas posteriores;
- contato global, que totalizou 90 entrevistas em dezesseis cidades de todas as regiões visando sua caracterização e a seleção de pontos de amostra;
- pesquisa geral, que atingiu 55 principais cidades e 350 entrevistas com a finalidade de aprofundar o conhecimento de problemas estratégicos para o desenvolvimento;
- pesquisas específicas sobre as condições de vida de três grupos populacionais "problemas", respectivamente das regiões do café, do dinheiro e do litoral, reunindo 110 entrevistas;
- análise da situação da pecuária paranaense com vistas às áreas de criação (entrevistas) e levantamento e análise de uma amostra representativa dos estabelecimentos industriais do Paraná.

O número total de entrevistas foi portanto de 550, representando todos os níveis da população e os variados setores de atividade pública e privada, coerentemente com a perspectiva de democratização do planejamento, adotada no presente Plano (PARANÁ, 1963, p.10-11).

A parte inicial do segundo volume é formada pelas propostas de reformulação dos quadros governamentais.

O primeiro volume do relatório traz a conceituação do desenvolvimento como um processo contínuo de elevação dos níveis de vida da população de forma rápida e com o menor custo social possível, atendendo-se solidariamente aos diversos grupos e comunidades. Em seguida adverte que a noção de desenvolvimento integral não pode ser confundida com qualquer um de seus componentes: crescimento, progresso, desenvolvimento econômico, desenvolvimento setorial, que correspondem a parcelas de um todo. O objetivo final do desenvolvimento é a plena realização das potencialidades de cada "homem e de todos os homens", o que depende do progresso econômico e do progresso social que se condicionam mutuamente.

Para que se consiga o desenvolvimento é necessário que se adote a prática do planejamento, pois os fatores econômicos e sociais em presença do processo de desenvolvimento devem ser disciplinados por técnicas seguras de planejamento.

É evidente que cabe ao Governo a maior parcela de responsabilidade no planejamento de desenvolvimento. Como líder e coordenador dos desejos e das ações coletivas, cabe-lhe o papel de iniciar o processo de planejamento, levando a coletividade a aceitar a disciplina exigida pelo planejamento. Por outro lado, o Governo dispõe do instrumental indispensável ao conhecimento de toda

a realidade e conhece a totalidade dos recursos existentes. O planejamento pressupõe, assim, a existência de um Governo capaz de utilizar esse instrumental e conduzir a coletividade a níveis superiores de realização humana (PARANÁ, 1963, p.2).

O método de análise da realidade paranaense, seguindo os princípios de "Economia e Humanismo", considera que comunidades têm necessidades escalonadas, "segundo o grau de imperatividade relativamente à elevação do nível de vida, isto é, face ao processo de desenvolvimento integral e harmonizado" (PARANÁ, 1963, p.3). Assim, há um grupo de necessidades que se refere às condições de subsistência, chamado de *necessidades básicas*, que se integra pela alimentação, vestuário, saúde e moradia. Aqueles bens que tornam a vida das pessoas mais amena compõem o segundo grupo de necessidades, chamado de *necessidades de conforto*. O terceiro grupo refere-se às *atividades de superação*, que traduzem as aspirações dos indivíduos a uma existência mais autenticamente humana, ou seja, as aspirações voltadas para a assimilação de valores de sua época que lhes permitam participar do progresso social e assumir responsabilidades coletivas, superando, assim, o universo limitado dos problemas individuais.

Identificados os principais problemas que afetavam a população do Paraná, o Plano definiu um horizonte de atuação de sete anos, a partir de 1964, com diretrizes para o desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, planejamento territorial e, por último, para a reforma dos quadros governamentais. Tanto nas diretrizes para o desenvolvimento social quanto para o desenvolvimento econômico, uma definição precisa da situação existente era o ponto de partida. No caso do desenvolvimento social, a ênfase recaiu nas várias formas de marginalidade; já o desenvolvimento econômico tinha como meta implantar um setor industrial dinâmico, além da tônica na especialização econômica do estado, como meio de integração na divisão de trabalho nacional e internacional. As várias medidas propostas podem ser vistas no quadro a seguir:

QUADRO 1 - DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ, 1963

DIRETRIZES	
Desenvolvimento Social	Síntese da situação social
	Observações sobre os tipos de marginalidade social
	Critérios de planejamento
Desenvolvimento Econômico	Síntese da situação econômica
	Objetivos do desenvolvimento econômico
	Aumento e diversificação da produção agrícola
	Implantação de um setor industrial dinâmico
	Defesa da produção de especialização estadual
Planejamento territorial	O planejamento estadual no desenvolvimento
	Diretrizes do planejamento territorial relativamente às funções externas do Paraná
	Diretrizes do planejamento territorial relativamente às funções internas do Paraná
	A integração da estrutura territorial
	As funções externas e internas das regiões de planejamento
	As comunidades de base territorial
Diretrizes para a reforma dos quadros governamentais	Estrutura governamental do Paraná
	Desalienação da administração pública estadual
	Dinamização interna da máquina administrativa
	Regionalização dos serviços públicos
	Treinamento de pessoal

FONTE: Paraná (1963, v.1)

O plano, além de se referir ao ramo industrial, particularmente à necessidade de implantação de um setor industrial dinâmico, preocupava-se com a indústria de caráter mais local:

A impossibilidade de desenvolver a curto prazo um Plano que abranja simultaneamente a todos os setores dever-se-á ativar o setor industrial através da implantação em todo o território do Estado de indústrias propulsoras ao desenvolvimento agrícola e concentração dos esforços de dinamização da indústria junto aos atuais eixos industriais. As indústrias propulsoras de desenvolvimento agrícola. serão montadas por companhias regionais de desenvolvimento econômico, geridas pelo poder público, e que deverão mobilizar os capitais da própria região para investimentos. Entre outros cabe citar a industrialização do leite, carne, fibras vegetais, cana-de açúcar e oleoginosas. Para a dinamização dos eixos industriais já citados, deve-se proceder ao estudo das perspectivas de cada local, elaborando projetos, e mobilizar para sua implantação, os empresários locais, ou as próprias companhias regionais de desenvolvimento econômico. Estas indústrias deverão ocupar-se basicamente dos setores mais dinâmicos, com a elaboração de produtos que não dependem de apenas uma operação industrial, entre as quais se colocam as indústrias metalúrgicas, mecânicas, de material elétrico, de material de transporte, de equipamentos agrícolas, química, farmacêutica, etc. (PARANÁ, 1963, p.35).

Adverte, contudo, para a necessidade de superação das carências relacionadas à infraestrutura de energia e de transporte:

No entanto, carece a indústria de transformação para seu desenvolvimento, de abastecimento de energia elétrica em larga escala. Nesse sentido a potência instalada, da ordem de 36 W/hab., em 1961, situa o Paraná abaixo da média brasileira. Dos 200 MW instalados, 75% correspondem a empresas concessionárias de serviço público e 25% a auto-produtores. O consumo de energia elétrica se divide entre 52% consumo industrial e 48% consumo não-industrial, ou seja, residencial, comercial e outros.

Uma apreciação genérica do sistema de energia elétrica do Estado põe à mostra o isolamento dos diversos concessionários, geralmente com capacidade geradora esgotada, e por outro lado, a existência de mercados substanciais sem distribuição. Impõe-se, pois, consolidar o mercado de energia elétrica do Estado, segundo seus três escalões de necessidade: a) nas zonas de concessão de empresas distribuidoras, com maiores suprimentos energéticos; b) nos mercados potenciais de vulto, com redes de distribuição; c) nas zonas de ocupação mais recente, com a implantação de pequenos geradores locais para posterior interligação. No primeiro nível estas necessidades poderão ser atendidas com a grande linha de transmissão Maringá-Curitiba e a interligação aos centros produtores externos da USELPA, CELUSA e SOTELC, e interligação da UTEFLA, podendo-se deixar Capivari-Cachoeira para uma fase mais avançada, com mercado já consolidado no segundo nível com a extensão de redes de distribuição e no terceiro pela implantação de geradores locais (PARANÁ, 1963, p.35-36).

A terceira parte do Plano continha a proposta de vários programas para viabilizar as diretrizes escolhidas para se atingir o desenvolvimento integral na linha de Economia e Humanismo. O programa destinado a eliminar as condições sub-humanas da população destaca, entre outros objetivos, as condições dos trabalhadores assalariados nos dois grandes projetos econômicos de então, o café e a madeira, vistas como situações-problema.

A propósito do assunto, o Plano identifica os problemas relativos aos segmentos de trabalhadores de acordo com as zonas territoriais e as atividades produtivas. Esses segmentos, segundo o Plano, representavam um contingente de aproximadamente 500 mil pessoas.

Problemas graves afetam determinados grupos da população: os "volantes" da agricultura no Norte, os trabalhadores da madeira nas regiões do pinheiro e os pescadores e lavradores do Litoral.

O primeiro grupo se relaciona diretamente com a cultura do café. É composto na sua maioria, por elementos nordestinos chegados ao Paraná através de levadas migratórias desordenadas, caracterizam-se os "volantes" por intensa mobilidade territorial e pelo subemprego sazonal, decorrente do próprio sistema de cultura do café. Esses fatores, adicionados a condições precárias de trabalho e ao sistema espoliativo de arrematação e contratação da mão de obra geram padrões extremamente baixos, favorecendo acentuado desequilíbrio social em visível contradição com a pujança econômica da região.

A atividade madeireira, por sua vez, repousa em sistema de trabalho e de remuneração lesivo para o trabalhador e sua família. Toda a exploração da madeira acusa níveis de vida sociais e econômicos extremamente precários. Essa situação se verifica, de modo particular, nas "serrarias do mato", onde é freqüente o regime de 10 a 12 horas de trabalho diário em troca do salário mínimo. Na caracterização das condições de vida desses trabalhadores deve ser mencionado de modo especial o fator "isolamento", acarretando deficiências e desequilíbrios de ordem propriamente social como também de ordem econômica, pois o sistema vigente de compra dos "armazens" das referidas serrarias é conhecidamente lesivo para o trabalhador, em virtude de seus preços sempre superiores aos preços praticados nos centros urbanos. A população da zona do litoral, composta na sua maioria por pequenos pescadores e lavradores acusa níveis de vida extremamente baixos num contexto de quase total estagnação. As condições gerais de vida desta população são particularmente afetadas pelo sistema de comercialização vigente em toda a região; com efeito, a transferência de praticamente toda a renda gerada na região para o setor terciário impede a formação de poupança e os investimentos que seriam indispensáveis para a elevação do nível de vida tanto dos lavradores, como dos pescadores (PARANÁ, 1963, p.15-16).

Nesses termos, programas deveriam ser implantados juntamente com as intervenções necessárias à eliminação das condições sub-humanas, ou seja, a superação daquele quadro que antecede a própria satisfação das necessidades humanas, conforme a hierarquia das necessidades.

O incentivo ao crescimento econômico deveria ser dado por meio destes programas: o primeiro, o apoio à agricultura voltada para o mercado interno, estimulando as condições gerais de produção como os meios de transporte ao lado da valorização do produtor. O segundo refere-se ao estímulo às indústrias motoras do desenvolvimento, que vem a ser a expressão acabada das políticas de desenvolvimento propostas por Perroux, fundada nas indústrias capazes de gerar efeitos importantes para a frente e para trás. Finalmente, o estímulo e a manutenção dos três grandes projetos que estavam na base do crescimento recente da economia paranaense: o café, a madeira e o mate.

O Plano trata com destaque a reformulação dos quadros governamentais, a ênfase no planejamento democrático com participação da população e o cuidado com o interesse geral da população nas atividades fins.

Uma leitura desses programas possibilitou sintetizá-los no seguinte quadro:

QUADRO 2 - AS AÇÕES E PROGRAMAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 1963

QUADRO DE PROGRAMAS	
Programas	Ação
Eliminação das condições sub-humanas	Doença de Chagas
	Verminose
	Condições sociais do "volante do café"
	Condições sociais dos "peões" de serraria
	Condições sociais dos pescadores e pequenos lavradores do litoral
Atendimento das necessidades básicas da população	Litígios de terras
	Água potável
	Esgoto
	Vacinação
	Doenças mentais
	Tuberculose
	Lepra
	Assistência materno-infantil
	Assistência médico-hospitalar e dentária
	Medicamentos
	Educação de base
Atendimento das necessidades de superação da população	Ensino primário
	Ensino médio
	Qualificação profissional
	Esporte e recreação
	Sindicalismo
Atendimento e diversificação da produção agrícola	Cooperativismo
	Organização de Comunidades
	Produção para o abastecimento: carne, leite, ovos, produtos da lavoura
Estabilidade e dinamismo interno da economia	Escoamento da produção: transporte, ampliação de mercado
	Remuneração do produtor: fluidez de comercialização, valorizar o produto para o produtor
	Indústrias motoras do desenvolvimento agrícola
Proteção à produção especializada do Paraná	Indústrias dinâmicas
	Energia elétrica
	Café
Objetivos especiais quanto à Implantação Territorial	Recursos florestais
	Mate
	Curitiba
	Polos urbanos regionais
Reformulação dos quadros governamentais	Desenvolvimento urbano
	Nucleação rural
	Administração superior
	Planejamento democrático
	Participação da população
Reformulação dos quadros governamentais	Atividades fins: mobilização de recursos, prestação direta de serviços, garantia de direitos e de segurança dos membros da comunidade; manutenção da ordem pública
	Atividades meio: pessoal, material e transporte, edifícios públicos, organização, método e comunicação, contabilidade, tesouro, estruturas dos órgãos-meio

FONTE: Paraná (1963, v.1)

Analisando a Mensagem enviada pelo Governador à Assembleia Legislativa, em maio de 1964, em que presta contas das ações realizadas durante o ano de 1963, não se constata qualquer referência ao Plano contratado e executado nesse ano. Há, entretanto, uma referência ao esforço de se fazer a reforma administrativa em que a Pladep é citada pelo fato de ter feito análise rigorosa de todos os órgãos da administração "examinando-se leis e regulamentos em que se alicerçava a tumultuada estrutura do Estado do que partiu a reforma administrativa e foram reestruturados todas as Secretarias de Estado" (MENSAGEM, 1964, p.xxv).

Também na Mensagem encaminhada em maio de 1965, quando faz uma detalhada prestação de contas de todo seu governo, Ney Braga não faz qualquer referência ao Plano no preâmbulo da prestação de contas.

De qualquer forma, a contribuição da Sagma foi definitiva na reestruturação da administração pública, realizada em 1963.

3.5 PE. LEBRET E A IGREJA NO BRASIL: UMA ARENA DE CONFLITO

Neste tópico procura-se expor o ambiente com o qual o Pe. Lebret se deparou no Brasil. Ainda que pouco se fale do Paraná, subentende-se que a ação da Igreja e de seus intelectuais e porta vozes era homogênea, ou seja, grande parte das divergências era interna à Igreja e referiam-se à crescente expansão dos seus setores progressistas, mas que não tiveram nenhuma expressão nessa época.

Como se trouxe anteriormente, Lebret esteve no Brasil em 1947 e deixou o país sob pressão da hierarquia eclesiástica; colocou-se também que retornou em 1952 e aqui permaneceu até 1965. Pode-se afirmar, então, que ele vivenciou todo o ambiente político pré-64. Eis o quadro institucional em que ele viveu sua experiência brasileira.

A breve biografia de Lebret, particularmente a ênfase que se deu ao modo como ele define, na prática, o seu papel de membro do clero e de uma ordem religiosa no mundo do trabalho e das pessoas simples, permite construir a demonstração das causas que o levaram a uma situação conflitiva no Brasil.

Na tese, esse não é um conflito qualquer. Trata-se de um conflito bem localizado; é um conflito que se dá em dois planos inter-relacionados, o conflito com a intelectualidade católica brasileira e outro com a alta hierarquia católica do Brasil.

Esse tema será desenvolvido mais a frente, mas, por ora, basta dizer que a intelectualidade católica brasileira é formada por escritores ligados à Ação Católica, por isso, ao Centro Dom Vital, e à Liga Eleitoral Católica. Além disso, incluímos, também, aqueles escritores que se afastaram desses centros em virtude de divergências de natureza política e doutrinária. Eles haviam sido representantes típicos da intelectualidade católica da época, de um lado, Alceu de Amoroso Lima e, de outro, Gustavo Corção.

Não é fato de menor importância que o Pe. Lebrecht fora convidado a se retirar do país pela alta hierarquia católica sob pressão da comunidade católica e da comunidade política brasileiras. Igualmente, não é fato sem importância a descrição de Corção¹⁰⁰ da sua presença no Rio de Janeiro, na década de 1960, quando ele é visto como uma versão da influência do comunismo na Igreja Católica, particularmente com a política de João XXIII. Também, não se pode deixar de lado a crítica que os dominicanos faziam da organização sob a forma de paróquias, uma organização que eles associavam ao ruralismo.

Toda a análise deste item assenta-se numa proposição que identifica a ação da Igreja nesse período como sendo fortemente influenciada pela necessidade da restauração, isto é, o retorno aos temas vigentes antes da proclamação da República, quando a Igreja e o Estado estavam estreitamente relacionados. Não se quer dizer com isso que a Igreja desejasse um retorno ao padroado, mas é fora de dúvida que ela se esforçava para obter por meios legais o financiamento público do culto, mediante tratamento privilegiado por parte dos poderes públicos.

Para esta análise foram selecionadas três entidades criadas pela hierarquia católica no Brasil que expressam com clareza a ação da Igreja: o Centro Dom Vital, a Liga Eleitoral Católica e a Ação Católica.

¹⁰⁰ Gustavo Corção Braga nasceu no Rio de Janeiro, no dia 17 de dezembro de 1896, filho de Francisco Braga, e de Graciete Corção Braga. Iniciou as atividades docentes, nos cursos primário e secundário do Colégio Corção, de propriedade de sua mãe. Em 1920, quando cursava o último ano de engenharia, abandonou os estudos para trabalhar numa firma de levantamentos topográficos, de propriedade de um irmão. Em 1925 assumiu o cargo de assistente da cadeira de astronomia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, iniciando sua carreira de professor universitário. Em 1935 tornou-se professor de eletrônica na Escola Técnica do Exército, atual Instituto Militar de Engenharia (IME), e começou a trabalhar no setor de telecomunicações da Rádio Cinefon Brasileira. A morte de sua mulher, Diva Paiva, em 1936, desencadeou uma grave crise existencial. Aprofundou-se na leitura das obras dos pensadores católicos Gilbert Chesterton e Jacques Maritain, convertendo-se ao catolicismo em 1939, quando conheceu Alceu Amoroso Lima, na época presidente do Centro Dom Vital. Sob a influência desse líder católico, passou a estudar a filosofia tomista, sendo depois encaminhado para o Mosteiro São Bento, onde fez estudos de teologia. Em 1939, colaborou na revista *A Ordem*. Em 1951, com a ida de Alceu Amoroso Lima para Washington, assumiu a liderança do Centro Dom Vital. Após o regresso de Alceu em 1953, as divergências entre ambos deflagraram uma aguda crise interna no CDV. Em 1963 Corção afastou-se do Centro Dom Vital, seguido por cerca de duzentos associados. Apoiou o movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart. Em 1966, abandonou a carreira docente, aposentando-se no IME, na Escola Nacional de Engenharia e na CTB. Em 1967, tornou-se membro do Conselho Federal de Cultura, órgão do Ministério da Educação e Cultura. Passou a colaborar em publicações da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade (TFP). Faleceu no Rio de Janeiro no dia 6 de julho de 1978. Deixou dois filhos do primeiro casamento e quatro filhos do segundo, contraído com Hebe Nathanson Ferreira da Silva (DHBB, 2001, p.1592-1593).

O Centro Dom Vital foi fundado no Rio de Janeiro, em maio de 1922, com o objetivo de atrair a intelectualidade para a Igreja e formar uma geração de intelectuais católicos. Ele foi fundado por Jackson de Figueiredo e contava com a presença do Pe. Leonel Franca como assistente eclesiástico indicado por Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, bispo diocesano do Rio de Janeiro.

O Centro promovia conferências sobre filosofia e teologia para pequenos grupos reunidos com essa finalidade e passou a editar a revista *A Ordem*, que fora criada em 1921. Logo após a fundação do centro no Rio de Janeiro, outros centros e publicações católicas foram criados no país.

Mas, diante da possibilidade da grande reforma constitucional prometida por Artur Bernardes na sua campanha à presidência da República, a partir de 1925 a preocupação do Centro se concentrou em criar meios para interferir na elaboração das mudanças na Constituição de 1891. Para isso, Dom Leme e Jackson de Figueiredo direcionaram os esforços do centro na mobilização dos católicos numa campanha em favor das chamadas "Emendas Religiosas" à Constituição. A campanha foi veiculada pelo Centro Dom Vital e pela revista *A Ordem* (DHBB, 2001, 1984). Essas emendas referiam-se entre outras coisas à obrigatoriedade da instrução religiosa nas escolas públicas e ao reconhecimento da religião católica romana como religião oficial do país.

Alceu Amoroso Lima assumiu a direção da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital em 1928, em virtude da morte de Jackson de Figueiredo, transformando-se daí em diante no intelectual católico por antonomásia. Apesar de tido como mais liberal, continuou impulsionando o Centro com a mesma orientação conservadora ou restauradora de seu antecessor.

No ano seguinte, o Centro ingressou como associado na Coligação Católica Brasileira, que organizava a atuação concertada das várias entidades católicas que existiam ou estavam surgindo. Alceu Amoroso Lima assumiu, também, a direção da coligação e a assistência eclesiástica ficou a cargo, igualmente, do Pe. Leonel Franca. Desse modo, a Coligação e o Centro passaram a formar uma única frente.

Em 1932, durante a chamada revolução constitucionalista, deflagrada pela elite paulista contra o Governo Provisório que havia convocado uma Assembleia Constituinte para 1933, após a legislação eleitoral apropriada, o Centro manteve uma política de neutralidade, mesmo porque já conseguira de Vargas o decreto que restabelecia o ensino religioso nas escolas públicas. Essa neutralidade assegurou

ao Centro e às demais organizações católicas criadas à volta do Centro a manutenção do status de entidades de utilidade pública, o que assegurava o recebimento de subsídios governamentais. Em contrapartida, as entidades católicas e irmandades que assumiram a posição de hostilidade ao governo provisório ou ao Cardeal Leme tiveram seus subsídios suspensos até a mudança das respectivas diretorias.

Essa ação persecutória já fora anteriormente adotada com um dos proeminentes membros do Centro, o advogado Sobral Pinto, cuja coluna n' *A Ordem* foi extinta em 1933 por causa da sua oposição ao governo provisório que não convocara uma Assembleia Constituinte imediatamente, o que iria servir de pretexto para a elite paulista contestar o governo provisório mediante o recurso à luta armada.

Por volta de 1937, às vésperas do Estado Novo, o Centro contava com 20 ramos espalhados pelo país que incluíam grupos universitários e operários. Nessa mesma época, a Coligação Católica Brasileira criou a Confederação da Imprensa Católica com o objetivo de orientar a linha editorial das várias publicações católicas dentro do princípio do zelo com a boa imprensa.

No início da década de 1940, Alceu Amoroso Lima, influenciado pela ideia de "humanismo integral" do filósofo Jacques Maritain, propôs uma nova plataforma para o Centro, que rejeitava a ideologia integralista. Além dessa mudança ideológica, foi instalada a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1941, o que veio a reforçar a influência do Centro Dom Vital, mesmo porque o Pe. Leonel Franca fora indicado pelo Cardeal Leme para ocupar a reitoria da nova universidade.

Mas a mudança de orientação que Alceu Amoroso Lima implantou trouxe dificuldades para o Centro, que se viu enfraquecido por divergências internas. E tal situação foi agravada pela perda do suporte eclesiástico com as mortes, em 1942, do Pe. Leonel Franca e do Cardeal Leme, cujo sucessor, Dom Jaime de Barros Câmara¹⁰¹, declarou oposição a Alceu Amoroso Lima.

¹⁰¹ Jaime de Barros Câmara nasceu em São José (SC) no dia 3 de julho de 1894, filho de Joaquim Xavier de Oliveira Câmara e de Ana de Barros Câmara. Em 1914, ingressou no Seminário de Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo (RS), diplomando-se cinco anos depois, em filosofia e teologia. Em 1.º de maio de 1920, foi ordenado padre na catedral Metropolitana de Florianópolis. Em 1927, foi nomeado primeiro reitor do Seminário Menor de Azambuja, no município de Brusque (SC), função que desempenharia até 1935. Dois anos depois foi designado cônego. Em junho de 1935, foi nomeado monsenhor. Em dezembro de 1935, tornou-se o primeiro bispo de Mossoró (RN), por nomeação do papa Pio XI, que criara essa diocese em junho de 1934. Desenvolveu uma linha de atuação preocupada basicamente com dois aspectos: o das vocações e o da ação social junto aos trabalhadores das salinas locais. Dom Jaime foi responsável pela

A queda de Vargas, que abriu espaço para o debate político e a organização partidária, trouxe mais um impulso para *débâcle* do Centro Dom Vital, pois os seus membros espalharam-se pelas várias organizações políticas que iam surgindo, como

organização da Ação Católica local. Em 3 de julho de 1943, dom Jaime foi nomeado pelo Vaticano para suceder a dom Sebastião Leme, tomando posse na Cúria Metropolitana em 15 de novembro. Dom Jaime deu ênfase ao ensino religioso, ministrando pessoalmente aulas de religião no Instituto de Educação da Prefeitura do Distrito Federal. Datam dessa época seus contatos com as unidades militares, entre as quais, as academias do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, para as quais preparou e muitas vezes presidiu as celebrações da Páscoa. Dom Jaime deu continuidade ao projeto iniciado por dom Sebastião Leme, resultou na criação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. No início de 1946, dom Jaime viajou para Roma, onde foi eleito e proclamado cardeal presbítero no consistório realizado em 18 de fevereiro, tendo recebido de Pio XII o anel e o chapéu cardinalícios. Dom Jaime tornou-se dessa forma o terceiro cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, passando nesse mesmo ano a integrar e a presidir a comissão episcopal para a Ação Católica Brasileira (ACB), cuja reformulação promoveu. No dia 14 de outubro 1952, dom Jaime participou da primeira sessão da reunião extraordinária de instalação da CNBB, que representou a concretização do anteprojeto elaborado durante o Congresso Mundial de Leigos, realizado em Roma em 1950. Nesse Congresso, um dos principais defensores da ideia da CNBB foi o monsenhor Montini, na época sucessor do sumo pontífice e que mais tarde se tornaria o papa Paulo VI. Em 1954, a CNBB tornou-se o porta-voz mais autorizado da Igreja Católica no Brasil. Entre 25 de julho e 4 de agosto de 1955, realizou-se no Rio, o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, além da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Essa conferência decidiu a criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), para a qual dom Jaime foi eleito presidente, função que exerceria até 1960. Entre 1958 e 1963, dom Jaime Câmara assumiu a presidência da CNBB em substituição a Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, que ocupara o cargo desde a criação do órgão, em 1952. Nessa instituição, no entanto, a figura de maior projeção continuou sendo a de seu secretário-geral, dom Hélder Câmara. Em 1963, a maioria da hierarquia eclesiástica parecia estar convencida de que a agitação que se fazia para a aprovação das reformas sociais favorecia, inevitavelmente, a implantação do comunismo no país. Nesse sentido, um grupo de bispos e arcebispos, entre os quais dom Vicente Scherer, dom Angelo Rossi e dom Eugênio Sales, além de dom Jaime, enviou uma carta a dom Cândido Pandim, que, desde 1962, vinha substituindo dom Hélder no cargo de assistente nacional da ACB, solicitando que os assistentes eclesiásticos da Ação Católica Brasileira "formassem a consciência dos militantes no ensino autêntico da Igreja e de sua doutrina social", conservando-se afastados de "certas correntes ideológicas em voga no meio do laicato". A mensagem revelava, por fim, o temor da Igreja ante a radicalização do movimento católico. Ainda por essa época, dom Jaime foi um dos principais incentivadores da vinda para o Brasil do padre Patrick Peyton, que implantou no Brasil a Cruzada do Rosário em Família, organização que congregava devotos que participavam em massa de congressos eucarísticos e promoviam campanhas anticomunistas. A Cruzada do Rosário em Família acabou por tornar-se um dos instrumentos de mobilização da classe média nas cidades contra o governo de João Goulart, muito embora sua interferência em questões políticas só tenha aflorado quando da realização de uma grande concentração no Rio de Janeiro que contou com o apoio dos bispos conservadores, entre os quais dom Jaime. Em 19 de março de 1964, seis dias após o comício presidido por Goulart na estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e durante o qual Goulart assinou alguns decretos preliminares relativos a reformas sociais, quinhentas mil pessoas desfilarão em São Paulo na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em protesto contra tais decretos, atendendo à convocação de uma frente de organizações conservadoras, entre as quais se incluía a Cruzada do Rosário em Família. Uma semana depois, o arcebispo do Rio, através de sua Confederação Católica, convocou todas as associações a ela filiadas (entre as quais a Cruzada do Rosário em Família e os Círculos Operários Católicos) e organizou outra marcha em oposição a Goulart. No dia 31 de março, eclodiu o movimento político-militar que depôs o presidente da República. A marcha carioca saiu às ruas no dia 2 de abril, já caracterizada como uma "marcha da vitória". Dom Jaime de Barros Câmara morreu no dia 18 de fevereiro de 1971, em Aparecida do Norte. Entre as diversas obras por ele publicadas inclui-se o *Manifesto do episcopado sobre o problema político e a questão social do Brasil* (1945) (DHBB, 2001, p.963-967).

a Campanha da Resistência Democrática, liderada por Sobral Pinto¹⁰², ou pelos partidos, entre eles, a União Democrática Nacional (UDN) ou o Partido Democrata Cristão (PDC). Essas pessoas desvinculavam suas opções de qualquer orientação do Centro (DHBB, 2001).

Em 1951, Gustavo Corção ocupou a liderança do Centro Dom Vital, porém, em 1953, Alceu Amoroso Lima retornou de sua estada em Washington (EUA) e com isso, estabeleceu-se entre os dois líderes católicos a polarização que seria responsável pela crise interna do Centro que durou até 1963, quando Corção, juntamente com outros duzentos associados, saiu do Centro. Em 1964, a revista *A Ordem* parou de circular, com a regularidade devida, principalmente pelas divergências entre seus colaboradores. A partir de então o Centro Dom Vital passa a perder importância.

A Liga Eleitoral Católica (LEC), criada também por Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra em 1932, é colocada sob a direção de Alceu Amoroso Lima com o objetivo de convencer o eleitorado católico a votar nos candidatos à Assembleia Constituinte nas eleições de 1933 e interferir nas discussões da nova Constituição a partir de 1934. A Liga atuou nas sucessivas eleições realizadas no Brasil até 1962, quando mudou de nome para Aliança Eleitoral pela Família (ALEF).

Entre os antecedentes da Liga Eleitoral Católica pode-se listar o panfleto escrito em 1931, provavelmente por Alceu Amoroso Lima sob inspiração de Dom Sebastião Leme, que circulou entre leigos e religiosos católicos denunciando a ruptura entre os ideais espirituais e os ideais políticos, isto é, a separação entre Igreja e Estado (DHBB, 2001).

¹⁰² Heráclito Fontoura Sobral Pinto nasceu em Barbacena (MG) no dia 5 de novembro de 1893, filho de Príamo Cavalcanti Sobral Pinto e de Idalina Fontoura Sobral Pinto. Formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em 1928 ocupou o cargo de procurador-geral do Rio de Janeiro. Ainda nesse ano ingressou no Centro Dom Vital. Em 1933 aderiu à LEC. Em 1936 foi encarregado pela OAB de defender Luis Carlos Prestes, então líder da sublevação promovida pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o Partido Comunista Brasileiro. Em agosto de 1955 participou, ao lado de outras personalidades, da Liga da Defesa da Legitimidade, movimento cujo objetivo principal era lutar pela realização das eleições e garantir a posse dos eleitos. Com a renúncia de Jânio Quadros (agosto de 1961), Sobral Pinto defendeu a posse do vice-presidente João Goulart. Em 1967 foi eleito presidente do Centro Dom Vital e em 1968 foi demitido pelo Cardeal Jaime de Barros Câmara. Após a decretação do AI-5, de 13 de dezembro de 1968, foi preso por alguns dias. A partir do AI-5, Sobral Pinto assumiu a defesa de vários acusados de crimes políticos. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 30 de novembro de 1991. Era casado com Maria José de Azambuja (DHBB, 2001, p.4680-4683).

Há, ainda, o plano esboçado, também em 1931, por Heitor da Silva Costa, membro do Centro Dom Vital, em que se propunha uma organização eleitoral que unificasse os votos dos católicos. Essa ideia transformou-se em realidade quando Getúlio convocou as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933.

A ideia inicial, apresentada ao Cardeal Leme por Alceu Amoroso Lima e Sobral Pinto, era de se criar um partido político católico, ideia recusada pelo Cardeal Leme, que preferia uma atuação paralela ou acima do partido, distanciando-se do modelo europeu em que havia partidos católicos em vários países. Diante dessa recusa, alguns membros do Centro Dom Vital, sob a liderança de Alceu, "passaram a planejar a formação de uma organização eleitoral sem caráter partidário" (DHBB, 2001).

Dessa forma, o Centro Dom Vital foi o principal responsável pela organização da Liga Eleitoral Católica, com a qual manteve estreita relação, não só pelo papel de diretor de consciência do Cardeal Leme, como também pela presença de Alceu Amoroso Lima na direção das duas entidades.

O programa da Liga foi divulgado às vésperas das eleições para a Constituinte defendendo os direitos políticos da Igreja e uma política social fundada nas encíclicas. A Liga propunha que a Constituição fosse promulgada em nome de Deus e não do povo. Além disso, exigia que houvesse o reconhecimento constitucional da indissolubilidade do matrimônio e que o matrimônio religioso tivesse validade civil. A educação religiosa obrigatória nas escolas públicas de nível primário e secundário deveria figurar na nova Constituição juntamente com a concessão de assistência religiosa às forças armadas, às prisões e aos hospitais.

Esses itens formavam uma espécie de programa mínimo que deveria ser adotado pelos candidatos dos diferentes partidos que pleiteavam o apoio da Liga. Além desses, figuravam no programa outros itens, como o compromisso de preservar a ordem social contra atividades subversivas e eliminar qualquer legislação que se opusesse aos princípios fundamentais da doutrina cristã, quer isso ocorresse de forma explícita, quer implícita.

Diferente dessas duas instituições, a Ação Católica surgira por recomendação do Vaticano para o apostolado dos leigos. Seguramente a Ação Católica foi a que menos objetivo político possuía até sua desagregação final em agrupamentos políticos, a maioria de caráter esquerdista.

Sua criação em 1935 atendia solicitação do papa Pio XI para que fossem fundadas em todo o mundo associações leigas, vinculadas à Igreja, destinadas ao

apostolado. A ideia de se criar essas associações fora formalizada na sua primeira encíclica de 1922, *Urbi Arcano Dei Consilio*, quando a Igreja foi definida como a única força "capaz de curar a chaga do materialismo onipresente e de restabelecer consciências na harmonia e na paz". Com base nesse documento, Pio XI sugeriu a criação de um movimento mundial com ramificações nos vários países, como extensão do braço da hierarquia eclesiástica, para evangelizar as nações.

Assim, a criação da Ação Católica no Brasil se dava com 13 anos de atraso e vinha responder à constatação dolorosa para a Igreja¹⁰³, que era a presença insignificante do clero em certos meios sociais, particularmente no meio operário, visto pela Igreja como o alvo preferido dos comunistas.

Ação Católica surge então como o primeiro programa da Igreja de âmbito nacional e totalmente voltado para o laicato, que foi encarregado de divulgar os princípios católicos na vida individual, familiar e social. A par disso, a Ação Católica deveria chamar para si a tarefa de coordenar as associações e obras católicas existentes no país, para que elas tivessem uma orientação única.

Para a organização da Ação Católica no Brasil foi adotado o modelo italiano (DHBB, 2001, 1984), no qual as dioceses tinham papel importante, pois funcionavam como núcleos básicos e, até certo ponto, autônomos dentro da organização. Os associados se agrupavam segundo os critérios de idade e sexo. As paróquias serviam como ponto de apoio para uma organização comandada pelos bispos nas suas dioceses.

Preocupada em assegurar a unidade de ação dos diferentes movimentos católicos já existentes, ao mesmo tempo em que lhes conferia maior eficiência, a Ação Católica previu nos seus estatutos a formação de confederações diocesanas das associações e obras católicas. Reunidas, essas confederações formariam a Confederação Católica Brasileira.

Pouco antes da morte do Cardeal Leme, a Ação Católica começava a dar sinais de esgotamento, senão de fracasso. Ele mesmo havia reconhecido a pouca

¹⁰³ Não se pode esquecer que Leão XIII definiu a "perda da classe operária" pela Igreja como sendo o escândalo do século.

mobilização suscitada pelo movimento que havia criado. Em 1966, ela foi extinta em virtude de novas diretrizes emanadas da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros.¹⁰⁴

Nessa mesma época já se delineava no interior da Ação uma nova modalidade de organização do laicato que se inspirava nos princípios que vinham sendo difundidos pelo Pe. Cardjin¹⁰⁵. Este padre considerava que a promoção bem-sucedida de uma reforma espiritual profunda dos indivíduos demandava a reforma concomitante do meio em que viviam e trabalhavam. Por isso, a ênfase deveria ser na inserção do indivíduo no seu meio social e não nas paróquias.

Eis que se propunha para a Ação Católica um modelo de organização afinado com os objetivos da reforma espiritual em que o meio social assumia relevância. Pode-se, pois, considerar que tal modelo e as concepções de apostolado que cabiam aos leigos aproximavam-se das ideias do Pe. Lebret, quando ele se propunha a inserir-se na vida prática e mundana das pessoas por meio das técnicas de

¹⁰⁴ A CNBB, associação civil católica, foi criada em 16 de outubro de 1952 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, por iniciativa de dom Hélder Câmara (designado como secretário-geral), então bispo auxiliar do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara. Para a presidência foi escolhido o cardeal dom Carlos Carmelo Mota, arcebispo de São Paulo. O objetivo da CNBB era de coordenar e subsidiar as atividades de orientação religiosa, de beneficência, de filantropia e assistência social em todo o território nacional. Na época, era a terceira conferência episcopal do mundo. A CNBB representava uma tentativa de centralizar o poder da Igreja, que se encontrava fracionado em dezenas de dioceses espalhadas pelo país, caracterizando-se no decorrer dos anos por uma presença ativa no campo social. Dois anos após a fundação da CNBB, a Santa Sé enviou ao Brasil um novo núncio papal, dom Armando Lombardi, que até morrer, em maio de 1964, desempenharia um papel fundamental na orientação e na sustentação da unidade da CNBB e de seu secretariado (DHBB, 2001, p.1525-1534).

¹⁰⁵ Pe. Joseph Cardjin nasceu na Bélgica no dia 13 de novembro de 1882. Foi ordenado padre em 1906. Seu pai trabalhava nas minas de carvão e faleceu antes de sua ordenação, vítima de doença causada pelas condições de insalubridade do trabalho de que se ocupava. De Pio XI o Pe. Cardjin recebe total apoio para seu trabalho já iniciado há algum tempo. Pe. Cardjin, tocado pelas condições de vida indignas dos jovens trabalhadores e impressionado pelo seu afastamento da fé e da Igreja, começou a organizar grupos de jovens trabalhadores. Assim nasce a JOC, Juventude Operária Católica. A pedagogia da JOC, no entendimento do Pe. Cardjin, se assenta em três convicções ou "verdades fundamentais": a) verdade da experiência: a própria vida dos jovens trabalhadores, as condições de vida indignas em que vivem; b) a verdade da fé: o destino eterno e temporal de todos e de cada um dos jovens trabalhadores como filhos de Deus; destino e dignidade que são negados pelas condições concretas em que vivem; c) a verdade pastoral ou do método: a necessidade de uma organização cristã e de uma ação conduzida pelos próprios jovens trabalhadores para tornar realidade sua dignidade de filhos de Deus. Estava assim lançado o método "Ver, Julgar e Agir" que da JOC passou a outras organizações da Ação Católica e se tornou um valioso instrumento de reflexão e de formação utilizado também em documentos oficiais do magistério da Igreja. Esse método é assumido pelo Diretório de Catequese da Igreja no Brasil com o nome de "Interação Fé e Vida". Pe. Cardjin recebeu da Igreja a honra do cardinalato, tendo falecido na Bélgica em 1967. Está em curso seu processo de Beatificação (RODRIGUES, 2010).

conhecimento que desenvolvera, e ainda dos próprios dominicanos, para os quais a vida paroquial deveria dar lugar a outras formas de propagação do Evangelho.

Essa mudança de rumo, entretanto, não foi aceita. A ela se opôs um grupo chefiado por Plínio Correia de Oliveira, que se desligou nesse ano da Ação Católica Brasileira (DHBB, 2001).

Mas a reorganização defendida pelo Pe. José Cardjin só ocorreria em 1950, baseada nos modelos francês, belga e canadense nos quais as paróquias e dioceses não tinham tanta importância e os critérios de filiação por idade e sexo deram lugar aos grupos representativos de diferentes meios sociais. Assim, além da Juventude Operária Católica (JOC)¹⁰⁶, outros grupos de atuação nacional, como a

¹⁰⁶ Juventude Operária Católica (JOC), associação civil católica, reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesiástica em 1948 como setor especializado da ACB destinado à difusão dos ensinamentos e da doutrina da Igreja no meio operário. Após a criação da ACB em 1935, formaram-se em algumas dioceses do país grupos especializados nos meios estudantil e operário. Nessa época, foi criada a JOC na diocese do Rio de Janeiro. Entretanto, a formação nacional da JOC, da JEC e da JUC só se tornou possível em consequência das reformulações sofridas pela ACB após a morte de seu criador, dom Sebastião Leme, ocorrida em 1942. Depois do reconhecimento nacional da JOC em 1948, consolidaram em 1950 os novos estatutos da ACB. A adoção dos modelos francês, belga e canadense de organização do laicato reduziu a importância das dioceses e valorizou os grupos nacionais ligados aos diferentes setores da sociedade. Vinculada à JOC internacional, a JOC brasileira adotou o método "ver, julgar e agir", que consistia em analisar a realidade à luz da doutrina da Igreja, traçando em seguida linhas de ação. Em junho de 1954, dom José Távora, bispo auxiliar do Rio de Janeiro e assistente nacional da JOC, presidiu a reunião em que foram definidos os objetivos da entidade. Sua principal atribuição seria formar líderes católicos capazes de assumir a direção da classe operária, na tentativa de evitar a influência comunista. Em agosto de 1957, em Roma, a JOC internacional reuniu trabalhadores de 87 nações para esclarecer as concepções fundamentais da organização. Em 1960, a ACB começou a se envolver com o trabalho nos centros urbanos. A Associação Católica Operária (ACO), equivalente adulto da JOC, e a própria JOC prosseguiram seus trabalhos de evangelização do meio operário, mesmo de forma limitada, sob a direção da hierarquia eclesiástica. Em outubro de 1961, realizou-se no Brasil o II Congresso Mundial da JOC. Nessa época, a entidade congregava três milhões de jovens trabalhadores em 97 países. O Conselho Mundial da JOC era o órgão supremo do movimento jocista. Reunia-se de quatro em quatro anos para eleger novos dirigentes, debater sobre as atividades e traçar diretrizes. Em 1961, o brasileiro Bartolo Peres foi eleito para a presidência da JOC internacional. Até 1964, o trabalho da JOC foi intenso em várias cidades e um dos mais estruturados da ACB. Até 1968, a JOC e a ACO foram dirigidas por conselhos nacionais e regionais. Nesse ano a JOC contava com 527 militantes, 101 dirigentes e 26 coordenadores permanentes. Entre seus aderentes, 144 desempregados formavam o grupo mais numeroso, seguido por 130 operários industriais e 77 empregadas domésticas. Os recursos para a manutenção da organização provinham principalmente da JOC internacional, sediada em Bruxelas, da França e da Itália. Em 1968, vários elementos da Igreja foram perseguidos por seu apoio às manifestações operárias e estudantis de repúdio ao regime vigente. A perseguição do governo militar freou uma atuação mais radical da JOC. Várias prisões foram efetuadas entre pais e filhos ligados à JOC (DHBB, p.2908-2909).

Juventude Agrária Católica (JAC)¹⁰⁷, foram reconhecidos oficialmente e implantados. Essas modificações não podiam, entretanto, romper a ligação da Ação Católica com a Igreja à qual devia se submeter por meio da hierarquia eclesiástica.

Para complementar a descrição do ambiente político e ideológico em que Lebret ia atuar, particularmente na década de 1950, é importante a análise de algumas das suas principais entidades de militância política da Igreja no Brasil, com a caracterização da intelectualidade católica, em específico, três de seus principais representantes: Alceu Amoroso Lima, Jackson de Figueiredo e Gustavo Corção.

No cenário político e ideológico em que esses intelectuais se manifestaram, outros podiam ser acrescentados, como o Pe. Leonel Franca, que foi um destacado polemista em defesa da doutrina católica diante de correntes filosóficas que contraditavam implícita ou explicitamente a doutrina católica, entre as quais o existencialismo. Ele foi também um polemista ao colocar-se, no plano da doutrina e da exegese bíblica, contra pensadores protestantes, entre os quais o Prof. Otoniel Mota e o Sr. Lisâneas Cerqueira Leite, para quem o seu livro *Protestantismo no Brasil* era uma resposta.

Aqueles três nomes representam, contudo, a trajetória predominante no pensamento católico, que é a aproximação com o integralismo, tanto é assim que Wilson Martins assinala que a "linhagem doutrinária Farias Brito – Jackson de Figueiredo – Alberto Torres – Alceu Amoroso Lima – Plínio Salgado era, nos

¹⁰⁷ Associação civil reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesiástica em julho de 1950 como setor especializado da ACB. Tinha por objetivo difundir os ensinamentos da Igreja nas zonas rurais. No ano de 1950, a ACB instituiu novos critérios de organização do laicato pela adoção dos modelos francês, belga e canadense, que se distinguiam do modelo italiano até então empregado. O novo modelo incentivava a formação de grupos representativos de diferentes meios sociais, entre os quais o meio rural. Restrita a algumas dioceses, a JAC teve uma atuação intensa em algumas áreas, mas pouco expressiva em nível nacional. Mesmo nos primeiros anos da década de 1960, quando a JUC e a JEC se empenharam em transformar o papel da Igreja no interior da sociedade brasileira, a JAC manteve-se discreta. Com a repressão desencadeada pelo movimento político de março de 1964, a JUC e a JEC foram bastante perseguidas. Suas tarefas foram então levadas adiante pela JAC, pela JOC e pela Ação Católica Operária (ACO). Do momento em que aumentou seu compromisso social e político, os militantes da JAC passaram igualmente a sofrer perseguições. Reunidos no mês de julho de 1966, os membros da JAC manifestaram-se, como já havia feito a ACO, contra a precariedade das condições de vida do trabalhador nordestino. Alguns bispos da Região Nordeste emitiram uma declaração moderada de apoio à JAC e à ACO, solidarizando-se com os trabalhadores. Entretanto, a nova orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em relação aos movimentos leigos da Igreja provocou a partir de 1966 o esvaziamento da ACB e de seus ramos especializados. Assim como a JEC, a JUC e a Juventude Independente Católica (JIC), a JAC entrou em processo de dissolução. Desapareceu a partir da crise da ACB, iniciada em 1966. A JAC era filiada ao Movimento Internacional da Juventude Agrária Católica, sediada em Louvain, na Bélgica (DHBB, p.2907).

começos da década de 1930 um lugar-comum tacitamente aceito e, por assim dizer, canônico, nos meios católicos [...]" (MARTINS, 1996, v.6, p.127).

Farias Brito e Alberto Torres eram os mestres de consciência da direita que tinha em Jackson de Figueiredo¹⁰⁸ seu ativista, mas Alberto Torres, curiosamente, pela via do nacionalismo, era também o diretor de consciência da esquerda (MARTINS, 1996, v.6, p.31). Alceu Amoroso Lima foi o intelectual cujo itinerário desviou-se, aos poucos, da linha direitista para um trajeto mais à esquerda, sem que o anticomunismo que predominava no seu pensamento fosse abandonado. Continuou sempre como um pensador anticomunista.

Gustavo Corção, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima têm em comum o fato de serem todos eles convertidos. Corção tornou-se conhecido quando, aos 48 anos de idade, publicou o livro *a Descoberta do Outro*, no qual expõe sua trajetória até a conversão ao catolicismo. Jackson de Figueiredo publicou, em 1918, seu livro *Algumas Reflexões sobre a Filosofia de Farias Brito*, cujo subtítulo "Profissão de Fé Espiritualista" traça sua trajetória espiritual das convicções materialistas da juventude para o espiritualismo. Alceu Amoroso Lima publicou, em 1922, o seu primeiro livro com o ensaio *Afonso Arinos*, que ensejou um demorado debate com Jackson de Figueiredo, o que provocou sua conversão posterior ao catolicismo, em 1928, ano em que faleceu Jackson de Figueiredo.

Na década de 1930 não se conseguia separar o meio católico do meio integralista. Essa estreita ligação aparece quando da inauguração da Universidade do Distrito Federal instalada por Anísio Teixeira, defensor do ensino laico em contraste com a campanha da Igreja em defesa do ensino religioso católico. Intelectuais católicos denunciaram a nova universidade como um núcleo de esquerdista. Nessa época havia um acordo tácito entre a hierarquia integralista e a hierarquia católica em

¹⁰⁸ Jackson de Figueiredo Martins nasceu em Aracaju (SE) em 9 de outubro de 1891 e faleceu no Rio de Janeiro em 4 de novembro de 1928. Bacharelou-se em Direito na Faculdade Livre de Direito da Bahia. Transferiu-se para o Rio de Janeiro e lá exerceu atividade como professor, jornalista, crítico, ensaísta, filósofo, político e líder católico, após sua conversão ao catolicismo, em 1918. Entre 1921 e 1922 fundou Centro Dom Vital, com a finalidade de congregar leigos e religiosos no aprofundamento da doutrina católica e também a revista *A Ordem* e a *Liraria Católica*. Entre os livros que publicou figuram *Xavier Marques*, 1913; *Garcia Rosa*, 1915; *Algumas reflexões sobre a filosofia de Farias Brito*, 1919; *Humilhados e iluminados*, 1921; *Do nacionalismo na hora presente*, 1921; *Afirmções*, 1921; *A reação do senso*, 1922; *Pascal e a inquietação moderna*, 1922; *Aula de Sousa*, 1924; *Literatura reacionária*, 1924; *A coluna do fogo*, 1925; *Durval de Moraes e os poetas de Nossa Senhora*, 1925; *Aevum*, 1932 (póstuma) (Disponível em: <www.vivabrazil.com>. Acesso em: 09 fev. 2010).

torno da ideia de que a instauração do Estado integral correspondia à reinstauração da relação com o Estado, que fora extinta pela Constituição de 1891.

Resenhando o livro *A Ordem – uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)*, de Cândido Moreira Rodrigues, Marcos Gonçalves chama a atenção do leitor para o fato de *A Ordem* ser uma revista associada diretamente ao movimento de "restauração católica", que procurava garantir à Igreja maior presença na sociedade divulgando propostas de reordenação do país nos moldes cristãos, ou seja, construir a "alma brasileira". Sugere como documento-chave para se entender o papel da imprensa, principalmente a importância do zelo pela boa imprensa como variável estratégica para se conseguir os objetivos da reordenação cristã da sociedade brasileira, a *Pastoral dos Bispos do Brasil*, de 1890.

Jackson de Figueiredo, segundo Alceu Amoroso Lima (MARTINS, 1996, v.7, p.67), foi o primeiro a denunciar os erros e males do liberalismo, ao invocar a necessidade de um regime de autoridade que colocasse um freio à onda de dissolução dos costumes políticos pela ideologia democrática.

Como Jackson de Figueiredo mantinha relações estreitas com os integralistas portugueses que prepararam o caminho para o Estado Novo salazarista, Alceu o considerava, também, o precursor do integralismo nacional, com os quais os católicos brasileiros sempre andaram de mãos dadas.

Jackson de Figueiredo, ao encontrar em Farias Brito, em 1915, um mestre, estabeleceu com ele uma relação intelectual de onde saiu o movimento espiritualista das duas décadas seguintes. Assim, Farias Brito e Alberto Torres tornam-se os diretores de consciência da direita que encontra em Jackson de Figueiredo seu maior ativista, e que passa a preconizar não a contra-revolução mas o contrário da revolução (MARTINS, 1996, v.6, p.31).

Com o livro *Algumas Reflexões sobre a Filosofia de Farias Brito*, que tinha como subtítulo "Profissão de fé espiritualista", composto por cinco artigos publicados em 1914 e 1915, traça seu próprio itinerário espiritual, das convicções materialistas da juventude ao espiritualismo em que agora se inscrevia. O espiritualismo se tornará um dos adjetivos mais característicos do vocabulário ideológico dos próximos anos, assumindo cada vez mais o significado de catolicismo, o que, no dizer de Martins, despojava desde logo todas as demais religiões de espiritualidade. Esse fato retrata bem o quadro de facciosismo que marcava o Brasil da época. Assim, se

na parte doutrinária ou filosófica, Jackson de Figueiredo se limitava a parafrasear as idéias de Farias Brito, ele dá desde logo um passo além, no que se refere à ordem política, com o postulado de que a sociedade civil se deve organizar pela 'orientação, tanto política como moral' do Catolicismo (MARTINS, 1996, v.6, p.61).

Tradicionalismo, espiritualismo, nacionalismo são os ingredientes básicos da Direita Ideológica, donde se derivou o entusiasmo que Farias Brito manifestou pela Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial. Jackson de Figueiredo manifestou o mesmo entusiasmo em artigos publicados sem sua assinatura na revista *Brazileia* (MARTINS, 1996, v.6, p.76).

Em 1918, a publicação do livro *Alberto Torres e sua Obra*, por A. Sabóia Lima, completara o quadro mental que no futuro daria origem à dita linhagem doutrinária formada por Farias Brito, Jackson de Figueiredo, Alberto Torres, Alceu Amoroso Lima e Plínio Salgado.

Já, em 1929, Nestor Vítor registrava que o catolicismo estava tão em moda quanto estivera o positivismo quarenta anos antes, mesmo mantendo-se como assunto reservado a padres e velhos medalhões. Impunha torná-lo respeitável entre os intelectuais por meio de um movimento que atingiria seu auge cinco anos mais tarde, mas que naquele momento já estava em pleno progresso.

Apesar do progresso desse movimento, as posições brutalmente reacionárias de Jackson de Figueiredo despertavam repugnância instintiva em muitos potenciais "companheiros" que não conseguiam superá-la. Isso restringiu muito as simpatias que poderia despertar, como registrou João Ribeiro, citado por Martins: "Não foi o ultramontanismo religioso, mas sua dedicação incondicional à legalidade nos governos Epitácio e principalmente Artur Bernardes", que afastou potenciais simpatizantes (MARTINS, 1996, v.6, p.457).

Nas vésperas da convocação da Constituinte que deu origem à Constituição de 1934, a Igreja, mediante a Ação Católica e por intermédio de sua militância intelectual, organizou grandes manifestações de massa com o objetivo de aprovar o maior número de projetos de lei que atendesse a seus objetivos que, em linhas gerais, poderiam ser aglutinados sob um único princípio: recuperar todos os privilégios que gozava em virtude da sua relação com o Estado, entre os quais o ensino religioso, o casamento religioso, se possível com o fim do casamento civil, a não aprovação do divórcio. Foi

uma verdadeira mobilização envolvendo a doutrinação pela imprensa, pelo rádio e pelo púlpito.

Tudo isso foi de uma eficácia tão grande que deixou claro que a organização de um Partido Católico não era necessária, pois o partido poderia ser contraproducente em virtude das polarizações que certamente provocaria. Assim, o velho sonho de Jackson de Figueiredo foi sepultado, principalmente com veto do Cardeal Leme, que preferiu criar a Liga Eleitoral Católica, que se reservava o direito de veto contra todos os candidatos a postos eletivos "que não subscrevessem expressamente os seus princípios, o primeiro dos quais era a oposição ao divórcio" (MARTINS, 1996, v.6, p.568-69).

Gustavo Corção com o livro *Três Alqueires e uma Vaca*, de 1945, fez a crítica exacerbada da técnica em defesa do espiritualismo (MARTINS, 1996, v.7, p.239) para contestar o primado da dimensão econômica e, por extensão, o comunismo. Anteriormente, com o livro *Descoberta do Outro*, ele apareceu no cenário intelectual brasileiro da época como o filósofo por excelência do Catolicismo Brasileiro pois, entre outras ideias contrapôs-se a um sociologismo que instalara nos espíritos a noção da relatividade das crenças.

A adoção de valores espirituais em contraposição à técnica não define um pensador como reacionário, mas sim quando ele encara o espiritualismo como o contrário da técnica e vice-versa, pois existem também, como registra Martins (1996, v.7, p.243), os tecnocratas reacionários.

No seu caso, a condenação da técnica em nome do espiritualismo continha em germe a sua inflexão cada vez mais acentuada para as posições reacionárias, da mesma forma que a rejeição da técnica em termos absolutos tem, a curto e a longo prazos, conseqüências que não podemos ignorar. Era de novo, em termos invertidos, mas confirmada por um católico a tese famosa de Max Weber: não só o Protestantismo era capitalista por essência, como o Catolicismo, de seu lado, era supostamente anti-capitalista [...] (MARTINS, 1996, v.7, p.243).

Os livros de Alceu Amoroso Lima, "*O Espírito e o Mundo*" e "*Indicadores Políticos*", publicados em 1936, são todos livros de direita. No primeiro caso, o mundo é tomado no sentido que lhe dá o Catecismo, como um dos inimigos da alma e denunciava os meios pedagógicos laicos como baluarte vermelho. Para Alceu, o maior inimigo do humanismo ocidental era o "bolchevismo intelectual", que expressava uma insurreição anti-humanista com duas formas de se manifestar; de um lado, a

revolução cultural francamente comunista; de outro, a desagregação cultural interna da nossa civilização. Definia o humanismo ocidental como sendo a resultante da inteligência helênica, da ordem latina, da espiritualidade cristã e da ciência moderna.

Os pioneiros anisianos (de Anísio Teixeira) da educação que se apoderaram da educação pública foram acusados como sendo a causa dessa ação demolidora retratada pela bolchevização da cultura (MARTINS, 1996, v.7, p.64).

É ilustrativo dessa crítica aos ativistas do movimento escolanovismo, liderado por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, as controvérsias que gerou a criação do Instituto de Educação (IE), em 1933, em São Paulo (EVANGELISTA, 2002). A ideia de se criar o instituto foi de Fernando de Azevedo como a primeira experiência brasileira de formar professores em nível superior. Em 1934, o Instituto de Educação foi assimilado à Universidade de São Paulo que acabara de ser criada.

Não demorou muito para que Fernando de Azevedo e o Instituto de Educação se transformassem em alvo privilegiado da crítica de alguns setores do governo varguista e da Igreja Católica, principalmente porque o projeto de formar docente que ali seria implementado, concretizava o ideal dos militantes da Escola Nova que se projetaria para todo o sistema de ensino. "No caso específico da Igreja Católica, a concepção de um preparo científico e laico do professor confrontava-se com os interesses católicos, inclusive os relativos à dominância do mercado pedagógico." (EVANGELISTA, 2002, p.18).

O Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (IEUSP) foi, finalmente, extinto em 1938. Para que isso acontecesse tiveram papel decisivo muitos dos intelectuais católicos e membros do *staff* governamental de Ademar de Barros.

Antes, porém, de seu fechamento, o IEUSP ensejou debates relacionados à controvérsia que sua criação havia gerado. Azevedo deflagrou uma campanha em favor da escola pública e laica, pautando-se por um procedimento que feria as suscetibilidades católicas, pois procura expor por meio do debate as duas posições antagônicas de modo que elas pudessem ser julgadas. Seu interesse era trazê-las à tona para que as posições atrasadas dos conservadores, no dizer da autora, pudessem ser vistas e analisadas.

Com esse objetivo, Fernando de Azevedo dualizou as concepções educacionais entre "tradicionais" e "renovadoras", mas seu principal contendor nas discussões,

Franciso Azzi¹⁰⁹, porém, trouxe outro fator para o debate, a Rússia Vermelha, identificada com o grupo de Azevedo e Anísio Teixeira. Dessa identificação partilhavam Alexandre Correa, Alceu Amoroso Lima, Lourenço Van Acker, todos militantes católicos (EVANGELISTA, 2002, p.21). "Entre as frentes eleitas para atuação, a educacional foi considerada fundamental, mesmo porque historicamente se constituiu como terreno católico de atuação praticamente preferencial. [...]" (EVANGELISTA, 2002, p.22).

O ano de 1931 foi importante para os católicos, pois intensificaram suas atividades dirigidas para a conquista do mercado escolar. Foram, de certa forma, auxiliados por decreto do governo varguista, tornando facultativo o ensino religioso nas escolas, o que, de certa forma, atendia a algumas das reivindicações do clero católico apesar da crítica feita pelo Pe. Leonel Franca às limitações do decreto. Nesse mesmo ano anunciaram a realização do 1.º Congresso Católico de Educação, a ser promovido pelo Centro Dom Vital, de São Paulo. A partir desse congresso, as estratégias de combate aos pioneiros da escola nova foram deflagradas na medida em que foram definidas as posições dos educadores católicos em face do Estado e da escola oficial. O combate foi direcionado para as ideias de laicidade do ensino, de coeducação dos sexos e do monopólio da educação pelo Estado (EVANGELISTA, 2002, p.23).

Mas a questão religiosa, ainda que permanente no litígio, não era um dos seus componentes principais. Esses grupos entraram em conflito porque queriam o controle da "alma brasileira", colocando-se a disputa no plano cultural, ou seja, queriam conquistar o troféu que seria a construção da nação, e uma das principais armas da contenda era a universidade.

Ainda em 1940, podia se constatar a oposição dos católicos brasileiros aos estudos da economia e sociologia que punha em evidência sua estreiteza mental no momento exato em que uma suposta "ala esquerda" da Igreja estava adotando Jacques Maritain como uma espécie de filósofo oficial. Mesmo esses grupos mais avançados, entretanto, pretendiam conciliar uma abertura liberalizante com a política reacionária da Ação Católica, voltada para reconstruir a relação com o Estado, perdida com a proclamação da República. Essa postura contraditória refletia um catolicismo puramente intelectual (MARTINS, 1996, v.7, p.158), indignando Georges

¹⁰⁹ Francisco Azzi e Fernando de Azevedo eram conhecidos de longo tempo, pois foram, ambos, lentes do Instituto Pedagógico.

Bernanos¹¹⁰ que escreveu uma carta a Alceu Amoroso Lima sobre a Ação Católica em que dizia ser os dois "inconciliáveis à maneira como dois cristãos podem sê-lo, isto é, só em Deus nos conciliaremos." (MARTINS, 1996, v.7, p.158).

Já em 1941, os escritos reunidos na *Meditação sobre o Mundo Moderno* retratam o seu desligamento gradativo das posições direitistas tradicionais, mas o anticomunismo ainda predominava no seu pensamento, quando manifesta o claro desejo de que a máquina militar nazista destrua a máquina militar russa, pois o "esmagamento do comunismo será um bem inapreciável para a civilização, da mesma forma que o será depois a derrota da Alemanha pelo novo eixo Londres – Nova York". Acrescenta uma crítica aos católicos que acreditam ainda nas vantagens de uma nova ordem totalitária, porque uma vitória do nazismo é tão nefasta quanto a do comunismo (MARTINS, 1996, v.7, p.174).

Isso não o impede, entretanto, de fazer distinções entre totalitarismo, observando que entre os extremos da corrente, representados por Stalin e Salazar, há Franco, Mussolini e Hitler (MARTINS, 1996, v.7, p.174).

Alceu Amoroso Lima nessa trajetória mais liberalizante não deixou de receber ataques não só da extrema esquerda ou esquerdistas extremados, mas dos grupos católicos com os quais sua discordância aumentava, ainda que continuasse na direção da Ação Católica. Georges Bernanos, por exemplo, escrevendo-lhe em 16 de junho de 1942, dizia que aprovava quase tudo o que lera na *Meditação sobre o Mundo Moderno*, mas dava-lhe uma estocada:

Permita-me dizer-lhe que a sua posição com respeito ao grosseiro oportunismo dos clericais e às suas atitudes sucessivas e sonsamente contraditórias parece-me tirar-lhe todo crédito moral junto a numerosos homens de boa vontade. Não se pode condenar nos outros os mesmos equívocos que se toleram entre os seus (MARTINS, 1996, v.7, p.197).

A responsabilidade de Alceu Amoroso Lima pela orientação reacionária da sociedade brasileira por um longo período de anos não deve ser olvidada pela

¹¹⁰ Bernanos nasceu em Paris em 1888 e faleceu em Neuilly-sur-Seine, em 1948. Foi considerado o maior romancista católico de seu tempo e participou muito ativamente na vida política de seu país, particularmente como membro da direitista Ação Francesa. Foi soldado de trincheira na Primeira Guerra Mundial e repórter na Guerra Civil Espanhola. Residiu no Brasil de 1938 a 1946, quando escreveu muitas de suas obras (Disponível em: <<http://kirjasto.sci.fi/bernanos.htm>>. Acesso em: 06 set. 2010).

orientação posterior que assumiu. Como assinala Martins: "é certo que, a essa altura, os católicos chamados 'esclarecidos' pagaram o inevitável tributo das contradições intransponíveis e da lógica pela metade. [...]" (MARTINS, 1996, v.7, p.197).

É esse ambiente ideológico da Igreja que o Pe. Lebret vivencia quando de sua estada no Brasil.

3.6 PE. LEBRET E O "GOLPISMO": OUTRA ARENA DE CONFLITOS

Outro tipo de conflito que o Pe. Lebret certamente enfrentou no Brasil e no Paraná refere-se ao ambiente de profunda desconfiança em que se desenrolavam as atividades políticas.

Vimos no capítulo dois, a fragmentação partidária e política das atividades de representação política. Agora trata-se de um outro fator que vem da desconfiança generalizada na defesa de ideias políticas em virtude da dissensão interna provocada pela Guerra Fria e o anticomunismo desenfreado que predominava na arena política.

É possível associar esse conflito a vários fatores, mas neste estudo quer se explorar um fator – a desconfiança – que pouco tem merecido a atenção dos pesquisadores sociais, mas que nos parece fundamental porque permite a associação com um livro clássico da sociologia, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, de Max Weber.

Da ótica weberiana, o capitalismo só pode surgir de uma ética específica, que veio à tona justamente com a ascensão do calvinismo, ao qual ele associa um ascetismo que levou ao aparecimento das condições necessárias e suficientes para a emergência do capitalismo. N'A *ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber retratou essa profunda revolução de consciência que extrapola de longe a ética do trabalho, pois se produziu um novo racionalismo que vai ser o quadro de referência para todos os aspectos da vida, o princípio da dominação do mundo. Ou seja, "todas as dimensões do pensamento e da ação humana" sujeitam-se à instrumentalidade do capitalismo, o que dá lugar ao aparecimento da reificação provocada pelo domínio da impessoalidade, pois a não fraternidade essencial do caminho da salvação do protestantismo ascético retira das relações intersubjetivas sua característica emocional, com isso a própria peculiaridade das relações entre homens.

O que permitiu a capacidade de associação pessoal para além da comunidade familiar é a capacidade protestante de associação para fins de interesse comum, decorrente da confiança intersubjetiva que, para Weber, provem do espírito de seita do protestantismo. As seitas, nos Estados Unidos, deram aos indivíduos que dela faziam parte uma espécie de "atestado de idoneidade" que lhes permitia fazer negócios com desconhecidos, num país vasto como aquele. Por isso, havia a necessidade econômica e social de afiliação religiosa, sem a qual se corriam sérios riscos de ruína econômica, perda de crédito e de clientela. A confiança intersubjetiva decorria do pertencimento à seita que, por sua vez, tinha um caráter eminentemente instrumental.

O destaque para essa ambiguidade democrática cultural destina-se a mostrar que não se trata de invocação de modelos societários, de casos exemplares no sentido de serem dignos de imitação, mas simplesmente de chamar a atenção para o fato de que as condições de desenvolvimento em que o moderno se opõe ao atrasado só emergiram com uma revolução de consciência provocada pelo protestantismo ascético.

A presença de Le Bret no Brasil, se dá principalmente no ambiente definido pela ação da Igreja Católica no período que antecede o golpe de Estado de 1964, quando o governo constitucional de João Goulart foi derrubado e em seu lugar instalado uma junta militar sob a direção de Costa e Silva, o chamado Comando Supremo da Revolução. Golpe do qual a Igreja participou ativamente, sob o pretexto da luta contra o comunismo.

Em agosto de 1946, o Brasil parecia ingressar num período de vida democrática, a Constituição acabara de ser promulgada. Quando os títulos e artigos da Constituição, preparados pela comissão constitucional foram enviados ao plenário da Constituinte, a polícia dispersava um comício convocado pelos comunistas para comemorar o primeiro aniversário de vida legal do partido. No mês de junho de 1946, quando os constituintes apresentavam suas emendas ao projeto da comissão constitucional novamente as sedes do Partido Comunista Brasileiro foram invadidas e fechadas pela polícia em diversas cidades. Em meados de agosto, o jornal comunista *Tribuna Popular* foi impedido de circular durante 15 dias e no dia 23 a realização de comícios foi proibida em todo o território nacional. A votação em plenário dos títulos e artigos da constituição, que havia começado no dia 13 de agosto, coincidia, também, com outros eventos dessa mesma natureza, como a prisão da maioria dos dirigentes comunistas e a invasão de residências de parlamentares do partido na noite de 30 de agosto. Quase um ano mais tarde, no dia 7 de maio de 1947 as sedes e comitês

do partido foram fechados pela polícia em virtude da cassação do registro do PCB pelo Tribunal Superior Eleitoral. O ano de 1948 teve início com a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. Assim começava a vigência da nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Nesse ambiente aportou no Rio de Janeiro o Pe. Louis-Joseph Lebret.

A decretação da ilegalidade do Partido Comunista era o resultado da pressão exercida sobre o governo no âmbito do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947, em decorrência do início da Guerra Fria. O TIAR, que estabeleceu o alinhamento automático do Brasil com os Estados Unidos, foi aprovado pela Conferência Interamericana de Manutenção da Paz e Segurança do Continente, reunida em Petrópolis, de 15 de agosto a 2 de setembro de 1947. O presidente norte-americano Harry Truman esteve presente nessa conferência.

Esse clima de instabilidade redundou na intervenção em 143 sindicatos de trabalhadores pelo ministério do Trabalho, já no final do governo Dutra esse número se elevou para quatrocentos sindicatos dos 944 existentes.

O período em que a presença de Lebret constitui objeto de investigação foi, portanto, marcado pela Guerra Fria. O país vai estar dividido entre dois grandes grupos, os que estavam alinhados com a política externa dos Estados Unidos e os que não se alinhavam com essa política, alguns vinculados à política externa da União Soviética, mas a maioria simplesmente preocupada com uma política que traduzisse o interesse nacional.

O surgimento de novos partidos no período constitucional de 1946, criou um ambiente político inusitado com o qual a elite política não estava habituada, daí a ideia que surgiu logo depois da posse de Dutra (1945) da organização de um grupo político com vistas a dar apoio ao novo presidente no Congresso e, no final, assegurar a eleição de um candidato comum a todos os partidos.¹¹¹

¹¹¹ Na República Velha predominou o situacionismo, ou seja, a necessidade de um candidato único em todas as eleições presidenciais e que traduzissem uma composição política comandada pelo acordo das oligarquias regionais, particularmente de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Essas medidas foram tomadas logo no início de seu governo, depois da queda da ditadura varguista. Assim, Dutra patrocinou junto às lideranças do Congresso uma coalizão política, formada pelo Partido Social Democrático, a União Democrática Nacional e o Partido Republicano, com o nítido objetivo de isolar o Partido Trabalhista Brasileiro no cenário político nacional. Essa coalizão recebeu o nome de Acordo Interpartidário e dava a Dutra uma base de apoio de 235 deputados, dos 286 que compunham a Câmara. Com isso Dutra teve a oportunidade de governar sem oposição partidária. Mas o Acordo Interpartidário não resolveu o problema da sucessão presidencial que girava em torno de buscar o candidato único, ou candidato de união nacional, no molde da Velha República. A vida partidária morria assim no nascedouro, complementando a extinção do partido comunista e a cassação de mandato dos candidatos eleitos pelos comunistas.

Seguindo o procedimento que vem sendo adotado de procurar o que é específico de uma situação analisada, a Guerra Fria não é específica da situação brasileira e por extensão do Paraná. Ela foi a marca comum da política internacional de todo esse período.

No Pós-Guerra o Brasil passou por um processo de desenvolvimento em que a economia cresceu a taxas elevadíssimas, até que houve o esgotamento do modelo de crescimento por volta de 1963. Passado um período de quase estagnação e com taxas inflacionárias elevadas, a economia voltou a crescer após 1968 até meados de 1973, quando apareceram os primeiros sinais de uma nova crise econômica. Mas esse período pós-68 não se encontra no horizonte desta tese, que vai de 1950 a 1965.

Esse crescimento não foi específico do Brasil. Vários países, com maior ou menor intensidade, passaram por esse mesmo processo, que foi definido pela literatura como um período de acumulação fordista, no qual o Estado tem um papel central, tanto como investidor direto em atividades econômicas quanto como regulador do processo de acumulação, pois o mercado não tinha função reguladora dominante ou exclusiva. Então a participação do Estado e o crescimento econômico não são fatores capazes de particularizar a experiência brasileira do período.

O que pode ser específico do Brasil no período é o golpismo¹¹², visto aqui como uma prática política relacionada à contestação permanente da legitimidade das eleições presidenciais pelos derrotados. Faz parte do golpismo e o caracteriza a presença de partidos políticos organizados e de expressão nacional, com a atuação paralela de entidades suprapartidárias, organizando de forma sistemática, blocos parlamentares ou movimentos eleitorais fora ou à margem do sistema partidário existente. O golpismo é caracterizado, também, pela presença permanente e organizada dos militares nas atividades estritamente políticas, e nada tem a ver com o golpe de Estado, militar ou não. O golpe de Estado ocorreu uma única vez no Brasil, após a promulgação da Constituição, mas era comum na maioria dos países da América do Sul e da América Central, sem a necessidade de ir mais longe, ou seja, sem sair do âmbito continental.

Então o que caracteriza o Brasil onde se encontra Le Bret é o golpismo. Um conceito de uso corrente na crônica política, ou como noção descritiva para dar conta de determinados ambientes políticos quando a situação se tornava extremamente instável do ponto de vista político.

Vários fatos caracterizam a atividade política brasileira nesse período, que podem ser classificados nessa categoria. Por ora, três registros são capazes de ilustrar o assunto relacionado à contestação do resultado das eleições e da organização partidária, que podem ser invocados aqui.

O lançamento da candidatura de Vargas à sucessão de Dutra foi feita de acordo com as normas legais que regiam o tema, o que não impediu Carlos Lacerda de desencadear uma campanha nacional para impedir a posse de Getúlio e, depois, a tentativa de o deputado Aliomar Baleeiro¹¹³, em nome da UDN, tentar impedir sua

¹¹² O conceito de golpismo está presente na tese de Maria Victória de Mesquita Benevides sobre a UDN. A autora estabelece a diferença entre golpe e golpismo, afirmando "as diferenças entre o golpe ocasional como um instrumento rápido e eficiente para a chegada ao poder e o golpismo como princípio político" (BENEVIDES, 1981, p.83-91).

¹¹³ Aliomar de Andrade Baleeiro nasceu em Salvador em 5 de maio de 1905, filho de Arnaldo Baleeiro e de Maria Isaura Andrade Baleeiro. Ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Bahia em 1921. Nesse ano iniciou suas atividades profissionais como repórter de *A Imprensa*, e depois para *O Imparcial* e, dois anos mais tarde para *A Tarde*. Em meados de 1933, assumiu a direção do jornal *O Estado da Bahia*. Em 1934 aderiu ao PSD, agremiação estadual fundada por Juraci Magalhães, e concorreu vitoriosamente às eleições para a Assembleia Constituinte da Bahia. Em 1940, assumiu a chefia da revista *Fórum*, publicada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), permanecendo em sua direção até 1942, ano em que se tornou professor catedrático de ciências das finanças da Faculdade de Direito da atual Universidade Federal da

posse arguindo a tese da maioria absoluta não prevista na lei. Uma verdadeira chicana jurídica que não prosperou, pois no dia 18 de janeiro de 1951, o TSE proclamou Getúlio Vargas e Café Filho como candidatos legalmente eleitos.

Em fevereiro de 1955 a candidatura de Juscelino foi homologada pela convenção nacional do PSD e já em maio os parlamentares udenistas tentaram impugnar a candidatura de Juscelino. Solicitaram a ele que apresentasse uma relação de seus bens à Câmara, com o objetivo de provar a procedência das acusações de corrupção contra ele. Quando este divulgou a lista de seus bens, os udenistas contestaram sua legitimidade e propuseram uma CPI com o objetivo de investigar os bens do candidato, CPI que não funcionou. Carlos Lacerda, para amenizar a crise, propôs a instituição do parlamentarismo cabendo a um chefe militar ocupar o primeiro gabinete. As eleições seriam adiadas para janeiro do ano seguinte, o Congresso seria dissolvido para dar lugar a uma Assembleia Nacional Constituinte e assim por diante. Juscelino foi eleito e tomou posse em 1955, sob o patrocínio do ministro da Guerra, Mal. Lott.

A candidatura de Jânio Quadros (1960) não teria nenhuma possibilidade de sucesso se ele fosse o nome da Democracia Cristã, mas, à margem de toda estrutura partidária, sua candidatura foi lançada inicialmente pelo Movimento Popular Jânio Quadros, fundado por um grupo liderado por Carlos Castilho Cabral em abril de

Bahia. Após o lançamento da UDN no Rio de Janeiro, em 7 de abril de 1945, Baleeiro fundou a UDN baiana. Em dezembro de 1945 elegeu-se deputado pela Bahia à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da UDN. Ocupou a cadeira de deputado federal na legislatura de 1946-1951. Eleito secretário-geral da UDN para o período de 1947-1948, foi um dos principais defensores dos entendimentos com o PSD e o Partido Republicano (PR) que culminaram na assinatura, em 22 de janeiro de 1948, do chamado Acordo Interpartidário de apoio ao governo Dutra. Em outubro de 1950, reelegeu-se na legenda da Aliança Democrática da Bahia, coligação estadual encabeçada pela UDN. Desde o início do governo Vargas, Baleeiro destacou-se como um de seus mais aguerridos adversários, constituindo, juntamente com Afonso Arinos de Melo Franco, Adauto Lúcio Cardoso, Olavo Bilac Pinto, José Bonifácio Lafayette de Adrada, entre outros, o grupo denominado pela imprensa "Banda de Música" da UDN. Em outubro de 1954 Baleeiro reelegeu-se deputado federal na legenda da UDN. Em 1958, com a vitória de Juraci Magalhães para o governo do estado da Bahia, Baleeiro foi convidado pelo governador para ocupar a Secretaria da Fazenda da Bahia. Deixou a Secretaria da Fazenda em 1960 para se candidatar às eleições para Assembleia Constituinte do recém-criado estado da Guanabara. Em 3 de outubro elegeu-se deputado constituinte na legenda da UDN. Em outubro de 1962, elegeu-se deputado federal pela Guanabara pela UDN. Foi também um dos principais críticos do grupo "Bossa Nova", formado em 1961 por deputados da UDN favoráveis à realização das reformas de base propostas pelo governo. Em 25 de novembro de 1965 Baleeiro tomou posse do STF. Em fevereiro de 1971 assumiu a presidência do STF. Foi professor nas faculdades de Direito da Universidade Federal da Bahia, Universidade Católica da Bahia, Universidade do Estado da Guanabara e Universidade de Brasília. Foi membro do Instituto Brasileiro de Direito Financeiro, do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, da Academia Brasiliense de Letras, da International Fiscal Association e do Instituto Internacional de Finanças Públicas. Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de março de 1978. Era casado com Darli Lobão Baleeiro, com quem teve três filhos (DHBB, 2001, p.459-463).

1959. Lançado o nome de Jânio Quadros ele foi escolhido pelo PTN para disputar a eleição presidencial em sua legenda.

No plano militar, o Clube Militar sempre funcionou como uma espécie de partido político dos militares. Sob o pretexto de tratar de assuntos de relevante interesse nacional interferiam em assuntos políticos que não faziam parte das suas atividades constitucionais.

Não satisfeitos com o Clube Militar, organizaram a Cruzada Democrática em 1956, com a presença em seus quadros dos generais Góis Monteiro, Juarez Távora, Zenóbio da Costa, Conrobert Pereira da Costa e Cordeiro de Farias. A Cruzada Democrática atuou no Brasil, interferindo nas atividades políticas diretamente ou por intermédio de políticos que ela atraiu para seus quadros até 1964.

Ora, se Le Bret havia de atuar no Brasil ele havia de atuar nesse contexto, em que um partido como PDC, que juntava à sua irrelevância o fato de estar participando de coligações de forte conteúdo golpista; ele teve de atuar também num ambiente político em que as entidades organizadas pela Igreja Católica exerciam um papel fundamental na desorganização da vida partidária, particularmente por meio da Liga Eleitoral Católica.

O coroamento da ação da Igreja nessa atividade desagregadora foi sua participação na derrubada do Governo Constitucional de João Goulart, com a ação efetiva pela Campanha da Mulher Democrática (Camde)¹¹⁴ organizada pelas senhoras católicas sob inspiração de padres, como padre Peyton e o patrocínio explícito da alta hierarquia católica.

A Camde foi organizada no Rio de Janeiro pelo padre franciscano Leovigildo Balestieri, vigário da Paróquia Nossa Senhora da Paz, no bairro de Ipanema. A Camde foi um movimento financiado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) para mobilizar o máximo possível de mulheres contra o governo de João Goulart. Essas mulheres se encontravam sob a direção intelectual e espiritual da ala conservadora da

¹¹⁴ A Camde, Campanha da Mulher pela Democracia, era um movimento feminino católico organizado em 1962 no Rio de Janeiro, então estado da Guanabara, para se opor ao governo João Goulart. Foi extinto no início da década de 1970. A Camde foi criada por Amélia Molina Bastos, irmã de Antônio Mendonça Barros, membro do Serviço Secreto do Exército. Com sede na igreja Nossa Senhora da Paz, no Rio de Janeiro, o movimento promovia campanhas anticomunistas através de comícios e da distribuição de panfletos, além de dedicar-se a trabalhos assistenciais, junto à população favelada do estado. A Camde era apoiada pelo jornal carioca *O Globo*, e mantinha também estreita vinculação com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). A Camde foi a principal organizadora da "Marcha da Vitória" realizada no Rio de Janeiro em 2 de abril de 1964. Durante essa demonstração, a organização distribuiu um manifesto parabenizando o Exército pela deposição de Goulart (DHBB, 2001, p.985).

Igreja Católica. A Camde organizou em São Paulo a Marcha com Deus pela liberdade, em que mulheres com terço nas mãos saíam às ruas em defesa da democracia, da família e da moral cristã.

A presença do terço, no caso, além da sua importância no catolicismo como ritual de oração e meditação sobre os mistérios da salvação, era o resultado da atividade persistente do Padre Peyton¹¹⁵, que veio ao Brasil a convite do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara.

Esse é o ambiente de atuação de Le Bret no Brasil e particularmente no Paraná, onde sua ação de planejador se dá já no final de nosso horizonte temporal, mas que foi incorporado à ideologia legitimadora da elite política paranaense.

¹¹⁵ Pe. Peyton: Era um padre irlandês e pároco de Hollywood (EUA) e fundador da Cruzada do Rosário em Família, movimento autorizado pela Igreja Católica para unir as famílias em torno da oração e que congregava devotos para participarem em massa de congressos eucarísticos e promovendo campanhas anticomunistas. No Brasil ele criou o movimento Terço em Família e participou ativamente da organização da Marcha da família com Deus para a liberdade. Ele está em vias de ser canonizado pela Igreja Católica.

4 OS "TRÊS PARANÁS" E A IDEOLOGIA DA INTEGRAÇÃO

A não correspondência com os princípios e a doutrina da Democracia Cristã foi vista no capítulo anterior tanto no que se refere ao programa do Partido Democrata Cristão quanto no que concerne à intervenção de Le Bret no planejamento estadual.

Neste capítulo o propósito é dar a demonstração positiva da hipótese que orientou a investigação, ou seja, a afirmação de um discurso democrata cristão sem correspondência com as medidas práticas tomadas e implantadas no Governo Ney Braga é parte, talvez a mais desenvolvida, de um discurso para racionalizar interesses de pessoas e grupos, cuja hegemonia política estava sendo contestada com eficiência. Essa ideologia se manifestou num discurso voltado para a integração política e cultural do estado com a Bento Munhoz (1950-1955) e a Ney Braga (1960-1965), porém sem papel central na política de Lupion.

Importa agora ver como a integração do Paraná se dá com a hegemonia cafeeira e particularmente com a afirmação de Curitiba como centro industrial, cujo parque industrial passa a se integrar cada vez mais com a economia industrial brasileira estabelecendo com ela relações de complementaridade a partir de vantagens comparativas claras.

O eixo do capítulo que encerra a análise do ciclo de desenvolvimento do Paraná no período de 1950 a 1966, e que tem como núcleo duro o governo Ney Braga, é a expansão da fronteira agrícola, questão crucial para o estado. Em grande medida, essa expansão esteve assentada em projetos imobiliários de loteamento, que permitiram a muitas famílias adquirirem propriedades rurais. Isso fez com que essa forma de ocupação estivesse associada desde o início com uma movimentação demográfica sem precedente no país ou cujo paralelo único seja a transumância amazônica, quando nordestinos deslocaram-se em massa para os seringais da Amazônia. Mas numa economia extrativista como a da borracha, eles não se tornam proprietários, como aconteceu com uma parte relevante dos migrantes que vieram para o Paraná.

Nas grandes propriedades e mesmo nas menores, a produção cafeeira foi o veículo da expansão da fronteira agrícola no Norte do Paraná, sendo suas atividades baseadas no colonato. Com essa característica foi, também, um movimento de intensa

mobilização de gente. A par disso, a ocupação do Norte e do Sudoeste¹¹⁶ estava ocorrendo no momento em que o país ingressava num período de forte crescimento econômico, provocado por um prolongado ciclo de industrialização que vai até os primeiros anos da década de 1960.

Ora, essas duas frentes de expansão organizaram vastas áreas de produção num sistema produtivo que em larga medida se diferenciava do restante do Paraná, onde a ocupação mais antiga estava fundada nos projetos econômicos do mate e da madeira, cujo papel relevante não pode, entretanto, obscurecer a importância da suinocultura extensiva do regime de safras. Essa diferença criou as condições materiais para dar uma base política a outros grupos que quisessem disputar o poder político do estado, ameaçando a hegemonia da família Munhoz e Camargo, que já fora abalada pelo longo período governamental de Manoel Ribas (1930-1945) e pela sua sucessão por Moysés Lupion (1945-1950/1955-1960).

Esse quadro colocou para um representante mais aberto às mudanças a possibilidade de uma composição política que incorporasse esses novos grupos, o que tentou fazer com relativo sucesso o governador Ney Braga. Para tanto, nomeou como seu secretariado um representante da nova mentalidade econômica que entrava no Norte, principalmente tendo em conta que o café já havia assumido a liderança na produção da renda estadual, mesmo que estreitamente vinculado à praça exportadora de Santos, onde se localizava o grosso do capital comercial de exportação do país.

Tal situação, retratada pela existência de diferenças regionais internas a uma unidade da Federação, não é específica do Paraná. Historicamente, o contexto de Minas Gerais, por exemplo, já havia sido representado como sendo muito conflitivo do ponto de vista político em virtude de sua divisão interna em oligarquias regionais poderosas, a ponto de se falar de um "mosaico mineiro" (VISCARDI, 1995, p.15), pois, em função de seu processo de ocupação e de suas condições naturais, Minas dividiu-se em regiões internas que se diferenciavam sob os aspectos geográficos, políticos, econômicos e culturais. Isso gerou conflitos dentro da oligarquia mineira, perpetuando grupos de interesse como os pecuaristas, mineradores e cafeicultores. Aventam a hipótese de que, no passado, a própria mudança da capital para Belo

¹¹⁶ Normalmente se separa o Extremo Oeste (ou Oeste), que corresponde à região formada, entre outros, pelos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Guaíra, do Sudoeste, que se refere à região de Pato Branco, Francisco Beltrão e às áreas mais antigas de Palmas e Mangueirinha. Aqui darei a toda essa vasta região o nome de Sudoeste.

Horizonte fora uma decisão de consenso para impedir que ela se transferisse para Juiz de Fora, onde, nas condições de comunicação da época, significava seu controle direto pelos cafeicultores da Região da Mata em detrimento dos mineradores e pecuaristas que comandavam a política estadual. Mesmo Juscelino Kubitschek fez um governo mais próximo dos mineradores e pecuaristas do que dos cafeicultores.

O que é específico do Paraná é que os novos grupos políticos estavam se formando com contingentes populacionais provenientes de outros estados da Federação, que não compartilhavam de uma cultura já firmada há muito no Paraná. Em outros termos, o Paraná não estava sendo formado pela convergência de fluxos migratórios provenientes de várias regiões, ocupando regiões diferenciadas, mas sim por fluxos populacionais que ocupavam um estado já com um poder constituído. Além disso, grande parte das decisões geradoras desses eventos era tomada fora do estado.

4.1 A POLÍTICA ESTATAL DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

A forma como ocorriam esses fatos fugiam ao *modus operandi* das políticas de colonização que até então vigoravam no Paraná, caracterizado, diante de outras partes do Brasil, pela presença do imigrante em confronto com o elemento luso, particularmente daqueles que assumiram posição de relevo na economia urbana. Condições históricas muito particulares estão ligadas à escravidão negra que não atingiu proporções elevadas ou significativas para a formação de um grupo social específico. Com o fim do tráfico internacional, a venda de escravos do Paraná para outras províncias chegou a atingir a composição demográfica da então província. Esse é um quadro que já se apresentava para Zacarias de Goes e Vasconcellos¹¹⁷,

¹¹⁷ Zacarias de Goes e Vasconcellos nasceu em Valença (BA), em 5 de novembro de 1815, e faleceu no Rio de Janeiro em 28 de dezembro de 1877. Filho do Capitão Antônio Bernardino de Vasconcellos e de Maria Benedita de Assunção Vasconcellos. Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Olinda. Foi deputado provincial pela Bahia em 1843, reeleito em 1845 e 1847. Foi presidente das províncias do Piauí e Sergipe. Foi o primeiro presidente da província do Paraná, de 19 de dezembro de 1853 até 1.º de maio de 1855. Foi presidente da Câmara dos Deputados pelo Paraná em 1864. Foi deputado geral e senador do Império pela Bahia, de 1864 a 1877. Foi ministro da Marinha, da Justiça, da Fazenda e presidente do Conselho de Ministros por três vezes. Participou da Liga Progressista em 1864. No Paraná, entre outras coisas, instalou a Assembleia, inaugurou a sede do Governo e ordenou a construção da Estrada da Graciosa (Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 02 out. 2010).

para quem todos os seus problemas administrativos podiam ser resumidos num só, a necessidade de povoar um território de duzentos mil quilômetros quadrados, no qual se disseminava uma população de 60.626 habitantes, dos quais 12,4 mil moravam nas duas cidades então existentes (Curitiba e Paranaguá). Em cada uma das outras sete vilas, seis freguesias e quatro capelas curadas, morava, na época, uma população que oscilava entre mil e cinco mil habitantes. Pode-se, portanto, supor que a maior parte do território era um vazio absoluto (MARTINS, 1989).

Para sanar esse problema, Zacarias baixou o Decreto n.º 29, em março de 1855, destinado a promover a imigração de estrangeiros, estabelecendo, entre outras medidas, que o colono seria inicialmente empregado na construção de estradas. Aos que se destinassem a esse trabalho durante pelo menos cinco anos, o governo se comprometia a pagar metade do valor da passagem.

Dessa forma, foi o primeiro governante a colocar o Paraná no rumo da colonização estrangeira, inaugurando uma política de imigração que possui, segundo Martins, uma evidente continuidade.

Em 1923, o presidente Caetano Munhoz da Rocha declarava que seu governo procuraria fortalecer o colonato estrangeiro, que demandasse o Paraná, dando conta de movimentos imigratórios dirigidos a varias colônias.

Seu sucessor, Afonso Alves de Camargo, ao assumir o governo, se propunha a retomar uma política francamente imigrantista, declarando-se preocupado com o caráter espontaneista que vinha caracterizando um assunto que merecia incentivo por parte do governo, ao mesmo tempo em que defendia uma direção mais sistemática e racional da imigração.

Tal política não foi interrompida pela Revolução de 1930, haja vista que o interventor federal, general Mário Tourinho, dirigiu mensagem ao Chefe de Governo Provisório, em que afirmava ter aproveitado a visita ao Paraná do então ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, para a "fundação da projetada colônia Marquês de Abranches", adiantando que os serviços preliminares já estavam em andamento (MARTINS, 1989, p.92).

Manoel Ribas, ao assumir, encontrou o serviço de colonização entregue à iniciativa particular, limitando-se o poder público a fiscalizar os serviços em execução, o que o levou a tomar medidas apropriadas para corrigir esse estado de coisas, conforme o seu relatório ao presidente da República, referente ao exercício de 1932 a 1939:

Áreas enormes achavam-se a mercê de colonizadores inidôneos que aos poucos fomos eliminando do convívio administrativo do estado. Mais de duzentos e quarenta mil hectares de terras tinham sido concedidos à Companhia Meyer Aner & Companhia Limitada, hoje Companhia de Colonização Espéria. De trezentos mil hectares era a área de que dispunha, livremente, o senhor A. Alves de Almeida. A Companhia Brasileira de Viação e Comércio dispunha, indevidamente, de mais de um milhão e setecentos mil hectares de terras. Em Foz do Iguaçu, o colonizador Miguel Mate estava vendendo uma área de mais de oitenta e sete mil hectares de terras devolutas, de que dispunha, em 1930, em conformidade com os contratos assinados nos anos de 1919 e 1928. Por esses casos, que são somente os principais, concluirá Vossa Excelência a situação em que se achava o importante trabalho de colonização de terras devolutas neste estado, em 1930. O decreto n.º 300, de 23 de novembro de 1930, declarou caduca, antes de assumirmos o governo, a Concessão da Companhia Brasileira de Viação e Comércio. Pelos decretos ns. 1.678, de 17 de julho de 1934, e 1.495, de 15 de junho de 1934, foram declaradas caducas as concessões da Companhia de Colonização Espéria e de A. Alves de Almeida. Somente com esses atos, reverteram ao patrimônio do estado mais de dois milhões e trezentos mil hectares de terras de primeira ordem. Outros decretos temos feito lavrar, com o fim de acautelar os sagrados direitos do estado e podemos assegurar a Vossa Excelência que, antes de findar o ano de 1939, já estavam reiniciados os trabalhos de colonização, hoje executados diretamente pelo governo, por intermédio de um departamento especializado, reorganizado para esse fim. Até fins de 1939, foram localizadas nas colônias organizadas pelo estado, nos municípios de Londrina, Tibagi, Paranaguá, Reserva, Guarapuava, Morretes, Clevelândia, Palmas e outros, mais de oito mil famílias de agricultores. Prosseguiram nos serviços de colonização por contrato com o estado somente duas empresas que consideramos idôneas: a Companhia de Terras Norte do Paraná e Engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão, as quais localizaram, entre 1932 e 1939, mais de cinco mil famílias. No corrente ano, temos determinado várias providências para intensificação da colonização, para que o governo possa atender com eficiência ao grande número de colonos que procuram localização nas riquíssimas terras de domínio do estado (MARTINS, 1989, p.93).

De acordo com Wilson Martins, a política de colonização de Manoel Ribas inscrevia-se numa grande tradição administrativa que remontava a Zacarias de Góes e Vasconcellos, passando com destaque por Lamenha Lins. Manoel Ribas via a si mesmo como partícipe dessa tradição, conforme consta em relatório da interventoria, quando diz que o Paraná

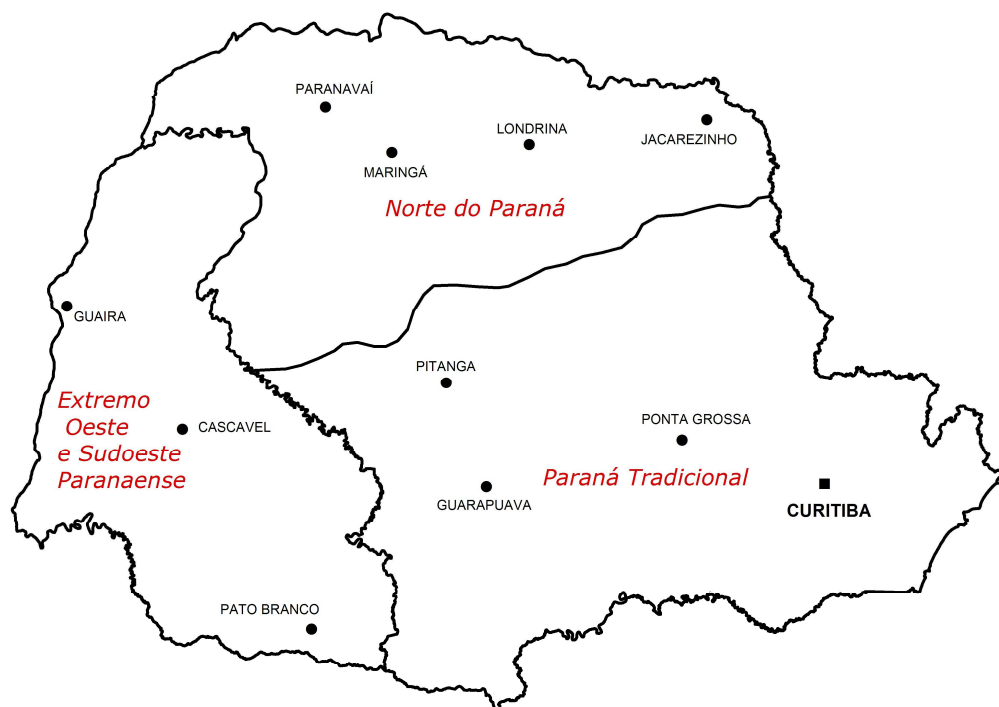
sofria ainda 1932 as conseqüências dos graves erros cometidos pelos seus governos no tocante à colonização da suas férteis e incomparáveis terras. Em que pesem os esforços e o desejo de acertar de administrações anteriores, os planos de colonização postos em prática em nosso estado desde 1852 nunca tiveram a caracterizá-los o imprescindível cunho de racionalização. [...] (MARTINS, 1989, p.97).

Essa tradição administrativa a despeito de sua relevância para a ocupação do território estadual, em especial das áreas próximas à capital, não teve as dimensões do que viria a ser, no futuro, a expansão da fronteira agrícola no norte e, um pouco mais tarde, no sudoeste. Além disso, mesmo que a administração pública estadual tenha promovido projetos oficiais de colonização em terras devolutas, a expansão das fronteiras no século XX foi um fenômeno em grande parte comandado de fora, em decorrência de empreendimentos sediados fora do Estado do Paraná.¹¹⁸

4.2 OS "TRÊS PARANÁS"

O processo de expansão das fronteiras foi extremamente impactante para o Paraná, principalmente quando nos territórios ocupados pela expansão da fronteira criaram-se formações culturais e econômicas diferentes da existente. Ora, em dez anos a população residente no Paraná duplicou. Em 1950 atingia a cifra de 2,1 milhões de moradores. Nos dez anos seguintes o movimento demográfico persistiu, chegando a 4,3 milhões de pessoas residindo no Paraná. Não apenas os números eram enormes, essa população trazia consigo padrões culturais diferentes daqueles predominantes no que veio a ser conhecido por Paraná Tradicional em virtude, inclusive, do processo de ocupação ser identificado com o "novo" (Mapa 1).

¹¹⁸ As maiores áreas destinadas aos projetos de colonização no Paraná pertenciam a empresas gaúchas e paulistas, cujo exemplo clássico é Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, de capital paulista, que tem como origem a antiga Companhia de Terras Norte do Paraná de capital britânico, o que não exclui empreendimentos imobiliários comandados por empresários locais e mesmo pelo poder público.



MAPA 1 - TRÊS PARANÁS, CORRESPONDENTES ÀS FRENTES HISTÓRICO-CULTURAIS DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO PARANÁ
 FONTE: Wachowicz (1988, p.271); Paraná (1944)
 NOTA: Elaboração IPARDES (2010).

No caso específico do Norte havia o agravante de se ter criado ali uma economia ligada estruturalmente a São Paulo e, por meio do porto de Santos, ao mercado mundial. Curitiba, a capital política do Paraná, ficou à margem desse novo mundo que gerava mais riqueza do que o restante do Paraná. A propósito, Magalhães cita Linhares, para quem o café se revestia do caráter de um regime estranho que se impunha ao paranaense já cioso de sua autoafirmação. Contra essa cultura do Paraná Tradicional, continua Linhares, já se ensaiava o antagonismo do Norte Paranaense, conforme assinala Magalhães Filho (2006).

Para complicar, esse antagonismo era acompanhado pelo deslocamento do peso eleitoral das regiões paranaenses. Em 1947, no Paraná Tradicional (Curitiba, Litoral e Campos Gerais) estavam 70,5% dos eleitos. Em 1955, quando Lupion se elegeu governador do Estado, esse eleitorado havia se reduzido para 46,6%; em 1960, na eleição de Ney Braga, para 38,3%. Em contrapartida, o eleitorado do norte cafeeiro passava de 24,7% para 44,7% e, finalmente, 50,2%, em 1960.

O Norte do Paraná é o resultado de um processo em que se combinou a originalidade com a rapidez e a dimensão certamente assustadoras para uma comunidade em que o tempo corria com a lentidão da safra. Não era original no sentido de ser um projeto de colonização, pois havia experiência acumulada no país, particularmente nos outros estados do sul. A originalidade estava no fato de ser um negócio de grande envergadura com terras destinadas à produção agropecuária. Em poucos anos, praticamente duas décadas inteiras foram suficientes para que mais de 8 milhões de hectares de terra fossem incorporados à agricultura e à pecuária.

Combinando tamanho fenomenal e originalidade, o Norte do Paraná certamente foi uma experiência traumática para a coletividade paranaense que exigiu novos esquemas mentais para explicarem a si mesma sua razão de ser. A ideia do invasor sem o refinamento que se exige das gentes deve ter sido importante na formulação de um novo projeto existencial.

A ocupação mais recente do Norte teve como veículo a produção cafeeira, que nas grandes propriedades ou mesmo nas propriedades médias esteve assentada, até fins da década de 1960, no colonato. Assim, a expansão cafeeira, mesmo nas grandes propriedades, era fortemente mobilizadora de mão de obra, fazendo com que esse movimento de ocupação se traduzisse também no dinamismo demográfico que vai marcar o Estado do Paraná, até sua reversão, a partir de meados dos anos 70.

Esse quadro de profundas mudanças na economia estadual, que colocava em xeque o sistema tradicional que dava sustentação às oligarquias dominantes, consiste na intensificação de um movimento que vinha ocorrendo desde a virada do século XIX para o século XX na região de Jacarezinho, Santo Antônio da Platina e Tomazina. Essas primeiras correntes migratórias eram provenientes de Minas Gerais e São Paulo.

Por volta de 1884, Severo Batista, Mineiro de Alfenas, mas já residente no interior de São Paulo, inteirava-se de como poderia tornar-se latifundiário no "valuto". Um seu amigo era velho conhecido do então presidente da província do Paraná: Brasília Machado de Oliveira. Com rapidez espantosa, Severo Batista comprou extensas terras no norte paranaense. Pouco depois, em 1888, Antônio Alcântara da Fonseca Guimarães, mineiro de Airuoca, resolveu também vir para o Paraná, com toda sua família. Sem o saber, instalou-se em terras de Severo Batista. À primeira posse que abriu próxima da margem do Paranapanema chamou de "Água da Prata"

(atual Jacarezinho). Seguiram-se as "Águas de Ourinho", "Água do Alambari", "Água da Capivara" etc.

Em 1895, Severo Batista veio para a região e exibiu documentação comprobatória de que aquelas terras eram oficialmente suas. Os dois grupos entraram em negociação e, os Alcântara acabaram pagando a Severo Batista as terras ocupadas.

O núcleo originado pelos Alcântara mudou várias vezes de nome: "Águas da Prata", "Ourinho", "Jacarezinho", "Nova Alcântara", retornando finalmente para o de Jacarezinho. Pouco após a chegada dos Alcântara, outras famílias mineiras, menos ricas, foram procurar novas "águas", mais ao sul de Jacarezinho. Encontraram várias entre outras nas margens do rio das Cinzas, às quais deram os nomes de "Água das Bicas" e "Boi Pintado". Em 1895, organizou-se um patrimônio que recebeu o nome de Sto Antônio da Platina. O fluxo de migrantes mineiros e paulistas não cessava (WACHOWICZ, 1988, p.247).

Apesar do fluxo incessante de pessoas, não teve a mesma escala e intensidade daquela que teria início no final da década de 1940, quando vieram os grandes projetos de colonização, como o da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que adquiriu mais de 500 mil alqueires de terra para seu projeto imobiliário. Essa companhia foi a sucessora da empresa inglesa, Companhia de Terras do Paraná, que deu início ao processo de ocupação, tendo, inclusive, fundado a cidade de Londrina.

O seu sucesso foi tão grande que o governo mesmo resolveu lotear terras que lhe pertenciam, dando origem às colônias oficiais, como Içara (1941); Jaguapitã (1943); Centenário (1944), todas durante a gestão de Manoel Ribas. A que mais prosperou e adquiriu grande importância foi Paranavaí (1942) (WACHOWICZ, 1988, p.260).

A ocupação recente do Norte do Paraná foi o resultado de um projeto imobiliário, ou seja, um negócio em que se associam operações de ordem financeira, fortemente especulativa com o comércio, tendo como objeto a venda de terras para a produção econômica. Foram loteados milhares de alqueires pela iniciativa privada e pelo próprio governo que estimulou o ingresso de pessoas provenientes basicamente de São Paulo, sucedendo à colonização mineira que havia ocorrido no Norte Velho e também de japoneses, que haviam ocupado a região correspondente ao território dos atuais municípios de Assaí e Uraí.

O veículo dessa ocupação foi a expansão da cafeicultura, também a partir de São Paulo, com uma estrutura interna de funcionamento que assegurava um lugar para a pequena, a média e a grande propriedade, onde o trabalho era executado por colonos que se dedicavam à produção subsidiária de alimentos para a própria subsistência e para o mercado. Nesse sentido, o café era uma inovação em relação aos demais projetos econômicos existentes no território paranaense, era menos itinerante e extrativista do que o safrismo¹¹⁹, a exploração de madeira e mesmo a erva-mate.

Mas o café trazia com ele duas variáveis fundamentais para se entender os seus efeitos no imaginário da comunidade. A função hegemônica do capital comercial, representado pelas casas exportadoras de São Paulo e Santos, o que dava um papel estratégico ao porto de Santos, destacadamente com a extensão da ferrovia Sorocabana até Ourinhos e daí até Londrina. Do ponto de vista da circulação do produto (compra, venda, armazenamento e transporte), era um negócio externo, ou seja, conduzido por empresas e capitais de São Paulo.

Ao contrário de São Paulo, o predomínio de pequenas e médias unidades produtoras não permitia que se criasse um excedente econômico, ou seja, recursos monetários provenientes da venda do produto que não fossem necessários para assegurar a sobrevivência e ampliação dos negócios e a manutenção do produtor. Na ausência de recursos não havia como investir em outros setores, isto é, não havia como repassar recursos do café para outros setores. Sem contar que, por essa época, a grande indústria já estava sendo implantada e redefiniam-se os padrões de concorrência que predominavam nos períodos iniciais de industrialização de São Paulo.

Assim, o café por mais inovador que fosse ao contexto da economia paranaense, sob a crise persistente da economia ervateira, não possuía capacidade de impulsionar um salto rumo à industrialização.

Na década de 1960, a frente de expansão que vinha ocupando o Norte do Paraná se aproximou da região de Campo Mourão, onde se encontrou com a outra frente que vinha do Rio Grande do Sul. Essa segunda frente de expansão é representada pelo Sudoeste do Paraná, que foi objeto de um projeto de colonização dirigido praticamente por imobiliárias gaúchas.

¹¹⁹ Safrismo é a designação de uma forma de criação a pasto de porcos que, depois de engordados, eram conduzidos para o abate em grandes varas. O nome vem do fato de serem criados soltos nas áreas plantadas de milho, que eram obtidas do abate ou queima de matas.

A situação do Sudoeste é particularmente diferente. Trata-se, de fato, de um território que não pertencia ao Brasil até o momento em que foi transformado em Território Federal, durante o Estado Novo, com o nome de Território do Iguaçu, compreendendo as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e o Oeste de Santa Catarina. Foram criados na mesma época os territórios de Ponta Porã, na região sul e oeste do atual Estado do Mato Grosso do Sul, o Território de Guaporé, mais tarde Rondônia, o Território do Acre, de Roraima e do Amapá, e mais o de Fernando Noronha. Todos eles destinados a proteger as áreas de fronteira e à ocupação mediante projetos de colonização.

O Território Federal do Iguaçu tinha uma área de 65.854 quilômetros quadrados (6,6 milhões de hectares), dos quais 14.402 provenientes do desmembramento de Santa Catarina e 51.452 oriundos do Paraná.

Antes da criação do Território Federal do Iguaçu, aquela região era dominada pelas obrages, ou seja, uma área ocupada basicamente por argentinos envolvidos no projeto econômico do mate, cuja produção era destinada ao mercado de Buenos Aires, com a erva sendo transportada pelo Rio Paraná. No retorno, vinham de Buenos Aires as mercadorias destinadas ao consumo da população. Todo o comércio era feito com a moeda argentina. Nas obrages era utilizada de forma predominante uma mão de obra servil, formada por indígenas, destacadamente Guaranis, provenientes do Paraguai que se sujeitavam ao controle dos grandes proprietários, os obrageiros, mediante o endividamento pessoal.

Wachowicz destaca que os *mensus*, como eram conhecidos os trabalhadores paraguaios, trabalhavam num regime que ele denomina escravidão explícita, pois recebiam soldo supostamente calculado sobre a contribuição que era capaz de oferecer ao produto da *obrage* (WACHOWICZ, 1988, p.227-32). Dentre as várias obrages existentes na região, destaca-se a empresa Matte Laranjeiras, de capital argentino.

Com o desenvolvimento da cultura da erva-mate de forma sistemática na Argentina, os ervais nativos do Sudoeste Paranaense perderam a competitividade e a economia passou a ocupar-se da exploração das matas nativas da região para a produção de toras de madeira, que eram, também, transportadas para Buenos Aires amarradas umas às outras formando imensas balsas, chamadas marombas, que desciam o rio tão logo começava o período de cheias. Esse era, em suas linhas

gerais, o quadro dessa parte do território paranaense quando se criou o Território Federal do Iguaçu.

Dessa forma, a ocupação do território do Iguaçu por excedentes populacionais das áreas coloniais do Rio Grande foi acelerada pela atuação das imobiliárias gaúchas, já referidas anteriormente. Em certo sentido, esse projeto de ocupação direcionava para fora do Rio Grande do Sul as pressões que surgiram sobre as terras dos pampas, pertencentes aos grandes estancieiros que dominavam a vida econômica e política daquele estado. As áreas coloniais do norte e noroeste do Rio Grande do Sul não mais dispunham de terras para atender ao crescimento da população. Assim, parte crescente desses novos moradores procurou reconstruir seu modo tradicional de vida no Sudoeste Paranaense, que estava sendo incorporado ao território nacional, principalmente com o programa Marcha para o Oeste.

Esses migrantes trouxeram para o Paraná uma nova variante da criação de porcos no regime safrista, aumentando então a área do estado voltada para essa atividade. Dessa forma, a extinção do Território Federal do Iguaçu e a devolução ao Paraná do território que lhe pertencia significaram a incorporação ao Paraná de um espaço geográfico já em vias de ser dominado pelos gaúchos.

Abria-se, então, uma nova fronteira que, como ocorria no Norte do Paraná, tratava-se de um projeto imobiliário, ou seja, um negócio de ordem financeira envolvendo o comércio de terras. Mais de 500 mil alqueires¹²⁰ loteados para a venda a agricultores gaúchos, para atender aos excedentes populacionais que podiam avançar para as estâncias do sul e sudoeste, vieram diretamente da expropriação da Matte Laranjeiras.

Grande parte do território que hoje conforma o Extremo-Oeste Paranaense e parte do Sudoeste estava nas mãos de empresas estrangeiras, especialmente argentinas. A Matte Laranjeiras, por exemplo, ocupava uma extensão de quase 500km ao longo da fronteira delimitada pela margem do rio Paraná, entrando terra adentro até 100km.

¹²⁰ Considerando que o alqueire mede 24.200 metros quadrados, trata-se de uma área de 12.100 quilômetros quadrados.

Com essa nova ocupação, há a conjugação da suinocultura desenvolvida no regime de safrista com a exploração dos remanescentes dos ervais nativos, agora com a presença de gaúchos habilitados na criação de suínos para a produção de banha e carcaças para o mercado da Região Sudeste, particularmente São Paulo.

Da mesma forma que no Norte Paranaense, a produção agropecuária era desenvolvida em estabelecimentos pequenos de natureza estritamente familiar sob o domínio do capital comercial, representado pelos comerciantes de porcos que percorriam as localidades para transportá-los aos frigoríficos localizados em Ponta Grossa e Jaguariaíva. Nesse contexto, não havia um excedente econômico que pudesse se deslocar para outros setores e nem uma rede bancária regional que pudesse centralizar o dinheiro disperso nas mãos de produtores para financiar investimentos na região.

Com isso, também a ocupação do Sudoeste não foi um fator de dinamismo industrial para aquela região e nem contribuiu para o desenvolvimento industrial do Paraná.

Esse quadro de ocupação do território pela migração de pessoas oriundas de outras regiões começa em grande escala na década de 1940, se abstrairmos os movimentos de excedentes populacionais de origem alemã, principalmente, que vinham deixando as colônias de Santa Catarina já no início do século XX, com direção ao sul do Paraná e Curitiba. O auge se deu nos anos 50, uma década de grande desenvolvimento econômico no Brasil acompanhado de intenso êxodo rural. Assim, esse fenômeno foi traduzido de diferentes formas pelos sucessivos governantes do Paraná, que dirigiram o estado a partir de 1940 até 1960, fazendo-se presente no discurso governamental e nas práticas de governo. Importa, pois, saber em que momento específico a expansão da fronteira surge como problema político e cultural e até mesmo de segurança pública devido aos conflitos inevitáveis em torno da posse da terra.

Surge, então, a ideia de um território dividido em três, os "Três Paranás", que é uma expressão usada para designar como foi construído o imaginário dos paranaenses diante do fenômeno avassalador e sem paralelo representado pela expansão das fronteiras agrícolas no território paranaense.

"Três Paranás" é, portanto, a expressão adotada para designar a divisão histórica do território paranaense, em áreas geográficas cultural e economicamente

distintas, decorrentes de um processo de colonização diferenciado no tempo e em função da origem geográfica dos fluxos migratórios.

Essa distinção surge inicialmente no imaginário da população com uma expressão que destacava uma forma de dicotomia que, no fundo, poderia ser interpretada como a contraposição nós e eles. Era o Paraná Velho ou Tradicional e o Paraná Novo, que logo dava origem a divisões mais pormenorizadas como no Norte Velho, para designar a regiões de Jacarezinho e Tomazina, cuja ocupação começou na virada do século XIX para o século XX, do Norte Novo, que era toda a região a oeste do rio Tibagi, ocupada durante a expansão cafeeira vinda de São Paulo. Finalmente, o Sudoeste, ocupado por excedentes populacionais provenientes das zonas coloniais do Rio Grande do Sul. Aos poucos essa divisão se tornou mais precisa e foi traduzida nos "Três Paranás".

Trata-se, também, do pano de fundo que estrutura a visão dos políticos tradicionais que adquiriam consciência do fim de sua hegemonia. O Paraná estava, assim, dividido num Paraná Tradicional, no Norte paulista e no Sudoeste gaúcho. Com essa construção mental, as raízes paranaenses estavam localizadas na comunidade constituída ao longo dos séculos a partir dos movimentos humanos formados pelos faiscaidores que subiram a serra vindos do litoral ou que chegaram ao planalto curitibano através do Ribeira. Era o Paraná dos vicentinos.

Esse Paraná Tradicional passa a ser reconstruído como se fosse uma unidade compacta, homogênea, esquecendo-se que ele era o produto de vários projetos econômicos que ainda definiam sua feição.

O fato estava presente no imaginário da população e também devido a sua importância pela vastidão do território que ocupava e por ser a principal base tributária do imposto de exportação, uma das principais fontes de receita para o estado, a erva-mate. Era, principalmente, o Paraná da erva-mate, cujo processamento ao subir a serra fez de Curitiba a capital do Estado. Mas o mate não estava sozinho, pois o acompanhava de perto a pecuária, de onde vinha o couro para a confecção dos surrões que durante anos a fio embalaram a erva-mate para exportação. Entre eles havia uma forma de simbiose que fazia da pecuária o sócio menor da economia ervateira.

Ainda importante no imaginário da população é o Paraná das colônias de imigrantes, cuja origem remonta a Lamenha Lins¹²¹, o governador que construiu um cinturão verde para abastecer Curitiba com gêneros alimentícios tão escassos e que incorporaram de forma definitiva no ser paranaense. São os imigrantes poloneses e migrantes alemães e italianos vindos das colônias de Santa Catarina. Construíram, assim, uma comunidade *sui generis* nas proximidades de Curitiba.

Mas havia, ainda, o Paraná da suinocultura, da produção de suínos no regime de safra difundida em quase todo o território estadual, definindo um projeto econômico com características próprias cujo produto eram os porcos transportados em varas destinadas aos frigoríficos onde se produziam principalmente a banha e embutidos, sem desprezar a carcaça, tudo destinado aos mercados da Região Sudeste, particularmente São Paulo, de onde vinha a maior empresa em operação no Paraná, o frigorífico Matarazzo, em Jaguariaíva, mas com outras unidades no estado, como o complexo portuário e industrial de Antonina.

Por último a madeira, que abriria espaços para novos empreendedores ainda que no mesmo sistema extrativista do mate. Com exceção desse setor, todos os demais constituíram projetos econômicos subalternos, isto é, seus agentes e principais atores estavam sob a hegemonia intelectual e moral dos ervateiros e seus representantes intelectuais.

4.3 OS "TRÊS PARANÁS" NO IMAGINÁRIO POLÍTICO

A situação definida pela expansão das fronteiras agrícolas no território paranaense foi, como não poderia deixar de ser, objeto de enfrentamento por parte

¹²¹ Adolpho Lamenha Lins nasceu em Recife (PE), em 27 de junho de 1845, e faleceu em Recife (PE), em 4 de setembro de 1881. Era diplomado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Foi promotor, secretário de Governo, deputado, presidente da província do Piauí, de 27 de abril a 27 de novembro de 1874 e presidente da província do Paraná, de 8 de maio de 1875 a 16 de julho de 1877 (Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/>. Acesso em: 02 out. 2010). Ao assumir o governo da província do Paraná colocou em prática a política de colonização. O ponto fundamental dessa política foi o planejamento e a criação de núcleos coloniais, alocando-se próximo à capital da província, onde os colonos poderiam escoar o excedente de sua produção e assegurar a propriedade da terra que iriam cultivar. Destacam-se dos planos de Lamenha Lins a inserção numa produção voltada para o mercado de gêneros agrícolas e o endividamento inicial do colono para se estabelecer (DOUSTDAR, 1990).

dos governadores do período de 1945 a 1965, quer por meio de ações práticas, quer pelo discurso que justificava essas ações. A esses discursos pode-se chamar o imaginário político, no sentido de construção de uma imagem nova do Paraná que demandava novas práticas de intervenção social por parte do Estado. Essa imagem era nova à primeira vista, pois, de fato, ela fazia uma atualização do "paranismo" que, em linhas gerais, sempre procurou construir uma imagem do Paraná como "o Brasil diferente", o que será tratado com mais vagar no item específico.

Recorre-se ao pensamento dos governadores, expressos nas suas Mensagens enviadas anualmente à Assembleia Legislativa, porque entende-se que, assim, cumprem uma determinação formal de prestar contas ao povo das suas atividades. Está-se ciente, também, de que tais Mensagens são redigidas de forma coletiva pelos seus auxiliares diretos no comando dos vários órgãos e sintetizadas por funcionários lotados na governadoria, ou seja, nos escalões mais próximos dos governadores. Esses documentos dependem da aprovação do governador. Nesse sentido expressam, particularmente nas suas páginas introdutórias, em que os principais temas são enfocados na sua generalidade, o pensamento dos governadores.

Trata-se, pois, do que se poderia chamar de pensamento de um determinado grupo e não pensamento isolado de um indivíduo, ou seja, o pensamento de indivíduos que pensam "em certos grupos que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas características de sua posição comum" (MANNHEIM, 1976, p.31).

Pode-se, então, afirmar que as situações típicas que esses atores enfrentaram a partir de uma posição comum são, em primeiro lugar, a presença no Paraná de comunidades com outras formas de pensar e outras maneiras de encaminhar suas reivindicações, ao mesmo tempo em que essas novas comunidades respondiam pelo dinamismo econômico do estado. São esses dois fatos que definem a situação para esses sujeitos.

Há que se acrescentar, ainda, que os modos de pensamento existentes não podem ser separados do contexto da ação coletiva por meio da qual, num sentido eminentemente intelectual, descobre-se o mundo.

[...] Homens vivendo em grupos não apenas coexistem fisicamente enquanto indivíduos distintos. Não se confrontam os objetos do mundo a partir de níveis abstratos de uma mente contemplativa em si, nem tampouco o fazem exclusivamente enquanto seres solitários. Pelo contrário, agem com ou contra os outros, em grupos diversamente organizados, e, enquanto agem,

pensam com ou contra os outros. Estas pessoas, reunidas em grupos, ou bem se empenham, de acordo com o caráter e a posição dos grupos a que pertencem, em transformar o mundo da natureza e da sociedade a sua volta, ou, então, tentam mantê-lo em uma situação. A direção desta vontade da atividade coletiva de transformar ou manter é que produz o fio orientador para a emergência de seus problemas, seus conceitos e suas formas de pensamento. De acordo com o contexto particular da atividade coletiva de que participam, os homens tendem sempre a ver diferentemente o mundo que os circunda. [...] (MANNHEIM, 1976, p.31-32).

Nesse período, dois políticos tiveram papel destacado na medida em que eles mesmos representavam a variável externa na cultura paranaense. Merece destaque o empresário Moysés Lupion, que governou o estado durante 10 anos em dois mandatos (1945-1950 e 1955-1960). Além de não ser paranaense e filho de imigrantes espanhóis fora criação de Manoel Ribas, que se preocupou com a integração do estado mediante a implantação e construção da Rodovia do Cerne que permitia a ligação de Curitiba com o Norte Velho, ou seja, com o território que já vinha sendo ocupado na região de Jacarezinho.

Moysés Lupion, empresário ligado à exploração da madeira e atividades imobiliárias, foi um dos organizadores do PSD no Paraná, quando da reorganização dos partidos com vistas às eleições de representantes para a Assembleia Nacional Constituinte e para os governos estaduais, em substituição aos interventores nomeados por Dutra.

Moysés Lupion tinha uma atitude bastante positiva com a expansão das fronteiras, mesmo porque ele estava diretamente envolvido nas especulações com terras no Norte e no Sudoeste. Para ele, a expansão das fronteiras, tanto na sua fase inicial como já no período de consolidação, constituía um fenômeno irreversível que criava grandes oportunidades para o Paraná, particularmente no sentido de galgar uma posição mais destacada no contexto econômico nacional.

Em sua Plataforma de Governo de 1947, Lupion propôs um programa mínimo de governo baseado na Carta Econômica de Teresópolis, que ele definia como sendo dois modos de planejar que não feria o princípio do respeito à iniciativa privada, pois servia como estímulo a empreendedores privados. Em primeiro lugar, um estudo da produção paranaense, município por município, para chegar à verdade técnica de cada caso, cujos resultados seriam fundidos em grandes diretrizes de ação. Esse amplo material seria usado no estímulo, na orientação sistemática e amparo eficiente à iniciativa particular. Em segundo lugar, vinha o projeto de restabelecer a Câmara de

Expansão Econômica e Propaganda do Estado para o contato entre o governo e os interessados na produção econômica. Em conexão com a Câmara de Expansão, a Plataforma de governo previa instalar e colocar em funcionamento, no Centro Paranaense do Rio de Janeiro, uma seção de informação e divulgação das possibilidades econômicas do Paraná.

No que tange ao setor industrial, a Plataforma manifestava a preocupação com a indústria extrativa do mate, particularmente diante da possibilidade de paralisação das fábricas de beneficiamento em virtude da falta de matéria-prima decorrente da falta de estímulo ao aumento do corte da erva-mate. Daí propunha maior amparo ao trabalhador empregado nessa atividade, inclusive destacando a necessidade de prestigiar e auxiliar as suas cooperativas de produção.

A indústria madeireira carecia de estímulo voltado ao reflorestamento e à implantação de hortos florestais e experimentais para incrementar a plantação de pinheiro. Outro gargalo dessa indústria era o transporte rodoviário que exigia solução para evitar a estagnação do setor. A par disso, na Plataforma, se propunha o governo a "estimular a racionalização da produção, com maior aproveitamento das reservas florestais do Estado" (LUPION, 1947, p.13).

Quanto ao setor agrícola, a Plataforma se preocupava com a ausência de uma assistência às culturas fundamentais da vida econômica do Paraná, como a cultura do milho, batata, feijão como aquela que era destinada ao café e ao algodão, definidas como culturais racionais.

Não deixava de lado a ocupação dos vazios territoriais, pois era urgente colocar "em atividade o novo e vasto sertão", recorrendo-se a um plano de colonização visando atrair tanto o colono nacional, proporcionado-lhe os meios para obter boas condições de vida, como o colono estrangeiro, o que exigia a aparelhamento do Estado para absorver "inteligentemente pequenas levas de imigrantes, segundo um modo racional, elaborado em conexão com o Serviço Nacional de Imigração" (LUPION, 1947, p.13).

A ocupação do território e a necessidade de acompanhar o movimento demográfico para solução dos problemas que adviriam do fenômeno fizeram com que o governo incluísse na sua Plataforma a necessidade, no futuro, de um sistema administrativo próprio para as zonas do Norte e do Oeste do Paraná, com base em Londrina, Iguazu e Clevelândia.

Tudo isso era pouco diante do plano rodoviário que pretendia implementar. O plano rodoviário era tão importante que o governo o via como o "Plano da

Libertação Econômica do Paraná". Sua implantação definitiva faria do Paraná "um dos Estados mais ricos da Federação Brasileira, maior e mais respeitado" (LUPION, 1947, p.13).

Propunha-se a destinar a tal programa o máximo de energia e conhecimento, sem descurar da realidade financeira do Estado e nem da ajuda que seria pleiteada junto ao governo federal, pois o plano proposto se harmonizava com o Plano Federal de Estradas de Rodagem e, principalmente, com os imperativos da defesa nacional.

No capítulo da energia elétrica, a Plataforma incluía

a terminação das obras da Usina de Pau Oco, em Morretes, que atenderá a zona do litoral; os estudos para o abastecimento, com um custo mais acessível, de energia elétrica para o município de Curitiba; e os estudos para a localização de uma grande central destinada a abastecer todas as cidades da zona sul, e outra no norte do Estado, com o mesmo objetivo (LUPION, 1947, p.13).

A Plataforma de 1947 colocava em cena todos os temas que vão definir, mais tarde, o plano de governo de Ney Braga, ou seja, a necessidade urgente de implantar uma infraestrutura de transporte e energia elétrica. Ao lado disso, manifestava uma preocupação saudável com a presença dos migrantes, sejam eles nacionais ou estrangeiros, vistos, ambos, como um fator dinamizador do Paraná. Em relação ao desenvolvimento industrial, enfatizava a necessidade de divulgar o Paraná para atrair investidores que trouxessem capital e tecnologia. Esse enfoque não deixava de lado a indústria do mate, cujo problema ele identificou na oferta da matéria-prima para as beneficiadoras.

Na Mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa em 1950, referente ao ano de 1949, o último da sua primeira gestão, o Paraná era descrito como o maior centro agrícola do Brasil, retratando uma prosperidade que atingia todos os cantos do território estadual, ou seja, tratava-se de um fenômeno que ele definiu como sendo uma prosperidade geral. A par disso, havia a ênfase para o fato de tratar-se de uma prosperidade que não decorria nem de uma produção unilateral, como a da monocultura, nem de "circunstâncias fortuitas que nos tenham, em dado momento, favorecido". O Paraná aproximava-se rapidamente, portanto, de ser o primeiro centro agrícola do país, exemplificando sua assertiva com as extensões ininterruptas das áreas cultivadas com produtos que tinham mercados certos (MENSAGEM 1950, p.7).

Essa prosperidade não foi atingida somente com as possibilidades oferecidas pelo estado, houve também a contribuição efetiva dos migrantes, das populações vindas de vários cantos do Brasil. Vem, em seguida, aquilo que é típico do Paraná, ou seja, sua característica diferenciadora: a prosperidade, nas condições predominantes no estado, leva à redução das disparidades sociais, constatando-se a ausência do pauperismo nas principais agrupações humanas do Paraná, ao contrário do que ocorre no Brasil.

Dessa forma, a Mensagem destacava, no amplo movimento de ocupação do norte com a produção cafeeira e com o algodão, o elemento paranaense por excelência, isto é, o seu diferenciador em relação ao Brasil, pela ausência do pauperismo associado à redução das disparidades sociais.

Já no seu segundo mandato, na sua primeira mensagem à Assembleia Legislativa, volta ao tema da prosperidade paranaense, ressaltando o que era evidenciado pelos índices, que apontavam no sentido da manutenção dessa prosperidade. Assinalava com indisfarçável euforia o fato de a população do Paraná ter aumentado à taxa anual de 5,5% entre o recenseamento de 1940 e de 1950, crescimento que superou até mesmo o de São Paulo.

Todos sabemos que tal fato não é produto apenas de um crescimento vegetativo, mas decorrência sobretudo do afluxo migratório para o nosso Estado, vindo de outras unidades da Federação, afluxo que faz com que os não-paranaenses no Paraná praticamente triplicaram naquele período censitário. E todos sabemos que esse afluxo migratório já é um índice da força da promessa de prosperidade individual que os poderosos impulsos da prosperidade geral espalham como uma atração por todo o país (MENSAGEM, 1956, p.5-6).

Se tudo corria tão bem no plano demográfico, não era menos alvissareiro o desempenho da economia do Paraná no contexto nacional. A Mensagem destacava que a participação da renda paranaense no total da renda do país crescia de forma contínua, passando de 3,8%, em 1947, para 4,0%, no ano seguinte, e daí, numa marcha ascendente de 4,1%, em 1949; 4,8%, em 1950; 5,2%, em 1951, até 5,4%, em 1953.

A par disso, continuava a preocupação do governo com a ocupação do território mediante projetos de colonização que procurou desenvolver, buscando, para tanto, fazer convênios com o Conselho de Segurança Nacional e com o Serviço do Patrimônio da União, "para o aproveitamento das terras existentes na faixa de fronteira com as

Repúblicas do Paraguai e Argentina" com vistas a possibilitar a colonização regular da região, principalmente "com a localização das propriedades já existentes". A conclusão do convênio era vista como "fator decisivo para o progresso do oeste paranaense". (MENSAGEM, 1958, p.213-214).

Na Mensagem de 1958, relativa ao ano de 1957, o governo destacava o fato de a safra de café de 1958/1959 estar calculada entre 10 e 12 milhões de sacas, colocando o Paraná "como líder da produção cafeeira do país, arrebatando a São Paulo essa primazia, detida por mais de um século" (MENSAGEM, 1958, p.17).

Mas na Mensagem de 1960 a economia cafeeira vem a ser motivo de preocupação, pois, ao contrário do que ocorrera entre janeiro e agosto de 1959, quando as exportações se comportaram de modo favorável, a partir desse mês o volume exportado caiu de modo vertiginoso, chegando a exportar no último mês do ano insignificantes 39 mil sacas.

Cabia muito pouco ao Estado do Paraná na defesa do seu principal produto de exportação, pois a economia cafeeira seguia a orientação do governo federal, por meio do seu órgão controlador, o Instituto Brasileiro do Café (IBC).

A Mensagem registrava com desalento um fato que seria marcante na economia paranaense, sua dependência de uma economia fortemente marcada pela sazonalidade dos preços, da produção e da baixíssima elasticidade da renda no mercado importador.

O Governo do Estado sempre esteve vigilante na defesa da cafeicultura paranaense, acompanhando de perto a orientação traçada pelo IBC, gestionando junto ao órgão controlador, de sorte a acautelar as aspirações dos produtores e exportadores de café, a par, evidentemente, dos interesses da Fazenda Estadual, pela cobrança dos devidos tributos. Assim, conseguiu obter e manter entendimentos satisfatórios até o mês de agosto. A partir de agosto, até dezembro, não atendeu o IBC na mesma proporção aos anseios do comércio exportador de café do Paraná (MENSAGEM, 1960, p.8).

Entrava na cena política paranaense o fator café, com suas crises periódicas e uma política de regulação centrada no governo federal.

Entre os dois governos Moysés Lupion, o Paraná foi governado por Bento Munhoz da Rocha. Membro exemplar da oligarquia familiar tradicional, Bento combinava em si mesmo as figuras do político, empresário e intelectual, particularmente a figura do intelectual católico que serve de matriz para o político.

Pertencente a um grupo familiar que dominou a política paranaense nos últimos anos da República Velha (1914-1930) e que fora banida dos negócios do estado, durante os quinze anos em que Getúlio Vargas ocupou a presidência da República, Bento viu-se diante de um fenômeno inusitado, a ocupação do Norte do Paraná, que atingiu o auge durante seu governo, incluindo conflitos generalizados como o de Porecatu, e particularmente o caso do Sudoeste. Como o principal representante do movimento que lutava para o retorno do território pertencente ao território do Iguazu para o Paraná, teve a experiência de constatar uma ocupação por gaúchos, de uma forma bastante semelhante da que ocorria no Norte, sem, contudo, possuir um veículo de integração econômica nacional como era o café.

Como empresário, sua atividade menos relevante estava vinculada à economia ervateira que vinha de uma crise estrutural desde que a Argentina deixara de ser o grande mercado consumidor, voltando-se à sua produção interna. Como intelectual, era um pensador católico ligado ao movimento que fundou o Círculo de Estudos Bandeirantes, onde se desenvolvia uma forma de pensar o Paraná que representava uma atualização do "paranismo", cujas grandes expressões haviam sido Romário Martins e David Carneiro.

Em várias ocasiões, Bento deixou à mostra a sua visão ufanista das fronteiras, apesar de saber que tudo vinha de fora. Importava para ele a abertura de uma nova época de prosperidade para a terra da promessa. Essa não era uma visão distorcida, pois ele conseguiu indicar vários paranaenses para cargos importantes no governo constitucional de Getúlio Vargas. De forma tal que o Paraná, durante seu governo, possuía porta-vozes autênticos dos interesses do estado junto ao governo federal.

Bento era igualmente portador de uma visão integracionista do Estado, que transparece nas comemorações do centenário da emancipação política do Estado do Paraná, mediante a "Comissão Geral de Obras para os Festejos do Centenário". A criação dessa comissão, de certa forma, é a manifestação da ideia de uma gestão paralela ao serviço público formal, que vai adquirir o paroxismo nos Grupos Executivos encarregados da execução do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e antecipa os princípios que vão nortear a criação da Codepar, um órgão operando com recursos públicos sem se sujeitar às regras de controle da administração pública. Essa comissão foi encarregada de planejar, licitar e supervisionar a execução de obras destinadas a marcar as comemorações do centenário, tendo sido responsável pela contratação e

implantação de obras de caráter modernista que vão firmar Curitiba como a capital de todos os paranaenses.

Dessa forma, Bento associava uma visão otimista do processo de ocupação do território paranaense com uma ideologia integracionista fortemente paranista. Na Constituinte de 1946 foi um crítico contundente do projeto de criação do Território Federal do Iguaçu, reivindicando o retorno para o Paraná da parte de seu território que, juntamente com o oeste de Santa Catarina, fora submetido à administração direta do Governo Federal.

Senhor Presidente, venho trazer ao debate da matéria constitucional o tema – Territórios Federais, ultimamente criados, tema esse de primeira grandeza que foi, há dois dias, aqui tratado pelo nobre colega Senhor Severiano Nunes e discutido aqui sob o ponto de vista do Amazonas.

Venho, agora, expor e debater o assunto, principalmente sob o ponto de vista do Território do Iguaçu.

Pelo que observamos em contato com a opinião dos que defendem a criação e permanência dos Territórios federais são os seguintes os motivos que militam a seu favor:

- 1.º Redivisão Territorial do Brasil;
- 2.º Incorporação de áreas abandonadas à civilização brasileira;
- 3.º Vivificação das fronteiras.

Queremos demonstrar que, sob qualquer desses aspectos, a criação do Território do Iguaçu não se justifica (MUNHOZ DA ROCHA, 1946, p.3).

Assinalou no seu pronunciamento que três fatores eram fundamentais para um projeto de redivisão territorial, destacadamente da perspectiva dos desequilíbrios regionais e dos regionalismos: a área territorial, a população e o desenvolvimento econômico. Cada um de per si já acarreta problemas de monta na fixação de parâmetros e limites, quanto mais na composição deles, aos quais se somam a motivação dos vários projetos de redivisão territorial que era sempre o da consolidação da unidade nacional, pela diminuição dos grandes estados membros. Bento contesta essa preocupação, para ele louvável, porém antiquada, pois lhe parecia haver passado, "se de fato existiu, a fase de ameaça de fracionamento do Brasil".

Para ele, o regionalismo não pode colidir com o conceito da nação, porém dado o

tamanho do território nacional, nada mais normal do que a afirmação dos regionalismos. Os nossos grandes fatos históricos, políticos e econômicos só poderiam ser regionais. Viriam refletir em toda nação, mas conservaram o seu sabor regional. Conservam aquele sentido de arquipélago que o Brasil tem sido, pois ainda não nos foi possível, e não o será por muitos anos, tornar mais ou menos homogêneo o desenvolvimento nacional. Devemos

tentá-lo. Cumpre ao governo central atender com mais carinho e maiores recursos para as regiões mais pobres, em que as condições de vida são mais difíceis. É esse um critério verdadeiramente nacional e humano bem diferente do critério unilateral de atender com preferência as regiões mais prósperas que, pela circunstância mesma de serem as mais prósperas possuem elementos mais seguros de prosseguir no seu crescimento. É um critério bem diferente daquele que já foi preconizado de congregarem-se todas as energias nacionais no desenvolvimento das regiões de melhores condições de vida, deixando as demais para o futuro, isto é, abandonando-as à própria sorte (MUNHOZ DA ROCHA, 1946, p.4).

Ao comentar, na Mensagem dirigida em 1951 à Assembleia Legislativa, o surto demográfico do Paraná e o dinamismo econômico da agricultura do café registrava que a economia estadual estava em pleno ciclo cafeeiro, "com suas exigências e mentalidade próprias, ainda novas para a formação paranaense". Com a cafeicultura, o Paraná defrontava-se, segundo ele, pela primeira vez e de maneira decisiva com a economia nacional que ainda não havia superado sua fase cafeeira, pois o café continuava como o principal produto de exportação. O Paraná,

ao fornecer um dos contingentes mais ponderáveis da exportação nacional, está, pela primeira vez, tomando parte decisiva na economia brasileira. Houve um verdadeiro deslocamento da produção nacional para o Paraná que hoje abastece o centro-sul do Brasil. Um dos motivos da crise brasileira de produção foi esse rápido deslocamento, ao qual era impossível que a nossa capacidade de transporte pudesse acompanhar. Estamos, portanto, mais do que nunca, entrosados na economia nacional e decidindo dos seus destinos. Mais do que nunca, os nossos grandes problemas são mais brasileiros do que propriamente paranaenses. Daí o apoio que o Paraná espera do Governo da República, e espera com segurança para a solução conveniente dos grandes problemas da economia nacional que estão equacionados no Paraná. Sobretudo em relação ao café, é preciso afirmar que só permitem soluções nacionais. Mas dentro dessas soluções não é possível relegar ao esquecimento, se seria legitimamente impossível, fazê-lo, o aspecto novo da solução nacional, que é a fase paranaense na produção brasileira do café (MENSAGEM, 1951, p.8-9).

Entretanto, não pode o governo do estado "esquecer o Mate e a Madeira que fizeram o Paraná, dando-lhe uma fisionomia característica e o prepararam para o surto atual da nossa economia" (MENSAGEM, 1951, p.8).

Dessa forma, não só reconhecia que a fisionomia característica do Paraná estava associada estreitamente à economia do Mate e da Madeira, como também foram esses dois setores que deram ao Paraná os meios para promover o dinamismo econômico provocado pela cafeicultura.

O problema da colonização foi enfrentado nesse ano em várias frentes para dar continuidade ao povoamento que caracteriza todos os governos estaduais e provinciais. Mas, no seu governo, Bento enfrentou o problema da concessão desordenada de terras, causa de muitos conflitos entre os quais os do posseiro no Norte do Paraná, que começou em Porecatu, cuja solução será importante para o prosseguimento do trabalho de ocupação das terras e da produção, pois o estado precisava continuar sendo povoado e trabalhado. O que era visto como um fato extremamente importante para o futuro do Estado e seu papel no contexto nacional.

[...] Os contingentes humanos que procuram ininterruptamente o norte e noroeste do Estado, a maior faixa contínua de terras férteis no Brasil e as correntes imigratórias, oriundas do extremo sul, procuram o sudoeste e oeste paranaense, garantem uma perspectiva sem par para o nosso estado (MENSAGEM, 1951, p.6-7).

Mas essa atitude positiva e otimista não se restringia à imigração de nacionais, haja vista o esforço do governo para estimular a ocupação de terras por colonos estrangeiros.

Está o governo atendendo à imigração de alemães e holandeses que virão para a zona temperada do centro do Estado, onde é necessário criar novas fontes de produção, e do mesmo modo a de italianos e de poloneses que têm insistentemente procurado o Paraná (MENSAGEM, 1951, p.7).

Já na Mensagem de 1952, era registrado o apoio decisivo do governo à colonização alemã em Entre Rios, no município de Guarapuava, e a de holandeses, no município de Castro, seguindo o exemplo bem-sucedido de Carambeí. Essa colonização era vista como fato gerador de novas fontes de produção, longe da área cafeeira, pois era "sangue novo nas zonas mais antigas do Estado, de clima temperado".

Tal acontecimento era atribuído em certa medida ao café, que teria trazido ao estado seu ímpeto civilizador, principalmente diante da perspectiva de que aqui seriam corrigidos os erros do passado, particularmente o nomadismo do café, que não deveria ser considerado como uma fatalidade a rever constantemente os quadros da produção. Quando a infraestrutura do transporte, armazenamento e financiamento está definida e equacionada, a onda cafeeira passou a caminhar para o sertão, onde novos esforços serão despendidos para organizar a economia do café.

Os nossos grandes fazendeiros, em sua maioria paulistas e mineiros, possuem a tradição do café. Trazem a experiência de várias gerações de cafeicultores. É justo esperar que tenham aprendido (MENSAGEM, 1952, p.7).

Nesses termos esperançosos, o governo manifestava sua perspectiva econômica com a nova economia que se organizava no Paraná e dava particular destaque ao aspecto novo da economia cafeeira que surgira nas condições específicas do Norte Paranaense, a cultura do café em pequenas propriedades, representando a inovação introduzida pelo Paraná no ciclo brasileiro do café.

O café, porém, trouxe consigo algo que não era típico do Paraná, pois a

zona cafeeira apresenta os máximos desníveis de riqueza e pauperismo, sendo necessário assistir as correntes de populações nordestinas que se deslocam com intensidade verdadeiramente trepidante, aqui chegando desnutridas e desamparadas, num movimento espontâneo e irremovível, sofrendo todos os riscos de uma verdadeira aventura à procura de melhoria de vida (MENSAGEM, 1952, p.7).

Isso contrastava com o nível de vida do trabalhador rural, desde que não fosse assalariado, das "nossas zonas coloniais". Além do nível de vida ser infinitamente superior ao da zona cafeeira, não existia nem o enriquecimento rápido nem a miséria.

Por essa época, segundo ele, já havia ocorrido o encontro entre gaúchos e catarinenses com paulistas, mineiros e nordestinos que haviam descoberto o Paraná, que era ansiosamente procurado por toda essa gente. Agora era a vez dos paranaenses do Centro-Sul que também se dirigem para essas regiões.

Se no norte, no noroeste e no sudoeste do Estado, o povoamento se processa de maneira espetacular, já o centro e o sul sofrem a fascinação daquelas regiões pioneiras cuja fama chega a todos os recantos do Brasil. As populações paranaenses também se deslocam para aquelas regiões, partindo das zonas da pequena lavoura, da erva mate, da madeira e da pecuária (MENSAGEM, 1952, p.7).

Ney Braga foi o político que primeiro percebeu que os acontecimentos envolvendo o território do Paraná significavam que o domínio sereno da oligarquia familiar tradicional a que pertencia estava chegando ao fim, concluindo pela necessidade de um esforço derradeiro para que tudo ficasse como antes.

Na Mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa, em maio de 1961, há uma descrição do fenômeno que merece ser transcrita, principalmente em virtude da terminologia adotada:

Três tendências distintas da história econômica brasileira agem no momento sobre a economia paranaense.

Temos, de um lado, a economia agrícola de subsistência, que aliada à extração vegetal (mate e madeira), representa a primeira expansão da economia paranaense. Esse tipo de estrutura permanece em quase todo o Leste e Sul do Estado.

Sobre essa estrutura penetrou, há menos tempo, a economia agrícola exportadora (café), que em poucas décadas desbravou o Norte do Estado, e hoje alcança seus limites máximos de expansão geográfica no território paranaense.

Mais recentemente ainda, penetrou no Paraná o transbordamento da economia agrícola de mercado interno do Rio Grande do Sul, que hoje desbrava as extremidades Oeste e Sudoeste do Estado.

São as características específicas dessas três estruturas, por si mesmas, e em choque umas com as outras, que definem a economia paranaense de hoje.

A primeira, mais antiga, é a base do complexo social que é o Paraná. A segunda, mais dinâmica, é o parâmetro da riqueza do Estado. A terceira, ainda no início, é a promessa de um futuro desenvolvimento (MENSAGEM, 1961, p.3-4).

A ideia de um conflito transparece claramente quando se refere à expansão da economia cafeeira como se ela fosse uma expansão sobre uma estrutura econômica já existente. Sobre a estrutura econômica predominante no leste penetrou a agricultura de exportação. Em seguida, refere-se a elas como estruturas em choque umas com as outras.

Importava, pois, construir uma unidade.

No ano seguinte o mesmo tema retorna, agora em relação ao sistema de transporte, e os termos de exposição da situação tida como "problemática" são os mesmos.

A formulação de uma política de transporte para o Paraná, indispensável à aplicação racional dos investimentos públicos, foi o primeiro passo dado por este Governo no setor.

Partimos do conhecimento da evolução seguida nos últimos anos pelo sistema de transporte do Paraná. Historicamente, o território do Estado serviu como corredor de ligação entre o centro dinâmico do país e região pluricultora agro-pastoril do extremo sul. O único sistema paranaense era o que ligava o Planalto aos portos oceânicos.

Sobre essa estrutura desenvolveu-se o Norte do Estado e, mais proximamente, o Sudoeste e o Oeste. Pela própria origem dos movimentos econômicos causaram esse desenvolvimento, as regiões mencionadas ligaram-se mais estreitamente aos centros de seu dinamismo (São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente) do que ao núcleo paranaense original.

Pouco ou nada foi feito anteriormente para corrigir essa situação. As linhas mestras da política de transportes que vem sendo seguida pelo Governo são exatamente as que se destinam a criar as vias de ligação necessárias à verdadeira unidade geo-econômica do Paraná (MENSAGEM, 1962, p.29).

Urgia, pois, conduzir uma política que assegurasse a unidade política do estado sob a direção intelectual e moral da velha oligarquia familiar. Sua primeira tarefa nesse sentido foi a "desconstrução" de Moysés Lupion e, por extensão, da herança desenvolvimentista de Manoel Ribas. Nas primeiras mensagens de todos os governadores após 1945, a crítica da situação do tesouro estadual era sempre o tema de abertura da primeira comunicação formal do Poder Executivo com a Assembleia Legislativa, repetindo a litania da situação deplorável em que o novo governador encontrava as finanças do estado, o que sempre era atribuído à forma pouco rigorosa com que o antecessor conduzira o assunto, principalmente o volume da dívida de curto prazo e as despesas comprometidas no último ano de governo, em que sempre figurava o aumento do salário do funcionalismo. Ney Braga inovou ao abrir uma guerra sem quartel a seu antecessor, no que foi bem-sucedido.

Essa atitude certamente estava ligada à sua campanha eleitoral ao governo do Estado, pois ao lado do ideário atribuído à Democracia Cristã, a campanha dava especial destaque ao combate à corrupção do seu antecessor, alinhando-se assim com a campanha de Jânio Quadros à presidência, de quem Ney Braga se esforçava para obter um apoio explícito que marginalizasse, por exemplo, o PTB, em larga medida associado à campanha de Jânio devido ao movimento Jan-Jan.

A segunda foi a eleição de um "inimigo" externo que precisava ser enfrentado para que o Paraná pudesse ter um lugar ao sol. Esse inimigo era a força econômica de São Paulo que estabelecia um desequilíbrio profundo na Federação, e isso era o resultado de políticas que explicitamente haviam favorecido aquele estado, particularmente a conduta irresponsável de Juscelino Kubitschek com sua política de industrialização acelerada. Repetia assim o discurso de Jânio Quadros.

São Paulo era uma camisa bem cortada para vestir o novo corpo ideológico da política que se inaugurava quando Jânio renunciou. Tanto é verdade que o Sudoeste não foi em qualquer momento objeto de preocupações idênticas desde que a guerra camponesa pela disputa de terras na região havia cessado.

O problema não era tanto da fronteira agrícola, mas da ameaça real que uma região representava para o predomínio da oligarquia familiar tradicional, daí a

necessidade da criação de um suposto projeto político de desenvolvimento industrial para fazer frente ao inimigo comum, projeto político que, em suas linhas gerais, não tinha nada novo. A criação de um mecanismo de fomento como a Codepar foi um fato inovador na medida em que se pautava pela captação de poupança forçada da população.

Nesse contexto surge, então, o que veio a ser conhecido mais tarde como o projeto paranaense de desenvolvimento econômico, que aqui se entende como uma definição de uma mera terminologia para "esconder" de fato a pretensão de assegurar a hegemonia da oligarquia tradicional para fazer frente ao impacto político da expansão cafeeira no Norte do Paraná. As consequências daí decorrentes foram muito bem assinaladas por Magalhães, ao dizer que estavam "em formação na nova região cafeeira atores sociais diferentes daqueles que atuavam na cena política paranaense, com interesses muitas vezes divergentes, com outros tipos de experiências de lutas e mecanismos reivindicatórios" (MAGALHÃES FILHO, 2006, p.136).

As falas dos governadores permitiram a construção de uma ideologia da integração no imaginário político da sociedade paranaense, construção esta que já estava presente no imaginário cultural dessa mesma sociedade, como será visto a seguir.

4.4 A IDEOLOGIA DA INTEGRAÇÃO: UMA FORMA DE ATUALIZAÇÃO DO PARANISMO

A ideologia da integração é um aspecto da ideologia em geral que motiva os membros da comunidade a mantê-la unida, sem fraturas relevantes porque isso é bom para todos e corresponde a uma ideia ou crença que todos construíram a respeito de si mesmo e da coletividade. Uma ideia ou crença que vem a ser a representação que os membros da coletividade fazem dela e de si mesmos como membros ativos dessa coletividade. A relação entre o indivíduo, como membro representativo da coletividade, e a coletividade como representante dele mesmo é construída pelas lideranças políticas, por intermédio de pessoas dotadas de algum carisma, de tal forma que essas pessoas são elas mesmas vistas como representantes

dessa comunidade. Quando os elos dessa cadeia de representação se quebram, a sobrevivência de uma determinada comunidade fica em risco.

O chamado projeto paranaense de desenvolvimento corresponde a uma ideologia da integração. Como assinalou Magalhães (vide introdução), esse projeto nem mesmo existia na plataforma política de Ney Braga. O projeto paranaense de desenvolvimento não estava pronto e acabado e nem era parte do programa proposto por Braga, que preferia enfatizar suas preocupações sociais e a terceira via da Democracia Cristã que se encontrava em ascensão na Europa e em alguns países da América Latina (MAGALHÃES FILHO, 2006).

Ele fora construído aos poucos, particularmente no momento em que foi preciso organizar um governo num quadro de crise econômica e foi uma tarefa de um grupo de intelectuais e técnicos governamentais, que combinavam a vida acadêmica com a de especialistas da burocracia estatal.

Tanto o discurso democrata cristão quanto os esforços para demonstrar que ocorreu no Paraná uma prática governamental diferente correspondem a um esforço de deslocamento da justificativa das ações do governo Ney Braga e das reconstruções teóricas que procuravam explicar seus programas que servem para esconder que tudo não passava de pura falsa motivação, como Stoppino definiu o sentido forte da ideologia. Toda ideologia tem como finalidade assegurar a adesão dos membros de uma comunidade politicamente organizada a certos objetivos e metas que servem de motivação para as suas atividades e de justificação para as suas formas de convivência. No fundo, trata-se de mostrar que o "modelo paranaense de desenvolvimento" foi a forma como se deu a construção de um discurso ideológico de legitimação oligárquica e que a base desse discurso, que lhe dá continuidade, é o "paranismo".

A ideia de ser o modelo de desenvolvimento paranaense uma ideologia foi explicitada por Leão, ao dizer que o

modelo paranaense de desenvolvimento econômico é completamente utópico, é o que certa vez chamei de uma visão utópica do Paraná, porque ele acha que o Paraná, na verdade, pode sozinho fazer o esforço da industrialização, uma industrialização que nas condições do capitalismo moderno requer imensa mobilização de capital [...] (LEÃO, 1999, p.12).

Antes dessa afirmação, Leão já havia destacado que o paranismo, definido como ideologia voltada para a mobilização da população com vistas a desenvolver

esforços no sentido da industrialização do estado, era a ideologia do modelo paranaense do desenvolvimento.

No capítulo 2, procuramos mostrar que esse modelo ou projeto sequer existiu, foi a construção mental promovida por intelectuais e técnicos da burocracia estatal, a partir de uma experiência governamental. Dessa forma, estavam justificando as políticas adotadas das quais participaram ativamente.

Mannheim afirmou que em toda sociedade existem grupos sociais cuja tarefa específica é dotar a sociedade de uma concepção do mundo. Esse grupo ele denominou *intelligentzia* que, numa sociedade estática, tendia a adquirir um status bem definido ou mesmo uma posição de casta. Exemplificava com os magos, brâmanes e o clero medieval, que gozavam em suas sociedades de um "controle monopolístico sobre a formação da visão de mundo dessa sociedade" (MANNHEIM, 1976, p.38); controle que desapareceria nas sociedades modernas, em que esses grupos seriam recrutados de modo mais frequente em estratos e situações de vida diferenciadas, e seu modo de pensamento não estaria mais sujeito a regulamentos de casta ou de outra organização reguladora.

Esses novos grupos não só continuariam desenvolvendo uma nova concepção do mundo mas o fariam cada vez mais a partir de uma posição social bem definida, ou seja, num contexto histórico-social. No caso particular, o contexto de intelectuais vinculados ao planejamento estatal.

O "modelo paranaense de desenvolvimento" é um dos meios possíveis da atualização do "paranismo", que consiste em um modo particular de representar a sociedade política organizada no âmbito do território do Estado do Paraná como uma experiência *sui generis* ou, pelo menos, dotada de certas particularidades que lhe são próprias e exclusivas.

A particularidade do Paraná é que ele começa a existir pelo desmembramento de São Paulo, em 1853. Até então não havia paranaenses, como assinala Wilson Martins. Havia apenas curitibanos, os naturais da 5.^a Comarca. O destino da província do Paraná era rejeitar a Quinta Comarca para consolidar sua própria identidade (MARTINS, Wilson, 1999, p.19/20). Trata-se, pois, de um pedaço do território nacional, que deixou de ser anônimo para se constituir no meio de representação de um grupo social e o caminho encontrado para a construção dessa imagem foi o "paranismo".

O paranismo surgiu nos anos 1920 como um movimento intelectual e político que construiu uma representação da sociedade paranaense fundada na ideia de que

essa sociedade foi formada em grande medida pela presença de uma população branca proveniente da imigração europeia na qual não estava presente o elemento luso (OLIVEIRA, 2007).

Esse movimento remonta, entretanto, ao período da emancipação, quando se fez necessária a formulação de uma imagem para o Paraná; mas tem importância também nesse movimento a onda imigratória verificada entre 1860 e 1880. Com a perspectiva da abolição e o debate da utilização da mão de obra de imigrantes europeus para substituir os escravos, a imigração passou a figurar como estratégia de ocupação e povoamento do território com vistas a aumentar o poder de representação política da elite regional (CAMARGO, 2007).

Esse fato era de grande relevo, pois, diante da dificuldade de o complexo ervaiteiro manter o capital imobilizado, representado pelos escravos, foi intensificada a venda de cativos para os plantadores de café de São Paulo. Assim, a vinda de colonos europeus supriria a carência de mão de obra para a produção de gêneros de primeira necessidade.

Outro dado relevante no movimento que levou à formação de uma ideologia específica definida pelo termo paranismo é o ambiente político e ideológico do Brasil na virada do século XIX para o XX, nutrido pelas discussões sobre a criação de uma identidade nacional (CAMARGO, 2007).

Ao lado dessa representação da sociedade, havia outra do próprio Paraná, em que o clima e o relevo tinham papel fundamental, como o frio europeu e as ondulações da montanha. O que, de fato, era uma extrapolação das condições típicas de Curitiba.

Dessas imagens derivou a crença da presumível particularidade do Paraná em relação ao restante do Brasil. Tem papel relevante na propagação dessa representação o movimento simbolista, que foi particularmente vigoroso no Paraná, com estreita ligação à cidade de Curitiba, cujo clima frio e europeu, associado ao ondulado das montanhas, teria aproximado os escritores locais ao clima da matriz simbolista parisiense (OLIVEIRA, 2007).

Essa é uma visão com a qual não compartilha inteiramente Bega (2001), que localiza o apogeu do simbolismo no Paraná entre os anos de 1895 a 1910, mas que se manteve de forma contínua até a década de 1920, quando ocorre a ascensão do modernismo, que passa a dominar todos os aspectos da vida cultural e artística brasileira.

Entretanto, no caso específico do Paraná, a partir de 1920, sob a égide de Romário Martins, o movimento simbolista estendeu sua vigência como movimento literário, artístico e filosófico construindo um imaginário, mediante a incorporação de elementos míticos ligados à terra e fatos relacionados à imigração, com especial destaque aos italianos e alemães (BEGA, 2001, p.84) que adquiriram visibilidade na vida urbana de Curitiba, como industriais, artesãos, pequenos comerciantes, profissionais, dando lugar a novas "formas de sociabilidade que emergem da convivência permeada por conflitos entre a primeira geração de imigrantes em fase de integração e os nacionais" (BEGA, 2001, p.113).

Uma das explicações para a durabilidade do movimento simbolista e sua expressão nacional a partir de um capital sem importância no contexto da urbanização do país, deve-se em parte à forma como as 'panelas literárias', que expressavam a intensa sociabilidade da geração de escritores do final do século XIX e início do século XX. Os simbolistas iam mais longe, formando verdadeiras confrarias (BEGA, 2001, p.77), permitindo defini-los como uma geração no sentido dado ao termo por Mannheim, ou seja, contemporâneos "vivenciando situações comuns" de tal forma a construir uma "identidade de reações, uma afinidade no modo de se relacionar com as experiências individuais e com os acontecimentos exteriores [...]" (BEGA, 2001, p.77).

São vínculos que, nascidos com um pequeno grupo de escritores, espalharam-se para gerações subsequentes, exercendo, por isso mesmo, tal força de constrição sobre jovens literatos que uma tendência estética transformou "num modo de relacionar com o mundo profissional e com as batalhas político-filosóficas presentes nos cenários local e nacional" (BEGA, 2001, p.77).

Enfim, esse modo de relacionar-se dos simbolistas vai se refletir no Paraná, particularmente em Curitiba, de um modo muito peculiar em que se associam ligação literária, com base em similaridades filosóficas, inserção na vida profissional e vivências comuns, cujo resultado é uma produção intelectual e artística que caminha no sentido da construção de uma identidade regional caracterizada, inicialmente, pela diferença com o Brasil tropical, mulato, parnasiano, cafeeiro. Posteriormente, vai incorporando o elemento estrangeiro, associado à imigração, especificamente em relação ao imigrante alemão e italiano que assumem papel de destaque na vida de Curitiba, onde se transformam em empresários e personalidades de evidência nos variados setores da vida econômica e profissional. Formam eles a primeira geração dos imigrantes que deixaram as lides agrícolas nas colônias, com as quais não estavam

habitados ou que não podia lhes oferecer o padrão de vida que almejavam. Vêm para Curitiba, onde inicialmente se ocupam das atividades relacionadas à economia ervateira, como fabricação de barricas de madeira para embalagens para exportação e desenvolvimento de novos equipamentos para o beneficiamento do mate, impressão de rótulos para barricas, sem contar a indústria de sapatos, vestuário, inclusive produção de jornais e revistas (BEGA, 2001, p.108).

Da combinação dos fatores econômicos e populacionais formou-se o substrato que permitirá que Curitiba, mesmo na condição de capital periférica, se diferencie culturalmente dos outros centros urbanos de igual ou maior tamanho, tornando-se solo fértil onde se nutrem experiências as mais diversas no campo cultural [...] (BEGA, 2001, p.113).

Mas o paranismo tem também uma expressão nas artes visuais quando surgiu como uma nova vertente de expressão artística mediante representações de temas locais. Lange de Morretes, Gholfi e Turin, em diversos encontros, "criaram uma fórmula geométrica para a representação do pinhão", que daria origem a uma estilização paranaense ou "paranista" associada à pinha usada como elemento decorativo aplicado em vários veículos de expressão visual como capa de revistas, móveis e adornos arquitetônicos (SALTURI, 2009, p.9).

O "paranismo" manifestou-se, também, "em motivos musicais baseados em canções tradicionais ou em gêneros populares com textos exaltando temas locais nas composições" (SALTURI, 2009, p.15).

Um dos principais fundadores do paranismo foi Romário Martins, também criador da história regional do Paraná. Ele resgatou o papel do imigrante ao pensar a realidade paranaense "a partir da idéia do amálgama entre os diversos grupos imigrantes" (avaliados positivamente, pois não foram poucos os momentos na história do estado em que tais imigrantes foram depreciados) "e a população tradicional" (OLIVEIRA, 2007, p.7).

De acordo com Salturi (2009), para muitos autores a obra de Romário Martins parte do imaginário popular¹²² para fazer sua análise da história paranaense

¹²² Refere-se a uma certa perspectiva benjaminiana na qual esses autores localizaram a obra de Romário Martins, citando Svarça (1993), que se refere a Romário como "forjador de símbolos", ao produzir a história descontínua dos dominadores como se fosse contínua num tempo homogêneo e vazio, porém preenchido pelos símbolos forjados por ele que permitiram construir "uma imagem ideal a qual todos deveriam integrar-se se para atingir o progresso" (SALTURI, 2009, p.5).

que pode ser resumida no termo 'paranista', usado pela primeira vez, segundo depoimento de Romário Martins, por Domingos Nascimento, em 1906, para dar conta do tratamento que recebera ao visitar o Norte do Paraná. Os moradores de lá não se referiam a ele como paranaense, mas como paranista.

Na obra de Romário Martins, porém, fundem-se elementos históricos, culturais, demográficos e geográficos. Desse ponto de vista específico, não se pode deixar de lado sua preocupação com a territorialidade, cuja integridade sempre defendeu.

A necessidade de uma afirmação regional, mediante a construção de uma imagem ligada à diferença em relação ao restante do Brasil, pode ser ancorada nos problemas que o Paraná enfrentou desde a emancipação da 5.^a Comarca de São Paulo. Ao lado da necessidade de construir o "Paranaense", pois o que existia era o "Curitibano", era preciso defender-se do questionamento de sua própria territorialidade, pois o desenho de seus limites foi sempre questionado (IURKIV, 2002). Esse questionamento vinha do Paraguai reivindicando terras paranaenses; da Argentina, contestando limites na Questão de Palmas; a perda de parte de seu território para Santa Catarina, na Guerra do Contestado, em 1912, e, finalmente, a criação do Território Federal do Iguaçu.

Romário Martins dedicou-se com particular denodo à defesa da territorialidade paranaense, organizando em torno de si o movimento que veio a ser conhecido como "Paranismo", que ele definiu como o conjunto dos que

nutrem amor pelo Paraná e estavam dispostos, através do discurso, de louva-lo e reconhecerem nele um lugar onde a população teria as perfeitas condições para se desenvolver enquanto civilização. O paranista seria aquele que contribuísse em tal empreitadas [...] (IURKIV, 2002, p.131).

Em 1927, ao criar em Curitiba o Centro Paranista, Romário Martins se propôs a dar uma nova acepção ao termo ao designar o movimento paranista como o centro de convergência dos paranistas que são todos aqueles que têm pelo Paraná uma afeição sincera e que a demonstrem de forma cabal em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense. Nesse caso, o paranismo vem a ser

um espírito novo, de elação, de exaltação, idealizador de um Paraná maior e melhor pelo trabalho, pela ordem, pelo progresso, pela bondade, pela justiça, pela cultura, pela civilização. É o ambiente de paz e solidariedade, o brilho e a altura dos ideais, as realizações superiores da inteligência e dos sentimentos (MARTINS, 1948 *apud* SALTURI, 2009, p.7).

A posição socialmente intermediária de Romário Martins entre os membros das forças políticas dominantes e os trabalhadores imigrantes permitiu-lhe adquirir uma visão privilegiada da

utilidade das ligações entre as duas ordens de trabalhadores intelectuais: os literatos entre os quais se inseria, e os artistas plásticos oriundos de famílias operárias de imigrantes que não dispunham de meios para a ascensão social independente. Intelectuais como Romário Martins intermediavam a ajuda do Estado para esses artistas.

[...] Esta dependência das instituições oficiais tinha a contrapartida da necessidade urgente, pelas instituições, da contribuição dos adventícios para o estabelecimento das imagens de identidade do Paraná que se diferenciava da província de origem, São Paulo, e do resto do país, em cuja composição política precisava se estabelecer. Esse movimento se concretizava no Paraná pela exaltação dos valores locais e o desenvolvimento de uma simbologia baseada em elementos nativos como o pinheiro paranaense e o pinhão. [...] (CAMARGO, 2007, p.15).

A representação de um Paraná diferente do restante do Brasil surgiu, portanto, da análise que conjugava dados históricos, demográficos e étnicos associados ao clima, presentes em Romário, tendo por base a incorporação social do imigrante não português.

Essa representação constituída por ideias, crenças e imagens será retomada pelo Movimento Paranista, nos anos de 1920 e 1930, na busca de uma identidade regional. O "Paranismo" é, em síntese, "uma forma de pensar o Paraná relacionada à identidade local, seja ela na esfera pública, econômica ou cultural, com vistas a um futuro próspero, rumo ao progresso" (SALTURI, 2009, p.19).

A forma de colocar em prática esse modo de pensar foi o Movimento Paranista que por ser datado desapareceu. Era datado porque nutrido pela ação de certos grupos. Ao contrário do movimento, o "Paranismo" ainda está presente no imaginário da população associado a outras ideologias que surgiram no Paraná (SALTURI, 2009). Nas celebrações do centenário, o paranismo, associado fortemente ao movimento modernista, estava presente mediante as intervenções promovidas pelo governo Bento Munhoz. Entre outros termos, o paranismo sofre uma recorrente atualização, sempre incorporando elementos oriundos de outros campos ideológicos que lhe sejam funcionais.

Dessa ótica, é procedente, portanto, pensar o projeto paranaense de desenvolvimento como um modo de interpretação da sociedade e do Estado no Paraná, como uma das atualizações possíveis do paranismo. O que foi realizado por parte de

uma parcela específica da intelectualidade fortemente envolvida na experiência de planejamento do estado.

Logo, o Projeto Paranaense de Desenvolvimento vem a ser uma forma de ideologia da integração, um artefato construído para definir a pertinência de pessoas a um grupo, grupo esse que deveria ser definido como o ser paranaense que se encontrava ameaçado. Mas como ideologia da integração possui raízes profundas que vão até a origem do estado, que se encontra na emancipação da Província.

Essa ideologia da integração foi construída de tal modo que permitiu a uma corrente política particular assegurar o caráter de ser ela mesma a representante desse Ser paranaense. Para isso era preciso que ela representasse em si mesma toda a sociedade paranaense, pois na ideologia as formas de representação que uma coletividade constrói ao longo do tempo são fundamentais.

A ideologia deve ter um elevado nível de aderência com a realidade, não se trata de uma construção arbitrária, mas de uma forma de traduzir, num plano mais sistemático, sentimentos difusos e crenças generalizadas. Principalmente, uma relação direta com o conhecimento, ou melhor, com o conhecimento desenvolvido de forma mais sistemática. Nesse sentido, não se pode fixar um divisor de águas rígido entre o conhecimento sistemático, organizado e objetivo da sociedade e a ideologia propriamente dita.

Assim, a construção de uma ideologia passa pela construção de um saber específico, de um conhecimento que se transforma em ideologia ao servir para motivar, mesmo que a custo de distorções, sem as quais as relações interpessoais não poderiam ser reconstruídas permanentemente.

Em síntese, trata-se da construção de uma estrutura mental básica e comum a todos os membros de uma coletividade politicamente organizada para que sua unidade e coesão sejam asseguradas. Sem isso essa comunidade desaba, pois a ideologia, antes de qualquer coisa, é um elemento de coesão social, uma espécie de cimento que une as partes de um todo e faz com que ele apareça a cada uma das partes como uma unidade homogênea, ainda que a ideia de conflito não desapareça, pois ele aflora em contextos previsíveis.

A forma como o assunto foi desenvolvido até aqui, deixa a impressão de ser a ideologia um artefato puramente temático, isto é, um conjunto de ideias e noções que orientam a ação das pessoas no seio da coletividade humana. Ela é temática, mas não exclusivamente temática, pois ela permeia todas as ações dos indivíduos

nas suas relações uns com os outros; nesse sentido, ela é "um código operativo", isto é, ela não apenas justifica, motiva ou deforma, ela também organiza a ação das pessoas. Esse é o tema que Paul Ricoeur (1977) desenvolve apoiado na teoria da ação social de Weber. Nesse sentido, o caráter operativo da "ideologia" decorre da sua capacidade de construir unidades representativas para que todos participem de uma comunidade coesa.

Para ser "operativa" é também preciso que ela tenha um mínimo de aderência à realidade, ou seja, as crenças, os sentimentos e as ideias compartilhadas pelos indivíduos que fazem a coletividade podem ser traduzidos para o plano discursivo ou para os seus elementos simbólicos sem grandes rupturas, para que o discurso não seja pura arbitrariedade, ou seja, a ideologia possui, digamos assim, certa materialidade. Então, uma forma simples de representação da ideologia é que ela é algo que vai de baixo para cima e de cima para baixo simultaneamente.

Não basta que esse artefato seja construído de alguma forma, é preciso que seja atualizado. Assim, a cooperação entre intelectuais e políticos deve ser permanente, mesmo que no plano pessoal, algumas vezes, eles não se suportem. Marx assinalou, n' "O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte", que entre o intelectual pequeno burguês e o lojista não existe nenhum ponto de contato, salvo que certas ideias e formas de ver o desenvolvimento histórico de uns corresponde à expectativa do outro diante da luta de classes.

[...] Não se deve imaginar, tampouco, que os representantes democráticos sejam na realidade todos **shopkeepers** (lojistas) ou defensores entusiastas destes últimos. Segundo sua formação e posição individual podem estar tão longe deles como o céu da terra. O que os torna representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida, de que são conseqüentemente impelidos, teóricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia. Esta é, em geral, a relação que existe entre os **representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam** (MARX, s.d., p.227. Os grifos são do original.).

No caso particular objeto da nossa análise, a construção desse artefato se fez aos poucos, e a interação entre intelectuais, que construíram o artefato ideológico, e os políticos, que conseguiram sua atualização permanente, se deu pela pertinência comum nos aparelhos burocráticos do Estado e a academia.

Tem muita importância na formulação de uma política de integração a presença de burocratas acadêmicos, personalidades que transitam com facilidade de um campo a outro para construir essa ideologia.

Toda sociedade politicamente organizada constrói uma representação dela mesma para si mesma. Ela se atribui uma forma de existência, uma razão de existir e um projeto que decorre de algo que está fora dela, como um princípio geral, como ser a realização prática dos mais elevados ideais dos seres humanos. Esse trabalho é feito por intelectuais no seu esforço de interpretar a sociedade em que vivem, uma sociedade que eles sempre encontram já organizadas, ainda que eles se vejam como organizadores da sociedade. A representação que a sociedade constrói para si mesma como representante de algo que está fora dela é a representação que a sociedade constrói para cada um dos indivíduos que a compõem e que se veem a si mesmo como representante dessa sociedade. Dessa forma, conforme assinalou Voegelin (1979), toda sociedade politicamente organizada constrói para si mesma uma representação e essa representação define e justifica a sociedade para si mesma. E é essa representação que dá sentido às coisas, porque todos precisam de um sentido para vida, ou seja, a sociedade em si mesma representa algo que se encontra fora dela e que lhe dá sentido.

Aquele que constrói a relação entre a representação da sociedade e do indivíduo como sociedade representativa é o líder articulador, na terminologia de Voegelin; é o indivíduo que constrói uma unidade simbólica e faz de cada um participante da representação da sociedade e também do teórico que explica para si mesmo e para a comunidade o sentido que se encontra escondido na existência da sociedade.

4.5 O "MODELO" PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO REVISITADO

O "modelo paranaense de desenvolvimento" como ideologia é uma construção de uma representação para a sociedade, que se manifesta em dois planos diferentes, um plano da interpretação e um plano da ação. Ou seja, como qualquer ideologia ela tem um componente simbólico que deve ser atualizado por meio de ações concretas,

mas tanto um como outro devem apresentar elevado nível de aderência para não parecer uma mera construção intelectual ou um artefato arbitrário.

O primeiro desses dois planos, ainda que subentendido, vem a ser o confronto de uma coletividade politicamente organizada com um evento, um fenômeno que escapa inteiramente da representação que até então ela fazia de si mesma. Trata-se da expansão da fronteira agrícola brasileira no território paranaense. A dimensão do fenômeno, sem paralelo na história do país, e o fato de se tratar de um processo dirigido de fora reforçam o sentimento de inferioridade no contexto nacional, o que pode ser visto na declaração de Bento Munhoz, que, apesar da sua visão otimista do fato, enxergava nele a oportunidade de o Paraná deixar de ser provinciano e um sócio menor da Federação (MENSAGEM, 1951). Esse sentimento de inferioridade se generalizado podia tirar a legitimidade da oligarquia familiar tradicional, agora confrontada pela expansão da fronteira. A percepção de que sua hegemonia pudesse ser contestada reforçava o sentimento que ela já havia experimentado com o prolongado governo de Manoel Ribas (1930-1945), o qual criou um tipo de política voltada para o desenvolvimento integrado no mercado nacional cujo herdeiro foi Moysés Lupion (1945-1950/1955-1960).

Diante da perda da representação política e ideológica, já ameaçada por fatores internos, a experiência das fronteiras agrícolas passa a ser vista como uma ameaça adicional traduzida como um risco para a unidade do estado. A expansão cafeeira era um prolongamento de São Paulo pelo interior do Paraná, particularmente no Norte; no Sudoeste implantou-se uma comunidade de gaúchos, de origem alemã e italiana, o que vem a ser um fato particularmente irritante, uma vez que Bento sempre se preocupou com a extinção do Território Federal do Iguaçu e a transferência de seu território para o Paraná.

O ponto de partida é a tomada de consciência de que a cafeicultura era responsável pelo dinamismo da economia paranaense e que ela era um prolongamento no território paranaense de uma economia hegemonicamente paulista. Ou seja, a formulação de um projeto industrializante tinha uma justificativa nitidamente "paranista". Por que isso não aconteceu com os governos que antecederam ao de Ney Braga? Primeiro, porque o processo de ocupação estava em andamento e os conflitos pela posse da terra geravam um clima de tensão no Paraná que se sobrepunha a todas as demais preocupações. Estando em andamento, suas consequências ainda não faziam parte das estruturas mentais da população, apenas seus sintomas eram percebidos

pelos políticos, jornalistas e escritores mais atentos. Sendo sintomas de um problema ainda não bem definido, podia ser resolvido com medidas integracionistas, como uma rede adequada de transporte, o atendimento à nova população com uma rede de escola e postos de saúde. Essa é a consequência que se pode tirar do estudo realizado pelo Ipardes (1989), que identifica uma continuidade nos governos de Bento e Lupion centrada no território, na educação e na saúde. Em segundo lugar, porque a crise que afetou o setor cafeeiro, associada à sua sazonalidade provocada por flutuações de preços no mercado internacional e os fenômenos naturais como as geadas, deixava a economia muito vulnerável, com reflexos negativos no orçamento do estado.

Nesse caso não se pode também deixar de lado o fato de que a expansão da cafeicultura estava associada a dois outros fatores de grande preocupação para os governantes paranaenses. A imigração em massa de uma população que provinha predominantemente de São Paulo, seguido por Minas Gerais e estados do Nordeste. Essa preocupação ficou mais acentuada quando, no final da década de 1950, a população do Norte Paranaense já se aproximava da metade da população do Paraná. A par disso, como assinala Magalhães Filho (2006), os fluxos comerciais do Norte eram muito maiores com São Paulo e Santos do que com Curitiba e Paranaguá.

Dessa forma, à instabilidade da economia paranaense sobrepunha-se outro problema de natureza político-demográfica, qual seja, a população que se instalava no Norte dava a imagem de uma nova sociedade que se estava instalando rapidamente no território paranaense. Ademais, fenômeno semelhante, com características próprias, uma vez que voltado para a agricultura de subsistência e a criação de suínos, estava em andamento nos finais de 1950 nas regiões ocidentais do estado. Trata-se da ocupação do Sudoeste e Extremo-Oeste do Paraná por imigrantes provenientes do Rio Grande do Sul.

Assim, o fim da euforia que até então acompanhava o processo de ocupação, expressa com clareza por Bento Munhoz, que via o surto de desenvolvimento do Paraná como "um verdadeiro espetáculo de prosperidade" tirando "o Paraná de seu confinamento provinciano" (Ipardes, 1989, p.26 *apud* MAGALHÃES FILHO, 2006, p.164) estava atingindo seus limites.

No plano da construção simbólica tem papel relevante uma abordagem da sociedade paranaense centrada na economia, particularmente na construção de um complexo industrial, representante ideológico da modernidade, cujo elemento estruturador é a discussão da oposição "centro e periferia", que se presta a identificar um obstáculo à plena realização do Paraná. Por uma série de fatores esse obstáculo foi identificado em São Paulo e, por extensão, o governo central da União que favorecia especialmente este estado contra os interesses de outros estados e da própria Federação.

Esse assunto será desenvolvido em vários planos, algumas vezes sucessivos outras não. Primeiramente, a exposição sucinta da controvérsia centro-periferia da orientação de Padis (2006), que havia participado da equipe da Sagemacs, responsável pelo Plano de Desenvolvimento do Paraná; a crítica de Leão (1989) à adoção, por Padis, do modelo centro-periferia para as condições de uma "economia nacional"; algumas críticas à crítica de Leão e Cano, para enfatizar a aderência de Padis às condições sócio-históricas do Brasil e do Paraná na época; finalmente a crítica da própria "economia do desenvolvimento", que se encontra na base da reflexão de todos eles.

Essa situação foi definida como sendo de uma periferia em confronto com um centro dinâmico, para o qual se esvai a renda criada por uma comunidade empobrecendo-a. Assim, criava-se um fator capaz de unificar uma comunidade independente da origem de cada um de seus membros. Não importava que o Norte estivesse abandonado pelo governo, o governo nada podia fazer porque a renda gerada era sugada para fora. Para mudar essa relação, é preciso que se tenha um programa industrial que substitua a importação de bens produzidos em São Paulo.

Esse assunto estava presente já na Pladep, no documento preparado pelos técnicos da Pladep para que a Federação das Indústrias do Estado do Paraná encaminhasse à Conferência Internacional de Investimentos. No documento, é colocada com clareza a necessidade de que parte da renda transferida do Estado retorne à região "sob a forma de investimentos, principalmente nos setores de energia e dos transportes, a fim de proporcionar a infraestrutura necessária à sua industrialização" (FIEP, 1958, p.4, citado por MAGALHÃES FILHO, 2006, p.110).

Os fatos relacionados com a renúncia de Jânio Quadros e o naufrágio dos programas regionais de desenvolvimento patrocinados pela União desencadearam a ideia de se construir um modelo interpretativo para o Paraná, mas não estão na sua

origem, haja vista que esse modelo de interpretação já vinha dos estudos da Pladep, desenvolvidos no governo Lupion, mas sustentando teoricamente um grupo de intelectuais vinculados a Ney Braga, grupo que atuava dentro do Palácio Iguazu. Essa forma de ver o Paraná foi reforçada pelo encerramento da expansão da fronteira agrícola. Por volta de 1960, o território paranaense praticamente já estava integrado à produção agrícola comercial, defrontava-se, pois, com os efeitos da presença de uma massa de migrantes ocupados numa atividade econômica em tudo diferente do extrativismo até então predominante.

A discussão centro-periferia servia como uma luva para a construção de uma ideologia da integração. Mesmo que ela pudesse ser objeto de crítica do ponto de vista teórico da economia do desenvolvimento, ela traduzia, num plano discursivo de fácil mobilização, sentimentos que afligiam formadores de opinião e porta-vozes de vários segmentos sociais. Nesse sentido, ela vem a ser um dos aspectos da ideologia da integração, particularmente na sua dimensão discursiva e legitimadora.

A discussão centro-periferia surge no âmbito da Cepal e foi proposta por Prebisch, criticando a tese ricardiana das vantagens comparativas. Trata-se de um corpo teórico afeto à divisão internacional do trabalho e às transações comerciais entre nações, nas quais perduraria uma deterioração dos termos de troca. Para romper esse estado de coisas, a solução era a industrialização, entendida inicialmente como a produção interna de bens anteriormente importados, denominada a industrialização substitutiva de importações, cujo auge foi a industrialização acelerada da Região Sudeste e a industrialização associada de Juscelino no Plano de Metas.

Desde 1955, nos Estudos da Pladep, os contornos do projeto paranaense de desenvolvimento já estavam delineados (AUGUSTO, 1978). Esses contornos eram bem marcados pelo foco centrado na necessidade de um processo de industrialização, que, para seu sucesso, dependia de que a renda gerada pela economia paranaense, particularmente pela cafeicultura, o setor que mais gerava renda em virtude da crise da economia ervateira, aqui permanecesse ou para cá retornasse.

Entretanto, dois fatores devem ser assinalados para que se entenda a mudança de rumos que leva à construção de um novo discurso hegemônico. O primeiro, como registrado já por Magalhães ao se referir ao estudo do Ipardes (1989a), que identificou uma linha de ação comum às administrações de Bento Munhoz e Moysés Lupion centradas que estavam no problema da ocupação e povoamento do território.

Associada a isso, a suspensão abrupta do programa que o governo da União pretendia implantar no país para amenizar os desequilíbrios regionais que teriam sido aprofundados com a política industrial do governo federal anterior. Jânio Quadros vinha promovendo encontros nas grandes regiões geográficas do país com o objetivo de definir políticas de investimentos destinadas a impulsionar o desenvolvimento dessas regiões que foram abandonadas pelo governo da União. O novo governo se propunha a financiar grande parte desses novos investimentos, que pudessem amenizar os desequilíbrios entre as regiões do país.

Com tal preocupação, vários encontros regionais foram organizados, nos quais Jânio Quadros estabelecia um relacionamento direto com os governadores, sem a mediação da representação parlamentar. Entre esses encontros, foi realizado o de Florianópolis, do qual decorreu, entre outras medidas, a fundação do BRDE (criado em 15 de junho de 1961). Mas a renúncia de Jânio Quadros fez com que a expectativa de obtenção de recursos para o desenvolvimento regional desaparecesse, colocando por terra a ideia de que seria superada a política federal de favorecimento a São Paulo.

Impunha-se, pois, a construção de um novo discurso que assegurasse a adesão da comunidade a um programa de desenvolvimento econômico, desenhado para as características da economia paranaense, na visão do governo e da comunidade paranaenses.

O segundo fator é a criação da Codepar, pois ela traduzia a necessidade de uma agência que financiasse os investimentos já definidos como estratégicos para o desenvolvimento do estado.

Mas um programa de industrialização necessita de uma infraestrutura, e a implantação dessa infraestrutura vem a ser a pedra de toque da atuação da empresa. Entretanto, isso já vinha sendo feito pelos governos anteriores, que também adotaram um enfoque desenvolvimentista, especificamente no setor de geração de energia. A novidade é que agora se contava com uma fonte de financiamento mais ou menos segura para dar andamento ao projeto de garantir o crescimento da oferta de energia.

Com isso, no modelo paranaense de desenvolvimento econômico havia de figurar um órgão de fomento que tivesse também papel central num hipotético sistema estadual de planejamento. Tendo em vista que a Codepar, o órgão de fomento,

definia os setores e projetos para os quais os recursos eram direcionados, um sistema de planejamento não existia de fato.¹²³

O modelo paranaense de desenvolvimento econômico se propunha a sustentar um programa de industrialização centrado na substituição de importações de produtos industriais provenientes de São Paulo. A causa desse propósito era, para os governantes, a constatação de que a renda gerada no Paraná era transferida para aquele estado, na medida em que poderia comprar bens mais baratos com as divisas geradas pela economia estadual. Nesse sentido, o Paraná era exportador de produtos agrícolas de alimentos e de matéria-prima para a indústria, particularmente algodão para a indústria têxtil, e importador de produtos industrializados, pelos quais pagava preços elevados em virtude dos mecanismos protecionistas de defesa da indústria nacional.

Nesse contexto, extremamente adverso, era impossível o desenvolvimento industrial do estado sem que houvesse a intervenção consciente e organizada do poder público. Assim, repetia-se para o contexto de uma unidade da Federação a teoria desenvolvida por Prebisch para o mercado internacional e que fundou a teoria desenvolvimentista da Cepal.

Essa problemática foi formulada num plano teórico-sistemático por Padis (2006), ao dizer que

[...] a atividade industrial atrelou a si todo o sistema econômico brasileiro. Isto vale dizer que, ao expandir-se a indústria paulista, todas as demais regiões do país passaram a contribuir, de alguma maneira, para o centro dinâmico da economia brasileira. Assim é que se assistiu a um poderoso fluxo de mão-de-obra, de capitais e recursos naturais de São Paulo. A considerável dianteira atingida por esse estado, na geração da renda nacional, permitiu-lhe, paralelamente, aumentar ainda mais o aparato infra-estrutural, a rede educacional, o setor terciário, etc. E assim é que o vimos a cada momento distanciar-se dos demais, cavando, mais e mais, a vala das disparidades regionais do país (PADIS, 2006, p 31).

¹²³ De acordo com a própria Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, na sua página na Internet, a experiência do Paraná com o planejamento teve início em 1955, quando foi criado o Conselho Consultivo de Planejamento, com o pessoal da Comissão dos Festejos do Centenário. Com base na lei que criou o Conselho Consultivo, foi criada a Comissão da Coordenação do Plano de Desenvolvimento do Paraná, que durou até meados dos anos 60. Após um hiato de 1967 a 1972, quando o planejamento limitou-se aos aspectos setoriais, foi criada a Coordenação de Planejamento, encarregada de elaborar o Plano de Governo.

Dessa forma, seguindo a ideia do autor,

a economia paulista começou a agir com relação aos demais estados como uma metrópole econômica, onde a industrialização, em estado avançado comparado com a situação dos demais estados, exigia matérias-primas, alimentos e outros produtos que passaram a ser fornecidos pelas regiões não industrializadas, estabelecendo assim, uma maior divisão do trabalho, estabelecendo-se vínculos de dependência, cada vez mais estreitos, com todo o conjunto do país (PADIS, 2006, p.31).

Tal análise concluía que esses vínculos de dependência estabelecidos pela economia paulista com as regiões menos industrializadas teriam gerado um quadro muito parecido com aquele presente nas análises da divisão internacional do trabalho, de Prebisch, ou seja, "estados e regiões do Brasil, que antes viviam subordinadas à periferia do exterior, passaram a depender e gravitar em torno do centro dinâmico industrial" (PADIS, 2006, p.32).

Dessa forma, o acúmulo das dificuldades associadas ao processo de industrialização vai "determinar o aparecimento de várias economias periféricas" (PADIS, 2006, p.32), em relação ao centro dinâmico representado pela economia paulista.

Padis procura construir uma teoria do desenvolvimento regional aplicada às condições internas de um país que reconstrói o modelo desenvolvido por Prebisch, para a divisão internacional do trabalho. Nas suas principais conclusões, Padis infere para um futuro bem pessimista para a economia e sociedade paranaenses, pois os sucessivos ciclos pelo qual a economia paranaense havia passado não haviam assegurado o seu desenvolvimento industrial. E isso estaria estreitamente associado a sua relação de dependência ou de economia periférica a São Paulo.

A transposição dessa discussão para as condições do Paraná seria o deslocamento de uma visão apropriada para as condições da divisão internacional do trabalho, para as condições internas da relação entre regiões de um país. Nesse caso faltariam as condições definidoras da relação centro *versus* periferia (LEÃO, 1989).

Leão (1989, p.16), com base nos argumentos de Cano, critica o uso da análise cepalina no exame das questões regionais no âmbito interno de um país mostrando que ela se aplica exclusivamente ao relacionamento entre Estados-Nações, pois só nesse caso as fronteiras são formalizadas por medidas de política cambial e tarifárias.

Isso não exclui a possibilidade de desequilíbrios regionais no interior dos Estados nacionais, inclusive com a criação de obstáculos à industrialização provocados pela

não-formalização das fronteiras. Tal fato não pode, entretanto, ser associado à relação centro *versus* periferia, pois as relações de subordinação entre setores econômicos ou mesmo regiões não podem ser atribuídas às relações de dependência entre estados, porque não há correspondência entre regiões ou setores e os limites do estado (LEÃO, 1989, p.10-11).

Dois aspectos que merecem, aqui, maior cuidado quando se quer demonstrar que a análise nos termos formulados por Padis é o índice de uma ideologia específica. Ora, para que uma forma de encarar a sociedade seja uma ideologia no sentido forte é preciso que corresponda a algumas dimensões relevantes da vida da população; em outros termos, essa análise mesmo que pareça equivocada de um ponto de vista teórico-sistemático, ela correspondia a uma visão da situação paranaense compartilhada por muitos técnicos do governo, jornalistas e escritores, sem contar que parecia bastante coerente com as teorias desenvolvimentistas então em voga.

Tanto isso é verdade que não se pode olvidar que a visão acadêmica de Padis decorre de sua experiência no Paraná como membro da equipe que fez o Plano de Desenvolvimento do Paraná de 1963, contratado pelo governo Ney Braga junto à empresa Sagmacs.

A relação centro-periferia e a deterioração dos termos de troca estão vinculadas estreitamente ao pensamento de Prebisch, que nos seus trabalhos iniciais na Cepal assume um tom otimista de um militante em prol da industrialização latino-americana. Seu público-alvo era principalmente as personalidades que tinham responsabilidade pela política econômica no continente e nos países centrais, particularmente, nos Estados Unidos (MACEDO, 2010). Ele procurava convencer seu auditório sobre a importância da industrialização para a América Latina, pois esse era o caminho para que a população pudesse se apropriar dos frutos do progresso técnico sob a forma de melhores condições de vida. Em resumo, trata-se de uma teoria do desenvolvimento que continha um chamamento persuasivo e convincente em prol da industrialização (MACEDO, 2010), que já estava enraizada como projetos nacionais no imaginário das coletividades do continente.

O primeiro daqueles dois aspectos, afirma ser inaplicável a análise cepalina centro-periferia ao contexto da relação entre regiões ou estados federados dentro de um país, como é o caso do Brasil. Mas isso não exclui a existência de relações de subordinação, quando a ideologia desenvolvimentista está tão centrada na industrialização que a ausência de industrialização é sinônimo de subdesenvolvimento. Ou seja, os

ganhos de produtividade do setor industrial são apropriados no polo dinâmico da economia nacional, mesmo que numa fase posterior, como ocorreu no Brasil, esse processo tenda a se espalhar desde os centros industriais predominantes, como vai ocorrer a partir do início da década de 1970.

Para esse tipo de crítica, em primeiro lugar é impossível sustentar a aplicação do modelo centro-periferia às condições internas de uma economia nacional, porque a relação entre uma região dita central ou o polo dinâmico e outra dita periférica não é afetada pelas políticas cambiais, e outras medidas políticas. Entretanto, de um ponto de vista estritamente econômico, esse modelo ao contrário só poderia funcionar nas condições internas de uma economia nacional uma vez que não estaria afetado por problemas cambiais e de qualquer outro de natureza ou de ordem política, mas exclusivamente por variáveis estritamente econômicas, como aquelas associadas ao desenvolvimento desigual de uma economia capitalista.

Vejamos agora o segundo aspecto, que deve ser considerado quando se quer examinar a análise de Padis (2006, p.48) como índice de uma ideologia específica. Esse segundo aspecto está relacionado às condições de atraso. Desde que esse se expresse em termos de ausência de um setor industrial dinâmico, ditas condições podem coincidir e coincidem com os limites administrativos de um Estado, desde que se dê no contexto de um regime federativo. Mesmo que os níveis de desequilíbrio sejam profundos no contexto de um estado mais desenvolvido como é o caso de São Paulo, onde a subordinação de sua agricultura à indústria fosse mais profunda, como assinala Leão (1989), devido ao seu maior desenvolvimento e maior integração com a indústria.

Nesses termos, para uma elite intelectual, o problema existe a despeito de que seja sistematizado corretamente ou não pela análise cepalina centro-periferia. Daí ela ser menos uma categoria explicativa e mais um discurso (LEÃO, 1989), que apresenta a sociedade a si mesma como vítima de uma ordem política e econômica que impede a realização plena do ser paranaense. Nesse sentido, ou seja, como um discurso e não uma categoria explicativa, ela atualiza a ideologia do paranismo que sempre teve como centro a falsa motivação.

A crítica assinala, ainda, que na tese de Padis está presente a ideia de transferência de renda da periferia para o centro via deterioração dos termos de troca, ou seja, apropriação de renda gerada na periferia pelo centro, via preços relativos, quando isso não era parte do modelo centro-periferia desenvolvido pela Cepal ou

por Prebisch. No modelo centro-periferia, a deterioração dos termos de troca traduz o fenômeno que os ganhos de produtividade no centro não são transferidos do centro para periferia quando as transações internacionais são confrontadas com os preços dos produtos exportados.

Para Prebisch, a interação de vários fatores leva à deterioração dos termos de troca, primeiramente devido à retenção do progresso técnico nos países desenvolvidos, pois os frutos decorrentes do aumento da produtividade são absorvidos pela maior remuneração dos fatores trabalho e capital. Em contrapartida, nos países subdesenvolvidos o aumento da produtividade é transferido para os preços dos produtos colocados no mercado, rebaixando-os devido à falta de pressão da classe trabalhadora para aumentar seus salários (GONÇALVES; BARROS, 1982).

Retomando, agora, a situação "interna" do Paraná, que dava aderência ao modelo centro-periferia, como formulado por Padis, registre-se que nas condições internas de um país, a relação da agricultura com os demais setores da economia e particularmente quando se trata de produtos destinados à exportação, é mediada pelo capital comercial e pelo capital de empréstimo. Tratando-se, de um lado, de unidades econômicas comandadas por grupos familiares ou de pequenos estabelecimentos, e, de outro, de empresas comerciais e bancárias de porte ou com grande capilaridade por intermédio de agentes e representantes distribuídos no território, é inegável a existência de uma forte assimetria entre os agentes econômicos.

Quando as empresas compradoras e os agentes financeiros não "pertencem" ao complexo econômico implantado numa unidade federativa, não há como negar que a ideia de transferência de renda está bastante difundida, o que aumenta o nível de aderência do modelo centro-periferia.

Trata-se, pois, dos excedentes econômicos transferidos para o setor comercial e ainda pela rede bancária centrada em São Paulo. Não que essa rede bancária pudesse agir de outra forma, uma vez que são negócios voltados para a rentabilidade de seus aplicadores. No caso do Paraná, não se desenvolveu em todo o Norte e mesmo no estado, uma rede bancária como aquela de Minas Gerais, onde estavam sediados os maiores bancos do país, até a reforma bancária de 1965.

Há que se considerar também o confisco cambial. Se ele não era a variável relevante como queriam os agentes políticos de maior expressão na época, o que foi incorporado por Padis com muita ligeireza, não é possível dizer que ele não possui

relevância na construção de um modelo interpretativo da condição de atraso relativo e de vulnerabilidade da economia paranaense.

Acrescente-se a isso a proteção industrial que o autor mesmo reconhece relevante, mas sua ausência seria a ausência mesma da industrialização, como quer Cano (LEÃO, 1989). Em outros termos, o desenvolvimento industrial só poderia ocorrer dessa forma, e essa forma é exatamente aquela que Padis mostra ter sido a responsável pelas condições do atraso paranaense.

Aliás, o próprio Padis assinalou muito bem que não havia outra forma de deslançar um processo de industrialização acelerada, quando destaca que

[...] As divisas para importação não se poderiam utilizar num estado ou região, segundo o próprio alvitre, mesmo que, eventualmente, fossem eles os principais responsáveis pela sua criação. Na verdade, as economias exportadoras deveriam gerar divisas para a nação que delas se serviria segundo as exigências do processo de industrialização. Do ponto de vista nacional isto é correto – mesmo porque não havia muitas alternativas para o país que queria industrializar-se –, do ângulo regional criaram-se problemas cujo bom termo exigirá muito esforço e muita imaginação. (PADIS, 2006, p.32).

O fato é que havia profundas desigualdades regionais na economia brasileira e, a partir do período de desenvolvimento associado, com a implantação de indústrias estrangeiras e a formação de empreendimentos dirigidos pela associação de empresas locais com empresas internacionais, essas desigualdades não só se aprofundaram como se manifestavam como o resultado da ação consciente do governo da União.

Dentro do próprio Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, áreas imensas ficavam à margem desse desenvolvimento, mas aí não havia a variável política representada pelo fato de essa desigualdade afetar comunidades politicamente organizadas, no sentido de comunidades organizadas num território sob a jurisdição de um ente político federado, em condições de igualdade com qualquer outro.

Além de tudo o que já foi aventado quanto às limitações de algumas críticas ao modelo de interpretação de Padis, cumpre assinalar ainda que muitas dessas críticas são formuladas tomando como referência modelos de interpretação que vieram à luz a partir dos anos oitenta, tendo como base os estudos que mostraram ser o desenvolvimento da indústria de São Paulo o resultado de fatores que independem do desenvolvimento de outras economias regionais.

Em relação à tese da deterioração dos termos de troca, pode-se dizer que ela é questionável para o caso do Brasil. Tomando todo o período iniciado em meados do século XIX, a tese de Prebisch é constatada. Entretanto, a deterioração não ocorre em determinados subperíodos importantes, como o segundo Pós-Guerra (Gonçalves e Barros). Esses autores concluem então que uma significativa deterioração dos termos de troca ocorre justamente no período analisado por Prebisch, mas o fato é que ao ampliar o período de análise ou definir subperíodos é muito difícil comprovar a tese de Prebisch.

Marçal constatou a partir de testes econométricos que a série secular dos termos de troca da economia brasileira é estacionária em torno de um determinado patamar constante, o que mostra a inexistência de evidência favorável à tendência secular a queda dos termos de troca (MARÇAL, 2006).

Além do problema que envolve a sustentação empírica da deterioração dos termos de troca, a teoria do desenvolvimento tem duas limitações importantes. Uma delas é a tendência para enfatizar uma dimensão normativa expressa nas sugestões de políticas públicas, sem que o funcionamento de uma economia em desenvolvimento fosse devidamente conhecido. "Esta tendência era tão forte que, freqüentemente alguns dos melhores economistas do desenvolvimento tratavam as economias capitalistas em desenvolvimento como se fossem sistemas planejados ou socialistas" (SERRANO; MEDEIROS, 2010, p.2).

Esse é o caso, por exemplo, de Kalecki, ao ignorar de fato o problema da demanda efetiva nas economias mistas, pois supunha que os governos dessas economias determinavam o nível de investimento. O segundo exemplo vem a ser o uso abusivo da Lei de Say na literatura estruturalista latino-americana, ou seja, a adoção da tese de que qualquer redução no nível do consumo aumentaria o nível de investimento (SERRANO; MEDEIROS, 2010).

A segunda ordem de problema decorre da ausência de uma análise do mercado, ou seja, dos mecanismos do mercado no sentido de se saber o que eles podiam realisticamente fazer. Isso levou a uma grande ambiguidade em relação à capacidade tanto do mercado de produtos quanto do mercado de fatores de produção, admitindo inclusive que as ineficiências na alocação "estática" de recursos das várias intervenções poderia ser compensada largamente pelos efeitos positivos da alocação dinâmica, sem, contudo, explicar o que vinha a ser a dita alocação estática de recursos. Isso levava a pensar que os mercados competitivos desregulados podem levar a alocações

eficientes, "tendência ao pleno emprego de todos os fatores de produção, equilíbrio automático no comércio exterior e na balança de pagamentos". O fato é que os economistas do desenvolvimento se davam por satisfeito com a suposição de que mercados competitivos de produtos e de fatores funcionavam bem no Norte, mas por algum motivo deixavam de funcionar no Sul (SERRANO; MEDEIROS, 2010).

Com isso, aceita-se a tese de que as falhas de mercado no Sul são maiores que as falhas de governo, uma vez que se dava como certo o bom funcionamento do mercado de produtos e fatores, isto é, o mercado era o regulador eficiente. Isso permitiu a ascensão da economia neoclássica que dava ao mercado o papel central de regulador. Apesar disso, há falhas de mercado tanto no Norte quanto no Sul, precisando o primeiro de políticas keynesianas de bem-estar e o segundo de políticas de desenvolvimento.

4.6 O LADO PRÁTICO E OPERACIONAL DO MODELO PARANAENSE

As críticas à análise de Padis deixam de lado que ele estava operando nos mesmos quadros dos que formulavam a política de industrialização substitutiva de importações que orientava as ações da Codepar. Nesse caso bastava que fosse identificado um inimigo externo, pois o objeto principal das atividades da empresa era financiar a implantação de recursos públicos obtidos mediante uma taxa adicional disfarçada, ao mesmo tempo em que construía uma administração paralela.

Nesse sentido, a discussão centro-periferia sistematizada por Padis fazia parte do corpo ideológico da integração que adquiria experiência prática nas ações da Codepar, ou seja, permitia fazer a ligação entre sentimentos difusos na coletividade e uma ação específica de governo, o que, de fato, atualiza uma ideologia que foi identificada como paranismo (LEÃO, 1999), ainda que a forma com que ele expõe o tema deixa transparecer um certo reducionismo economicista para um movimento multifacetado.

A fundação e o funcionamento da Codepar representam a construção gradativa de um sistema mais ou menos organizado de intervenção, que tinha como meta superar a situação de inferioridade em que se encontrava o estado em decorrência de medidas econômicas que reforçavam os aspectos mais frágeis da sua economia no contexto nacional.

Dois fatores imediatos contribuíram para que houvesse uma mudança no discurso governamental que deu sustentação à organização de uma empresa de fomento econômico no estado, uma vez que o Projeto Paranaense de Desenvolvimento não existia nos discursos de campanha, como assinalou Magalhães.

O período de desenvolvimento de Juscelino, representado pelo Plano de Metas, foi marcado pela tendência para a concentração geográfica e econômica do desenvolvimento, reforçando os grandes polos de desenvolvimento, particularmente São Paulo. A par disso, o governo não manifestava qualquer preocupação com esse fenômeno, pois era concebido como a forma mais viável de expansão industrial. Essas disparidades regionais só vieram a preocupar o governo no final da gestão, quando há "a atuação direta do Estado, tentativa representada pela SUDENE, visando minimizar as desigualdades entre a região Nordeste e o Sudeste e operando muito mais como mecanismo político de contenção de tensões [...]" (AUGUSTO, 1978, p.12).

Por isso mesmo, o sucessor de Juscelino colocou como meta um esforço governamental de corrigir essas distorções que eram vistas como resultado da atuação consciente de um governo irresponsável. Assim, o novo governo se propunha a implantar medidas voltadas para dinamizar as várias regiões do país, proposta que levou ao encontro de Florianópolis, no qual foram elencadas algumas medidas entre as quais aquelas que pudessem reverter "a tendência do empobrecimento do Rio Grande do Sul, como meta do governo Jânio Quadros" (AUGUSTO, 1978, p.14).

A falência do encontro de Florianópolis e a necessidade de encontrar uma solução para o financiamento da infraestrutura de energia elétrica e transporte, ainda que fosse a superação da condição de periferia da sociedade paranaense, deram ensejo à formulação de um programa que não fazia parte da plataforma de Ney Braga, mas que traduzia os anseios de uma comunidade.

É nesse contexto que o projeto paranaense de desenvolvimento foi explicitado e, por isso mesmo, a renúncia de Jânio implicava uma revisão no encaminhamento do projeto paranaense de desenvolvimento econômico, cujo conteúdo básico vinha dos diagnósticos sobre a economia paranaense promovidos pela Pladep.

Outro elemento relevante para o surgimento de um projeto paranaense de desenvolvimento foi, segundo Magalhães, a tomada de consciência do papel exercido pelo confisco cambial. O confisco cambial já havia sido o pretexto para a marcha dos produtores sobre Brasília, organizada sob o patrocínio do governador de São Paulo, Jânio Quadros.

Essa tomada de consciência, diga-se assim, adquiriu uma conotação muito particular, pois se tratava de fazer com que a riqueza gerada pela cafeicultura paranaense revertesse para o desenvolvimento de outros setores paranaenses, principalmente o industrial, e deixasse de beneficiar exclusivamente os centros industriais preexistentes, principalmente São Paulo (MAGALHÃES FILHO, 2006).

Ney Braga reformula o discurso dos governantes, colocando-se em relação a seus antecessores numa posição absolutamente inovadora, desde que a industrialização adquira uma posição central na ação do estado para os atores da época e, destacadamente, para aqueles que se dedicaram a explicar um período de governo do ponto de vista da posição que ocupavam no processo discursivo. Tudo isso a teoria do desenvolvimento e seu contraponto a ideologia desenvolvimentista já haviam feito.

Quando Augusto analisa o dito projeto paranaense de desenvolvimento orienta a investigação para a criação e atuação da Codepar até sua transformação no Badep, destacando uma dimensão eminentemente ideológica nesse empreendimento síntese do chamado projeto paranaense de desenvolvimento. As coisas aconteceram assim porque, segundo ela, estaria havendo uma movimentação política que ela identificou como sendo a recomposição do bloco do poder estadual, e o indicador disso é a preocupação com a perda do dinamismo da economia cafeeira.

Tendo em conta a continuidade que deve ter as ações estratégicas do estado, independentemente das variadas ênfases e conotações políticas imprimidas à administração do estado pelos diferentes governos, cabia ao novo governador encaminhar os projetos e programas aprovados por atores relevantes, como a Fiep.

A criação da Codepar como expressão da implantação do modelo paranaense de desenvolvimento vem a ser o segundo aspecto da ideologia, agora na sua dimensão prática, isto é, a dimensão simbólica e discursiva, representada pela atualização do "paranismo", que adquire sua expressão prática. Esse aspecto prático da ideologia já fora destacado, de certa forma, por Augusto, ao identificar a criação e o funcionamento da Codepar como um fenômeno ideológico que ela traduziu como "camuflagem". Isso porque realizava uma forma de expropriação de renda da comunidade civil mediante o empréstimo compulsório para financiar a construção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento, que estava no centro da atenção do governo, tendo como elemento subsidiário o financiamento às indústrias de pequeno e médio porte para a industrialização do estado.

Assim, à própria ideologia do desenvolvimento já discutida no capítulo 2, como todos os seus instrumentos políticos e institucionais para financiar a industrialização coordenada pelo estado, acrescenta-se uma modalidade específica que corresponde às condições do Paraná.

Nos termos em que foi criada a Codepar, sua fiscalização pela Assembleia Legislativa era praticamente impedida, além de ficar completamente à margem do governo federal, pois não fazia parte do sistema financeiro nacional. Além desses dois aspectos institucionais, seu financiamento provinha de Adicional Restituível calculado sobre o Imposto de Vendas e Consignações. Formalmente não há diferença entre aumento de impostos e esse empréstimo compulsório que era remunerado a taxa de juro inferior à inflação. Para completar, como destaca Augusto, constituía um dividendo político para o governador ao apresentar a empresa pública de fomento como representativa da modernização administrativa levada a efeito no Paraná. A "camuflagem" consistia, portanto, em propiciar recursos adicionais, via criação do FDE, para a administração realizar investimentos em infraestrutura de transportes e energia que, de fato, eram os grandes objetivos do projeto paranaense de desenvolvimento. Fazia isso ao mesmo tempo em que exercia o papel de *difusora da ideologia desenvolvimentista paranista*.

O modelo de financiamento foi, como sempre, o recurso ao empréstimo compulsório mediante um adicional sobre o tributo da alçada do governo, ou seja, uma taxa adicional sobre o consumo e o direcionamento desses recursos basicamente para o desenvolvimento da infraestrutura. A gerência, como sempre, cabia a um sistema de gestão paralelo, certamente inspirado nos Grupos Executivos do Plano de Metas¹²⁴, mas que dispunha de uma matriz local, que foi a Comissão de Obras dos Festejos do Centenário. Por isso, a ideia de "camuflagem", proposta por Augusto, pode ser expressa nos termos definidos por Stoppino como uma entidade de falsa motivação.

Além desses dados, parece importante o registro de que as análises dos pedidos de financiamento nem sempre eram norteadas pela relevância econômica

¹²⁴ Grupos Executivos foram os meios adotados pelo Conselho de Desenvolvimento de atuar nos vários setores que compunham o Plano de Metas. O mais conhecido deles foi o Grupo Executivo da Indústria Automobilística. Ainda que os membros desses grupos fossem recrutados na administração pública, trata-se de uma verdadeira administração paralela.

do empreendimento, nem pelo retorno do capital emprestado e, muito menos, pelo balizamento de um plano de longo prazo.

Segundo Rischbieter, que foi diretor da Codepar, essa entidade

tinha uma visão de planejamento basicamente de médio prazo. Nós brigávamos muito com a Secretaria de Planejamento porque achávamos que o plano que havia para o desenvolvimento do Estado, feito pela Sociedade de Artes Gráficas e Mecnográficas Aplicadas às Ciências Sociais, mostrava horizontes muito diferentes. E nós tentávamos trabalhar como realidades próximas: quem é que vem para cá? O que temos de fazer para tornar isto viável? Trabalhávamos muito no gerenciamento do dia-a-dia e não no planejamento que queríamos a longo prazo. [...] (IPPUC, 1990, p.13-14).

Em outra parte do mesmo depoimento, destaca como se dava a avaliação de um pedido de empréstimo pelos órgãos técnicos da empresa organizada para financiar o desenvolvimento do estado.

Eu me lembro que, quando era diretor da Codepar, li um parecer de um dos nossos engenheiros sobre pedido de financiamento de compra de uma máquina automática feito por uma pequena indústria que fazia salgadinhos [...]. O parecer do engenheiro que analisou o projeto era contrário à concessão do financiamento baseado no argumento de que 'salgadinhos são consumidos em bares e bares são antros da perdição (IPPUC, 1990, p.21).

Rischbieter determinou que o projeto fosse aprovado, saindo, então, um empréstimo para a empresa que é hoje a Elma Chips.

Esse era o quadro em que surgiu o projeto paranaense de desenvolvimento.

4.7 ATUALIZAÇÃO DO "PARANISMO"

Curitiba havia assumido um papel destacado no Paraná quando transformações tecnológicas no processo de beneficiamento da erva-mate permitiram o deslocamento dos moinhos concentrados no litoral, particularmente em Morretes, para o planalto curitibano. Foi somente com a economia ervateira que Curitiba se firmou como capital de fato do Paraná.

Evidentemente, havia em Curitiba certa concentração industrial, quer fosse remanescente da economia ervateira, quer principalmente das empresas antigas e

novas associadas ao complexo da madeira. Fora de Curitiba, era pouco ou nenhuma a expressão econômica industrial do estado.

Nesse contexto é que ocorre a atualização do "paranismo" numa nova formulação ideológica predominante nos políticos opositores no final dos anos 50 e início dos anos 60, a ideia de desenvolvimentismo, como foi expressa pela Pladep e formalizada por Padis, que veio a ser traduzida como modelo paranaense de desenvolvimento, cuja materialização se dá na criação da Codepar.

Na visão da intelectualidade envolvida tanto com a formação de uma opinião pública como ligada aos aparelhos de planejamento do estado, que nasciam sob a inspiração das ideias cepalinas, a tese de Padis era a expressão de um sentimento bastante difuso no seio da comunidade; nesse sentido, ela é um índice das estruturas mentais que predominavam no estado que estavam enraizadas na comunidade do Paraná Tradicional.

A par disso a crise que afetava o estado apresentava-se à comunidade do chamado Paraná Tradicional, entre os quais o desemprego, provocando a migração para outros estados do Sul e mesmo para São Paulo, era expresso pela intelectualidade, jornalistas e políticos como um problema cuja origem estava fora do Paraná. Enquanto isso, no Norte os problemas relacionados à crise do café e a queda da receita pública eram manifestados como o resultado da situação de abandono a que estavam relegados pela administração do estado. No Sudoeste esse quadro era visto como indiferença por parte dos políticos que dominavam o estado.

Assim, a atualização do paranismo só podia ser feita sob a forma reduzida de uma ideologia desenvolvimentista centrada na industrialização, pois a "velha" ideologia do "paranismo" perdia sua base material que estava sendo solapada, de um lado, pela presença massiva de migrantes que formavam já a maior parte da população do estado e, do outro, pelo predomínio de São Paulo na parte mais relevante da economia paranaense, representada pelo complexo cafeeiro, que compreende: produção, armazenamento, comercialização, transporte e exportação, sem contar as políticas cambiais.

Ao lado desses fatos, a situação decorrente do crescente predomínio econômico ou demográfico do Norte e Sudoeste no Paraná não podia ser tratada como coisa irrelevante por políticos como Ney Braga, que tinha uma leve impressão de que jamais venceria a eleição se não fosse a morte do Senador Souza Naves (FORTES DE SÁ JR.; NASCIMENTO, 1996).

A contestação política da hegemonia de Munhoz – Camargo fora feita com muito sucesso por Lupion. Depois de 1947, ele ocupou por duas vezes o governo do Estado e a ele estavam ligados os grupos econômicos que deixaram de dar seu apoio à oligarquia Munhoz – Camargo e obtinha parte de seus votos no Norte do Paraná. A expansão cafeeira no Norte reforçava ainda mais as cisões que já marcavam a elite política dominante com base em Curitiba.

Na eleição em que Ney Braga foi eleito governador, o quadro eleitoral foi de certa forma facilitado com o falecimento do Senador Souza Naves, substituído por Nelson Maculan, que era um político de menor expressão. A votação expressiva obtida por ele indica que esse tipo de preocupação, seguramente, já vinha sendo objeto de consideração.

TABELA 8 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 1960 PARA GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, SEGUNDO AS REGIÕES

REGIÕES	NEY BRAGA PDC-UDN)		PLINIO F. F. DA COSTA (PSD)		NELSON MACULAN PTB)		TOTAL DE VOTOS VÁLIDOS	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
"Paraná Velho" (37 municípios)	96.574	40,6	72.037	30,3	69.052	29,1	237.663	100,0
Sudoeste (25 municípios)	33.273	33,6	27.277	27,6	38.374	38,8	98.924	100,0
Norte (98 municípios)	123.075	36,8	94.299	28,1	118.163	35,1	336.167	100,0
TOTAL (161 municípios)	253.552	37,7	193.613	28,8	225.589	33,5	672.754	100,0

FONTE: Paraná Eleitoral, v.7, n.52-53, p.10/13, nov./dez. 1960. Publicação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (AUGUSTO, 1978, p.46)

O fenômeno Lupion e as condições em que Ney Braga foi eleito mostram que esse risco havia entrado definitivamente nos quadros mentais dos políticos tradicionais. Era hora de dar um reforço a uma política de integração econômica, cultural e política do Estado.

A isso se deve acrescentar a ascensão de movimentos separatistas que vinham ocorrendo no estado, decorrente desse fracionamento cultural, econômico e político.

O abandono do Norte pelos políticos da capital não demorou a dar lugar à ideia de se separar num estado independente, o Estado do Paranapanema, quando não a integração pura e simples ao Estado de São Paulo.

Tal sentimento separatista foi constatado por Ney Braga durante sua campanha, ao tomar conhecimento de um memorial com dezenas de milhares de assinaturas

propondo a formação do Estado do Paranapanema com o desmembramento da região Norte do território paranaense (AUGUSTO, 1978).

A indiferença da população do Sudoeste pelo Paraná e a pouca atenção dispensada pelo governo para aquela região davam lugar a outro movimento separatista, dessa vez para a formação de um novo estado, incorporando o oeste de Santa Catarina, no que seria o novo Estado do Iguaçu, cujo território seria muito semelhante ao do antigo Território Federal do Iguaçu.

Essa intenção foi expressa num memorial semelhante àquele propugnando a criação do Estado do Paranapanema e que veio a ser também do conhecimento de Ney Braga, agora propondo formar o Estado do Iguaçu, com territórios desmembrados do Paraná e de Santa Catarina (AUGUSTO, 1978).

Segundo Augusto (1978), um deputado estadual pelo PTB pronunciou discurso na Assembleia Legislativa, em 1962, solicitando um voto de repúdio aos líderes que, movidos exclusivamente por interesses pessoais, apregoavam o desmembramento do Sudoeste e Oeste do Paraná para formarem o novo Estado do Iguaçu (AUGUSTO, 1978).

Nos estudos prévios para o Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá, financiado pela Codepar, consta na caracterização do estado que o Paraná possuía um território desintegrado, formando regiões isoladas ou tributárias de sistema extraestaduais do ponto de vista das funções econômicas ou sociais (AUGUSTO, 1978).

Essa desintegração dificilmente levaria à formação de novas unidades federativas porque esse assunto é de extrema complexidade para ser resolvido no jogo político interno de um estado sem grande expressão no quadro político nacional. Trata-se seguramente de assunto afeto às esferas de decisão da União, particularmente à área de segurança nacional, uma vez que poderia dar ensejo a um processo difícil de ser contido nas condições complicadas da renúncia de Jânio Quadros e ascensão de João Goulart à presidência da República.

Entretanto, esses movimentos colocavam no tabuleiro político novas peças que exigiam para serem movimentadas iniciativas inovadoras por parte da oligarquia que dominava a política paranaense desde a "República Velha", com breves interregnos definidos pela hegemonia do grupo político formado em torno de Manoel Ribas, falecido em 1946.

Não bastam medidas políticas para atingir a integração territorial, é importante que esse problema seja formulado corretamente no discurso político e no plano de ação, o que foi possível com Paulo Pimentel.

Primeiro, a transformação da Codepar em Badep muda completamente o rumo das coisas. Com a infraestrutura já implantada e o fomento sendo operado por um Banco, mesmo que público, a rentabilidade dos negócios deve ser preocupação constante dos gestores do fomento. Agora, era preciso financiar empresas de qualquer dimensão e atrair investimentos para o estado, independente de sua origem.

Dessa forma, a retomada do crescimento após a crise de meados de 60 se deu pelo que se convencionou chamar a "crescente integração no mercado nacional", que veio a ser uma forma de conviver com os desequilíbrios regionais, tanto mais fácil quando se começou a constatar que o crescimento industrial estava associado a níveis mínimos de desconcentração, o que veio a ser objeto de investigações mais cuidadosas a partir de meados dos anos 70, principalmente depois do ciclo de expansão verificado após 1968.

O projeto paranaense de desenvolvimento trouxe para o estado uma infraestrutura de energia elétrica sem a qual a industrialização verificada posteriormente seria impossível; a rede de estradas que foi construída e que teve grande expansão no final da década de 1960 assegurou o grande salto tecnológico da agropecuária, particularmente da agricultura comandada pelo complexo soja-trigo, ao custo da maior desapropriação de camponeses que está na base da brutal reversão dos fluxos migratórios ocorridos na década de 1970.

O esforço dos políticos do Paraná Tradicional se, de um lado, foi bem-sucedido no tocante em criar as bases da industrialização posterior, fracassou quando procurava assegurar o domínio da oligarquia familiar tradicional. O que ocorreu foi a ascensão do Norte, com a lista de governadores que vieram daquela região, começando pela eleição de Paulo Pimentel, que derrotou Afonso Camargo Neto na convenção do PDC que se reuniu para indicar o sucessor de Ney Braga.

A política de integração estadual permeou todo esse período até a eleição de Paulo Pimentel, um candidato ligado diretamente à economia do Norte Paranaense e que fora convocado por Ney Braga para assumir seu secretariado na pasta da Agricultura. Com Paulo Pimentel, a integração como tema do discurso político não tem mais razão de ser, primeiro porque um político pertencente à migração recente estava no governo e, segundo, porque Curitiba voltou a se firmar como a capital dos paranaenses, independentemente do peso econômico do Norte e Sudoeste do estado.

Assim, a ênfase na formação de um discurso paranista foi mais importante em termos de definição doutrinária e ideológica do que a Democracia Cristã, que

outra coisa não era senão o discurso justificador numa estrutura partidária em que os grandes partidos como PSD perderam seu peso eleitoral, provavelmente devido às denúncias de corrupção que atingiram o governo e a pessoa de Lupion. A UDN não conseguia ter um candidato de expressão política e ainda estava coligada em nível nacional com o PDC em torno da figura de Jânio Quadros.

Nesse quadro, pode-se retomar a relevância de Le Bret. Não que ele tenha tido importância na implantação de uma política de desenvolvimento para o estado, mas sim, porque ele deu uma espécie de "carta de nobreza" para os vários grupos de profissionais, acadêmicos e jornalistas que reconstruíram a experiência nos termos de um modelo de planejamento ímpar no país.

CONCLUSÃO

No período governamental de Ney Braga, foi organizado no Paraná um sistema estadual de planejamento público responsável pela economia e sociedade paranaenses. Mais do que isso, esse sistema seria original no Brasil e concebido quase exclusivamente por técnicos locais. Por isso mesmo, veio a se constituir em um modelo de desenvolvimento. Ademais, essas ações foram adotadas sob a influência dos princípios da Democracia Cristã que informavam o seu governo, o que teria reforçado ainda mais a originalidade do planejamento adotado. Esse plano e outras medidas teriam feito de seu governo uma época de modernização e inovação.

Procurei demonstrar que não há uma experiência original de planejamento que permita falar de um projeto ou de um modelo paranaense de desenvolvimento. Procurei demonstrar, também, que a ideia de um projeto ou um modelo é o resultado do esforço de uma intelectualidade acompanhado de um saber técnico consistente, para justificar ou legitimar uma experiência.

Para reforçar o corte ideológico democrata cristão do governo e do planejamento público, foi invocada pelos técnicos e funcionários governamentais, particularmente aqueles que compunham a equipe da Pladep, a presença do Pe. Louis-Joseph Lebret no Paraná. Em 1963, por meio da empresa Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs), participou ativamente da elaboração do Plano de Desenvolvimento para o Estado do Paraná, propondo várias diretrizes assentadas nos princípios do movimento Economia e Humanismo.

O Pe. Lebret aparece, então, como de extrema relevância para a experiência paranaense, chegando mesmo a ser visto como o modelo da atividade de planejamento. Assim, Pe. Lebret, com os princípios de Economia e Humanismo, a Democracia Cristã e o projeto paranaense de desenvolvimento econômico formam quase uma unidade orgânica que contrapõe não só um governo, mas todo o Paraná com o restante do país como um marco diferenciador.

Procurei demonstrar, então, três coisas. Primeiro, que não há correspondência entre os princípios da Democracia Cristã, assumidos no plano discursivo, particularmente por Ney Braga, e as práticas governamentais, expressas nas políticas públicas. Segundo, que isso foi uma construção feita *a posteriori* por intelectuais desejosos de racionalizar suas experiências pessoais de maneira muito específica. Finalmente,

que se trata de um artefato ideológico para dar uma determinada conotação ao que não passou do esforço de uma elite que via sua hegemonia política sendo contestada por novos grupos emergentes na sociedade paranaense. Para isso, recorreu ao transplante de uma doutrina desenvolvida nas condições da Europa para condições bem diferentes do Brasil. Mais do que isso, esse transplante foi possível porque essa doutrina mesma vinha incorporando uma problemática típica dos países do Terceiro Mundo que vem a ser o desenvolvimento comandado pelo Estado.

A minha análise do papel dos intelectuais foi baseada em Karl Mannheim no que se refere ao planejamento democrático, no qual agrupa no mesmo plano teórico uma sociologia do conhecimento com o conceito de *intelligentzia*, e discute o papel dos intelectuais que não constituem uma classe, não formam um partido e nem são capazes de agir no grupo de forma coesa porque têm poucos interesses em comum, mas que, sendo capazes de encarar o mesmo problema sob diferentes aspectos, estão aptos para realizar a "síntese das perspectivas parciais", atuando de forma racional nas esferas da vida social.

Em relação ao primeiro ponto, ou seja, a não correspondência entre as ações do governo e os princípios da Democracia Cristã, parti da Doutrina Social da Igreja (DSI), que, fundada no direito natural, enfatiza a ideia de que o interesse social qualifica os interesses individuais, impondo suas regras à autonomia de cada um. Em outros termos, o indivíduo está dotado por natureza do direito de se unir em sociedade, cabendo ao Estado tutelar os direitos naturais e não destruí-los. A partir da encíclica *Rerum Novarum* o magistério católico dedicou-se à chamada "questão social", propondo-se a abordar a condição dos operários, em todos os seus aspectos, incluindo os econômicos e políticos.

Na orientação da DSI, em traços gerais, a autoridade é vista como instrumento para tornar possível o bem comum em uma comunidade pluralista. Cabe, então, à autoridade agir em favor do bem comum por meio da comunidade política animando e coordenando os esforços de todos. A autoridade deve, portanto, dirigir a ação de todos para o bem comum atuando com uma força moral baseada na liberdade e no sentido de responsabilidade de cada um.

Entretanto, no Concílio Vaticano II, devido à presença dos bispos do Terceiro Mundo, o tema do "desenvolvimento" foi introduzido, contrastando a deterioração econômica e social dos países desse bloco com o progresso econômico e social da Europa. Tal contraste deu lugar ao surgimento do princípio central de que o

desenvolvimento a par de ser irrenunciável, deve ser para todos, sem qualquer exceção. Assim, a DSI, matriz do movimento democrata cristão, abriu-se para uma problemática relativamente nova.

A Democracia Cristã iniciou-se como um movimento em que militavam cristãos com vistas a encontrar soluções para problemas políticos, econômicos e sociais, inspiradas nos princípios cristãos, definindo-se mais como uma escola de pensamento da qual era possível derivar algumas práticas do que um movimento político organizado.

Aos poucos, a Democracia Cristã passa a ser um movimento que procurou colocar em prática os ensinamentos contidos nas encíclicas que traduziam a DSI. Passa a ser vista, então, como um movimento assistencial, voltado para melhorar as condições de vida da classe trabalhadora e, em seguida, se apresenta cada vez mais como movimento socioprofissional com forte conteúdo sindical. Somente mais tarde, a Democracia Cristã foi compreendida como um movimento político.

Nos escritos de Jacques Maritain reunidos sob o título o Homem e o Estado, editados logo após o encerramento da Segunda Guerra Mundial, o povo é a própria substância do corpo político, colocando-se acima do Estado, pois possui o direito natural de se autogovernar. Possuindo a autonomia de um "corpo" plenamente constituído que só se desorganiza, se despedaça quando reconhece a um poder humano um direito soberano sobre ele próprio.

O povo é constituído por pessoas que participam do bem comum, que liga umas às outras. O bem comum é a meta da sociedade política, que exige para sua realização o reconhecimento dos direitos fundamentais das pessoas e o maior acesso possível ao bem do todo, isto é, dessas pessoas à sua vida de pessoas, à sua liberdade de expansão.

Maritain fala, também, da unificação política do mundo, pois, para ele, os Estados modernos são instrumentos e não soberanos absolutos. Nessa perspectiva, é possível pensar e imaginar as bases de uma organização política do mundo. Esses são os termos que destaquei para mostrar a transição do movimento democrata cristão para os partidos democratas cristãos, duas entidades completamente distintas, ainda que tenham uma matriz comum na DSI.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, ressurgiram os partidos democratas cristãos, que haviam desaparecido da Europa com a emergência do nazismo e do fascismo. Já em 1945, conquistaram o poder nas primeiras eleições italianas e

ascendeu ao poder na Alemanha com Konrad Adenauer, dirigente da CDU. Eis, então, o quadro que destaquei como sendo tipicamente europeu.

O sucesso desses partidos repercutia no Brasil, que passava pelo processo de redemocratização e de construção de novos partidos políticos. É nesse contexto muito particular que tem lugar o Primeiro Congresso da Democracia Cristã em Montevideu, realizado no mês de abril de 1947, promovido pelos poucos militantes da Democracia Cristã na América Latina, e a criação do Partido Democrata Cristão por políticos ligados ao Estado Novo e que não encontraram espaço nos grandes partidos que então se organizavam. A incorporação dos militantes da Democracia Cristã, principalmente os jovens militantes católicos da Vanguarda Democrática, deu ao PDC uma característica particular, o de ser o partido dos pedecistas e dos democratas cristãos, uma cisão que vai perdurar durante toda a vida do partido.

Com o Primeiro Congresso na América Latina, o movimento democrata cristão ganhou impulso no plano político de alguns países e no plano supranacional. Nessa ocasião, os participantes do Congresso estavam convencidos de que a conquista da democracia, como meio de impedir a ascensão de movimentos totalitários, não seria factível sem a justiça social. Democracia e justiça social, entretanto, só seriam alcançadas com o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos.

Dessa forma, logo nos seus primeiros ensaios de reorganização na América Latina e no Brasil, a Democracia Cristã constatava a existência de um fator crítico e restritivo, que era o subdesenvolvimento, e que deveria ser superado. A forma de superar esse subdesenvolvimento foi expressa no seu plano econômico, no qual os signatários da Declaração de Montevideu se comprometeram a atuar, no sentido de superar o capitalismo individualista ou estatal por meio do "humanismo econômico", fundado no predomínio da moral sobre o lucro, do consumo sobre a produção, do trabalho sobre o capital e, tudo isso, associado à busca da distribuição mais justa da propriedade, que é tida como a base econômica da liberdade e do progresso. Ao fazer isso, mantinham os princípios básicos da Democracia Cristã, mas introduziam uma variável crucial, a distribuição mais justa da propriedade num país quase exclusivamente rural.

Assim, como procurei demonstrar, desde cedo, a Democracia Cristã foi forçada a incorporar em seu ideário uma variável não europeia associada às condições de profunda injustiça social e de atraso das sociedades nacionais da América Latina, o desenvolvimento capitaneado pelo Estado e as reformas sociais para superar as

injustiças. Dessa forma, aproximava-se do ideário de outros partidos que colocavam como meta o desenvolvimento.

Ora, é preciso que se registre que a ideia do desenvolvimento não estava ausente do ideário da Democracia Cristã e nem mesmo do movimento Economia e Humanismo, de Le Bret, mas ele era formulado sob os pressupostos da economia humana, capaz de atender aos grandes reclamos da população trabalhadora, da perspectiva da superação do capitalismo e do comunismo. Nos termos da Democracia Cristã no Brasil, essa ideia estava associada ao desenvolvimentismo, o que é diferente.

A par disso, não era fácil para um partido dessa natureza contar com o apoio de uma militância católica inspirada nos ensinamentos sociais da Igreja, uma vez que, ao lado de seu número irrisório, não se sentia estimulada pelas condições políticas contrárias à emergência de um partido novo no âmbito de um sistema de partidos que surgia diretamente do quadro político do Estado Novo. Ao mesmo tempo, a hierarquia da Igreja no Brasil estava mais preocupada em recuperar os privilégios que havia perdido com a proclamação da República e a separação da Igreja do Estado.

Ao lado disso, a Igreja procurava também firmar o catolicismo diante dos movimentos políticos, sociais e culturais que promoviam a secularização da vida nacional, principalmente aqueles movimentos orientados pelo liberalismo ou pelo comunismo. Assim, a hierarquia da Igreja Católica no Brasil atuou inicialmente por meio de uma entidade denominada Centro Dom Vital e particularmente a Liga Eleitoral Católica, que deu à Igreja um meio de atuar em todos os partidos políticos sem a necessidade de um partido católico ou mesmo de um partido democrata cristão, por mais conservador que ele pudesse ser.

A incapacidade dos poucos militantes políticos para se organizarem e exercerem uma tarefa mobilizadora de parcela significativa da população que se encontrava sob influência dos núcleos militantes católicos contribuiu para que o PDC se mantivesse alheio às diretrizes democráticas e cristãs inspiradas nos ensinamentos sociais da Igreja e no pensamento de Jacques Maritain.

Em 1945 o PDC se propôs a ser um partido popular, democrático e cristão. O partido seria então popular para traduzir a ascensão das massas que era vista como o maior fenômeno social da época; democrático, porque a ascensão das massas implicava uma participação crescente do povo no governo das nações e, por último, cristão, porque a ascensão das massas e a democracia deveriam ser um fenômeno baseado na ética racional e evangélica para ser um fenômeno realmente benéfico.

Na convenção nacional realizada em abril de 1961, foi estabelecido um programa de atuação política imediata, fundamentado na defesa do nacionalismo, de uma política externa independente e a redistribuição da propriedade rural para eliminar o latifúndio improdutivo.

Essa tendência inovadora se manifestou novamente em maio de 1961, na primeira convenção estadual da Juventude Democrata Cristã de São Paulo, que preconizou para o PDC um posicionamento modernizante, reformista e nacionalista. Em uma assembleia realizada no Rio de Janeiro, nesse mesmo ano de 1961, os militantes mais jovens se posicionaram publicamente contra os estatutos do PDC, divulgados no *Diário Oficial* de 10 de fevereiro. Eles criticavam nos estatutos o liberalismo econômico, a omissão da reforma agrária e o antinacionalismo.

O programa de 1961 começa a endossar os temas que entravam na pauta do desenvolvimentismo após o governo Kubitschek, como a política interna independente, substituindo o alinhamento condicional do governo anterior e as reformas de base. Ou seja, o Partido Democrata Cristão ingressa na corrente do desenvolvimentismo, ainda que com características próprias decorrentes das doutrinas emanadas da Democracia Cristã como movimento social.

Com isso, a tese procurou evidenciar que as ações do governo Ney Braga repetiam em larga escala as práticas já adotadas no Brasil e em vários estados ligadas estreitamente ao desenvolvimentismo como uma ideologia muito particular. E mais, com colorações típicas do discurso democrata cristão ela havia se incorporado ao ideário do Partido Democrata Cristão, mesmo no seu aspecto nacionalista, o que é muito estranho numa corrente doutrinária que se propunha a ser sempre supranacional em virtude da concepção que tinha do Estado, extraídas dos ensinamentos de Maritain.

Essas propostas procuravam abrir o partido para a realidade brasileira ao mesmo tempo em que conduziam à renovação de algumas lideranças. Assim, aponta-se o nome de Ney Braga para a direção nacional do partido em oposição a Franco Montoro, que representava a tradição do PDC. Ney Braga, embora não compartilhasse das ideias do grupo político que o lançou e assegurou sua vitória, representava a renovação, pois não estava vinculado aos dirigentes católicos paulistas que controlavam o partido. Dessa forma, Ney Braga surgia como representante de uma tendência nacional capaz de realizar a renovação do PDC contra as velhas lideranças paulistas.

Assim, o partido se propunha a combater as remessas indiscriminadas de fundo, juros e lucros para o exterior, sugerindo a aprovação de um "Código Brasileiro

de Investimentos". A esse tema tão candente na época, que se traduzia na lei de remessa de lucros proposta por Jânio Quadros e sancionada no governo Goulart, o programa acrescentava outro tema igualmente polêmico, o da reforma agrária. O partido propunha então uma reforma que atendesse às peculiaridades regionais, promovesse a eliminação do latifúndio e do minifúndio improdutivo com a justa distribuição da propriedade rural. Em síntese, mantinha nas suas linhas gerais o programa de 1945, acrescido da proposta de uma lei antitruste.

Dessa forma, não só o PDC assumia cada vez mais um programa desenvolvimentista e nacionalista, que contrariava os princípios da Democracia Cristã, que sempre se opunha ao fortalecimento dos Estados Nacionais em defesa de uma associação internacional democrata cristã, como também não expressava qualquer ideia que fosse minimamente próxima daquela que orientava a Democracia Cristã na Europa.

Nesse sentido, atribuir às ações do Governo Ney Braga conotações democratas cristãs exige, como procurei demonstrar, um *tour-de-force* descomunal.

Em novembro de 1963, no congresso nacional do partido, em Recife, Ney Braga, presidente nacional do PDC, apoiou a reforma agrária como meio de defender o Brasil da ditadura. Entretanto, diante do crescente desgaste do governo Goulart, Ney Braga, já em fevereiro de 1964, representava segmentos importantes do partido que passaram a identificar-se com as forças que articulavam a deposição de Goulart. Isso foi possível devido ao enfraquecimento da ala mais progressista do PDC e em função da radicalização política que fortaleceu seus setores mais conservadores. Em março de 1964, Ney Braga e Juarez Távora davam seu apoio ao governo militar; em 27 de outubro de 1965, o AI-2 decretou a extinção dos partidos políticos.

Se era difícil associar o Partido Democrata Cristão do Brasil à mesma matriz doutrinária e ideológica que informava esses partidos na Europa, mais difícil ainda é associar as ações do governo Ney Braga ao programa democrata cristão. Nesse sentido, procurei demonstrar que o seu sistema de planejamento nada tinha de inovador mesmo porque ele repetia práticas consagradas do planejamento estatal no Brasil. E mais, o verdadeiro objeto de seu plano de governo era dotar o Paraná de uma infraestrutura de transportes e de energia elétrica, o que estava perfeitamente em conformidade com a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos ao definir, no início da década de 1950, como objetivo estratégico para assegurar o desenvolvimento da economia brasileira a implantação da infraestrutura de transportes e de energia

elétrica. A par disso, essa política era inteiramente compatível com aquela que Juscelino Kubitschek adotara para o seu governo em Minas Gerais, dez anos antes, sob a denominação Binômio Energia e Transporte.

Além disso, se de um lado era difícil associar o Partido Democrata Cristão brasileiro com os seus congêneres europeus, mais difícil ainda é assinalar a fidelidade de um político à doutrina de seu partido nas condições de desagregação política e partidária existente no Brasil. Procurei demonstrar que a vinculação de Ney Braga com a Democracia Cristã não se dá por motivo ideológico ou doutrinário, pois ele ingressa no Partido Democrata Cristão em virtude de injunções eleitorais, ou seja, não tinha uma legenda pela qual candidatar-se a deputado federal e, quando, anteriormente, fora prefeito de Curitiba, não recebeu o apoio do PDC.

Ademais, ressaltai que as coligações partidárias nacionais não encontravam correspondência nos estados, que sempre se organizavam em função dos interesses locais. Daí conclui que é difícil assinalar qualquer fidelidade a princípios políticos e doutrinários. Essa situação em parte decorria da crescente fragmentação partidária que, já no início da década de 1960, desembocou numa fragmentação política que retirou a estabilidade dos governos diante da impossibilidade de maiorias estáveis no parlamento. Por isso, não há como estabelecer uma relação de fidelidade programática com a gestão de Ney Braga. Assim, pude demonstrar que, além da Democracia Cristã ser uma experiência europeia que não se traduz no Brasil, a fragmentação política não assegura meios de atuação política se nem mesmo existe unidade programática para isso, mesmo que leve em conta a elasticidade ideológica da Democracia Cristã.

A candidatura Ney Braga ao governo do Estado ocorreu no âmbito de uma coalizão oposicionista nacional encabeçada por Jânio Quadros, do Partido Democrata Cristão, em aliança com a União Democrática Nacional, que indicou como candidato a vice-presidente o ex-governador de Minas Gerais, Milton Campos, e com o Partido Trabalhista Nacional, que indicou Fernando Ferrari como seu candidato a vice-presidência.

Apesar de a candidatura de Jânio Quadros estar vinculada ao sistema de partidos então existentes, o lançamento de seu nome como candidato à presidência foi feito no Rio de Janeiro, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), quando da fundação do Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), uma entidade não partidária organizada por Carlos Castilho Cabral, ex-Secretário do Trabalho de Jânio Quadros, no governo de São Paulo.

Se o MPJQ é um índice da fragmentação partidária, o movimento Jan-Jan, que defendia o voto em Jânio e João Goulart (Jango), candidato a vice na chapa situacionista, liderada por Lott, é a fragmentação levada ao paroxismo. Esse é o ambiente em que se dá a campanha de Ney Braga vinculada estreitamente à campanha de Jânio Quadros.

Inegavelmente, o único dado consistente da campanha é o apoio da Igreja, por meio do clero e da hierarquia católica. Mas esse apoio não se inspirava de forma alguma em qualquer doutrina social específica, mas pura e simplesmente no anticomunismo, que predominava na orientação da Igreja, o que vai acontecer também com o apoio que recebe da Liga Eleitoral Católica (LEC).

O fato de Ney Braga ser o candidato do clero e da intelectualidade católica brasileira não significa de forma alguma que esse apoio fosse decorrente da adesão de qualquer uma das partes às diretrizes da Democracia Cristã ou mesmo do Partido Democrata Cristão do Brasil

Com base nessas observações, demonstrei que as políticas de Ney Braga não se mantinham alheia ao desenvolvimentismo mesmo reduzido à industrialização. A industrialização é a meta do desenvolvimentismo, que é parte do campo mais amplo da ideologia do desenvolvimento, que acompanha o processo de expansão do sistema capitalista nas regiões subdesenvolvidas em fase de crescimento, mas no momento específico em que o desenvolvimento espontâneo não mais é possível.

Dessa forma, o desenvolvimentismo é uma ideologia de superação do subdesenvolvimento brasileiro mediante a industrialização capitalista apoiada e planejada pelo Estado. Os pontos básicos desse projeto econômico são, primeiramente, que a industrialização brasileira, eficiente e racional, não pode ser movida pelas forças do mercado, por isso a necessidade de planejamento por parte do Estado. Em segundo lugar, o planejamento é que deve definir a expansão dos setores econômicos e quais os instrumentos que devem ser aplicados nesta expansão, ou seja, de certa forma a alocação de fatores é condicionada pela ação estatal, mediante o planejamento. Finalmente, a execução da expansão deve ser ordenada pelo Estado, que deve ainda captar e direcionar os recursos financeiros, além de promover investimentos diretos nos setores em que a iniciativa privada for deficiente.

Pode-se, pois, derivar o projeto paranaense de desenvolvimento da "ordem geral" do desenvolvimentismo, que se traduz numa expressão bem simples: a intervenção organizada e sistemática do Estado na economia, por meio de um plano

e a veiculação, para toda a comunidade, para um sistema de ideias em que a intervenção é uma resposta dos dirigentes políticos às esperanças e expectativas dessa comunidade.

Diante disso, parece ser evidente que uma relação das ações do Governo Ney Braga com os princípios da Democracia Cristã, como um movimento cuja matriz é a DSI, é muito problemática. Ademais, se há uma relação com a política do PDC, ela tem de ser buscada na problemática do desenvolvimento e não na sua versão ampla de desenvolvimento integral, mas no que o desenvolvimento tem de mais reducionista, a mera industrialização. Esse é o tema no qual voltei a insistir ao analisar a presença de Le Bret no Paraná, para estabelecer uma relação mais estreita com a problemática da Democracia Cristã.

Por ora importa o segundo tema em que foquei a minha análise, ou seja, o papel dos intelectuais racionalizando um evento do qual participaram fortemente. No que consiste, pois, o modelo paranaense de desenvolvimento proposto no governo Ney Braga? Em primeiro lugar, ele propôs medidas desenvolvimentistas que nasciam da afirmação dos interesses do Paraná no contexto nacional, isto é, a necessidade de adotar uma política de substituição de importações que, no fundo, afirmava a ideia de um governo paranaense para os paranaenses.

Em todas as mensagens encaminhadas à Assembleia Legislativa, o governador define o Paraná como uma economia periférica em confronto com um centro dinâmico industrializado. A situação periférica da economia paranaense era explicada pelo fato de a maior parte da renda regional ser gerada pela cafeicultura, o seu setor dinâmico que se encontrava, porém, concentrado em poucas mãos. Sendo a maioria do capital empregado nesse setor originário de outras regiões do país, sua remuneração era uma retirada sobre a economia regional. Além disso, o setor cafeeiro destina seus investimentos para a expansão do próprio setor ou a outras regiões do país, fazendo com que a renda que fica e circula no Paraná, beneficiando sua população, seja menor do que aquela que as estatísticas mostram.

Essa é a situação de uma economia periférica em contraste com o centro dinâmico industrial que se localiza em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, para onde se destina a maioria dos bens de produção importados com recursos fornecidos pelo Paraná, na condição de estado exportador. Em outros termos, o projeto desenvolvimentista do Paraná estava fundado numa ideia orientadora que reproduzia a

problemática centro-periferia, do modelo cepalino, e, assim, fazia uma atualização para o Paraná da ideologia desenvolvimentista dominante em termos nacionais.

A necessidade do fomento industrial leva à criação de um fundo específico para essa finalidade, cuja formação se dava mediante a captação compulsória de parte da renda da população para a formação de uma poupança forçada, a ser gerida por uma companhia de fomento imune às responsabilidades a que todo órgão público está sujeito.

Em relação ao resultado efetivo da ação da companhia, que pode ser medido pelos recursos do FDE destinados aos vários setores da economia, observa-se que, de fato, o governo continuava preocupado com as deficiências da infraestrutura do Estado. Os recursos do FDE foram destinados prioritariamente para o setor de energia elétrica e para a construção de estradas.

A Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (Codepar) tinha por objetivos implantar formas mais dinâmicas e flexíveis de ação governamental mediante a racionalização do setor público; hierarquizar prioridades para investimentos, o que seria feito mediante estudos e seleções para estímulo de projetos mais necessários e úteis ou com efeitos multiplicadores mais ponderáveis para a economia do Estado. Esses dois objetivos dão conta da dimensão estritamente econômica da ideologia desenvolvimentista; mas o terceiro relaciona-se a uma das dimensões mobilizadoras da ideologia e refere-se ao fato de a Companhia querer contribuir para a mudança de mentalidade social, ensinando a comunidade a mobilizar suas poupanças de modo a assegurar a expansão mais rápida dos serviços públicos básicos que o Estado sozinho não pode prover.

Quanto a ser o projeto de desenvolvimento do Paraná uma elaboração *a posteriori* de uma intelectualidade, procurei registrar a permanência dos quadros técnicos estatais responsáveis pela implantação do novo aparato de planejamento. Sua organização básica vinha de governos anteriores. É o caso da Pladep, que fora organizado no governo Lupion com o pessoal convocado pelo governo Bento Munhoz para organizar as festividades do centenário da emancipação. Com isso, quero mostrar que há permanência da estrutura estatal e da burocracia, independente da coloração governamental. É ilustrativa dessa ideia a permanência do coronel Alípio Ayres de Carvalho na direção da Pladep no novo governo, principalmente tendo em conta o encerramento turbulento do governo Lupion.

Foi atribuído à orientação democrata-cristã do governo Ney Braga a aceitação das ideias cepalinas, uma vez que os partidos democratas cristãos do Chile e da Venezuela sofriam influência da Cepal e mantinham estreitas relações com o PDC brasileiro. Ora, mostrei que nas condições então existentes no país, a formação de quadros especializados só podia ser feita na Cepal. Certamente o discurso democrata cristão vai aparecer quando grupos de técnicos passam a ser enviados à França para treinamento em instituições ligadas à Economia e Humanismo, como o *Institut International de Formation et Recherche en vue du Développement Harmonisé - IRFED*, e à Alemanha, sob o governo democrata cristão, desde a ascensão de Konrad Adenauer, em 1949, sucedido por Ludwig Erhard, seu ministro da Economia encarregado da implantação da Economia Social.

Importa registrar, novamente, que o quadro técnico enviado para treinamento na Cepal já compunha em grande medida o sistema estadual de planejamento, cujo núcleo era a Pladep, que continuava sob a direção do coronel Alípio Ayres de Carvalho. Infere-se dessa digressão que o novo governo pretendia encaminhar um programa de desenvolvimento que seria encarregado ao quadro técnico que vinha do governo anterior.

O governo de Ney Braga seria emblemático da intervenção do Estado na economia para a superação do atraso econômico, nos moldes do nacional desenvolvimentismo. Porém, introduz um viés muito particular que, em certa medida, poderia ser vinculado à Democracia Cristã, o destaque dado às pequenas e médias empresas como objeto de apoio estatal para o setor industrial.

Ademais, vale a pena registrar que Adolfo Oliveira Franco, ao substituir Bento Munhoz, que deixara o governo na expectativa de disputar a vice-presidência da República nas próximas eleições, nomeou o coronel Alípio Ayres de Carvalho para a comissão organizadora do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná, para atender indicação do general Henrique Lott, que ocupava o Ministério da Guerra. O coronel Alípio declarou que ia para a Pladep para ajudar Adolfo Franco a fazer um governo parecido com o de Juscelino.

Não há como negar um fato relevante que foi exclusivo do Paraná, pelo menos na escala em que isso ocorreu. Trata-se da ocupação do Norte e do Extremo-Oeste e Sudoeste do Paraná. Esse fato introduziu uma variável determinante na forma de fazer política e administrar o estado, que levou de roldão todos os governantes do período analisado. Do ponto de vista político houve a contestação da hegemonia política de um grupo de parentesco ligado a uma economia em decadência; a

variável administrativa é a necessidade de tratar de conflitos pela posse da terra de enormes proporções. Isso permeia todos os governos de 1950 a 1965.

A programação energética e a implantação de unidades geradoras são ações cuja durabilidade extrapola o horizonte temporal de qualquer governo, por isso são políticas estatais e não de governo. Isso não exclui certas colorações, determinadas ênfases que correspondem a governos específicos e às coalizões políticas que os sustentam. Nesse contexto, o discurso político visando legitimar-se pela Democracia Cristã é um deslocamento de nítido caráter ideológico, ou seja, da definição forte de ideologia proposta por Stoppino (2004).

Esse período, no Paraná, é definido pelas gestões sucessivas de Bento Munhoz da Rocha, Moysés Lupion e Ney Braga. Trata-se de uma época em que em todo o Brasil foram adotadas medidas estratégicas pelo Estado com o objetivo de assegurar o desenvolvimento nacional, que é definido de forma reducionista pela industrialização, mesmo porque esse era o único objetivo capaz de criar um mínimo de consenso entre as elites políticas.

Bento Munhoz, no governo, preocupou-se em grande medida com a integração estadual sem dar a mesma ênfase aos aspectos relacionados com o desenvolvimento, no sentido de organizar um sistema voltado para estimular projetos de investimentos que tivessem um sentido estratégico para a economia paranaense. Essa preocupação com a integração surge exatamente no momento em que ainda se dá o processo de ocupação do Paraná.

Com suas fronteiras agrícolas em franca expansão associado ao enorme movimento migratório, sua preocupação se concentrou na escassez de estradas e de rede armazenadoras. Por isso, os projetos rodoviários adquiriram grande importância no seu governo, tendo mesmo iniciado a pavimentação de algumas rodovias estratégicas. E, ao mesmo tempo em que enfatizava a implantação de uma malha rodoviária que assegurasse a integração econômica do estado, voltou sua atenção para a implantação da infraestrutura energética estadual, mediante a criação da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), que passa então a se ocupar do planejamento e da produção de energia elétrica no Paraná.

Enquanto isso, o governo adotava várias medidas para firmar a cidade de Curitiba como a capital de todos os paranaenses. Para isso, estabeleceu, no início dos anos 1950, algumas políticas culturais, entre elas a construção do Teatro Guaíra e a Biblioteca Pública do Paraná.

A construção do Centro Cívico teve início no seu governo e visava concentrar a administração pública num único local. Para isso, foi projetado e construído um complexo urbano composto por edifícios onde se localizam os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Tratava-se, portanto, de políticas que visavam reforçar Curitiba como capital, assim como a integração do Estado do Paraná.

No seu segundo governo, Lupion deu continuidade à programação do plano energético do Paraná, realizando os investimentos previstos, o que levou à duplicação da capacidade instalada no estado. A maior ênfase do seu governo voltou, entretanto, para dotar o Paraná de uma rede rodoviária capaz de integrar suas regiões e assegurar um salto qualitativo para a economia paranaense, tendo como objetivo totalizar 1.000 quilômetros de autoestradas pavimentadas, rodovias que conformavam os eixos de maior importância. Seu plano de governo previa, ainda, a construção de 2.000 quilômetros de novas estradas de primeira classe.

Essa preocupação não impediu que no seu governo fosse montada a primeira estrutura organizacional voltada para o planejamento, quando criou, por meio da Lei n.º 243, de 3 de outubro de 1955, o Conselho Consultivo do Planejamento Econômico. Após a criação do Conselho Consultivo, cuja lei restringia-se a diretrizes gerais, foi criada, no nível de assessoria do governador, a Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Econômico do Paraná, que veio a ser conhecida como Pladep.

Imediatamente a Pladep elaborou o "Diagnóstico Sócio Econômico do Estado do Paraná", lançando as bases do planejamento para o desenvolvimento. Cabe registrar que o primeiro órgão de planejamento do Paraná, que adquiriu uma estrutura física, tem sua origem nos remanescentes da comissão dos festejos do centenário do Paraná, no governo anterior, aos quais foram agregados técnicos capacitados dos demais órgãos públicos. Assim, houve uma relativa permanência de uma camada de intelectuais na estrutura do Estado que perpassaram governos que mantiveram entre si um contencioso muito forte.

A análise da presença do Pe. Lebrecht no Paraná permitiu reforçar o primeiro tema, ou seja, a não correspondência entre os princípios da Democracia Cristã e as ações do governo, bem como o segundo tema, que é o papel da intelectualidade racionalizando uma experiência. Ademais, serviu de introdução para o terceiro tema que explorei para demonstrar a tese, ou seja, a construção de uma ideologia particular a partir do transplante para as condições do Brasil de uma experiência tipicamente europeia. Em relação à presença de Lebrecht no Paraná e sua influência foi analisada

com base nos trabalhos desenvolvidos pela Sagmacs no estado, começando pelo estudo da Comissão Interestadual da Bacia do Paraná–Uruguai, particularmente sobre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e, em seguida, pela avaliação do Plano de Desenvolvimento do Paraná, de 1963.

A presença de Lebret no Paraná se dá por meio de uma empresa de pesquisa e planejamento cujo objetivo, de certa forma, consistia em operar os princípios da DSI nas condições dos países do Terceiro Mundo as quais colocavam para os católicos os problemas do atraso e das profundas injustiças sociais.

Nesse contexto particular, em que o planejamento adquiria um caráter estratégico na promoção do desenvolvimento por parte do estado, a Sagmacs propunha uma forma de planejamento compatível com a ideia de desenvolvimento integral, concebido no âmbito do movimento Economia e Humanismo, para traduzir os princípios da DSI. Apesar disso, não se deve confundir a Sagmacs com um órgão da Democracia Cristã.

Para Lebret e a Sagmacs, não se tratava de agregar medidas sociais paliativas a uma economia que por si mesma engendra o mal humano. Sua proposta consistia em instaurar um regime integralmente social e integralmente personalista, que garantisse a ascensão humana universal.

Essas ideias contrastam com a concepção de desenvolvimento que imperava nos planos governamentais brasileiros, inclusive no Paraná, que é sua redução à industrialização. Todo o desenvolvimento brasileiro, em geral, e paranaense em particular, restringia-se, na prática, às medidas voltadas para assegurar a industrialização e, particularmente, a industrialização acelerada.

O conceito de desenvolvimento de Lebret possuía uma dimensão comunitária, traduzida na necessidade da participação do povo, pois este, compreendendo o que está sendo realizado, associar-se-á ao "projeto de desenvolvimento". O povo será capaz de encontrar as fórmulas adequadas de participação, renovadas e flexíveis bem distantes das fórmulas clássicas.

Por meio da Codepar, o Governo do Paraná contratou, em 1963, a equipe da Sagmacs para, junto com a Pladep estruturar os elementos do Plano de Desenvolvimento para o Estado do Paraná. Em julho de 1963, os resultados do trabalho foram entregues ao governo e a equipe da Sagmacs passa a assessorá-lo na elaboração de programas concretos de trabalho, que exigia da administração pública a manutenção

de mecanismos para a aplicação do plano, sua revisão periódica e adaptação crescente à ação do governo e às necessidades da comunidade paranaense.

Na ação do governo fica patente que o plano orientado pelo Pe. Lebret não deixou marca, pois as medidas governamentais analisadas na tese restringiam-se a algumas reformas administrativas que poderiam ser atribuídas ao plano. Dessa forma, a invocação de Letret tanto pelo governo como pelos intelectuais tem um nítido caráter ideológico e, ao mesmo tempo, se presta a certo nobilitamento dos intelectuais locais que tiveram a oportunidade de com ele trabalhar.

Quanto aos trabalhos realizados para a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná – Uruguai, ficou claro desde o início que não se tratava de um plano propriamente dito, uma vez que para isso não houve tempo. Contudo, o estudo permitiu que se trouxesse para os responsáveis pela planificação em cada estado e à Comissão os elementos que ao menos deveriam facilitar o seu trabalho.

A ausência de diretrizes e de propostas de intervenção impede que se faça uma associação entre os princípios de "Economia e Humanismo" de um desenvolvimento harmonioso voltado para o ser humano como causa de objetivo do planejamento.

É de se crer, portanto, que a presença de Lebret no Paraná nessa oportunidade, como pela ocasião do estudo patrocinado pela Comissão Interestadual da Bacia do Paraná Uruguai, não se traduziu em nenhuma medida prática, salvo, provavelmente, na reforma administrativa realizada em 1963.

Além da falta de qualquer resultado prático para o Paraná, a presença do Pe. Lebret foi também objeto de rejeição por parte da Igreja e de seus representantes intelectuais que, supostamente, seriam os porta-vozes da Democracia Cristã.

Para trazer uma situação conflitiva, deve-se começar por alguns registros que servem de índice do assunto. Além de ter sido convidado a se retirar do país pela alta hierarquia católica sob pressão da comunidade católica e da comunidade política brasileiras, sua presença no Brasil foi descrita por Gustavo Corção, ainda no auge de seu prestígio como intelectual católico, como o emissário de uma visão responsável pela influência do comunismo na Igreja Católica, devida particularmente à política de João XXIII.

Ao lado disso, as três principais e mais expressivas entidades criadas pela hierarquia católica no Brasil – Centro Dom Vital, Liga Eleitoral Católica e Ação Católica – preocupavam-se exclusivamente com o que veio a ser chamado de a "construção da alma brasileira".

O Centro Dom Vital editou a revista *A Ordem*, uma publicação associada diretamente ao movimento de "restauração católica" que procurava garantir à Igreja maior presença na sociedade divulgando propostas de reordenação do país nos moldes cristãos, ou seja, construir a "alma brasileira". A revista expressava a preocupação da hierarquia com o papel da imprensa, principalmente a importância do zelo pela boa imprensa como variável estratégica para se conseguir os objetivos da reordenação cristã da sociedade brasileira, a *Pastoral dos Bispos do Brasil*, de 1890.

A Liga Eleitoral Católica agiu como forte agente da fragmentação política e partidária do país no período que antecede o golpe de 1964 e sempre em defesa do ensino religioso, contra o ensino laico, e do casamento religioso com validade civil. Enfim, da recuperação para a Igreja das prerrogativas perdidas desde a proclamação da República, que foi o norte da atuação da Igreja no país.

A criação da Ação Católica fazia parte de recomendações do Vaticano para o apostolado dos leigos. Seguramente a Ação Católica foi a que menos objetivo político possuía até sua desagregação final em agrupamentos políticos, a maioria de caráter esquerdista. Sua criação em 1935 atendia à solicitação do papa Pio XI para que fossem fundadas em todo o mundo associações leigas, vinculadas à Igreja, destinadas ao apostolado. A ideia de se criar essas associações fora formalizada na sua primeira encíclica de 1922, quando a Igreja foi definida como a única força "capaz de curar a chaga do materialismo onipresente e de restabelecer consciências na harmonia e na paz". Com base nesse documento, Pio XI sugeriu a criação de um movimento mundial com ramificações nos vários países, como extensão do braço da hierarquia eclesiástica, para evangelizar as nações. Assim, a criação da Ação Católica no Brasil se dava com 13 anos de atraso. Ela foi extinta em 1966.

Pode-se aceitar que o modelo de organização e a concepção de apostolado que cabia aos leigos do ponto de vista da Ação Católica aproximavam-se das ideias do Pe. Lebet, quando se propunha a se inserir na vida prática das pessoas por meio das técnicas de conhecimento que desenvolvera.

À Ação Católica se opôs um grupo chefiado por Plínio Correia de Oliveira, que dela se desligou para dedicar-se preferencialmente à "Tradição Família e Propriedade", entidade católica ultraconservadora.

Em 1950, houve a reorganização da Ação Católica baseada em grupos representativos de diferentes meios sociais. Assim, além da Juventude Operária Católica (JOC), outros grupos de atuação nacional, como a Juventude Agrária Católica

(JAC) e Juventude Universitária Católica (JUC), foram reconhecidos oficialmente e implantados. Essas modificações não podiam, entretanto, romper a ligação da Ação Católica com a Igreja, submetida à hierarquia eclesiástica.

Esse é o quadro pouco favorável com o qual Lebret certamente se deparou no Brasil. Entretanto, associado a ele, em virtude do papel da hierarquia nos acontecimentos futuros, o Pe. Lebret enfrentou outro tipo de conflito relacionado ao ambiente de profunda desconfiança em que se desenrolavam as atividades políticas no país.

O período em que a presença de Lebret constitui objeto de investigação foi, portanto, marcado pela Guerra Fria. O país estava dividido entre dois grandes grupos, os que estavam alinhados com a política externa dos Estados Unidos e os que não se alinhavam com essa política, muitos dos quais vinculados, entretanto, à política externa da União Soviética, mas a maioria simplesmente preocupada com uma política que traduzisse o interesse nacional.

Dutra, logo que assumiu o governo, patrocinou junto às lideranças do Congresso, uma coalizão política, formada pelo Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Republicano (PR), com o nítido objetivo de isolar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no cenário político nacional. Essa coalizão recebeu o nome de Acordo Interpartidário e dava a Dutra uma base de apoio de 235 deputados, dos 286 que compunham a Câmara. Com isso, Dutra teve a oportunidade de governar sem oposição partidária. Mas o Acordo Interpartidário não resolveu o principal problema para o qual fora criado, o da sucessão presidencial que girava em torno de buscar o candidato único, ou candidato de união nacional, no molde da Velha República. A ideia do candidato único ou do candidato da união nacional vai perpassar toda a vida pública brasileira de 1946 a 1964, constituindo-se num fator-chave para fragilizar a vida partidária.

Isso fez com que a sucessão presidencial no Brasil fosse sempre fator de instabilidade política, dando ensejo ao aparecimento de um fenômeno muito brasileiro, o golpismo. Denominei golpismo a uma prática política relacionada à contestação permanente da legitimidade das eleições presidenciais pelos derrotados. Faz parte do golpismo e o caracteriza a presença de partidos políticos organizados e de expressão nacional, com a atuação paralela de entidades suprapartidárias, organizando, de forma sistemática, blocos parlamentares ou movimentos eleitorais fora ou à margem do sistema partidário existente, além da presença permanente e organizada dos militares nas atividades estritamente políticas.

Então, o que caracteriza o Brasil quando da presença de Lebret é o golpismo. Um conceito de uso corrente na crônica política, ou como noção descritiva para dar conta de determinados ambientes políticos quando a situação se tornava extremamente instável do ponto de vista político. Ora, se Lebret havia de atuar no Brasil, ele havia de atuar num contexto, de forte conteúdo golpista, bem como num ambiente político em que as entidades organizadas pela Igreja Católica exerciam um papel fundamental na desorganização da vida partidária, particularmente por meio da Liga Eleitoral Católica.

O coroamento da ação da Igreja nessa atividade desagregadora foi sua participação na derrubada do Governo Constitucional de João Goulart, com a ação efetiva da Campanha da Mulher Democrática (Camde) organizada pelas senhoras católicas sob inspiração de padres, com o padre Peyton, e o patrocínio explícito da alta hierarquia católica.

Nesse contexto tão conturbado é muito difícil dar a mesma relevância à presença de Lebret no país, como querem os intelectuais e técnicos planejadores para dar ao suposto modelo paranaense um corte democrata cristão que o faria diferente dos demais, uma experiência única e exclusiva do Paraná.

Essa ideia da exclusividade paranaense é chave para a compreensão do tipo de ideologia que está associada ao transplante de uma experiência europeia para as condições do Brasil, principalmente no contexto político do golpismo.

A construção de uma ideologia da integração para assegurar a hegemonia de um grupo político passa pela eleição de um inimigo externo que ameaça o Paraná de todos os paranaenses, o que foi possível com a ideia de ser o Paraná uma economia periférica num quadro dominado pelos centros dinâmicos, ou seja, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, então Estado da Guanabara.

A ideia de uma economia periférica em que o centro dinâmico da economia nacional atua como um fator de extração de renda está na base do plano paranaense de desenvolvimento e da criação da Codepar. Entretanto, ela já estava presente nos Estudos Econômicos da Pladep, de 1955. Dessa forma, não era difícil acrescentar um modelo de substituição de importações, dessa vez em relação aos produtos importados de São Paulo.

Quando se pretende contestar a adoção do modelo centro-periferia alegando que ele é aplicável somente às condições da divisão internacional do trabalho, esquece-se que vários aspectos da economia paranaense podiam ser explicados

com extrema precisão pela ideia de que o atraso poderia ser tributado ao fato de São Paulo – com uma indústria protegida por tarifas aduaneiras elevadas – e o confisco cambial, ambos retirando renda da economia regional, impedirem o financiamento de um parque industrial, uma vez que a indústria estimulada pela ação do Estado era o meio eficaz de superar o subdesenvolvimento.

Independentemente da precisão conceitual do modelo analítico, ele possuía forte aderência às condições concretas de uma comunidade que disputava um lugar ao sol no contexto nacional, particularmente diante de um quadro histórico de profundas disparidades regionais que foram acentuadas pela industrialização acelerada do período Kubitschek.

No contexto em que era fundamental criar uma ideologia que levasse à necessidade de integração do Estado do Paraná diante do processo de ocupação que resultou na divisão em três unidades geográficas, econômicas e culturais distintas, a existência de um inimigo comum caía como uma luva para um grupo político que sabia que sua hegemonia estava na iminência de ser contestada. Esse grupo se arvorava como representante daquele Paraná capaz de absorver todas as mudanças pela qual o Estado havia passado.

Uma ideologia para isso era fundamental e ela veio à tona mais tarde quando técnicos governamentais e burocratas que circulavam com desenvoltura entre a academia e os cargos da administração pública começaram a racionalizar o que teria sido a experiência paranaense de planejamento, que fora um grande fracasso quanto à industrialização. A continuidade deles no aparelho de Estado, bem como a continuidade dos referenciais teóricos que informavam suas análises da economia e da sociedade paranaenses, tornou-os agentes relevantes dessa reconstrução histórica, baseada no papel central que o Estado deveria desempenhar no desenvolvimentismo, ou seja, no papel estratégico que eles mesmos haviam desempenhado.

O primeiro passo nesse sentido, como procurei expor, foi construir a ideia de que essa experiência era algo totalmente diferente e inédito no Brasil e que, mais uma vez, fazia do Paraná "o Brasil diferente". A primeira iniciativa foi atribuir essa diferença à doutrina democrática cristã que estaria informando as ações do governo, na prática. Dessa forma, procurei demonstrar que o que estava acontecendo era o ressurgimento do paranismo; esse sim uma ideologia com extrema vitalidade e apropriada para definir o papel central que cabia a uma elite tradicional desempenhar.

Dessa forma, houve a junção de dois elementos essenciais, um plano de desenvolvimento econômico e uma ideologia tradicional, de tal forma que o modelo paranaense de desenvolvimento econômico veio a ser a atualização sob a forma economicista do paranismo. Então, na minha tese, a ideologia que informa as análises do plano de desenvolvimento ou a hipotética existência de um modelo paranaense de desenvolvimento econômico é o paranismo e ele mesmo, o plano, uma manifestação do paranismo, como assinalou Igor Leão.

O pano de fundo foi a ocupação do Norte e do Sudoeste (Extremo-Oeste e Sudoeste) onde se organizou um vasto sistema produtivo que em tudo se diferenciava do restante do Paraná. Foi esse quadro que criou a base material para a emergência de qualquer grupo que quisesse contestar a hegemonia política que a família Munhoz e Camargo vinha tentando reconstruir. Ney Braga, membro dessa oligarquia familiar, se deu conta da necessidade de um compromisso político que incorporasse esses novos grupos de modo a assegurar a permanência da oligarquia familiar.

A ocupação dessa imensa fronteira trazia para o Paraná enormes contingentes populacionais de outros estados, de tal forma que as divisões e diferenças internas comuns a vários estados e regiões do país no Paraná se reforçaram com a característica de ser gente de fora, ou seja, não eram apenas diferenças regionais, pois cada região assumia características próprias que as vinculavam aos seus locais de origem e não ao Estado do Paraná.

Desde a emancipação da 5.^a Comarca de Curitiba, o Paraná precisou criar uma identidade para uma coletividade sem nome, pois deixavam de ser curitibanos para ser outra coisa que ainda não havia existido. Ao mesmo tempo, foi obrigado a adotar uma política de atração de imigrantes estrangeiros ou nacionais que pudessem ocupar o vasto território da província que não passava então de um imenso vazio.

No caso do Norte do Paraná sobrepôs-se o fato de ter se instalado ali uma comunidade que culturalmente não se identificava com o Paraná Tradicional, mas se assentava num projeto econômico de extrema vitalidade ligado estreitamente à economia paulista e às casas exportadoras de São Paulo e Santos. Trata-se do café, do qual, em pouco tempo, o Paraná seria o maior produtor. Esse fenômeno era acompanhado pelo deslocamento do peso eleitoral do Paraná Tradicional para essas novas regiões, particularmente o Norte do Paraná, que, já em 1960, representava metade do colégio eleitoral do Estado.

Há que se acrescentar o fato de ser o café o produto de um sistema econômico que se desenvolvia no Paraná com base tanto na pequena como na média e na grande propriedade e, mesmo nessas maiores, sua forma de produzir dependia em grande medida de trabalhadores que se dedicavam subsidiariamente à produção de alimentos e animais para a subsistência familiar e a venda no mercado do excedente. Nesse sentido, a produção do café, além de mobilizar gente, criou um sistema produtivo menos itinerante do que o safrismo, a exploração da madeira e mesmo da cultura do mate.

Mas, como já foi dito, o café trouxe para o Paraná o capital comercial representado pelas casas exportadoras de São Paulo e Santos. Esses dois centros assumiram, então, um papel estratégico na economia paranaense. Isso impediu em grande medida que os excedentes do café "vazassem" para outros setores da economia do estado, impedindo que o café exercesse um papel dinâmico na economia local no sentido de estimular um salto para a industrialização.

A segunda frente de expansão foi a frente gaúcha que ocupou o Sudoeste do Paraná por meio de projetos de colonização dirigidos por imobiliárias do Rio Grande do Sul que, com isso, conseguiram direcionar para fora desse território as pressões que surgiram sobre as terras dos pampas, pertencentes aos grandes estancieiros que dominavam a vida econômica e política daquele estado.

Esses migrantes trouxeram para o Paraná uma nova variante da criação de porcos em regime safrista, o que aumentou a área do estado voltada para essa atividade. Também a ocupação do Sudoeste não foi um fator que levasse a um processo de industrialização.

Em decorrência desses eventos todos surgiu no imaginário da população, e particularmente na visão dos homens que exerciam a hegemonia política no Paraná, a divisão do estado em "Três Paranás" em que o Norte e Sudoeste se opunham em termos culturais e políticos àquela parte antiga do Paraná, vista desde então como Tradicional. Nesse Paraná Tradicional estavam as raízes paranaenses, por isso ele passa a ser reinterpretado como uma unidade compacta, esquecendo-se que ele mesmo era o resultado de vários projetos econômicos que ainda definiam a sua feição.

Essa realidade foi traduzida de forma diferente pelos políticos que dirigiram o Paraná nesse período em que o estado deixou de ser um deserto de gente para se tornar o maior produtor mundial de café.

Lupion, por exemplo, possuía uma visão favorável da presença do imigrante, fosse ele nacional ou estrangeiro, ambos vistos como fator de dinamização do Paraná. Quando registrava a prosperidade sem par da economia paranaense, destacava desde logo sua característica diferenciadora do resto do Brasil, pois a prosperidade nas condições do Paraná levava à redução das disparidades sociais, constatando a ausência do pauperismo nos principais agrupamentos humanos, ao contrário do que ocorria no Brasil. Mas, já no final do seu segundo governo, registrava o desalento da administração pública com os problemas que vinham afetando a economia cafeeira e o fato de ser a política do setor dirigida pela União.

Durante o governo Bento Munhoz, a ocupação do Norte Paranaense atingiu o auge, bem como estava em andamento a ocupação do Sudoeste. Bento enfrentou conflitos generalizados pela posse da terra, como as "guerras" do Porecatu e a do Sudoeste. Para superar essa situação, convocou para o governo o seu cunhado Ney Braga, a quem atribuiu a tarefa crucial de manter a ordem pública no Paraná numa conjuntura de grandes conturbações sociais. Em várias ocasiões manifestou sua visão ufanista das fronteiras, que abriam uma nova época de prosperidade para o que ela chamava de "a terra da promessa". Por outro lado, essa visão ufanista era bem fundamentada, pois ele conseguira indicar vários nomes para cargos importantes no governo constitucional de Getúlio Vargas, nomes que se tornaram porta-vozes dos interesses do Paraná junto ao governo central.

Ele foi certamente o primeiro governador consciente da necessidade de uma estratégia integracionista no plano cultural que completasse as obras viárias que articulavam as várias regiões do Paraná. Essa concepção integracionista transparece nas comemorações do centenário da emancipação política, quando organizou a "Comissão Geral de Obras para os Festejos do Centenário". Ele associou à sua visão otimista do processo de ocupação do território paranaense uma ideologia integracionista fortemente paranista e vinculada estreitamente ao papel de Curitiba como a capital de todos os paranaenses. Reunia para isso condições pessoais que o recomendavam; não só era um intelectual respeitável e fundador do Centro de Estudos Bandeirantes como lutou no parlamento pela extinção do Território Federal do Iguçu.

Ney Braga percebeu claramente que o domínio sereno da oligarquia familiar a que pertencia pelo casamento estava chegando ao fim devido aos acontecimentos

que envolviam o Paraná, e passou a dedicar-se a partir daí ao esforço derradeiro para que tudo ficasse como antes.

Identificou imediatamente o que chamou de três tendências distintas que atuavam na economia paranaense, sendo que duas delas, a do Norte cafeeiro e a economia agrícola de mercado interno do Sudoeste, penetravam e se sobrepunham à estrutura agrária do Paraná Tradicional, constituindo estruturas em choque uma com as outras, e isso definia, para ele, a economia paranaense de então.

Ney Braga elegeu, também, um inimigo a combater, os centros hegemônicos da economia brasileira, particularmente São Paulo. Identificou-o como responsável pelas dificuldades pelas quais passavam o Paraná, que não conseguia dar um salto rumo a industrialização e libertar-se das contingências e inseguranças típicas de uma economia sujeita a flutuações de preços e quebras de safras. Nesse sentido, surge o famoso projeto ou modelo paranaense de desenvolvimento.

Foi essa uma forma de encarar a divisão nacional do trabalho, que prejudicava os anseios não só do Paraná, mas também os outros estados da Região Sul, mas que aqui se prestou a atualizar o paranismo. O assim chamado modelo paranaense de desenvolvimento veio a ser a experiência de uma coletividade em busca de um novo destino que permitiu a construção de um discurso ideológico de legitimação oligárquica por ser, de fato, uma *camuflagem*, como assinalou Augusto, para uma política destinada a expropriar uma coletividade para a construção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento industrial. A base desse discurso, e que lhe dá legitimidade, é o paranismo, o fator de identificação da coletividade do Paraná Tradicional.

O grande mentor do paranismo e que o sistematizou como um todo coerente de crenças e valores foi Romário Martins, que mantinha uma posição socialmente intermediária entre os membros das forças políticas dominantes e os trabalhadores imigrantes, o que lhe permitia mobilizar literatos, artistas plásticos e jornalistas oriundos de famílias humildes e de imigrantes sem meios de ascensão social. Assim, contribuiu para criar uma solidariedade orgânica entre intelectuais e as elites dirigentes que passaram a pensar o Paraná como "o Brasil diferente". Enfim, um consórcio de intelectuais e artistas que viviam à sombra do Estado.

Por isso, mesmo que o movimento paranista tenha desaparecido, o paranismo sobreviveu passando por recorrentes processos de atualização. O projeto ou modelo paranaense de desenvolvimento, conforme sua racionalização pelos técnicos e intelectuais envolvidos com ele, é uma forma de ideologia de integração, que define

a pertinência de pessoas a um grupo identificado como paranaense que se encontra ameaçado. Como ideologia da integração, possui razões profundas que vão até a origem do estado, que se encontra na emancipação da 5.^a Comarca.

Por todo o exposto, creio ter atingido o objetivo da tese, que era demonstrar que a Democracia Cristã foi o transplante inadequado de uma doutrina tipicamente europeia para as condições diferentes do Brasil e que, assim, se prestava a justificar a hegemonia de um grupo político. Para isso, mostrei que a doutrina política inspirada na Democracia Cristã não informava as ações do governo Ney Braga, que se inscreviam nas mesmas práticas desenvolvimentistas predominantes, particularmente na implantação de uma infraestrutura que, de fato, é mais a ação de Estado do que de governos.

Mostrei, ainda, que o discurso elaborado posteriormente sobre a existência de uma experiência de planejamento e de governo tipicamente paranaenses não passava da racionalização, por parte de intelectuais, técnicos e burocratas extremamente qualificados, dos eventos dos quais participaram ativamente. Além do mais, o que permitiu essa racionalização foi a força do "paranismo", um sistema de crenças, valores e códigos de comportamento elaborado pela coletividade do Paraná Tradicional.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais

CONCÍLIO VATICANO, 2. 1962-1965. **Gaudium et spes** constituição pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no mundo de hoje. São Paulo: Paulinas, 1974.

DISCURSO dos deputados Munhoz da Rocha e Lauro Lopes e emenda ao Projeto Constitucional. **O território do Iguazú na Constituinte**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

IGREJA CATÓLICA: Papa Leão XIII. Encíclica **Rerum Novarum**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1941.

IGREJA CATÓLICA: Papa Paulo VI. Carta encíclica de sua santidade o Papa Paulo VI. **Populorum Progressio**: sobre o desenvolvimento dos povos. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1967.

IGREJA CATÓLICA: Papa João XXIII. Carta encíclica de sua santidade o Papa João XXIII. **Mater et magistra**. 6.ed. São Paulo: Paulinas, 1978.

IGREJA CATÓLICA: Papa João XXIII. Carta encíclica **Pacem in terris**: a paz dos povos. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

IGREJA CATÓLICA: Papa Paulo VI. Carta apostólica de sua santidade o Papa Paulo VI. Por ocasião do 80.º aniversário da encíclica Rerum Novarum. **Octogesima Adveniens**. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1971.

LEBRET, Louis-Joseph. Comprendre le plan Marshall, ses mobiles, son contenu, ses conséquences. In: LEBRET, Louis-Joseph (Dir.). **Économie et humanisme**, Paris: Librairie Economie et humanisme, Septième Anné, n.37, p.229-242, maio-jun. 1948.

_____. Alert à l'assistance technique. In: LEBRET, Louis-Joseph *et al.* (Dir.). **Développement & civilisations**, Paris: IRFED, n.2, p.15-26, Juin. 1960.

_____. **Manual de encuesta social**. Madrid: Ediciones Rialp, 1961. v.1-2.

LUPION, Moysés. **Plataforma de governo**. Curitiba-Paraná, 1947.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. **Realidades, perspectivas**. Publicações da Secretaria da Educação de Minas Gerais, Coleção Cultural, n.5, Discursos 1951-1955. Impresso na Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, em Janeiro de 1955.

MUNHOZ DA ROCHA, B. Discurso pronunciado pelo Sr. Deputado Munhoz da Rocha, na sessão de 23 de maio de 1946.

PARANÁ. **Mensagem** apresentada a Assembleia Legislativa pelo governador do Estado: Ney Aminthas de Barros Braga, 1961.

PARANÁ. **Mensagem** apresentada a Assembleia Legislativa pelo governador do Estado: Ney Aminthas de Barros Braga, 1962.

PARANÁ. **Mensagem** apresentada a Assembleia Legislativa pelo governador do Estado: Ney Aminthas de Barros Braga, 1963.

PARANÁ. **Mensagem** apresentada a Assembleia Legislativa pelo governador do Estado: Ney Aminthas de Barros Braga, 1964.

PARANÁ. **Mensagem** apresentada a Assembleia Legislativa pelo governador do Estado: Ney Aminthas de Barros Braga, 1965.

PARANÁ. **Mensagem** apresentada a Assembleia Legislativa pelo governador do Estado: Bento Munhoz da Rocha Neto, 1951.

PARANÁ. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1950 pelo senhor Moyses Lupion, governador do Paraná, Curitiba, 1950.

PARANÁ. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1.^a Sessão Ordinária da 2.^a Legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná, Curitiba, 1951.

PARANÁ. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2.^a Sessão Ordinária da 2.^a Legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná, Curitiba, 1952.

PARANÁ. **Mensagem** apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da Abertura da Sessão Legislativa ordinária de 1950 pelo senhor Moyses Lupion, governador do Paraná, Curitiba, 1956.

PARANÁ. **Mensagem** apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da Abertura da Sessão Legislativa ordinária de 1950 pelo senhor Moyses Lupion, governador do Paraná, Curitiba, 1958.

PARANÁ. **Mensagem** apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da Abertura da Sessão Legislativa ordinária de 1960 pelo senhor Moyses Lupion, governador do Paraná, Curitiba, 1960.

PARANÁ. **Plataforma de Governo** a apresentada a Assembléia Legislativa pelo governador do Estado: Moysés Lupion, 1947.

PARANÁ. **Plano de desenvolvimento do Paraná**. Sagramacs, 1963. v.1-2. (mimeografado)

PARANÁ. Viação de Obras Públicas. Departamento de Geografia, Terras e Colonização, 1944.

SAGMACS - COMISSÃO INTERESTADUAL DA BACIA PARANÁ-URUGUAI. **Necessidades e possibilidades dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná**. São Paulo: Atlas, 1958. v.1-3.

Referências

A ESQUERDA agora é governo Ney Braga. **PANORAMA**, v.11, n.105, p.6-10, fev. 1961.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de política**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

AQUINO, Tomás de. Suma teológica. In: CHATELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Evelyne. **Dicionário das obras políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. p.1207-1218.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Disponível em: <www.arquivopublico.pr.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2010.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Símbolo, 1978.

BARROS, José Roberto Mendonça de. A experiência regional de planejamento. In: MINDLIN, Betty. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BELATO, Dinarte Mário Osório: o intelectual. In: BRUM, Argemiro J. (Org.). **Trajetórias de uma vida**: depoimentos. Ijuí: Unijuí, 2003.

BENEVIDES, Maria Victoria. **O governo Kubitschek**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **A UDN e o udenismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5.ed. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial; Universidade de Brasília, 1993. 2v.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

BUSETTO, Áureo. **A democracia cristã no Brasil**: princípios e práticas. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

CAMACHO, Ildelfonso. **Doutrina social da Igreja**: uma abordagem histórica. São Paulo: Loyola, 1995.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. **Paranismo**: arte, ideologia e relações sociais no Paraná 1853-1953. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2007.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil**: JK-JQ. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CASTRO, Sertório de. **A República que a revolução destruiu**. Rio de Janeiro, 2002. (digitalização de edição em papel s.m.e.). Disponível em: <www.eBooksBrasil.org>. Acesso em: 20 maio 2010.

CESTARO, Lucas R. **Urbanismo e humanismo**: a Sagmacs e o estudo da "estrutura urbana da aglomeração paulistana". 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos-USP, São Paulo, 2009.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. Brasília: UNB, 1981.

CHATELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Evelyne. **Dicionário das obras políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

CHORÃO, Mário Bigotte. Pessoa humana e bem comum como princípios fundamentais da doutrina social da igreja. In: **Questões sociais, desenvolvimento e política**. Lisboa: UCP, 1994. p.99-155.

CIBPU - COMISSÃO INTERESTADUAL DA BACIA DO PARANÁ – URUGUAI. **Problemas de desenvolvimento**: necessidades e possibilidades dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. São Paulo, 1958.

COMISSÃO NACIONAL DE JUSTIÇA E PAZ. **O padre Lebret**: um profeta e um homem de ação. Disponível em: <mhtml:file:///G:\LEBRET – AGO\ Comissão Nacional Justiça e Paz.mht>. Acesso em: 02 set. 2008.

COSTA, S. G. da. Frente agrária versus ligas camponesas no Norte do Paraná: divisor de águas na luta pela reforma agrária. **PANORAMA**, Curitiba, n.112, p. 6-18, set. 1961.

DHBB - DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária/ Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ FINEP, 2001.

DOMINICANOS. Disponível em: <<http://www.dominicanos.com.pt>>. Acesso em: 06 jan. 2008.

DOUSTDAR, Neda M. **Imigração polonesa**: raízes históricas de um preconceito. 1990. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1990. Disponível em: <histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 02 out. 2010

EVANGELISTA, Olinda. Ação católica de formação docente na década de 30. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v.16, n.31, p.9-28, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/678/613>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

FLEISCHER, David V. (Org.) **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UNB, 1981. 2v.

FORTES DE SÁ JR., Adherbal; NASCIMENTO, Gladimir. **Ney Braga**: tradição e mudança na vida política. Curitiba: Editora do Autor, 1996.

FRANCA, Leonel E. da Silveira. Biografia. **Aquinate**, n.8, p.256-259, 2009. Disponível em: <www.Aquinate.net/atualidades/personalidades>. Acesso em: 09 fev. 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES, Angela de C. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1991.

GOMES, Iria Zanoni. **1957 – a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar, 1986.

GONÇALVES, Marcos. Uma reflexão sobre a intelectualidade católica. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.28, p.245-250, jun. 2007.

GONÇALVES, Reinaldo; BARROS, Amir Coelho. Tendências do termo de troca: a tese de Prebisch e a economia brasileira – 1850/979. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.109-132, abr. 1982

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento no Brasil (1930-1970)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2004.

IPARDES – Fundação Édison Vieira. **O Paraná reinventado**: política e governo. Curitiba: IPARDES, 1989a.

_____. **Sobre a política paranaense**: entrevistas. Curitiba: IPARDES, 1989b.

IPARDES. O planejamento de Curitiba: uma experiência de vinte anos. **Boletim de Análise Conjuntural**, Curitiba, v.7, n.10, p.8-13, out./1985.

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Memória de Curitiba urbana**. Curitiba: IPPUC, dez. 1990. (Depoimento n.5: Ney Aminthas de Barros Braga).

IURKIV, José Erondy. Romário Martins e a historiografia paranaense. **EDUCERE – Revista de Educação**, v.2, n.2, p.123-132, jul./dez. 2002.

JÂNIO e os esquemas da classe média. **PANORAMA**, v.11, n.105, p.20-24, fev. 1961.

KUNHAVALIK, José Pedro. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.); SALLES, Jefferson de Oliveira; KUNHAVALIK, José Pedro. **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004.

LAFER, Celso. O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: MINDLIN, Betty. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

LEÃO, Igor Zanoni C. Carneiro. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba: IPARDES, 1989. (Coleção Teses 1).

_____. As desventuras do paranismo. **Revista da FAE**, v.2, n.3 set./ dez. 1999.

LEBRET, Louis-Joseph. **Problemas de civilização: economia e humanismo**. Recife, 1954.

_____. **Suicídio ou sobrevivência do ocidente?** São Paulo: Duas Cidades, 1960.

_____. **Manifesto por uma civilização solidária**. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1962.

_____. **Princípios para a ação**. 8.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1984.

_____. **Biografias**. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/Grandes_Economistas>. Acesso em: 10 abr. 2006.

_____. **Colóquio Lebret - economia e humanismo – entrevista – Frei Carlos Josaphat**. Disponível em: <Mhtml:file://G:\LEBRET – AGO\entrevistas sobre lebret.mht>. Acesso em: 02 set. 2008.

LIMA VAZ, Henrique Claudio de. Cristianismo e mundo moderno. **O cristianismo em questão: documento especial sobre a igreja no Brasil**, Rio de Janeiro, n.6, p.5-20, 1968.

LIMA, Alceu Amoroso. **A Ordem**, p.186-9, jul./ago./set. 1947.

_____. Apresentação. In: MONTORO, Franco. **Ideologias em luta**: respostas aos desafios do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1966.

_____. **Memórias improvisadas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MACEDO, Bernardo Gouthier. **Prebish e Furtado**: a economia política cepalina do economicismo à cultura. Disponível em: <www.sep.org.br/artigo/MACEDO-BERNARDO.pdf>. Acesso em: 08 maio, 2010.

MACEDO, Roberto B. M. Plano trienal de desenvolvimento econômico e social (1963-1965). In: MINDLIN, Betty. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja B de. **Da construção ao desmanche**: análise do projeto de desenvolvimento paranaense. Curitiba: IPARDES, 2006. (Coleção Clássicos da Economia e Sociedade Paranaense).

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná**: política e governo. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná).

MANNHEIM, Karl. **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

_____. **Ideologia e utopia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. A planificação como domínio racional do irracional. In: MARTINS, José de Souza; FORACCHI, Marialice Mencarini. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

_____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

MANOEL, Ivan A. A ação católica brasileira: notas para estudo. **Acta Scientiarum** 21, n.1, p.207-215, 1999.

MARÇAL, Emerson Fernandes. Há realmente uma tendência a deterioração dos termos de troca? Uma análise dos dados brasileiros. **Economia**, Brasília, v.7, n.2, p.307-329, maio/ago. 2006.

MARITAIN, Jacques. **Cristianismo e democracia**. Rio de Janeiro: Agir, 1957.

_____. O homem e o estado, 1953. In: CHATELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Evelyne. **Dicionário das obras políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. p.774-778.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira - (1915-1933)**. 2.ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. v.6-7.

_____. **Um Brasil diferente**: ensaios sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

_____. **A invenção do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte. In: **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, s.d., v.1.

MAYEUR, Jean Marie. **Des partis catholiques à la Démocratie Chrétienne, XIX-XX siècles**. Paris: Armand Colin, 1980.

MIGLIOLI, Jorge. **Introdução ao planejamento econômico**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MINDLIN, Betty. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MONTORO, Franco. **Ideologias em luta**: respostas aos desafios do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1966.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOUNIER, Emmanuel. **Manifesto ao serviço do personalismo**. Trad. Antonio Ramos Rosa. Lisboa: Livraria Moraes, 1967.

OLIVEIRA, Márcio de. Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En línea], Debates, 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index5287.html>>. Acesso em: 05 maio, 2010.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.); SALLES, Jefferson de Oliveira; KUNHAVALIK, José Pedro. **A construção do Paraná moderno**: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. 2.ed. Curitiba: IPARDES, 2006 (Coleção Clássicos da Economia e Sociedade Paranaense).

PERROUX, François. **Conceito de um crescimento pólo**. Disponível em: <<http://www.applet-magic.com/polesp.htm>>. Acesso em: 30 set. 2009.

PORTUGAL, João Cid de Macedo. **Memórias e reflexões**. Curitiba: LUD, 1995.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem**: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945). Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RODRIGUES, Dom Eduardo Benes de Sales. **Biografia**. Disponível em: <www.cnbb.org.br>. Acesso em: 27 maio 2010.

SALTURI, Luis Afonso, Paranismo, movimento artístico do sul do Brasil no início do século XX. **Revista de Recerca en Antropologia Perifèria**, n.11, diciembre 2009. Disponível em: <www.periferia.name>. Acesso em: 15 maio 2010.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novo dicionário de economia**. 6.ed. São Paulo: Best Seller e Círculo do Livro, 1994.

SANTOS, W. G. dos. O sistema partidário e o PDC. In: FLEISCHER, David V. (Org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UNB, 1981.

SERRANO, Franklin; MEDEIROS, Carlos. **O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente**. Disponível em: <www.sep.org.br/artigo/SERRANO_MEDEIROS.pdf>. Acesso em: 08 maio 2010.

SILVA BEGA, Maria Tarcisa. **Sonho e invenção do Paraná**: geração simbolista e a construção de identidade regional. 2001. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SOBRAL, João. **A doutrina social da igreja e a democracia cristã**. CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais, p.128-31. Disponível em: <www.ciari.org>. Acesso em: 15 jul. 2008.

STOPPINO, Mario. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5.ed. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial-UNB, 2004.

VALLADARES, Licia. **Louis-Joseph Lebre et les favelas de Rio de Janeiro (1957-1959)**: enquêter pour l'action. La ville des savants, Genêses 60, septembre 2005.

VERA, Nestor. II Congresso Camponês em Maringá. **Revista Brasiliense**, São Paulo, n.37, p.62-65, 1961.

VIANNA, Luiz Werneck. O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão. **Caderno CEDEC**, São Paulo, n.1, 1978.

VISCARDI, Cláudia Maria R. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.39-56, 1995. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/164.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2010.

VOEGELIN, Eric. **A nova ciência da política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979. (Coleção Pensamento Político, v.12).

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 6.ed. Curitiba: Vicentina, 1988.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. UNB, 1999. v.1.

_____. **Economia e sociedade**. 4.ed. Brasília: Ed. UNB, 2000. v.2.

Sites consultados:

<http://www.college-de-france.fr/default/EN/>

www.vivabrazil.com

www.biografiasyvidas.com/biografia/s/sturzo.htm

<http://kirjasto.sci.fi/bernanos.htm>

www.histedbr.fae.unicamp.br

ANEXO

PROGRAMAS DO *PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO* (PDC) – 1945 E 1961

Programa de 1945

O partido terá o nome de Partido Democrata Cristão, e um tríplice fundamento – popular, democrático e cristão – que corresponde respectivamente a três exigências essenciais da nova civilização que está nascendo das ruínas da sociedade contemporânea.

Popular, porque a ascensão das massas é o maior fenômeno social dos nossos tempos.

Democrático, porque essa ascensão se traduz, politicamente, por uma participação crescente do povo no governo das nações.

Cristão, porque essa ascensão das massas e essa instauração de uma democracia de direito e de fato, só se podem operar beneficentemente, se repousarem sobre uma base ética racional e evangélica.

O Partido Democrata Cristão, portanto, será popular, democrático e cristão.

Âmbito

O PDC terá âmbito nacional com diretórios locais em cada Estado da Federação, interessando-se por todos os problemas que dizem respeito tanto à organização interna do Brasil como à sua projeção internacional.

Duração

O PDC se organiza não para uma ação temporária e acidental, mas para uma atuação duradoura, pois entende que os grandes problemas nacionais e internacionais que ora se focalizam, no momento em que o País retoma o ritmo de sua evolução histórica normal, são problemas que não podem ser resolvidos de afogadilho e exigem longa e perseverante atuação política e social.

Fundamentos

O PDC entende que todos os problemas, nacionais e internacionais, do Brasil, devem ser resolvidos na base do mais escrupuloso respeito ao Direito, positivo e natural, e este, por sua vez, se baseia em preceitos de ordem ética, racional e evangélica.

A ordem social se baseia na ordem jurídica e a ordem jurídica na ordem moral. Sempre que se inverte essa ordem e se fazem os princípios depender dos fatos e os preceitos das conveniências, está aberto o caminho à instituição de todas as ditaduras e à subversão da ordem natural da sociedade.

A democracia popular cristã que o PDC defende, e para cuja implantação, no Brasil, ora se organiza, dependerá rigorosamente da consciência com que essa hierarquia de valores for aplicada, no funcionamento da vida política nacional.

Esses direitos fundamentais, sobre que assenta um regime democrático verdadeiro, são direitos que dizem respeito tanto à pessoa humana como aos grupos sociais de que ela faz parte e livremente funda na sociedade. Esses direitos são congênitos ao ser humano, como atributos da própria natureza das coisas e portanto não podem ser negados pela legislação positiva nem pelas conveniências políticas do Estado e muito menos ainda dos detentores do poder público.

Enumeramos alguns desses direitos, em caráter exemplificativo, pois cada um deles por sua vez se pode desdobrar em outros e toda classificação taxativa, nesse sentido, será falha. 1) direito de nascer; 2) direito de viver; 3) direito de ser livre; 4) direito de trabalhar; 5) direito de possuir; 6) direito de fundar família; 7) direito de associação; 8) direito de expressão; 9) direito de trânsito; 10) direito de ensinar; 11) direito de voto, individual e familiar; 12) direito de partido político; 13) direito de culto, apostolado e assistência religiosa aos indivíduos e instituições de toda espécie, civil ou militar.

Os limites de tais direitos fundamentais – que asseguram a liberdade e a dignidade da pessoa humana, razão de ser da sociedade e fundamento de toda ordem civil estável – são representados pelos direitos do bem comum, buscados na justiça social e pelos direitos do próximo, que nenhum direito individual ultrapassar. Todo direito, por si mesmo, assenta num dever e reciprocamente todo dever num direito. Daí a íntima interdependência da ordem ética e da ordem jurídica, fundamento de toda ordem social, pela qual entende pugnar o Partido Democrata Cristão.

Finalidade política

A finalidade política pela qual se bate o PDC é a instauração da verdadeira democracia no Brasil. E a verdadeira democracia assenta em três fundamentos políticos: 1) sufrágio universal, com a maior amplitude, de modo a fazer dos governadores a expressão real do consentimento dos governados; 2) a autonomia e respeito recíproco rigoroso dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, sem que nenhum ultrapasse os limites recíprocos dos seus direitos e o governo seja a expressão da harmonia entre eles e não da preeminência do Poder Executivo, como se vem dando no Brasil há mais tempo; 3) a responsabilidades dos detentores do poder e a mais ampla publicidade de todos os seus atos.

A organização do novo regime de direito que no Brasil deve suceder à 1.^a República e ao regime de fato instaurado em 1930 e vigente, salvo pequeno intervalo, até as eleições anunciadas para 1945, essa nova organização política deve assentar sobre aquele tríplice fundamento, que reputamos capital para o progresso individual, social e nacional de nossa terra e sua honesta integração na ordem nova do mundo, posterior à vitória das Nações Unidas. Esse tríplice fundamento, a que deve invariavelmente atender, em suas realizações práticas e concretas, toda política brasileira é, como vimos, a elevação das massas populares; sua participação a mais ampla possível no governo e a subordinação da via política nacional e internacional às exigências do Direito e da Moral.

Não só a nova estrutura política no Brasil deve repousar sobre uma Constituição e um conjunto de leis que atendam a essas exigências dos princípios eternos e dos fatos sociais do nosso tempo, mas a política concreta e efetiva dos governadores deve por elas se pautar.

A orientação prática e concreta do PDC em face dos acontecimentos políticos futuros, dos programas dos outros partidos, do procedimento dos detentores do poder público e de sua participação na vida pública nacional, deve sempre orientar-se por essa bitola de ação, que se aplica não apenas na ordem política, propriamente dita, mas ainda ao campo dos problemas domésticos, sanitários, econômicos, culturais e internacionais.

Ordem doméstica

A família é a base natural de toda sociedade estável, honesta e progressiva. No Brasil, a organização doméstica da sociedade tem sido sempre a garantia das liberdades cívicas e o berço das qualidades morais do seu povo. A manutenção da tradição doméstica brasileira e o incremento, por parte do Estado, das garantias devidas aos direitos da sociedade doméstica, constituem um dos pontos fundamentais do programa da ação do PDC. Tudo isso só se alcança partindo da conservação do estatuto da família baseado na lei natural do casamento monogâmico e indissolúvel, único capaz de erigir uma família estável, virtuosa e fecunda e não um ajuntamento precário de caprichos passageiros e sucessivos, fonte da dissolução dos costumes e da corrupção da vida individual e coletiva.

Sendo o contrato civil uma garantia, para o Estado, da legitimidade das uniões, deve ser mantido e respeitado. Mas sendo o casamento religioso, não só a união sacramental consagrada pelo cristianismo, mas ainda introduzida desde a fundação da nacionalidade em nossos costumes, além de constituir, em numerosas regiões de nossa terra, a única forma matrimonial existente, é justo que os seus efeitos civis sejam reconhecidos.

Nestas condições o programa do PDC na ordem doméstica, parte destes três postulados fundamentais: 1) manutenção e defesa da indissolubilidade conjugal; 2) assistência às famílias, notadamente às numerosas; 3) reconhecimento de efeitos civis ao casamento religioso, devidamente registrado.

Ordem sanitária

Se é sobre a família sadia que assenta a nacionalidade, é sobre o homem sadio que assentam as famílias. De modo que uma política social autêntica deve basear-se numa política eugênica de valorização do homem, de suas condições físicas, de sua alimentação racional, de sua moradia, de seu vestuário, de seu amparo na moléstia e no infortúnio, que permitam cada vez mais melhorar não só o índice de natalidade do povo brasileiro, mas as suas lamentáveis condições fisiológicas. A criação de um ministério autônomo, da saúde, impõe-se, como devendo orientar todo um programa de elevação biológica do homem brasileiro e de assistência social generalizada.

Ordem econômica

A estruturação econômica da Pátria é um dos elementos fundamentais da sua organização política, visando à economia de um povo a utilização metódica dos seus bens materiais para a satisfação de suas necessidades vitais.

A economia nacional democrática deve, portanto, basear-se em alguns princípios gerais que assim podemos formular: 1) a economia nacional democrática se baseia na liberdade individual limitada pelo bem comum, sendo portanto, a iniciativa privada, condicionada sempre pelo interesse coletivo, o maior elemento propulsor da economia; 2) as empresas econômicas organizadas na base solidarista, entre empregados e empregadores, devem gozar da mais ampla autonomia; 3) o Estado, economicamente, tem funções supletivas, não podendo intervir diretamente na gerência das atividades econômicas particulares, a não ser quando por estas solicitado e a título temporário; 4) a intervenção dos poderes públicos, nas questões econômicas individuais e grupais, sem prejuízo das iniciativas próprias e para impedir a concorrência ilimitada ou desleal e favorecendo sempre a mais estrita colaboração das classes entre si; 5) a política econômica internacional do Estado visando realizar uma cooperação mais efetiva entre as nações, na movimentação de produtos e capitais, e evitando todo exagerado protecionismo nacionalista; 6) a legislação social deve obedecer ao critério da justiça social mais ampla, que garanta, do melhor modo possível, uma distribuição mais equitativa dos bens econômicos, entre todas as classes sociais, de modo a operar a substituição gradativa e rápida do capitalismo individualista pela democracia econômica, o meio mais eficaz é a participação crescente dos empregados de toda categoria, desde os manuais aos intelectuais, na administração como nos lucros das empresas empregadoras.

Para realizar esses objetivos pugnará o PDC pela manutenção e pelo desenvolvimento de uma legislação social, discutida e promulgada pelos órgãos competentes dos poderes políticos, que tenha por objetivo: 1) tornar o trabalho elemento essencial na organização das empresas econômicas; 2) garantir a liberdade de ação e de sindicalização profissional, de modo que os sindicatos e associações de classe livremente organizados, desfrutem de real autonomia e não sejam, como até hoje, centralizados sob a direção, senão de direito ao menos de fato, de repartições públicas; 3) proteger, por todos os modos, o trabalho e o trabalhador, especialmente o trabalho das mulheres e dos menores; 4) manter e tornar cada vez mais efetiva e

rápida a Justiça do Trabalho; 5) favorecer iniciativas particulares, sempre que úteis ao bem social; 6) defender a moral e a higiene pública; 7) favorecer as instituições de cooperação, mutualidade, previdência e solidariedade; 8) regular os contratos coletivos entre empresas econômicas e sindicatos livres de trabalhadores; 9) regular o salário de tal modo que, sem ferir a situação econômica das empresas individuais e coletivas, se alcance com o salário justo o salário familiar; 10) promover como regime de transição para o estabelecimento da co-propriedade a substituição gradativa do regime de salariado pelo da participação efetiva dos empregados nos lucros e na direção das empresas econômicas; 11) regular os preços de modo a manter, quanto possível, o preço do mercado equivalente ao preço justo; 12) instituir o seguro social generalizado e simplificado para todas as classes desprovidas de capital, fixando o valor mínimo das aposentadorias e pensões em nível suficiente para uma digna subsistência; 13) regulamentar o repouso hebdomadário, de modo a coincidir, sempre que não de todo impossível, com os domingos; 14) estabelecer horários de trabalho que não prejudiquem a saúde dos trabalhadores; 15) fomentar obras de lazer, como consequência necessária da redução das horas de trabalho e das férias remuneradas; 16) incrementar a economia doméstica e regulamentar o trabalho a domicílio; 17) favorecer o cultivo das artes manuais populares; 18) desenvolver cada vez mais o serviço de inspeção federal do trabalho, a fim de fazer o levantamento periódico das condições de trabalho nas várias zonas do território nacional, fiscalizando a aplicação racional das leis sociais que devem sempre levar em conta a diferenciação entre zonas rurais e urbanas, agrícolas e industriais, litorâneas ou sertanejas, de diferente índice de progresso; 19) promover a elevação do nível de vida do trabalhador agrícola e a garantia da aplicação das leis sociais ao operário rural; 20) melhoramento da legislação concernente a acidentes do trabalho, inclusive quanto ao problema da readaptação da qual se deve cogitar também quanto os mutilados de guerra.

No sentido de promover, cada vez mais, a distribuição mais equitativa da propriedade, tanto a União como os Estados e os Municípios tomarão medidas no sentido de facilitar a aquisição e a defesa da pequena propriedade agrícola, industrial e comercial, decretando leis que fixem, de antemão, com clareza e simplicidade, e tendo em vista as condições locais, qual o conceito respectivo da pequena propriedade.

Para esse mesmo fim, deve a legislação desenvolver o crédito ao pequeno comerciante, à pequena indústria e à pequena lavoura, impedindo que sejam esmagadas

as classes médias pelo peso dos impostos excessivos ou das concorrências desleais de preços.

As pequenas cidades do interior e do litoral devem merecer o cuidado especial dos governos, pela concessão de créditos municipais, de facilidades de transportes, de medidas culturais e higiênicas, que desenvolvem o progresso das aglomerações urbanas limitadas.

A descentralização industrial deve ser promovida pela legislação, por meio de facilidades às iniciativas individuais, grupais e municipais.

Nenhuma fundação industrial de vulto, entretanto, poderá fazer-se sem que junto ao edifício da fábrica se levante uma vila operária, com todos os requisitos arquiteturais, higiênicos e culturais, para moradia dos empregados de todas as categorias, levadas em consideração as necessidades locais.

A União e os Estados devem empreender, de modo sistemático, por meio de empresas particulares, devidamente fiscalizadas e no regime da democracia econômica, gradativamente realizada, a colonização das terras devolutas do interior, por nacionais e estrangeiros.

A União e os Estados devem proceder, pelos mesmos meios, ao aproveitamento das grandes quedas d'água nacionais, para o fornecimento, ao preço mínimo, de luz e força elétrica às populações de todo o País.

A União, os Estados e os Municípios devem amparar o homem nacional, sem prejuízo da necessidade de uma imigração ampla de estrangeiros. As empresas, companhias e sociedades, nacionais e estrangeiras, devem ter, em sua direção e quadros profissionais, ao menos metade de brasileiros natos ou naturalizados.

Fica assegurado aos trabalhadores o direito de greve, esgotados todos os recursos à conciliação e à arbitragem. Concomitante a essa política de distribuição da propriedade e de garantia às pequenas propriedades agrícola, industrial e comercial, devem os poderes públicos – para assegurar os direitos do bem comum e as garantias de uma autonomia real da pequena propriedade, base econômica da grande família –, promover a mais ampla publicidade e responsabilidade dos atos de todas as empresas de serviços públicos, bem como de todas aquelas que possam ter relação direta com os interesses da coletividade, como sejam: a) as empresas de energia elétrica; b) as empresas de transporte; c) as empresas de seguros; d) as empresas bancárias; e) as empresas de mineração.

Cada um desses ramos da economia afeta, de tal modo, o bem comum, político e humano, que não é lícito abandoná-los ao simples jogo das competições e das iniciativas e interesses individuais. E preciso, pelo menos, que as grandes empresas que os exploram estejam sob a imediata fiscalização da comunidade e seus resultados sejam sempre alcançados em função do bem público.

Tanto nas pequenas empresas, como nas de grande vulto, haverá um limite de lucros, proporcionando-os à eficiência das empresas e que reintegre aos trabalhadores e ao erário público, de propriedade da Nação, os excessos de lucros, fixados de acordo com as leis da justiça e da equidade.

O programa cultural do PDC tem por fim último a elevação do nível cultural da Pátria brasileira, e para isso tem, como fim próximo, a disseminação da educação – física, profissional, intelectual e moral – pela população brasileira integral, de modo a realizar a democracia cultural, como procura realizar a democracia política e a democracia econômica.

Para esses fins, deve a educação nacional obedecer a certo número de princípios abstratos que podemos exprimir esquematicamente nas fórmulas que se seguem e que devem, naturalmente, obedecer, na prática, a uma adaptação às realidades concretas e às possibilidades de fato, segundo as condições de variedades do povo brasileiro e das suas diferentes concentrações geográficas.

São estes os princípios que o PDC entende que devem orientar teórica e praticamente as grandes linhas da ação cultural-pedagógica, em nossa terra: 1) a educação existe para o homem e não o homem para a educação. Logo, a educação é um meio e não um fim; 2) a educação tem por fim levar o homem à plenitude de sua humanidade. Logo, a educação é, simultaneamente, uma ciência e uma arte e seu fim é eminentemente humano; 3) a educação prepara o indivíduo para a comunidade, esta para a pessoa. Logo, a educação é, simultaneamente, obra individual, coletiva e pessoal; 4) a educação hierarquiza as atividades temporais e eternas do homem. Logo, a técnica, a ação, a ciência e a sabedoria, isto é, o homem e a natureza, o homem e a sociedade, o homem e o conhecimento, o homem e Deus constituem os quatro momentos capitais de uma educação completa; 5) as autoridades educativas são: na ordem natural, a família, o Estado; na ordem espiritual, a religião; em ambas, a pessoa. A escola, portanto, é um grupo social subsidiário, se bem que autônomo, e não independente e completo; 6) todo monopólio educativo do Estado, toda centralização pedagógica exagerada e toda regulamentação que restrinja o

pluralismo educativo, base de uma educação democrática, parte da liberdade do ensino e da autonomia das instituições educativas, por meio de uma legislação que elimine toda padronização unitária e permita a justa diferenciação nos métodos, programas e organização dos estabelecimentos, tanto primários como secundários, profissionais e superiores; 7) a função pedagógica do Estado não é impedir essa variedade de métodos e cursos, mas apenas fiscalizar a honestidade de sua aplicação; 8) os impostos arrecadados para fins educativos serão distribuídos pelas diferentes instituições pedagógicas na proporção direta do número de alunos e da qualidade do ensino e das instalações, e inversa das taxas cobradas; 9) a União, os Estados e os Municípios poderão manter estabelecimentos de ensino de qualquer grau e natureza – sem prejuízo das iniciativas particulares e das variantes de métodos e cursos – procurando sempre reduzir as taxas e contribuições, de modo a alcançar, sempre que possível, o ensino gratuito; 10) os poderes públicos não cobrarão taxas ou contribuições de qualquer espécie, dos estabelecimentos particulares de ensino, mas poderão estabelecer os limites das taxas e contribuições por esses cobrados de seus alunos; 11) a legislação social deve estender-se sempre aos trabalhadores, intelectuais e, particularmente, aos professores; 12) o Estatuto do Professor, a ser incorporado pelos meios normais à legislação, deve atender às peculiaridades da profissão; 13) a educação, no Brasil, deve ter um caráter brasileiro, pois o homem é nacional em tudo que não contradiga ou desvirtue sua humanidade. O nacionalismo pedagógico é tão falso como o cosmopolitismo, já que a Nação é uma categoria relativa e não absoluta; 14) constituindo o Brasil um todo nacional que deve ser conservado, toda a educação, no Brasil, deve procurar manter e desenvolver a unidade nacional; 15) essa unidade nacional, entretanto, não suprime e apenas integra as variedades regionais. De modo que é preciso que a autoridade centralizadora da União não prejudique a autonomia pedagógica dos Estados, já que o ideal federativo deve informar todas as formas de unidade nacional – política, econômica ou cultural; 16) para alcançar os seus fins individuais e nacionais, deve, pois, a educação no Brasil ter um caráter simultaneamente personalista, doméstico, orgânico, cristão.

Toda educação que não valorize e dignifique a pessoa humana, que diminua ou corrompa a família, que introduza o individualismo ou o totalitarismo, e se insurja contra a tradição moral e religiosa do cristianismo, que informou a nacionalidade desde os seus primórdios, é uma educação inadequada para nossa terra.

Em consequência dos direitos de liberdade religiosa, a escola, tanto particular como pública, abrirá suas portas ao ensino religioso facultativo, mas como matéria de programa e de horário, de acordo com a confissão religiosa a que pertence um número determinado de alunos. Foi essa uma das poucas conquistas da opinião pública nacional, incorporadas desde 1931 à legislação do Estado e que, bem regulamentada, vai concorrer grandemente para a elevação do nível moral do nosso povo e para a realização, na ordem política, da verdadeira democracia evangélica.

A incorporação legal do ensino religioso facultativo, nos programas das escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais, da União, dos Estados e dos Municípios, é um dos princípios do programa cultural do PDC.

Sem entrar em pormenores técnicos ou de aplicação prática, que não cabem num programa de ideias fundamentais e de orientações gerais, são esses os princípios que o PDC entende deverem dirigir a tarefa educacional, no Brasil, sempre dominada pelo ideal de difundir pelas massas a instrução e a educação – física, profissional, intelectual e moral – e de formar elites de valor próprio, que substituam as falsas elites da fortuna, dos favores ou dos privilégios ilícitos.

Ordem internacional

Finalmente, na ordem internacional, pugnará o PDC pela integração crescente do Brasil na comunidade de nações que vai nascer da vitória das Nações Unidas e que entende aplicar, às relações entre as nações, os mesmos ideais, jurídicos e morais, que devem governar a vida interna das nações. O PDC pugnará, portanto, pela participação crescente do Brasil na vida internacional e no sistema de garantia da paz, tanto na América como fora dela, que há de resultar dos atuais entendimentos entre as nações vitoriosas do nazismo e do fascismo, sob todas as suas modalidades.

Conclusão

Não pode nem deve este Programa, com que é lançado o Partido Democrata Cristão, entrar em pormenores, que virão a seu tempo, de acordo com as exigências da sua vida partidária. Desejando reunir homens de boa vontade – sem distinção de credo religioso ou confessional, de raça, de cultura intelectual ou de condição social – em torno de um conjunto de ideias morais e sociais comuns, apresenta-se na hora em que uma era nova deve e pode começar, na história de nossa terra. Apresenta,

contudo, as seguintes reivindicações imediatas: elaboração, pelos representantes legítimos do povo brasileiro, de uma nova Constituição em moldes inteiramente democráticos; reajustamento imediato dos ordenados, salários e vencimentos, ao custo atual da vida; supressão do Departamento de Imprensa e Propaganda, dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, do Tribunal de Segurança Nacional e revogação das leis de opressão; continuidade e reforçamento do pan-americanismo; política de união nacional e de descentralização administrativa; estabilização do custo de vida; combate à inflação; luta contra os açambarcadores e intermediários inúteis; organização de um sistema nacional de armazenamento, transporte, beneficiamento e financiamento dos produtos agrícolas dos gêneros de primeira necessidade; prioridade absoluta para o transporte dos gêneros de primeira necessidade e do gado, respeitada as exigências da segurança nacional.

Não vem servir interesses individuais. Não vem pleitear posições políticas, a não ser como um encargo cívico. Não vem contaminado de qualquer ligação com interesses econômicos parciais de qualquer espécie. Não vem obcecado por qualquer fanatismo ou facciocismo e, antes, pelo contrário, aberto a todas as ideias e colaborações que visem à realização da civilização cristã no Século XX, bem como a grandeza do Brasil e da América, integrados ambos na ordem nova que vai nascer da vitória sobre o êxito totalitário.

Popular, democrático e cristão – visa o PDC congregar o maior número possível de brasileiros de boa vontade – intelectuais e operários, civis e militares, homens e mulheres, nortistas, centristas, litorâneos e sertanejos, de todos os Estados e todas as classes, para formarem um corpo vivo e moço, cheio de confiança e de fervor, que concorra para a elevação do povo e sua participação cada vez mais ampla na vida pública nacional.

De qualidade de seus membros e dirigentes, do desinteresse cívico dos seus propósitos, da participação, em suas fileiras, dos empenhados na verdadeira democratização, moral, jurídica, política, econômica e cultural de nossa pátria vai depender de modo formal e decisivo o empenho em que estamos de tornar este programa, não um amontoado de palavras e promessas vagas ou mentirosas, mas um conjunto de realizações efetivas.

Na certeza de que a ausência de partidos, o partido único ou os partidos regionais, são males políticos que só podem ser resolvidos pela constituição de grandes partidos nacionais, com base morais e intelectuais segura e sem qualquer

dependência das forças oficialistas, capitalistas ou sectárias, de qualquer espécie, lançamos hoje, invocando para ele a proteção Divina e a compreensão dos homens de bem, o Partido Democrata Cristão, para entrar nos grandes prêmios cívicos que podem salvar a nacionalidade dos perigos que a ameaçam e contribuir decisivamente para a normalização de sua vida nacional e a realização das grandiosas promessas do seu povo e do seu espírito (CHACON, 1981).

Programa de 1961

A XIX CONVENÇÃO NACIONAL DO PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO, reunida em Curitiba nos dias 8 e 9 de abril de 1961 resolve aprovar a seguinte Declaração de Princípios:

O PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO tem por finalidade trabalhar pela instauração, no Brasil, de uma autêntica democracia política, econômica e cultural. Para isso propõe-se a promover uma ação de ampla base popular e chama a colaborar no seu esforço todos aqueles que aceitem a linha ideológica da DEMOCRACIA CRISTÃ, firmada nas seguintes posições fundamentais:

Terceira força

A Democracia cristã constitui uma terceira posição ideológica e política, distinta do liberalismo e do marxismo. Em oposição ao CAPITALISMO, que nega a justiça, e ao COMUNISMO, que esmaga a liberdade, a DEMOCRACIA CRISTÃ luta pela instauração de uma ordem social que realize a justiça sem destruir a liberdade.

Pessoa humana

Afirma a DIGNIDADE PESSOAL DO HOMEM, como valor fundamental da ordem econômica, social e política. Recusa e combate todos os regimes que reduzem os homens a simples instrumento de poder econômico ou a condição de massas dirigidas pelo Estado. E, conseqüentemente, proclama a necessidade de um esforço contínuo de humanização de todos os setores da vida social.

Bem comum

Afirma que a finalidade de toda ação política é o BEM COMUM e que a realização deste, na sociedade contemporânea, exige REFORMAS DE ESTRUTURA nas instituições sociais e não apenas moralização dos costumes ou simples medidas de assistência paternalista.

Pluralismo

Afirma que essas reformas de estrutura e a promoção do bem comum se hão de fazer mediante a necessária INTERVENÇÃO DO ESTADO mas no sentido de uma DESCENTRALIZAÇÃO OU PLURALISMO COMUNITÁRIO, que respeite e fortaleça os grupos sociais intermediários, como a família, o Município, o sindicato, a empresa, a escola, a cooperativa e outros, que não poderão ser absorvidos ou eliminados pelo poder centralizador do Estado.

Propriedade para todos

Afirma o direito de propriedade extensiva a todos os homens, especialmente em relação à morada, à terra e aos meios de produção. Combate a concentração da propriedade em mãos de uma minoria ou a supressão da mesma pelo Estado. Nesse sentido, defende a necessidade de uma reforma agrária e de uma reforma na estrutura da empresa econômica.

Comunidade internacional

Afirma a necessidade de organizar as nações numa COMUNIDADE INTERNACIONAL que, inspirada nos princípios da solidariedade, defenda os direitos fundamentais da pessoa humana, estabeleça a igualdade jurídica dos Estados, reconheça o princípio da autodeterminação, promova o desenvolvimento e realize a paz. Recusa por isso, o IMPERIALISMO, o COLONIALISMO e todas as TENDÊNCIAS que provoquem a discórdia e a guerra.

Fraternidade

Afirma a inspiração de toda a vida pública pelo espírito de FRATERNIDADE em oposição à INDIFERENÇA egoísta do individualismo burguês e ao ÓDIO de classe, de raça, de nacionalidade ou de religião.

Completa-se esta DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DOUTRINÁRIOS com as seguintes normas, que devem condicionar a escolha das linhas de atuação do PARTIDO nos campos político-administrativo, econômico-financeiro e humano-social.

- 1) Conciliar, no campo político-administrativo, os princípios da igualdade e da liberdade, com as exigências da hierarquia e da ordem.
- 2) Conciliar, no campo econômico-financeiro, o exercício da livre iniciativa e o uso da propriedade privada, com as exigências do bem comum social e do direito à igualdade de oportunidades que deve ser garantido a cada brasileiro, para realizar seu bem-estar individual.
- 3) Harmonizar no campo humano social, de um lado, os direitos e deveres recíprocos do capital e do trabalho, dentro dos postulados da justiça comutativa, distributiva e social, de forma a ligar o atendimento das reivindicações crescentes dos trabalhadores novos estímulos à maior produtividade e, de outro lado, a respeitar, nas suas relações com a sociedade, com o Estado, a dignidade intrínseca da pessoa humana.

O Partido Democrata Cristão, com base nas posições fundamentais acima enunciadas, adota, como pontos fundamentais de sua atuação política imediata:

- 1) O nacionalismo, entendido como uma atitude visando à superação da espoliação econômica e da opressão social e como meio de proporcionar ao País o pleno exercício de sua soberania e o máximo de aproveitamento de seus recursos econômicos com os quais possa melhorar os níveis de vida da população.
- 2) A libertação dos países subdesenvolvidos e a competição de bloco de países latino-americanos voltados contra as opressões dos imperialismos.
- 3) A necessidade de união dos povos livres contra o colonialismo sufocador da liberdade.
- 4) O princípio de igualdade entre os Estados soberanos e, por decorrência, a supressão do direito de veto concedido às grandes potências na ONU.

- 5) O desarmamento das potências militares, como forma de aliviar o mundo das tensões criadas pela guerra fria e proporcionar ambiente em que a violência possa ser superada pela justiça.
- 6) O comércio e relações diplomáticas com todos os povos.
- 7) O direito de todas as nações de optar democraticamente pela forma de governo que julgarem conveniente.
- 8) Combate às remessas indiscriminadas de fundos, juros e lucros para o exterior, que importem em ônus excessivos à economia nacional, regulando-se a matéria em lei substantiva, de preferência sob a forma de um "Código Brasileiro de Investimentos".
- 9) A reforma agrária, que atendeu às peculiaridades regionais, promova a eliminação do latifúndio e do minifúndio improdutivo com a justa distribuição da propriedade rural, possibilitando, a salvo da exploração e da opressão, a organização dos trabalhadores rurais em comunidades democráticas de produção e abrindo para o homem do campo condições econômicas e sociais estáveis que propiciem o bem-estar e o aumento da produtividade.
- 10) A revisão da legislação do imposto sobre a renda, isentando os rendimentos que não ultrapassem cinco vezes o valor do salário mínimo e tributando, sem exceção, em progressão sem limite, os rendimentos acima dessa quantia e, fortemente, os lucros extraordinários, ressalvados os investimentos que terão taxaço menor.
- 11) Lutar pela aprovação de uma lei antitruste que confiará ao poder público a faculdade ampla de combater e eliminar os quistos de exploração constituídos pela concentração do poder econômico e pela sua interferência no mercado produtor e no consumidor.
- 12) Promover a reforma da estrutura da empresa, propiciando ao trabalhador a participação nos lucros, na propriedade e na gestão, especialmente quando a sua participação no capital da empresa, através da aplicação do Fundo de Aplicação, lhe der direito imediato.
- 13) Defender a Petrobrás como instrumento de libertação econômica do Brasil.
- 14) Confiar aos governos locais uma soma maior de atribuições ligadas à realização do bem-estar econômico-social de seus governados (educação primária e profissional elementar; assistência médico-hospitalar; fomento da produção; segurança pública; transportes urbanos e rurais; distribuição

de energia elétrica; abastecimento de água; saneamento urbano etc., conferindo-se-lhes, paralelamente, um maior quinhão na partilha das rendas públicas.

- 15) Reformular o sistema eleitoral burlado pelos interesses de grupos econômicos nacionais e estrangeiros, para que as campanhas eleitorais não dependam do poderio financeiro, cabendo ao Estado divulgar o nome dos candidatos, em termos de igualdade.
- 16) Adotar o planejamento, a descentralização e o controle como processo necessários à eficiência da administração, e a adoção de processos científicos na solução efetiva de seus problemas.
- 17) Necessidade da sindicalização rural, regulamentação do direito de greve e estabelecimento da legislação trabalhista para o homem do campo (CHACON, 1981).